

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUAGENS, MÍDIA E
ARTE

VIVIANE DA SILVA VIEIRA

**REPRESENTAÇÕES DO ESTRANGEIRO NO ROMANCE BRASILEIRO DE 1930:
LITERATURA, CULTURA E POLÍTICA**

CAMPINAS
2020

VIVIANE DA SILVA VIEIRA

**REPRESENTAÇÕES DO ESTRANGEIRO NO ROMANCE BRASILEIRO DE 1930:
LITERATURA, CULTURA E POLÍTICA**

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, para obtenção do título de Mestra em Linguagens, Mídia e Arte.

Orientadora: Profa. Dra. Luisa Angélica Paraguai Donati

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Gaiotto de Moraes

FAPESP, processo n. 2018/11834-3

CAMPINAS
2020

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

869.9
V658r

Vieira, Viviane da Silva

Representações do estrangeiro no romance brasileiro de 1930: literatura, cultura e política / Viviane da Silva Vieira. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

257 f.

Orientador: Luisa Angélica P Donati; Coorientador: Ricardo G. de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Literatura brasileira. 2. Identidade. 3. Poética. I. Donati, Luisa Angélica P. II. Moraes, Ricardo G. de III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte. IV. Título.

CDD - 18. ed. 869.9

VIVIANE DA SILVA VIEIRA

**“REPRESENTAÇÕES DO ESTRANGEIRO NO ROMANCE BRASILEIRO DE 1930:
LITERATURA, CULTURA E POLÍTICA”**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 24 de junho de 2020.



Profa. Dra. Luísa Angélica Paraguai Donati
(Orientador – PUC-CAMPINAS)



Profa. Dra. Cássia dos Santos
(PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. Luís Gonçales Bueno de Camargo
(UFPR)

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Mario e Vanuza, e à minha irmã, Fernanda, pelo constante incentivo e apoio aos estudos e às aventuras literárias que me libertam desde a infância.

Ao Prof. Dr. Ricardo Gaiotto de Moraes, meu orientador, por despertar em mim a vontade de ser pesquisadora. Pelos anos de orientação dedicada e amiga, e por me incentivar, em muitos momentos de fragilidade e incerteza, a seguir um caminho sério, corajoso e de amor à literatura e à pesquisa.

À Profa. Dra. Luisa Angélica Paraguai Donati, minha orientadora e inspiração como professora e pesquisadora, por me acolher como orientanda. Pelos anos de incentivo, apoio e amizade que antecedem nossa relação orientadora-orientanda.

Ao Prof. Dr. Luís Gonçales Bueno de Camargo por ter aceitado o convite para composição da banca, pelas ricas contribuições no exame de qualificação, e pela honra que é tê-lo no momento da arguição.

À Profa. Dra. Cássia dos Santos, professora querida, por ter aceitado o convite para composição da banca, pelas ricas contribuições no exame de qualificação, e pela honra que é tê-la no momento da arguição.

Aos queridos amigos que estiveram comigo nesses dois anos, conversando e ouvindo (muito) sobre literatura.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em convênio com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo n. 2018/11834-3, pelo financiamento do projeto de pesquisa, tornando possível a produção desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por intuito identificar e analisar as representações de personagens estrangeiras em cinco romances brasileiros publicados em 1939: *As Três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz; *Enquanto as Águas Correm* (1939), de Cyro Martins; *Planalto* (1939), de Flávio de Campos; *Riacho Doce* (1939), de José Lins do Rego; e *Um Rio Imita o Reno* (1939), de Vianna Moog. Desse modo, estuda-se a representação do estrangeiro na década de 1930 como habitante ora desejável ora indesejável, seja por sua etnia, cultura ou religião, construída na relação de diferença com o “outro”. As narrativas reunidas neste recorte, em suas diversas perspectivas, tocam a questão da alteridade a partir da representação de personagens localizadas à margem ou fora da órbita totalizadora e do discurso homogeneizante do Estado Novo, por isso, abrem espaço para pensar o estrangeiro não apenas na literatura, mas também na cultura brasileira. Para tanto, são considerados estudos sobre representação como os de HALL (2016), sobre a possibilidade de uma poética cultural (TEIXEIRA, 1998), e sobre o romance brasileiro de 1930 (BUENO, 2006), assim como o contexto sócio-histórico de produção e publicação das obras e a crítica contemporânea e posterior aos romances.

Palavras-chave: Literatura brasileira de 1930. Representação. Identidade. Imigração. Poética cultural.

ABSTRACT

This master's research aims to investigate and analyze the representation of the foreigner characters in five novels published in 1939: *As Três Marias* (1939), by Rachel de Queiroz; *Enquanto as Águas Correm* (1939), by Cyro Martins; *Planalto* (1939), by Flávio de Campos; *Riacho Doce* (1939), by José Lins do Rego; and *Um Rio Imita o Reno* (1939), by Vianna Moog. Thus, is an investigation into the discourse of the identity representation of the foreigner in the 1930s, constituted as an inhabitant sometimes desirable or undesirable, considering your ethnic group, culture or religion, normally built in the relationship of the difference with the "other". In diverse perspectives these novels consider the question of otherness based on representing foreign characters outside to the totalitarian policies and the homogenizing discourse of the Estado Novo, therefore, this corpus open a space to consider the foreigner not only in literature studies, but also in Brazilian culture. For this purpose, will be considered studies on the representation (HALL, 2016), on the Cultural Poetics (Teixeira, 1998), and on the Brazilian Romance of 1930s (BUENO, 2006), as well as the social and historical context of production and publication of novels and the contemporary and further romance critical.

Keywords: 1930s Brazilian literature. Representation. Identity. Immigration. Cultural Poetics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PRIMEIRO CAPÍTULO – PLANALTO.....	21
2.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor.....	21
2.2 A aristocracia paulista e a defesa das tradições: as personagens brasileiras.....	25
2.3 Conflitos e rejeições marcam a assimilação do estrangeiro: as personagens estrangeiras e o mito bandeirante.....	47
3. SEGUNDO CAPÍTULO – ENQUANTO AS ÁGUAS CORREM.....	69
3.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor.....	69
3.2 Conflitos de identificação e pertencimento: a chegada e o estabelecimento de Izidro.....	73
3.3 Encontros e recordações: os estrangeiros Izidro e Ladislau.....	99
4. TERCEIRO CAPÍTULO – RIACHO DOCE.....	112
4.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor.....	112
4.2 Conflitos de identificação e pertencimento: o deslocamento de Edna.....	115
4.3 Medo e rejeição em Riacho Doce: a comunidade local e a defesa das tradições..	133
5. QUARTO CAPÍTULO – UM RIO IMITA O RENO.....	146
5.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor.....	146
5.2 O núcleo nacionalista: as impressões dos estrangeiros pelos nacionais.....	150
5.3 O núcleo germânico: a família Wolff.....	172
6. QUINTO CAPÍTULO – AS TRÊS MARIAS.....	190
6.1 Palavras iniciais sobre o romance e a autora.....	190
6.2 Entre o pertencimento e os papéis femininos: as três Marias.....	193
6.3 O deslocamento de Guta e as personagens estrangeiras: xeque e Isaac.....	209
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado tem por intuito identificar e analisar as representações de personagens estrangeiras em cinco romances brasileiros publicados em 1939: *As Três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz; *Enquanto as Águas Correm* (1939), de Cyro Martins; *Planalto* (1939), de Flávio de Campos; *Riacho Doce* (1939), de José Lins do Rego; e *Um Rio Imita o Reno* (1939), de Vianna Moog. As narrativas reunidas neste recorte, em suas diversas perspectivas, tocam a questão da alteridade a partir da representação de personagens localizadas à margem ou fora da órbita totalizadora e do discurso homogeneizante do Estado Novo, por isso, abrem espaço para pensar o estrangeiro não apenas na literatura, mas também na cultura brasileira.

O período das “descobertas” do Novo Mundo tornou o Brasil uma colônia da coroa portuguesa que, por mais de trezentos anos, explorou as riquezas naturais assim como povoou esse território, causando males à humanidade, até o presente, ainda não sanados, como a escravidão. Com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, e a transformação da colônia em corte, veio também um grande número de portugueses. Após séculos de exploração e escravização, primeiramente, dos povos nativos e, depois, dos povos forçados a deixar o continente africano, a escravidão foi abolida, oficialmente, em 1888. Alcançava-se a liberdade, mas não a igualdade, pois, o último país do mundo a abolir a escravidão, segregou os recém-libertos do regime e tentou destruir todos os registros de seu passado escravocrata¹. No longo período que durou, a escravidão legitimou tanto o discurso sobre a inferioridade dos afro-brasileiros como inibiu discussões sobre cidadania, visto que eram tratados como propriedades privadas. Essa desigualdade social, naturalizada pela sociedade escravocrata, restringia o trabalho à função exclusiva dos escravizados; assim, em 1850, com a proibição do tráfico negreiro, a necessidade de mão de obra para as lavouras cafeeiras adquiriu caráter de urgência para os dirigentes que, para contornar a situação, visualizou a solução na vinda de imigrantes europeus para trabalhar como agricultores². Entretanto, a premência desses colonos

¹ Em dezembro de 1890, apenas dois anos após a Abolição, o ministro das Finanças e conhecido abolicionista, Rui Barbosa, conforme relatou Lília Schwarcz em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, ordenou a destruição de todos os arquivos e registros nacionais existentes sobre a escravidão; para a antropóloga, o intuito de eliminar da memória histórica e cultural um determinado passado encerrava também, pela perspectiva daquele contexto, um recomeço. Os documentos, porém, não foram completamente destruídos e a utopia de “começar a partir do zero” jamais chegou a se tornar realidade (SCHWARCZ, 1998, p. 188-189).

² Uma das primeiras tentativas de assentamento de imigrantes europeus ocorreu nas terras do senador paulista Nicolau de Campos Vergueiro, a partir de 1846, ou seja, antes mesmo da Lei Eusébio de Queirós (de 1850). Nos anos seguintes colonos foram trazidos da Europa pelo sistema de parceria, isto é, o trabalhador tinha toda a viagem paga e, em contrapartida, assinava um contrato se comprometendo a ressarcir ao fazendeiro o “adiantamento” nos próximos anos (COSTA, 1999, p. 203-207). Um desses colonos, o suíço Thomas

não era unicamente para suprir a questão da mão de obra, na realidade, por trás dos motivos econômicos, havia um outro: o de branqueamento da população brasileira.

As teorias raciais chegaram ao Brasil em meados do século XIX e foram foco das discussões dos intelectuais e governantes do período cuja opinião era pessimista quanto à possibilidade do Brasil se tornar uma grande nação – por se tratar de um país em que maior parte da população era negra ou mestiça. A política imigratória se intensificou, principalmente, com a Proclamação da República, em 1889, assim como passou a revelar, abertamente, seu ideal de branqueamento como parte do projeto étnico e político defendido pelo governo recém-empossado. No período de uma década, entre 1890 e 1899, entraram no país 690.365 italianos, 219.653 portugueses, 164.293 espanhóis e 17.084 alemães, o que, conforme Maria Luiza Tucci Carneiro, demonstrava a clara preferência pelos imigrantes brancos europeus (CARNEIRO, 2003, p. 22-23).

Quanto à miscigenação, para uma parcela dos cientistas e intelectuais, valendo-se dos dados da biologia da época e de estudos que reconheciam nas características físicas os sinais da “raça”, a miscigenação era degeneração, uma vez que anulava quaisquer traços positivos que brancos, negros, índios ou amarelos pudessem ter, produzindo indivíduos degenerados. Mas, para a outra parcela, apegada a ideia de que o Brasil (e toda a América) era uma jovem nação de poucos séculos e (à exceção das nações europeias, ainda não havia passado por um longo processo de purificação e de seleção), com o tempo e a seleção natural, seria possibilitado o surgimento de uma população dotada de características físicas, culturais e sociais estáveis. Tal raciocínio se manteve até o início do século XX, como foi verificado por Tania De Luca (1999, p. 158-165, 196) em seu estudo sobre a primeira fase da *Revista do Brasil* (de 1916 a 1925) – periódico em que as teorias e ideias sobre raça, mestiçagem, eugenia e superioridade étnica foram amplamente discutidas em seus anos de publicação. Segundo relatou a autora, os intelectuais defensores da urgência do branqueamento da população estavam calcados na certeza de que o futuro corrigiria o “problema” do tipo étnico brasileiro, eis o porquê da importância da entrada do branco europeu como elemento recompositor.

Se nos anos finais do século XIX e início do XX, o imigrante foi considerado, na maioria dos casos, como símbolo do progresso, de civilização e componente fundamental para o estabelecimento de uma raça pura; na terceira década do XX, o ideal nacionalista que já

Davatz, autor de *Memórias de um colono no Brasil* ([1850] 1941), impossibilitado de se adaptar ao regime (semi)escravocrata (na fazenda de Vergueiro, associado ao “trabalho livre” do imigrante europeu havia de cerca de 215 escravizados), liderou uma revolta para denunciar os abusos ocorridos no local e, quando obteve autorização para regressar à Suíça, publicou o livro a fim de denunciar as fraudes desse sistema de imigração (DAVATZ, [1850] 1941).

figurara entre as várias vertentes do modernismo, mantendo relação ambígua em relação aos elementos estrangeiros, vai para o centro da cena, agora agenciado por um projeto de estado que passou a considerar o estrangeiro um elemento inassimilável, atrasado e grosseiro (CARNEIRO, 2003, p. 21). A década que deu fim à Primeira República (1889-1930) por intervenção de um movimento golpista autointitulado de “Revolução”, abriu caminho para outro golpe ao final da década a fim de prolongar a estadia de Getúlio Vargas no poder. Em novembro de 1937, utilizando um documento fraudado que denunciava uma suposta mobilização para um levante comunista no país (o Plano Cohen), Getúlio Vargas concretizava, por fim, o início do Estado Novo, prolongando a Era Vargas até 1945, quando ele foi, enfim, deposto. Após a instauração do golpe de estado, alguns projetos foram levados ao centro das discussões, dentre eles, o do nacionalismo, um dos princípios ideológicos fundamentais do fascismo europeu onde o Estado Novo brasileiro foi buscar inspiração. Desse modo, a necessidade da “coesão nacional” tinha por objetivo forjar uma nação, uma cultura e uma língua, de modo a não tolerar as expressões heterogêneas existentes no país e se opor à liberdade cultural da qual os estrangeiros residentes tanto nos centros urbanos como nas colônias se beneficiavam.

Assim como os discursos científicos e governamentais, também a literatura brasileira produzida desde o século XIX tem incluído em suas narrativas personagens estrangeiras, tematizando a alteridade e reconhecendo a contribuição histórica da imigração para a cultura brasileira, plural e heterogênea; mas também incorporando discursos racistas como àqueles difundidos no período. Numa análise ligeira, pode-se observar pensando em um panorama das publicações da época que, no século XIX, o estrangeiro era representado tanto na figura daquele que chegava ao Brasil para explorar a nova terra e junto ao índio fundar o povo cearense, como em *Iracema*, de José de Alencar (1865); como na do imigrante que, uma vez em contato com um meio considerado degenerador, passava por diversas mudanças de hábitos e comportamentos, como figurado, por exemplo, com Jerônimo e Piedade, em *O cortiço*, romance de Aluísio de Azevedo (1890), sob intensa influência determinista.

No início do século XX, em paralelo às políticas imigratórias em prática, o estrangeiro representado na ficção pode ser aquele estabelecido no Brasil, como membro de colônias e envolvido no dilema entre a adaptação e o estranhamento, como em *Canaã*, de Graça Aranha (1902) e em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Antônio de Alcântara Machado (1927). Em *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade (1924), ironicamente, o brasileiro, ao viajar e “afrancesar-se” procurava a civilização a partir do contato com membros de nações consideradas superiores tanto social quanto culturalmente. Já em

Macunaíma, de Mário de Andrade (1928), o herói tem como archi-inimigo um estrangeiro, o ítalo-peruano, Venceslau Pietro Pietra.

Ainda nos primeiros anos da década de 1930, assim como ocorreu no romance do modernista Oswald de Andrade, o brasileiro fazia o trajeto à Europa em busca de uma já estabelecida civilização em contraste com a selvagem “terra tupiniquim”, como destaca-se em *O país do carnaval* (1931), de Jorge Amado, em *A mulher que fugiu de sodomia* (1931) e *Território humano* (1936), ambos de José Geraldo Vieira. Em *Suor* (1934) e *Mar Morto* (1936), ambos de Jorge Amado, em contrapartida, o estrangeiro assume outras caracterizações, seja na da personagem do sapateiro espanhol – visto como inoportuno por disseminar ideias esquerdistas – ou na do árabe Toufik, cujos compatriotas são ora descritos como comerciantes ora como contrabandistas.

Foi justamente o autor de *Macunaíma* quem comentou, em um texto de abril de 1940, publicado no jornal *Diário de Notícias*, o aumento do número de personagens estrangeiras na literatura brasileira contemporânea. Para o crítico, não era uma surpresa as ocorrências terem se intensificado no decorrer da década anterior, pois o Brasil era um país de imigrantes; na realidade, Mário de Andrade lamentava que, nessas obras, por vezes, os romancistas não “colorissem” tais personagens com um “traço característico” que fugisse à obviedade (como a de um inglês falar a língua inglesa). Para além dessa constatação, também chamou atenção para a presença recorrente de outra figura, a do fracassado. Se tratava de uma personagem caracterizada tanto pela falta de fibra como por não opor nenhuma força pessoal ou elemento de caráter contra as forças da vida, seguindo pelo caminho da entrega “à sua própria insolução” (ANDRADE, 1940, p. 13). Em maio do ano seguinte, na primeira edição da revista *Clima*, ao comentar o abstencionismo e a complacência dos intelectuais do período, retomaria – quase com as mesmas palavras – o trecho publicado no ano anterior. Essa “personagem sintomática”, presente na obra de diversos romancistas do período, para o modernista, revelaria o aparecimento, nessa intelectualidade, de uma “pré-consciência, a intuição insuspeita de algum crime, e alguma falha enorme, pois que tanto assim ela se agrada de um herói que só tem como elemento de atração, a total fragilidade, e frouxo conformismo” (ANDRADE, [1941] 1974, p. 191)³.

Dialogando com Mário de Andrade, Luís Bueno, em *Uma história do romance de 30*, também examinou o fracassado como caracterização recorrente nas personagens desse período, mas problematizou a definição do autor modernista confrontando-a com a visão e o

³ A versão consultada de “A elegia de abril” é a integrante no livro *Aspectos da literatura brasileira*, publicado pela Editora Martins, em 1974.

projeto nacionalista defendido por ele. Dessa forma, Bueno chamou atenção para a diferença da visão do modernista sobre a identidade brasileira em relação à perspectiva que tomou lugar na década de 1930. Segundo seu ponto de vista, movidos pelo tempo da utopia, os intelectuais de 1922 conseguiam vislumbrar um futuro esperançoso e modernizante para o país ao passo que, os de 1930, em um momento já de pós-utopia, viam o presente como um cenário desagradável e frustrante em que a modernidade implementada não conseguia ocultar a exclusão e o atraso, “daí nasce aquela pré-consciência do subdesenvolvimento, ou seja, o início da percepção de que o presente não se modificará sem que algo se modifique na própria estrutura das relações sociais” (BUENO, 2006, p. 68). A partir das formulações do autor de *Paulicéia Desvairada* sobre a recorrência do fracassado, Bueno apontou dois elementos a serem examinados: “a natureza do fracasso que domina o romance de 30 e sua articulação com uma ideia de identidade nacional” (BUENO, 2006, p. 76). Considerando o romance de 30 a partir daquele movimento utópico, o autor avaliou a investigação do fracasso pelos romancistas não como um meio de operar a desistência, e sim, como a tomada de consciência das impossibilidades de solucionar as dificuldades do presente sem antes mergulhar nos problemas e no atraso do país.

A produção literária nos anos 1930 engendrava, portanto, uma discussão que, desde o século anterior, percorria os ambientes intelectuais: a questão da nacionalidade brasileira. Mas essas interpretações, longe de apresentarem opiniões totalizadoras que definiriam uma visão una e integral de identidade brasileira, se prestaram ao que Bueno chamou de “produção atomizada”. Tratava-se, assim, de uma produção intelectual intensa e plural de romancistas de todo o país (uma grande parcela destes, estreantes na década) que se dedicaram a tratar em suas narrativas seja um aspecto específico do presente, seja um cenário até aquele momento ainda desconhecido dos grandes centros. Foi dessa “produção atomizada” que os dramas dos engenhos, dos sertões, das zonas de cacau, das colônias de imigrantes saíram do anonimato e passaram a integrar os debates literários. Desse modo, a expressão da nacionalidade, ao encarar, por meio da figura do fracassado, a realidade e as injustiças do presente, para o pesquisador, conquistaria para o romance de 30 algo ainda inédito: “a incorporação das figuras marginais” que, até então esquecidas, por fim, foram evidenciadas (BUENO, 2006, p. 78-80).

A partir de tal retrospecto, a escolha de compor o corpus desta pesquisa com textos do ano de 1939, por sua vez, considera a compreensão oferecida sobre os estrangeiros naquele momento acirrado do final da década, seja na ordem nacional, com as medidas do Estado Novo em vigor, seja na ordem internacional, com a polarização direita e esquerda e a

eminência da guerra (iniciada em primeiro de setembro de 1939). Esta investigação reconhece, ainda, que o estudo considerando a pluralidade da produção do ano em questão pode oferecer uma leitura mais cuidada sobre os questionamentos que dizem respeito às abordagens sobre a personagem estrangeira materializada no corpus em análise. Para tanto, os romances são estudados sem sobrepor um texto ao outro, uma vez que se procura mostrar a maneira como cada narrativa lida com os anseios e os conflitos das personagens estrangeiras, mas também com a questão da alteridade – na ordem do dia no contexto dos discursos literários, políticos e culturais – é abordada. É necessário ressaltar que não são incluídos na presente dissertação todos os romances brasileiros publicados naquele ano cuja personagem do estrangeiro tenha sido representada, uma vez que, no decorrer da pesquisa, outros títulos puderam ser encontrados, como o romance *Memória de Cinco*, de Cecílio Carneiro. Porém, dada a complexidade própria ao estudo dos textos literários e pelo corpus de análise já conter cinco romances, foi priorizada a seleção inicial proposta no projeto de pesquisa. Anteriormente, alguns pesquisadores investigaram a representação do estrangeiro na Literatura Brasileira, tendo, entretanto, desconsiderado, em suas análises, a maioria dos romances que integram o corpus desta pesquisa. Em “Que Brasil existe? Estrangeiros na literatura brasileira”, por exemplo, Stefania Chiarelli (2016) traçou um panorama de obras que tematizaram a imigração da Literatura Brasileira no último século, mas reduziu a década de 1930 a apenas um título: *Um rio imita o Reno*. Em parceria com Godofredo de Oliveira Neto, nesse mesmo ano, Chiarelli organizou *Falando com estranhos: o estrangeiro e a literatura brasileira*, uma coletânea que inclui estudos sobre diversos textos da literatura nacional em que o estrangeiro aparece como personagem principal.

Dessa forma, os romances estudados, a princípio, destacam-se pelo papel central ou secundário com o qual o estrangeiro é representado. Em *Riacho Doce* (1939), de José Lins do Rego e *Enquanto as águas correm* (1939), de Cyro Martins, a personagem estrangeira ocupa o centro dos conflitos, uma vez que sua presença parece confirmar ou contestar os interesses oficiais brasileiros de preservação da cultura nacional e unicidade, em que o estrangeiro não só questiona como se contrapõe à tradição local. Em *Um rio imita o Reno* (1939), de Vianna Moog, as personagens estrangeiras, apesar de serem secundárias, ocupam uma posição privilegiada, uma vez que toda a história se desenvolve ao redor delas. Em *Planalto* (1939), de Flávio de Campos, e em *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz, o estrangeiro é personagem secundária, com pouca ou nenhuma profundidade psicológica e emotiva dentro da narrativa, mas que também parecem contestar ou problematizar as identidades conflituosas em evidência, assim como a viabilidade de uma integração.

Recebidos com entusiasmo pela crítica coetânea, no decorrer das décadas, todavia, alguns desses romances caíram no esquecimento, como foi o caso de *Planalto*, que só teve uma edição e não aparece na maioria dos estudos sobre a produção literária do período; e *Enquanto as águas correm* que, apesar de ter sido reeditado por Cyro Martins no início dos anos 1980, não tem edições recentes nem comparece nos principais estudos sobre a obra de seu autor. Por outro lado, *Um rio imita o Reno* foi o livro mais famoso de 1939 e o único do corpus de pesquisa a atingir uma marca importante para o período: a primeira edição, de agosto, esgotou em três semanas e, uma segunda edição chegou às livrarias ainda naquele ano. Tamanho sucesso nas vendas decorria do cenário do romance centrado em uma colônia alemã na região sul (motivo pelo qual o livro ainda é lembrado nos estudos sobre a colonização alemã) e, graças à recepção da obra tanto pela crítica como pelos leitores, renderia ao livro, no início de 1940, o prêmio da Fundação Graça Aranha (o mais importante da época), como melhor livro do ano. Entretanto, fora da região sul e da órbita dos estudos sobre a imigração e a colonização alemã, o romance é pouco conhecido, não sendo considerado uma obra canonizada ou de difusão nacional. Por outro lado, os romances *Riacho Doce* e *As três Marias* foram reeditados no decorrer desses oitenta anos, assim como estudados tanto no meio acadêmico como pelas gerações de críticos que os sucederam. Ambos os romances foram também adaptados para a televisão e produzidos e exibidos nos anos 1980 pela Rede Globo.

Os romances foram selecionados para compor o presente estudo por oferecerem uma compreensão plural de um dado momento histórico-cultural e literário. Cabe salientar que, atentando-se à natureza ficcional dos romances, essas narrativas não são consideradas por este estudo como reflexo de um contexto histórico, mas sim, na linha do que afirma Ivan Teixeira, como textos expressivos de uma época, ou seja, como parte da produção poética de um autor cujo discurso singular deve ser examinado como inserido no discurso coletivo de seu tempo (TEIXEIRA, 1998, p 32). Esse exame engendra, ainda, um senso de distanciamento crucial para que o presente seja entendido como o ponto a partir do qual se reconstrói o passado, mas sem cercear a inevitabilidade da construção de juízos de valor sobre o passado (TEIXEIRA, 1998, p. 33-34). Nesse contexto, ao abordar os discursos de autores tão diversos sob essa perspectiva, busca-se, assim como fez Thiago Mio Salla em seu estudo sobre a “cultura política” da obra de Graciliano Ramos, “ressaltar os elos conceituais que, em certo sentido, aproximavam autores e regime, enquanto participantes do mesmo enquadramento histórico, ou seja, enquanto agentes que partilhavam da mesma poética cultural” (SALLA, 2016, p. 155). O identificado aqui como “poética cultural” é um conceito – com origens no *New Historicism* e nos escritos de Stephen Greenblath – que pressupõe a produção literária, não

como produto de uma “realidade” imposta aos artistas para trabalharem com acontecimentos reais, mas sim como uma “poética” dos fatos que, uma vez presentes no mundo exterior e factual, seriam incorporadas e convertidas em tópica artística (SALLA, 2016, p. 155-156).

Para nortear a teorização da representação e discorrer sobre conceitos como identidade, pertencimento, deslocamento e cultura, esta dissertação dialoga com os estudos de Stuart Hall (2015, 2016). Segundo o autor, a representação se afastaria da concepção como reflexo e correspondência da verdade factual à medida que, nos estudos culturais, é entendida como parte do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura (HALL, 2016, p. 31). Nesses termos, cultura pode se referir sobretudo aos “valores compartilhados”, na perspectiva discursiva e simbólica, de um grupo ou de uma sociedade. Assim, sinteticamente, pertenceriam a mesma cultura os indivíduos que “interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro” (HALL, 2016, p. 20). Todavia, conforme enfatizado por Hall, mesmo que sejam os participantes de uma cultura a conceder sentidos e significados a indivíduos, objetos e acontecimentos, há sempre grande diversidade ao representar ou interpretar dentro dessa cultura (HALL, 2016, p. 19-20). A pesquisa, ao perscrutar a materialidade linguística constitutiva de cada uma dessas narrativas, busca observar se nesses romances é possível flagrar o que Hall (2015, p. 53) descreve como um movimento contrário e de resistência ao hibridismo e à diversidade cultural – o conceito de “tradição” –, uma vez que age como “fortes tentativas para se reconstruir identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o ‘fechamento’, e a tradição, frente ao hibridismo e à diversidade” (HALL, 2015, p. 53). O autor ressalta, ainda, como “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (HALL, 2015, p. 50).

Diante disso, algumas questões surgem para nortear muitas dessas reflexões: como cada romance representa a figura do estrangeiro? Como conflitos de identificação, pertencimento e alteridade são registrados nas narrativas? Como os romances contestam ou dialogam com os interesses e as medidas em vigor durante o Estado Novo? Como essas obras se posicionam dentro do romance de 30? Como ocorre a representação da personagem do fracassado, conforme descrito por Andrade (1940 e [1941]1974) e Bueno (2006)?

A fim de investigar de forma mais cuidadosa, assim como examinar as peculiaridades próprias de cada romance e dos discursos que o compõem, este texto se divide em cinco capítulos, sendo analisados, respectivamente, *Planalto*, *Enquanto as águas correm*, *Riacho*

*Doce, Um rio imita o Reno e As três Marias*⁴. Por fim, no encerramento deste texto, são incluídas considerações que relacionam as reflexões surgidas no decorrer das análises.

Assim, o primeiro capítulo se refere à análise de *Planalto*, de Flávio de Campos, romance em que as personagens estrangeiras ocupam um papel secundário dentro da narrativa. Na obra, o enredo se situa entre os anos 1931 e 1935, cujo cenário é a cidade de São Paulo. Dividido em duas partes, o romance percorre a vida de um grupo de amigos às vésperas do movimento civil-militar historicamente conhecido como “Revolução Constitucionalista de 1932”, assim como enleia à história pessoal de cada rapaz discussões sobre a ressignificação do mito do bandeirante como representante do paulista; sobre a nobreza decadente atribuída aos paulistas de quatrocentos anos; sobre as teorias raciais e deterministas, heranças das décadas anteriores; mas também, o processo de integração que parecia inviável aos imigrantes que compuseram São Paulo, seja representado pelo cosmopolita rico e sem profundidade intelectual (como é o caso de Arch), seja pelo descendente de imigrantes espoliado e desiludido da possibilidade de vir a se integrar aos grupos fechados em suas próprias regras e preconceitos (como se mostra na personagem de Chico, um descendente de italianos). Para reconstruir os diálogos destacados na trama, estudos como os de Prado ([1928] 1972), Queiroz (1992), Raimundo (2004), Velloso (1993) compõem a análise de *Planalto*, assim como as críticas coetâneas à sua publicação e os estudos posteriores, como os de Andrade (1939), Bueno (2006) e Lobato (2010).

No segundo capítulo, o estudo de *Enquanto as águas correm*, de Cyro Martins, percorre, a princípio, a análise da personagem principal, o espanhol Izidro que, após complicações com a política argentina, busco no estabelecimento em uma cidade brasileira o afastamento e o esquecimento das agitações apreciadas no passado. Na realidade, Izidro já seria um estrangeiro mesmo se não tivesse emigrado, pois, carregava características próprias àquele indivíduo que se encontrava inadaptado mesmo em ambiente familiar. Em oposição à estrangeiridade interna de Izidro, encontrava-se o médico húngaro Ladislau que, para fugir das mazelas de seu país no período entre guerras, emigrou a fim de alcançar a ascensão social e o conforto ostentado pela família antes da Primeira Guerra. Sem abdicar de suas identificações com a cultura e o país natal, Ladislau empregava, contudo, franca intenção de assimilar-se e criar raízes no Brasil, até, encontrando-se casado. Para reconstruir os diálogos

⁴ A ordem pela qual os romances foram analisados é a mesma em que são organizados nesta dissertação. A escolha se deu por visualizar nos enredos elementos que pudessem indicar um determinado período histórico-cultural dos anos 1930. Dessa forma, *Planalto*, por exemplo, representa ficcionalmente conflitos mais próximos ao início da década ao passo que *As três Marias* àqueles mais próximos ao final. Apesar disso, com exceção da introdução e das considerações finais, a leitura dos capítulos pode ser realizada a partir de outras ordens, haja vista a individualidade das análises realizadas.

destacados na trama, estudos como os de Kristeva (1994) e Love (1975) compõem a análise de *Enquanto as águas correm*, assim como as críticas coetâneas à sua publicação e os estudos posteriores sobre a obra de Cyro Martins, como os de Alvarez (1939), Andrade ([1939] 1993), Lara (1988), Martins (2012) e Soares (2009).

No terceiro capítulo, o estudo de *Riacho Doce*, de José Lins do Rego, parte da análise da personagem Edna, uma moça sueca que foi morar no litoral de Alagoas, cenário de uma das mais polêmicas tentativas de prospecção petrolífera da década. A estrangeiridade de Edna, por ser interna e já se mostrar presente desde a infância na Suécia, se intensificou quando ela chegou ao Brasil; seu deslocamento (interno e externo), seu não-pertencimento e sua não-identificação à família percorrem toda a narrativa. Desse modo, a impulsão de Edna ao diferente do que lhe era familiar a levou, ainda, a travar relações próximas com a professora Ester, a única morena dentre os loiros e a única judia em meio aos protestantes; com seu marido Carlos, cuja família é a única católica do burgo natal; ou, ainda, Nô, o jovem mestiço brasileiro por quem ela se apaixonou em Riacho Doce. O desajustamento de Edna se intensificou, ainda, com as tentativas frustradas de integração na comunidade de Riacho Doce, esta, marcada por rejeição e oposição tanto à assimilação como à modernização pretendidas pelos indivíduos forasteiros. Assim, para reconstruir os diálogos destacados na trama, estudos como os de Bauman (2005), Hall (2015), Kristeva (1994) e Sússekind (1990) compõem a análise de *Riacho Doce*, assim como as críticas coetâneas à sua publicação e os estudos posteriores, como os de Andrade ([1939] 1972), Bueno (2006), Coelho (2019), Mangueira (2012), Nascentes (2013) e Paulino (2011).

No quarto capítulo, o estudo de *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, se divide entre as impressões da personagem principal, o amazonense Geraldo, ao chegar à colônia de Blumental, e às das personagens estrangeiras que, mesmo sendo secundárias, ocupam uma centralidade notável na história. Dessas figuras, destacam-se Frau Marta e o filho Karl, assim como o médico da cidade, o dr. Stahl, relevância notada por ocuparem posições extremas quando o assunto era assimilação, preservação cultural, aculturação, miscigenação, dentre outros. De um lado, os brasileiros representam o ideal de nacionalizar a colônia ao se alinhar às políticas federais; do outro, os teutos se limitam a defender a liberdade cultural e identitária da qual sempre se beneficiaram na colônia (divididos, ainda, entre àqueles dispostos à integração com a sociedade e “a cultura brasileira” e àqueles defensores da preservação da cultura germânica). Para reconstruir os diálogos destacados na trama, estudos como os de Carneiro (2003), De Luca (1999), Luvizotto (2009), Seitenfus (2003) e Seyferth (1999)

compõem a análise de *Um rio imita o Reno*, assim como as críticas coetâneas à sua publicação e os estudos posteriores, com os de Aquino (2007), Bueno (2006) e Weber (2013).

No quinto capítulo, o estudo de *As três Marias*, de Rachel de Queiroz, se delinea a partir do texto em tom memorialista, narrado em primeira-pessoa pela protagonista, Guta. Ao rememorar momentos de sua vida da entrada no colégio interno, aos doze anos, até a fase adulta, a personagem inseriu considerações sobre as duas melhores amigas, Maria José e Maria Glórias – que, junto ao seu nome, Maria Augusta, compõem a referência às estrelas no título do romance. Por reconhecer serem perfis femininos tão diferentes do seu, Guta acaba refletindo os papéis e os lugares reservados à mulher naquela sociedade. Sentindo-se deslocada, Guta partiu para a vida adulta ansiosa por liberdade e emancipação, ao mesmo tempo em que temia não conseguir fugir à rotina estrita para alcançar esses objetivos e “conhecer o mundo” fora do colégio, da casa paterna ou da repartição em que trabalhava como datilógrafa. Em uma viagem desacompanhada ao Rio de Janeiro, Guta conheceu Isaac, um médico europeu que buscava no Brasil a oportunidade de fugir ao estigma carregado no continente natal por ser judeu. Por isso, Isaac procurava estudar para revalidar seu diploma e poder exercer a profissão, assim como se estabelecer definitiva e legalmente no país. A participação secundária de Isaac na narrativa foi quebrada, ainda, por ser a única pessoa a proporcionar à Guta momentos de felicidades como os que a faziam recordar a infância; e, ainda, pela carta anexada em um dos capítulos, a única parte do romance em que o ponto de vista da narradora não é exclusivamente privilegiado. Para reconstruir os diálogos destacados na trama, estudos como os de Bueno (2006), Carneiro (1988) e Sússekind (1990) compõem a análise de *As três Marias*, assim como as críticas coetâneas à sua publicação e os estudos posteriores, com os de Abreu (2016), Andrade (1940 e [1939] 1972), Mendes (2010), Santos (2020) e Soares (2016).

2. PRIMEIRO CAPÍTULO – PLANALTO

2.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor

Em apreciação à publicação do romance *Planalto*, Monteiro Lobato foi simpático com o autor, de quem era amigo, por isso, começou a crítica explicando o romancista estrepante tratar-se de um “um rebento da velha cepa dos Campos de São Paulo” (LOBATO, 2010, p. 211). Desse modo, o livro recém-lançado discorria sobre aquilo que seu autor conhecia bem: a elite paulistana. Flávio Seabra Pires de Campos (1903-1947) era bacharel em Direito, formado em abril de 1932, na Faculdade de Direito de São Paulo, mas iniciou sua carreira como jornalista quando ainda era estudante, colaborando com crônicas sociais, literárias, teatrais e de cinema em alguns dos principais jornais da época. Dentre seu trabalho como jornalista, destaca-se que, entre janeiro de 1931 e abril de 1932, foi cronista no jornal paulista *Diário Nacional*, assinando a coluna “Notas sociais”, sob o pseudônimo de Jayme de Avellar. No jornal *O Estado de S. Paulo*, começou a trabalhar a partir de 1930, ocupação estendida até o fim de sua vida. Nos anos seguintes, também contribuiu com textos para outros periódicos famosos, como a *Dom Casmurro* (RJ) e o *Diário da Manhã* (ES).

Além de ser um escritor pouco lembrado ou estudado pelos principais historiadores da literatura brasileira e, dado o uso constante de pseudônimos e mudanças nas assinaturas de seus textos (foram encontrados textos assinados por Flávio de Campos, Flávio Pires de Campos e Flávio Seabra Pires de Campos), encontrar informações sobre sua vida pessoal e/ou profissional tem sido um trabalho árduo e, por vezes, com poucos resultados. Sabe-se, porém, ter Flávio de Campos se mudado no decorrer dos anos 30, com a esposa, Hildegard Pires de Campos, para o Rio de Janeiro, devido às complicações cardíacas das quais sofria. O prolongamento da enfermidade acarretaria, ainda, diversos problemas financeiros para o autor, pois, sem ter uma boa relação com a família, chegaria a cogitar uma intervenção jurídica contra os pais, na qual pretendia exigir o recebimento da herança que julgava ter direito antes da morte deles⁵. Flávio de Campos faleceu em 1947, no Rio de Janeiro, tendo

⁵ Em carta enviada ao colega de jornal e advogado Plínio Barreto, em 17 de janeiro de 1944, Flávio de Campos narrou seu recém-reestabelecimento após um longo período em que permaneceu acamado por causa dos problemas no coração. Para o redator-chefe d’ *O Estado de S. Paulo*, relatou os embates tidos com a família que, para ele, haviam lhe desamparado no momento de enfermidade; por isso, pretendia processar os pais e pedir a herança da qual tinha direito receber quando os progenitores viessem a falecer: “deixaram de ser meus pais e são, hoje, os piores inimigos que possuo: os que me negam dinheiro que afinal é meu, a mim a quem, nas circunstâncias em que estou, dinheiro é saúde, e saúde possibilidade de prolongar esta vida periclitante” (CAMPOS, 1944, apud CABRAL, 2009, p. 16-20). Por não terem sido encontradas outras correspondências entre os dois, não é possível afirmar se Flávio deu prosseguimento ao processo ou se ocorreu a reconciliação com os pais, Esther Seabra e Aurelino Pires de Campos.

publicado obras hoje pouco conhecidas, como *Os poemas verdes da melancolia*, em 1926, quando ainda era estudante de Direito; *Planalto*, em 1939; e *Ponta de trilho*, romance póstumo (1948).

Publicado pela editora José Olympio, em 1939, *Planalto* é dividido em duas partes (a primeira denominada “1931-1932” e a segunda, “1934-1935”) e transcorre entre os anos de 1931 e 1935, período no qual a sociedade paulistana (tanto a ficcional como a histórica) se encontrava movimentada por diversas mudanças sociais, culturais e políticas. Lendo a primeira parte, supõe-se, a princípio, que o protagonista do romance seja Fernando Ribeiro, rapaz recém-formado em Direito e membro de família da alta classe social paulista. Para Rui Ribeiro, Fernando seria uma espécie de alter ego do romancista, ambos bacharéis, colunistas de jornais famosos e membros da alta sociedade paulistana (RIBEIRO, 2002, p. 20). Na primeira parte do romance são dedicadas diversas páginas à caracterização de Fernando mostrando suas confusões amorosas e, em suas constantes idas aos bares da cidade, as conversas travadas com o grupo de amigos, nas quais vão sendo caracterizados as demais personagens: Edgar, Ralpho, Chico, Chicão, Arch, Hércules, Fornellas, Cobrinha, Nondas e Lauro. Lauro Lemos da Rocha, era primo de Fernando e, na primeira parte, estava morando no interior de São Paulo, onde advogava em uma cidade chamada Sumidouro⁶. Sua participação como protagonista é constatada apenas na segunda parte do romance, após seu retorno à capital.

O episódio central do romance é a representação da revolta civil e militar ocorrida em 1932 na qual as personagens se envolveram diretamente. O movimento ficou lembrado como a “Revolução Constitucionalista de 1932” ou, ainda, como a “Revolução de 1932”, cujo intuito principal foi depor o Governo Provisório, instituído no final de 1930, mas também exigir a convocação de uma Assembleia Constituinte para o país⁷. Os bastidores da “Revolução de 1932” narrados no romance, a partir da experiência das personagens que se alistaram, marcam o final da primeira parte.

⁶ Não há nenhuma cidade no estado de São Paulo com o nome de Sumidouro. No estado do Rio de Janeiro há uma Sumidouro, contudo, baseando-se nas informações presentes no romance, pode-se afirmar que a Sumidouro para onde Lauro se mudou ficava no interior de São Paulo, logo, tudo leva a crer ser uma cidade fictícia. No mais, Sumidouro é o nome dado a um buraco que pode ser formado tanto natural como artificialmente. Os sumidouros naturais ocorrem quando o solo não possui grande quantidade de argila e com o fluxo constante de águas (da chuva ou, ainda, de águas subterrâneas) são formadas grandes galerias no subsolo fazendo com que a camada superior de areia não suporte e afunde gerando grandes buracos no solo. Os sumidouros artificiais são aqueles que possibilitam a infiltração de efluentes de fossa séptica para o subsolo.

⁷ O uso de aspas será utilizado no texto sempre quando houver menção ou alusão às revoltas civis e militares ocorridas em 1930 e 1932, uma vez que, devido a reinterpretação do período histórico possibilitada pelos estudos que envolveram a escrita do presente trabalho, discordo do caráter revolucionário conferido aos movimentos, entendidos, aqui, como tentativas ou efetivações de complexos golpes cujo intuito foi defender e/ou justificar a presença e a preponderância de determinados grupos político-sociais no poder.

Na segunda parte, “1934-1935”, as personagens podem ser encontradas (mesmo anos depois) na mesma posição ocupada antes da “Revolução”, mas sem a esperança que o movimento oferecia: São Paulo não ganhou a “guerra” contra o Brasil, todo o movimento foi transformado, pelo sarcasmo político, em um equívoco (CAMPOS, 1939, p. 354). Para Luís Bueno (2006, p. 473-477), o próprio enredo de *Planalto* representa um momento de indefinição, uma vez que, escrito após a instauração do Estado Novo, abordava a “Revolução de 1932” tratando de um tempo de impasse a partir de um outro momento de impasse, isto é, o final da década e o acirramento das tensões no período pós-instauração do Estado Novo e anterior à guerra. Ainda segundo o autor, a indefinição de *Planalto* pode ser constatada já em sua divisão estrutural, pois a primeira parte (mais longa e desenvolvida) remete ao momento de decisão (pela “Revolução”), enquanto a segunda, passada nos anos de 1934 e 1935, vai simplesmente mostrar o resultado (do fracasso) das opções feitas.

Procurando discorrer sobre as representações do estrangeiro presentes no romance, este capítulo será dividido em duas partes de modo a verificar tanto as caracterizações construídas por brasileiros como aquelas que podem ser percebidas especificamente a partir do estudo das personagens estrangeiras. Assim, em “A aristocracia paulista e a defesa das tradições: as personagens brasileiras” são destacados os discursos das personagens em defesa das tradições, com foco no grupo representado no romance dos “paulistas de quatrocentos anos”. Ao discorrer sobre as modificações pelas quais a sociedade paulistana no início do século XX passava, principalmente, após a chegada dos imigrantes, é ressaltada também as tentativas de assimilação dos estrangeiros com os “quatrocentões”. Nesta parte, são analisados os pontos de vista de algumas personagens com participação significativa no desenrolar da narrativa, seja por meio das divagações de Edgard sobre a alma dos bares e da cidade de São Paulo, só podendo ser compreendidas pelos “orgulhosos” descendentes das famílias fundadoras da vila de São Paulo de Piratininga; do orgulho pomposo do nobre e decadente Ralpho destoando e satirizando sua atual decadência econômica e intelectual; dos problemas de Chico que, preso às tradições sustentadas pelo pai, se via em má situação econômica dada a dificuldade encontrada para advogar; ou de Lauro, protagonista do romance, cujos problemas também são financeiros, e o levam a desacreditar de que o nome da família e a tradição quatrocentona pudessem lhe ajudar a superar suas crises. Cético às crenças e opiniões defendidas pelos amigos, Lauro vai tecendo suas melancólicas opiniões sobre a inutilidade da tradição e sobre o determinismo social no qual estavam imersos.

Em “Conflitos e rejeições marcam a assimilação do estrangeiro: as personagens estrangeiras” o casamento de Rodolpho e Carmella figura a união entre o membro da família

tradicional e a descendente de italianos, combinação entendida como queda no nível social de Rodolpho, mas também como a única maneira para a ascensão social da moça e para a entrada no íntimo círculo dos “quatrocentões” ao qual a família do marido pertencia. Nesta parte, são também destacados os discursos das personagens que dialogam com o processo de ressignificação do mito bandeirante como símbolo de representação do paulista. Esse movimento intelectual, ocorrido entre os anos 1920 e 1930, empregando as palavras de Maria Isaura Queiroz (1992), envolveu as “vicissitudes de um imaginário”, ou seja, decorreu para a mudança no significado do bandeirante na tradição paulista. Assim, ao apontar a suposta superioridade paulista em detrimento ao restante do país (proporcionada pelo mito do heroísmo dos bandeirantes), questões como o racismo, a eugenia, o determinismo e a purificação étnica podem ser destacadas. A ida de Chicão ao sertão marcou o processo no qual ele, descendente de italianos, fez o caminho supostamente feito pelos bandeirantes para alcançar o sucesso. Apesar de bem recebido no grupo, Chicão sentia-se deslocado em meio aos amigos cujas famílias (supostamente) possuíam muitos anos de tradições e conquistas heroicas. Sua decisão parecia, ainda, uma resposta às questões de Edgard, no início do romance: “Quantas gerações exige a terra para se desvendar ao imigrante? Uma? Duas? Não. Os filhos e netos dos italianos e sírios ainda não compreenderam a terra misteriosa – os segredos invioláveis da terra...” (CAMPOS, 1939, p. 58), se perguntou o rapaz, enquanto refletia sobre a alma do bar. Pela lógica de *Planalto*, para Chicão entender São Paulo, precisaria se tornar bandeirante.

Em meio a tantas opiniões, a construção de Arch, o único estrangeiro do romance, revela apenas características superficiais, mantendo-o em uma posição secundária. A passagem de Arch em *Planalto*, apesar de curta, contribuiu para a compreensão geral das ideias defendidas no romance à medida que o enredo do livro recriou e se baseiou em diversos acontecimentos históricos – não apenas a “Revolução de 1932” a qual as personagens se envolvem, mas também toda uma discussão político-social que circundava a sociedade representada – de modo que, por todo a narrativa, se cruzam à ficção resquícios históricos daquele período. Publicado no segundo semestre de 1939, o romance chegou ao público em um momento de grande politização (o Brasil, já há uma década sob o poder do ditador Getúlio Vargas, vivia os primeiros anos do Estado Novo, instituído em 1937; o mundo se polarizava e prenunciava o início da guerra que se estenderia por mais de cinco anos e acarretaria a morte e o extermínio de milhões de vidas). Com o passar dos anos, *Planalto* foi relegado ao esquecimento tanto pelos leitores quanto, com algumas exceções, pelos críticos e estudiosos

de literatura brasileira que se dedicaram à pesquisa sobre a produção intelectual na década de 1930.

2.2 A aristocracia paulista e a defesa das tradições: as personagens brasileiras

Em *Planalto*, Flávio de Campos enfoca, principalmente, as crises sobre as quais a sociedade paulista se envolveu na década de 1930. Com a expansão do cultivo de café, São Paulo se tornou um estado de forte poder econômico, mas a crise financeira acentuada a partir de 1929, com o “Crash” na Bolsa de Valores de Nova York, levou muitos cafeicultores e proprietários de terras à falência. Sem se recuperar financeiramente, a elite cafeeira adentrou a década de 1930 com sérios problemas agravados até a mal fadada “Revolução Constitucionalista de 1932”. Em 1930, chegou ao fim a “política do café com leite” e, mesmo sem o apoio de Minas Gerais, o candidato paulista à presidência, Júlio Prestes, venceu as eleições, sem, contudo, chegar a ser empossado. Em outubro daquele ano, mascarando o caráter golpista do movimento, Getúlio Vargas chegou ao poder com a “Revolução de 1930”. Nesse contexto, *Planalto* descreve ficcionalmente os primeiros anos daquela década, de 1931 a 1935, a partir do ponto de vista de suas personagens: um grupo de jovens amigos que se encontrava nos bares da capital para discutir, dentre diversos assuntos, política, economia e teorias socioculturais. Como será mostrado no decorrer do capítulo, este romance não oferece, de forma alguma, possibilidades do único estrangeiro do grupo (Arch) exercer reflexões dentro da narrativa, ao contrário do que ocorre com os demais rapazes, constantemente utilizando suas chances de expressão para se vangloriar da ascendência quatrocentona. Das personagens, Fernando, Lauro, Edgard, Ralpho e Chico pertencem ao grupo dos “paulistas de quatrocentos anos”. Archibald e Chicão pertencem ao outro grupo, dos “paulistas de poucos anos”, uma vez que Archibald é brasileiro-inglês (no romance não é esclarecido se a personagem é descendente de ingleses nascido no Brasil ou se é inglês naturalizado brasileiro) e Chicão é descendente de italianos (seus pais foram imigrantes).

Na abertura de *Planalto*, Fernando encontra-se na estação ferroviária onde foi se despedir de Lauro; seu primo e melhor amigo embarcava para o interior. No decorrer dos capítulos da primeira parte do romance, apesar de ser mencionado constantemente, Lauro permaneceu em Sumidouro, onde foi trabalhar, a princípio na delegacia, e depois, como advogado de pequenas causas interioranas; contudo, em meio às trapalhadas amorosas de Fernando, é constantemente lembrado pelo primo que divaga sobre o que Lauro fazia no momento ou o que ele pensaria (e aconselharia) caso lhe contasse dos seus problemas. Nesse

meio tempo, sentindo a falta do amigo, Fernando sofria com a ausência e o distanciamento das comunicações entre ambos. Em um dos *rendez vous* frequentados, conheceu Irene, com quem iniciou um relacionamento que no decorrer do romance se apresentou cada dia mais conturbado. Mas, naqueles primeiros tempos da ausência de Lauro, “aquele amor chegava no momento oportuno. [pois] Desde que o amigo inseparável partira, Fernando começara a sentir a solidão das multidões” (CAMPOS, 1939, p. 21).

Apesar da onisciência seletiva múltipla empregada na narrativa, quando Fernando e Irene estavam juntos, o narrador priorizava o ponto de vista de Fernando, descrevendo, assim, a moça a partir de suas opiniões. Carregado de críticas, o enredo de *Planalto* já apresenta uma grande ironia na própria escolha feita dos nomes das personagens pelo romancista. Pensando no estudo onomástico aplicado à análise literária (CAMARGO, 2020), a relação conturbada entre Fernando e Irene, por exemplo, contrariaria o significado do nome da jovem que é “paz”, “aquela que traz a paz” (AZEVEDO, 1993, p. 309). Apesar disso, a passividade de Irene faz parte da sua caracterização:

Vinte e três anos. Nem loura, nem morena. Um metro e cinquenta e cinco, mais ou menos. Calma; passiva. Inteligente e bronca. Pouco estudara nos livros e a vida ainda não tivera tempo de a ensinar. Mas boa. Boa de alma. Louca para poder amar alguém que não lhe batesse, como o dentista, e que não a fizesse abortar, de pancadas, como o português inaugural. E assim mesmo era boa, boa de alma, apesar do passado: o português, o dentista, os homens da Adelita – primeiras impressões que a vida lhe dera. Mas boa, boa de alma. E simples; calma; passiva... (CAMPOS, 1939, p. 23)⁸.

Os adjetivos empregados na caracterização da personagem são imprecisos, quando não, contrários uns aos outros: Irene não era uma coisa nem outra “nem loura, nem morena”, mas também era os dois opostos “inteligente e bronca”. A unanimidade na descrição vem apenas de que era “boa, boa de alma. E simples; calma; passiva”. Mas sua calma e passividade, longe de trazerem paz a Fernando, traziam tormento. Passadas as primeiras semanas de relacionamento, foi justamente a calma, o jeito passivo e cômodo de Irene que Fernando acreditava ser o que o perturbava. A única coisa esperada pela moça, em retorno à vida cômoda levada juntos, como destaca o narrador em discurso indireto livre, era “poder amar alguém que não lhe batesse”, mas as desconfianças e a falta de empatia de Fernando levaram o relacionamento para o caminho contrário, com vários términos seguidos de agressão física e reconciliações. O passado do *rendez vous*, casa de prostituição onde conheceu o amante, a perseguia e, estando com Fernando, ambos não tinham paz. Mas o

⁸ Na reprodução deste fragmento, assim como dos demais existentes ao longo da dissertação, atualizei, quando necessário, a ortografia de acordo com as normas vigentes. Tal procedimento não foi, contudo, adotado em relação à grafia dos nomes próprios. Na transcrição dos fragmentos utilizados neste texto também foi respeitada a pontuação utilizada pelos autores.

histórico amoroso de Fernando contribuía para as tribulações na relação, antes de Irene teve uma convivência desastrosa com outras moças; e, mesmo depois, com a italiana Anitta, os problemas foram recorrentes. São constantes no romance (nesse e em outros relacionamentos de Fernando) as referências à violência contra a mulher, sempre culpabilizadas pelas crises entre o casal ou estigmatizadas por algum ato do passado (mesmo Irene tentando agradar Fernando de todas as formas possíveis, ele a agredia e a traía repetidamente, sempre desconfiando dela). Em *Planalto*, o papel relegado às mulheres é o da subalternidade, são consideradas propriedades dos companheiros, podendo ser traídas ou espancadas por eles sem poderem se revoltar ou reagir; o esperado delas era a obediência, a submissão e a fidelidade. A oportunidade de recomeçar, tentada por Irene, foi inviabilizada justamente por atitudes de Fernando que a estigmatizavam pela “queda”, para utilizar os termos da época.

Recém-formado em Direito, Fernando trabalhava em seu escritório de advocacia e como cronista em um jornal influente (o nome do jornal não é informado no romance). De acordo com o que pensava, por ter três irmãs e ser o único filho homem, receberia, após o falecimento da mãe, uma boa herança, por isso, levava a vida “de bar em bar” e “de amante em amante”, constantemente montando apartamento para viver com uma delas. O significado do nome Fernando é “ousado para atingir a paz”, “o que ousa viajar” ou, ainda, “viajante corajoso” (AZEVEDO, 1993, p. 215). Longe de ser o viajante corajoso de seu nome, em *Planalto*, Fernando é uma pessoa cômoda e consciente de que esperava que os outros “agissem” por ele, como podemos destacar nas primeiras páginas do romance enquanto observava a movimentação da cidade e reconhecia: “os homens trabalhavam, – trabalhavam como trabalhara seu avô, trabalhavam como o Lauro ia trabalhar, trabalhavam para que ele não trabalhasse!” (CAMPOS, 1939, p. 13). Enquanto os outros trabalhavam, a personagem acreditava poder tomar um aperitivo no meio da tarde; a inutilidade era como a lei de sua vida. Com Irene era a mesma coisa: a moça facilitava-lhe a vida e, em razão de morarem juntos, ele tinha alguém que limpava, cozinhava, passava, arrumava os livros, tudo a seu gosto. Em um discurso indireto podemos destacar a acomodação na qual ele se encontrava já no início do relacionamento: “a mulher foi ficando. Ele habituou-se àquele beijo convencional, no momento em que saía para o escritório e nos momentos em que vinha da rua. Não gostava, é verdade. Parecia casamento. Mas concordou, por preguiça. E habituou-se” (CAMPOS, 1939, p. 22). No decorrer da narrativa, mesmo com as idas e vindas amorosas, essa característica de Fernando não mudou, pois ele sempre se movimentou de acordo com as circunstâncias, sem a “ousadia” para ir adiante. Nem mesmo com a sua adesão à “Revolução de 1932” algo mudou, ele aderiu porque, andando à paisana pelo M.M.D.C., rapidamente o

nomearam em meio às movimentações e à confusão do início dos conflitos⁹. Ousadia, de fato, não existia.

A princípio, desse modo, Fernando poderia ser confundido pelo leitor como a personagem principal, pois faz parte de grande parte das ações desenroladas na narrativa; mas, na segunda parte do romance, a participação de Lauro como protagonista torna-se explícita, pois, para além das menções feitas anteriormente a ele, nesta parte ele passa a ser centro dos conflitos. A escolha do nome “Lauro”, cujo significado é “louro, loureiro”, também pode suscitar à coroa de louros entregue aos heróis a fim de simbolizar a vitória e a honra. Sabendo que os amigos e a família esperavam o sucesso dele, Lauro não se sentia um vitorioso, pelo contrário, sem atingir as expectativas criadas tanto pelos outros como por ele para seu sucesso profissional e financeiro, se sentia um fracassado (eis, assim, a ironia da escolha de seu nome). Por conseguinte, a sensação de fracasso também foi empregada repetidamente no romance de forma a desenvolver a derradeira decisão de seu suicídio ao final de *Planalto*. Cultíssimo, Lauro era tomado em alta conta pelos amigos e tem sua (nem sempre) sensata opinião “convidada” a participar das discussões. Como o primo, Lauro também é bacharel em Direito – “bacharel” é, ainda, o apelido recorrente com o qual se referem a ele – e, após a frustrada “Revolução de 1932” deixou Sumidouro e regressou a São Paulo, indo trabalhar com Fernando no escritório de advocacia; o negócio, contudo, ia mal devido à ausência de clientes. A má posição econômica de Lauro era como uma consequência do passado desastroso de seu pai que, mesmo falecido, havia deixado uma espécie de “legado de fracassos” ao filho. O determinismo é marcante na descrição da personalidade e das dificuldades de Lauro uma vez que, mesmo tendo batalhado (reconhece, porém, não ter sido persistente o suficiente) para ascender na vida, acabou “seguindo os passos” do pai rumo à falência. Lauro ganhou muito dinheiro em Sumidouro, mas perdeu tudo, como se o fracasso financeiro fosse hereditário. O caráter do insucesso de Lauro faz lembrar a personagem, descrita por Mário de Andrade, em “O traço característico”, o fracassado (ANDRADE, 1940, p. 13).

Considerando essa perspectiva, Lauro caminharia para o mesmo fracasso do pai sem opor nenhuma resistência, entretanto, por um intervalo de tempo, houve uma tentativa de romper com essa ligação quando o protagonista esteve no interior, na primeira parte do romance. Procurando evitar generalizações, Bueno também examinou o fracassado como

⁹ “Fernando apareceu no antigo Fórum, onde instalaram o M. M. D. C. Azafama, algazarra, confusão. Foi espiar o movimento, e dali a dez minutos era nomeado presidente de uma bandeira cívica. Dirigiu-se ao Palácio, onde foi buscar um ofício circular, dirigido aos prefeitos, recomendando-lhes todo o apoio e auxílio aos moços da bandeira. Devia escolher doze jovens, oradores, para levar em sua companhia. Onde os doze?” (CAMPOS, 1939, p. 271-218).

caracterização recorrente nas personagens desse período e, a partir das formulações feitas pelo autor modernista, despontou dois elementos a serem examinados: “a natureza do fracasso que domina o romance de 30 e sua articulação com uma ideia de identidade nacional” (BUENO, 2006, p. 76). Afastando-se do otimismo ingênuo tido por Mário de Andrade para a questão da identidade nacional (motivo pelo qual o fez considerar o romance de 30 uma literatura de conformismo e desistência), Bueno avaliou a investigação do fracasso pelos romancistas de 1930 não como um meio de operar a desistência, e sim como a tomada de consciência do subdesenvolvimento do país e das impossibilidades de solucionar aquele presente sem antes mergulhar em seus problemas e atraso. Assim, a personagem desse romance não seria encarregada de promover ações para mudar essa ordem, mas sim, “servia para incorporar algum aspecto do atraso” (BUENO, 2006, p. 78). Nesses termos, é preciso considerar que Lauro fazia parte de uma ordem atrasada e insustentável, por se encontrar ligado a um passado que desmoronava e do qual dificilmente conseguiria se desvencilhar (as instituições sociais representadas pelo bacharel e pelo quatrocentão, por exemplo, se mostravam falidas no romance; Chico também passava por crise similar). A impossibilidade de encontrar um lugar na nova ordem é intensificada após o retorno do protagonista a São Paulo.

Morando em Sumidouro, em poucos meses, Lauro ganhou bastante dinheiro (cerca de cem contos na moeda da época), contudo, “um dia veio a revolução contra os lenços vermelhos, contra os punhais nas perneiras. Ele se meteu no movimento por curiosidade, por espírito de aventura, por solidariedade a amigos e um pouco por paulistismo” (CAMPOS, 1939, p. 270). Findada a “Revolução de 1932”, Lauro retornou à cidadezinha do interior, todavia, quando foi denunciado por fazer “negócio com as requisições” durante o movimento, preferiu regressar a São Paulo para nunca mais voltar (mesmo provando a improcedência da acusação), pois percebeu que “Sumidouro queria vê-lo preso, ou vê-lo fora” (CAMPOS, 1939, p. 270). Mas a São Paulo onde nasceu “era uma voragem, uma amante cara” e, sem conseguir ganhar dinheiro, só lhe dava duas opções: ir para o Oeste e seguir o rumo apontado pelo Tietê e pelas bandeiras (como ele já havia tentado mudando-se para Sumidouro); ou ficar e “adaptar-se a uma sub-vida, com um infra-orçamento, aparecer perante os amigos como um homem culto que falhou”. Orgulhoso, contudo, reconhecia para si próprio não ter nascido para a miséria, “para viver a existência humilhada dos pobres” ou, pior, viver de favores; preferia continuar seguindo o caminho do pai (CAMPOS, 1939, 271-272). Tudo isso, refletia Lauro na mesma poltrona baixa em que o pai se suicidou e na qual ele também se suicidaria ao final do romance.

A ligação entre os pensamentos pessimistas de Lauro com os de seu pai é feita explicitamente pelo narrador a partir de uma digressão do processo reflexivo do protagonista para explicar ao leitor que Lauro “repetia, sem saber, pela força do atavismo, mudadas as circunstâncias, as mesmas conclusões negativistas do pai” (CAMPOS, 1939, p. 267). Retornando vinte anos, o narrador faz uma retrospectiva na narrativa para mostrar que, assim como Lauro, o “velho Lemos Rocha” também um dia passou (e pensou) por situações parecidas. O pai de Lauro foi um moço talentoso, filósofo, explicou-nos o narrador, eleito deputado estadual, renunciou dias depois para, em seguida, casar-se “com uma conterrânea digna, mas simples professorinha”, um escândalo e uma loucura “para sua classe econômica e social, para a mentalidade feudal de sua família”. Pouco depois, com a morte do pai (avô de Lauro), recebeu a herança que, em poucos anos, perderia no jogo. Um dia, ao perceber-se falido e sem ter como manter a vida luxuosa e confortável com a qual havia se acostumado, se suicidou deixando a mulher e o filho para “viver uma vida de provações” (CAMPOS, 1939, p. 268-269). O narrador recorre, nessa digressão, à síntese dos feitos (e malfeitos) do pai para ligá-los à vida do filho.

Como foi a vida do protagonista após o suicídio do pai o leitor já sabia páginas antes: Lauro foi viver no palacete da avó, onde, “rodeado de luxos”, ficou até ser enviado ao internato. Anos depois, ao retornar, preferiu afastar-se da família paterna para morar com a mãe, “que começou a auxiliar, assim que se matriculou na Faculdade e começou a trabalhar”. Adulto, da família do pai só se dava bem com a tia, dona Siomara, que, apesar de Lauro considerar soberba como sua avó, revela o narrador, era mãe de Fernando, um primo ao qual se afeiçoara e quem supunha não compactuar com os preconceitos sociais da família em relação à sua mãe e, por conseguinte, por ele também (CAMPOS, 1939, p. 152-153). Lauro mal conheceu o pai, mas reconhecia serem muito parecidos, principalmente, nos fracassos. Do pai, havia herdado o caráter apático, sentencia o narrador: “Não fora seu temperamento indulgente, por decorrência do ceticismo básico, herdado do pai, Lauro seria um revoltado, em lugar de um apático” (CAMPOS, 1939, p. 152). Foi essa “apatia” herdada que o impossibilitou de defender a mãe, pois ela levou uma vida modesta e cheia de dificuldades morando na mesma cidade da família do falecido marido a qual levava uma vida cheia de luxos – “na própria cidade onde enviudara e onde, rodeando-a, sogra, cunhados e cunhadas aceitas levavam vida de fausto” (CAMPOS, 1939, p. 152).

Assim, ao pensar na vida do pai, mas também na dele, Lauro divide-se entre a constatação da “inevitabilidade do fracasso” ao qual estava predestinado, afinal era o determinismo em vigor na constituição da sua personalidade, e a vontade de lutar, pois sabia

que “tudo é luta; todos lutam” (CAMPOS, 1939, p. 269). Reconhecia, porém, não conseguir lutar, pois discernia ser “consciente, [logo] sabia como somos escravos de forças incognoscíveis: tara, destino, carma, – ele se recusava a prender, acusar, esmagar...” (CAMPOS, 1939, p. 270). Compactuando com o determinismo com o qual o narrador delineava sua vida – a partir daquela levada pelo pai –, Lauro procurava se convencer de que foram as taras transmitidas hereditariamente que o levavam a gastar todo o dinheiro ganho nos “prostíbulos de alto bordo” (talvez os mesmos outrora frequentados pelo pai). De acordo com esses pensamentos, era o destino quem o fazia seguir o “carma” do falecido. Não há liberdade para escolher um novo caminho, sua única tentativa, a ida a Sumidouro, mostrou-lhe que lutar não adiantaria. Em vez de levar uma vida mais modesta e sem os luxos com os quais era acostumado (os charutos cubanos, as bebidas que gostava, os aperitivos com os amigos, as idas aos concertos e ao teatro, os livros e etc.), Lauro acreditava preferir “a solução briosa de seu pai”, o suicídio. Desiludido, enquanto se suicidava, Lauro perdeu duas oportunidades positivas em sua vida. A primeira “rasteira” do destino foi a financeira: o bilhete de loteria comprado por acaso estava premiado, e o dinheiro do prêmio permitiria um recomeço. Além do dinheiro da loteria, Lauro, naquele dia, seria surpreendido com a atitude da irmã de Fernando, da Graça, que havia decidido tomar uma iniciativa amorosa em relação a ele. Os dois acontecimentos que poderiam mudar as perspectivas de vida de Lauro, como ressaltou Bueno (2006), punem-no pela falta de crença¹⁰.

Comparando-se aos amigos, Lauro supunha-se aquele com mais problemas financeiros. Fernando possuía propriedades alugadas que lhe garantiam uma renda fixa mensal, além da certeza da fortuna a ser recebida como herança após o falecimento da mãe. No mais, Fernando, ao contrário dele, refletia Lauro, “era danado para agradar as mulheres”, por isso, poderia se casar com uma moça rica quando quisesse. O amigo Edgard era rico e não tinha dificuldade em manter seu padrão de vida. Chico, apesar dos embates com o pai e das dificuldades em advogar, finalmente havia conseguido um bom emprego, além disso, “tinha cama e mesa garantida” na casa da família. Arch também vivia com a família e ganhava uma boa renda com as corretagens e a boa sorte no jogo. Ralpo não tinha uma fortuna com a qual

¹⁰ “Essa falta de crença no futuro o leva ao suicídio – e, o pior, num momento em que tudo estava prestes a se resolver para ele. Afundado em dívidas, vai caindo fundo no desespero. Ao perambular pela cidade acaba comprando, sem vontade, um bilhete de loteria – já havia comprado outros, inutilmente – que seria sorteado e lhe daria cem contos. Ao mesmo tempo, uma surpresa se preparava para ele no campo amoroso. Sempre tímido, tido pelos amigos como um ‘secarrão’, cultivava uma paixão distante por uma prima, irmã do amigo Fernando, que se casara, mas cujo marido morreria na revolução de 32. Pois essa moça se decidira a fazer um gesto em sua direção, convencida de que gostava dele. Envenenando-se, abdica da vida sem saber disso tudo. Castigo imenso pela falta de crença” (BUENO, 2006, p. 474).

contar, mas possuía um emprego fixo que lhe possibilitava se sentir grande mesmo vivendo em meio à mediocridade e à decadência.

Enquanto refletia sobre a situação econômica dos amigos, Lauro tecia diversas opiniões sobre eles, em especial, sobre Edgard. Para o protagonista, “Edgard era rico e feliz”. Descrito como “magrinho e moreno” e pouquíssimo preocupado “pelo destino da humanidade não artista” (CAMPOS, 1939, p. 288), Edgard tinha uma sensibilidade às artes e à literatura que conseguia manter graças à riqueza ainda ostentada pela família. Nobre e fino, Edgard “levava sua vidoca indo a concertos, conferências, tocando violino e tratando suas orquídeas”, vivia em um palacete esplêndido repleto de criados que cuidavam dele e do irmão, Djalma, enquanto o pai “andava sempre pela Europa enleado com suas francesinhas”. Culto, o engenheiro lia, cultivava orquídeas, apreciava pintura e escultura, possuía uma coleção de discos formidável e distraía-se com viagens de veraneio, sem precisar trabalhar (CAMPOS, 1939, p. 294)¹¹. Novamente considerando o estudo onomástico para a análise da narrativa, Edgard é um dos poucos personagens de *Planalto* cuja caracterização no romance não é oposta ao significado de seu nome. Edgard significa “lança afortunada, abençoada”, mas também “aquele que protege suas riquezas com a lança” (AZEVEDO, 1993, p. 181). Considerando a caracterização de Edgard, poder-se-ia incluir, ainda, Edgard como “aquele que fere com sua riqueza”, porque, de fato, é como este personagem atinge os demais, em especial, Ralpho.

A participação de Edgard dentro da narrativa é marcada de maneira positiva pelos acontecimentos. Apesar de ser uma personagem secundária, a ele são possibilitados diversos momentos de reflexão e de expressão de opiniões. A cena em que se encontrava no bar e refletia sobre a alma tanto do bar como da cidade de São Paulo é uma das mais reveladoras dos conflitos e da representação do papel do estrangeiro dentro de *Planalto*. Sentado “quase imperceptível na semiobscuridade da mesa que escolhera”, Edgard do Amaral Mendonça refletia, conta-nos o narrador. Sozinho no bar onde habitualmente encontrava os amigos, enquanto bebia seu *whisky*, Edgard pensava naquele lugar, ambiente frequentado pela sua

¹¹ O comentário sobre o fato de Edgard não precisar trabalhar é um misto de apreciação do narrador com o discurso indireto-livre de Lauro: “O Edgard até fazia bem de não trabalhar. Um pobre de espírito, um homem comum precisa trabalhar, porque o trabalho é tudo, para ele, – a distração e a finalidade, o ‘hobby’ e o objetivo mais alto. Mas Edgard lia, Edgard cultivava orquídeas, apreciava pintura e escultura, Edgard sabia veraneiar, indo a Poços, Lindoya, S. Lourenço, Bertioga, Rio, Itanhaém. Fazia ele muito bem” (CAMPOS, 1939, p. 294). A diferenciação entre Edgard e Lauro (um homem comum) é feita pelo narrador que exalta o primeiro em detrimento do segundo; Lauro era apenas “um pobre de espírito, um homem comum”, era ele quem precisava ganhar o próprio sustento para sobreviver. Esse é o modo como Edgard fere Lauro, com sua riqueza, já que ambos poderiam ser considerados sensatos e cultos (o que os colocaria em situação de igualdade).

classe social, e onde diferentemente de outros espaços, “os paulistas de poucos anos”, ou seja, os imigrantes não se sentiam confortáveis.

Em que pensava aquele moço fino, descendente de um tronco ilustre, cujas origens se entrosavam na origem da Capitania, calado daquele modo, bebericando seu Canadian, como que furtivamente, numa mesinha pouco iluminada do bar aristocrático? Pensava no estranho destino daquele bar, nascido num flanco quieto do teatro máximo, e frequentado apenas pelos rapazes da melhor estirpe de Piratininga. Aquele era o bar do Villa, do Eduardinho, dos Lins de Vasconcelos, do Moacyr Pisa, do Hervedal, do gordo Anhaia e do gigantesco Arouche. Lá estavam, todas as noites, Iodiran, o velho bruxo amável, o “capitão” Juquita, os Craig, o Atalibinha, o Dudu Penteadado. E, ao lado deles, que eram o esteio, os frequentadores “ainda mesmo que chova” do bar dos espelhos e dos dourados, lá estavam, todas as noites, as Loulous, as Boccaris, Nenê Pé-de-Anjo, Miarka, Nena Turca, Nenê Romano, – todas as cocotes de alto bordo, que depenaram e embasbacaram S. Paulo fazendeiro (CAMPOS, 1939, p. 56-57).

Personagem das noites paulistanas, o bar é espaço de várias cenas em *Planalto*, haja vista ser o ponto de encontro dos amigos. No trecho acima, o narrador utiliza os pensamentos e reflexões dessa personagem na tessitura do texto procurando deixar-se, todavia, de fora da responsabilidade sobre as opiniões levantadas. No início da cena a narração vai se aproximando aos poucos, questionando-se o que aquele jovem de tão boa família poderia pensar sentado naquela mesa mal iluminada do bar; na sequência da narração, a voz do narrador se afasta e a resposta sobre o teor dos pensamentos de Edgard são revelados a partir do discurso indireto-livre: “Pensava no estranho destino daquele bar, nascido num flanco quieto do teatro máximo, e frequentado apenas pelos rapazes da melhor estirpe de Piratininga” (CAMPOS, 1939, p. 56-57). Ciente de pertencer à elite paulistana há quatrocentos anos, para Edgard, o bar possuía uma simbologia maior do que supunham todos, pois, uma vez “frequentado apenas pelos rapazes da melhor estirpe de Piratininga”, possuía uma alma aristocrática que impedia aos imigrantes ou descendentes de se sentirem à vontade no “reduto” dos moços finos e de “tronco ilustre”:

Então os bares têm alma, também eles? Se não possuírem, como explicar aquele respeito meio místico, aquela certeza de que seriam mal recebidos em seu aconchego, aquela timidez que os emigrados sentiam perante o bar, compreendendo, todos eles, os novos-ricos, filhos de sírio e filhos de italiano, que aquilo era um consulado da velha raça, um abrigo, uma espécie de clube só frequentado pelos que tinham seus avós sepultados em Piratininga? (CAMPOS, 1939, p. 57).

A “alma” do bar advinha de certo “jeito grave, fechado, circunspecto” do ambiente que muito refletia o modo de ser e o caráter de seus frequentadores, assim como do status de sua localização e de seu passado nobre. Pensando especificamente em São Paulo, Edgard reflete não ser apenas o bar quem possuía alma, pois esta era uma característica de grandes e imponentes cidades, como Roma, Atenas, Tebas e, para ele, também São Paulo (eram cidades

cujos caracteres resultavam da boa situação geográfica, da conformação urbana e do reflexo das almas que as habitavam). Ao comparar a capital paulista às grandes cidades da antiguidade, acreditava que a alma de quatrocentos anos da “aldeola construída em redor do colégio de Anchieta” só poderia ser compreendida por quem comunga seus sentidos e anseios com a grande cidade, pois,

a alma retraída e desconfiada, brusca e bruta na intimidade, mas boa e generosa, que era a alma da aldeola construída em redor do colégio de Anchieta, ainda é a mesma hoje, inalterada e pura, na S. Paulo dos viadutos e dos automóveis, da austeridade externa e das grandes farras íntimas, do trabalho e do estudo (CAMPOS, 1939, p. 58)

Assim, para que o imigrante pudesse desvendá-la, a integração ao meio paulista poderia levar várias gerações: “Quantas gerações exige a terra para se desvendar ao imigrante? Uma? Duas? Não. Os filhos e netos dos italianos e sírios ainda não compreenderam a terra misteriosa – os segredos invioláveis da terra...” (CAMPOS, 1939, p. 58). Para Edgard, havia um segredo para entender São Paulo ainda era compartilhado com os imigrantes, por isso a assimilação deles à terra, mesmo depois de gerações, ainda não era possível. O discurso do personagem parece estar alinhado àquilo que Velloso (1993) apontou como a teoria de que, por São Paulo ser considerada impermeável aos estrangeiros, estes não a poderiam modificar nem se assimilar, pois, graças à “alma coletiva” da região (isto é, à alma compartilhada entre paulistas ligados à terra há séculos) ela se tornou imune às descaracterizações e às ameaças de forasteiros recém-chegados (VELLOSO, 1993, p. 105). Nesse contexto, a impermeabilidade do paulista se relacionaria a um sentimento de superioridade, dado o pertencimento a uma aristocracia da terra, o que poderia ser observado na descrição do bar como o refúgio do habitante originário (“descendente de um tronco ilustre, cujas origens se entrosavam na origem da Capitania, calado daquele modo, bebericando seu Canadian, como que furtivamente, numa mesinha pouco iluminada do bar aristocrático?”). Tanto o genitivo “de um tronco ilustre”, quanto o adjetivo “bar aristocrático” fazem menção à imagem do paulista como um habitante de origem pura. Isso remonta às narrativas em que o “bandeirante” aparece como o herói representante do ímpeto paulista.

O discurso de exaltação à figura mítica do bandeirante como símbolo do paulista passou a fazer parte, primeiro, dos meios intelectuais, para depois – principalmente após a “Revolução de 1932” –, se expandir para o imaginário popular. A defesa de que o Brasil possuía “fronteiras quase continentais, [e] ostentava um patrimônio geográfico invejável”, se baseava em uma visão ufanista à medida que exaltava a geografia em detrimento da história (considerada “sem cor ou brilho”), assim como de que tudo se devia às bandeiras realizadas a partir do século XVI. Emergia, desse modo, o símbolo do bandeirante como desbravador das

fronteiras e dos sertões (DE LUCA, 1999, p. 86-89)¹². Entender a conquista do espaço como um grande feito ensejava uma re(visão) positiva do passado, apagando fatos a serem esquecidos e exaltando o que se intentava (re)lembrar¹³. Segundo Maria Isaura Queiroz, cada coletividade tente a construir símbolos próprios que, munidos de significados exclusivos, têm por função perpetuar determinados valores. A definição de ser paulista, portanto, foi geograficamente localizada e se exprimia pela figura do bandeirante, caracterizado “pela audácia, pelo desejo imoderado de conquista, pelo sentimento de independência, pela vocação de mando, pela lealdade” (QUEIROZ, 1992, p. 79). O bandeirante e as ideias de conquista e civilização apareceram, por conseguinte, relacionadas às qualidades que as elites desejavam ver no Brasil da época, tais como progresso, modernidade, riqueza e integração territorial¹⁴. De acordo com Queiroz (1992, p. 82-84), o desenvolvimento do estado de São Paulo coincidiu com a chegada dos imigrantes à região, em meados de 1860, e que, já no início do século XX, podiam ser vistos “infiltrados” nas camadas econômicas mais elevadas, exercendo funções intelectuais ou ocupando cargos políticos e/ou de administração pública. A autora chamou atenção para a simbologia do bandeirante como representante do paulista, na medida em que reconhece se operar por uma interpretação geográfica “marcando os que pertenciam a uma região”. Assim, longe de entender que “a figura lendária reforçaria a coesão entre os naturais da região e os alienígenas, envolvendo a todos na mesma consideração de pioneiros, cada qual a seu modo”, a autora identifica a exaltação ao tronco bandeirante como uma forma de separação e de segregação entre os “paulistas de 400 anos” e os descendentes de imigrantes, já que,

¹² Desse modo, segundo Mônica Velloso, a conjugação entre geografia e ufanismo foi tomada por esses intelectuais como perfeita, uma vez que, se a história se encontrava minada pelo pessimismo – afinal, quase quinhentos anos de história não era nada se comparada a outras nações –, na geografia era destacada a grandiosidade territorial, a fauna e a flora do país, pois “a linguagem da natureza não [envolvia] a trama das ações humanas... Este campo é livre, portanto, para o que se deseja construir. Por isso a geografia [serviria] tão bem ao ufanismo. Se a história nos condena, a geografia nos redime...” (VELLOSO, 1993, p. 109-110).

¹³ No ensaio “De São Paulo a Cuiabá” que compõe o livro *Fragmentos, opiniões e miscelânea*, de Monteiro Lobato, podemos encontrar um texto exemplar em que pode ser identificada uma tentativa de modificar o modo como os bandeirantes eram descritos. No texto, Monteiro Lobato descreve o bandeirantismo como um negócio e um esporte. Negócio ao passo que era um meio de enriquecer depressa, e esporte porque o que estava em jogo era o instinto e o prazer pela caça: “Animal de presa que é o homem, nada o seduz tanto quanto a caça seja de veados ou de gente. Perseguir uma criatura viva, matá-la, que delícia! Pegá-la viva no sertão para vendê-la no litoral, que negócio!”. Mas dada a necessidade de *reformular* os feitos (e efeitos) dos bandeirantes, o autor explicou, na sequência, que “nossos pobres avós bandeirantes [contudo] viram-se *privados* do maior prazer do esporte cinegético, que é matar” e, assim, precisaram – pelo bem do desenvolvimento econômico da nação! – se contentar em “aprisionar os índios. *O espírito comercial impunha-lhes esse grande sacrifício*” (LOBATO, 2010, p. 233, grifos meus).

¹⁴ A discussão da atividade violenta dos bandeirantes com os povos indígenas, contudo, não era ao todo desconsiderada, mas sim amenizada. Em “Bandeiras”, ensaio de Paulo Prado, o autor chegou a apontar as controvérsias acerca do movimento, para, por fim, ressaltar terem sido as bandeiras “uma necessidade inelutável” (PRADO [1925] 1972, p. 74-89).

da mesma forma que no passado o simbólico paulista, agora o bandeirante, além de uma discriminação, possuía um efeito compensatório: os imigrantes e seus filhos podiam se tornar milionários, podiam galgar altas posições, porém não dispunham de uma riqueza primordial, a riqueza constituída pela glória dos antepassados. Não alcançariam nunca um passado familiar e regional aureolado do esplendor de feitos extraordinários. Os alienígenas sem dúvida eram paulistas; porém não seriam jamais bandeirantes (QUEIROZ, 1992, p. 84).

A expectativa do “segredo” para compreender São Paulo é retomada na segunda parte do romance, por Lauro, mas o ponto de vista da personagem difere do de Edgard – tendo em vista sua própria experiência ir de encontro ao que o amigo acreditava. Endividado, com o escritório às moscas, o protagonista recebeu a visita do doutor Gouveia, médico de Sumidouro, que, de passagem por São Paulo, havia passado para cumprimentar Lauro, a quem considerava um homem com grande potencial – e, por isso, supunha ser um sucesso ainda maior na capital do que foi no interior. Com a saída do colega, Lauro lida, à sua maneira, com o peso da expectativa dos outros, mas também com as dele:

Assim que o doutor Gouveia se retirou, Lauro foi à janela contemplar a “cidade tentacular”. Gostava de olhar de cima, do alto do oitavo andar, o aglomerado humano que se condensou na montanha-russa onde acamparam uns jesuítas quatro séculos antes. Olhando-a do alto, a cidade milionária onde se fizera moço e a que o prendiam gerações e gerações de antepassados que a ajudaram a crescer, sentia Lauro uma vaga sensação de desforra contra a cidade dura que lhe negava o direito de ganhar. Tanto dinheiro circulando ali embaixo, no bolso dos sírios, dos italianos, dos húngaros, dos japoneses que invadiram a cidade de seus maiores, tanto dinheiro e nada vinha parar em seus bolsos! Por quê? (CAMPOS, 1939, p. 313).

A “cidade tentacular” que se modernizava no início do século XX proporcionava grandes oportunidades de lucro, mas não para Lauro¹⁵. No trecho destacado, a personagem se refere a São Paulo como a “cidade tentacular”, a “cidade milionária”, a “cidade dura” e, por fim, como a “cidade de seus maiores”, em referência, a princípio, ao crescimento de São Paulo que, com seus “tentáculos” rodoviários, industriais e modernizantes ia se desenvolvendo; ao importante papel econômico ocupado pela cidade no cenário nacional e que havia possibilitado aos imigrantes não apenas o lucro mas também compartilhar do status de milionários (“tanto dinheiro circulando ali embaixo, no bolso dos sírios, dos italianos, dos húngaros, dos japoneses”); e, a dificuldade enfrentada pela personagem para ganhar dinheiro: era São Paulo que, *dura com ele*, “lhe negava o direito de ganhar”. O trecho é carregado de uma descrição da grandiosidade de São Paulo (o que coincidia com o ufanismo paulistas), mas também revelava o inconformismo de Lauro por saber que, mesmo possuindo muitas gerações de antepas-

¹⁵ Referência ao livro de Émile Verhaeren, *Les villes tentaculaires*, publicado em 1895. Os vinte poemas que compõem *Les villes tentaculaires* discorrem sobre as novas metrópoles que começavam a surgir e, com seus tentáculos rodoviários, industriais e modernizantes, estavam mudando a geografia do velho mundo.

sados residentes ali e os quais haviam contribuído para o crescimento da cidade, não compactuava dos segredos da terra para ganhar dinheiro.

Os adjetivos empregados, desse modo, negam que São Paulo tivesse um segredo compartilhado apenas entre os membros das famílias tradicionais, pois a sensação de Lauro, de desesperado inconformismo diante da cidade onde ele nasceu e onde tinha “gerações e gerações de antepassados” nos leva a observar que houve, em algum momento, uma falha na “transmissão” do segredo. Aqueles imigrantes “que invadiram a cidade de seus maiores”, ao contrário dele, haviam descoberto o segredo, ideia completamente contrária ao defendido por Edgard, pois o engenheiro acreditava nesse segredo oculto e restrito à classe aristocrática. Desse modo, a dificuldade para lucrar, pensava o protagonista, talvez fosse reflexo da sua excessiva honestidade (da qual ele duvida quando relembra, em *Sumidouro*, ter colocado um homem inocente na prisão), e aos advogados era necessário mais do que competência e nome de família, sentença. A consciência do atraso representado pelo bacharel, revelava como no contexto de modernização no qual São Paulo se encontrava, a profissão de Lauro se apresentava como uma tradição insustentável. Desse modo, havia um segredo para ganhar dinheiro, chega a insistir a personagem, com o qual ele, e também seu pai, não compactuaram. Mas mesmo assim, Lauro olhava a cidade “de cima”, afinal, foram os seus antepassados quem ajudaram a “cidade tentacular” a crescer e, por fim, a devorar aquele descendente de bandeirantes que, mesmo procurando negar, ainda carregava o orgulho de sua ascendência.

Retomando as considerações de Edgard, assim como Lauro, essa personagem reconhecia a ascensão social e econômica dos imigrantes e de seus descendentes (eles são “os novos-ricos, filhos de sírio e filhos de italiano”), mas, por continuar preso às tradições do passado, insistia em acreditar no privilégio restrito àqueles “que tinham seus avós sepultados em Piratininga” (CAMPOS, 1939, p. 57-58), algo que a experiência pessoal de Lauro contestava. Nesse contexto sociocultural, segundo Carone (1988), os “novos-ricos” eram os nacionais e os estrangeiros que “fizeram a América” nos tempos de guerra, os que saíram do interior e se instalaram nas capitais e através do comércio, das casas bancárias, do câmbio negro e das filas, obtiveram grandes lucros em pouco tempo (CARONE, 1988, p. 110). No contexto do romance, o grupo dos “novos-ricos” se opõe àquele que, devido à origem aristocrática, se julgava merecedor de um sucesso e de uma riqueza que não possuíam, como em uma prorrogação de uma “nobreza” perdida na conjuntura dos novos tempos em São Paulo. Desse modo, diferentemente da maioria das famílias de *Planalto*, a de Edgard não sofreu com os abalos econômicos do início do século XX, o que sugere uma compreensão para suas opiniões dentro da estrutura da narrativa sobre a alma do bar e da cidade, e também

sobre o “segredo” paulista. Em situação econômica contrária à Edgard, além de Lauro, está também Ralpho, alvo favorito do seu deboche e do narrador.

Em *Planalto*, Ralpho Nogueira pertencia a uma família empobrecida devido às farras de um tio adorado por ele, o tio Pompeu; e, por isso, havia perdido todos “os brilhos” ostentados no passado. Enquanto Edgard era descrito como muito culto e rico, Ralpho era criticado por olhar e examinar tudo ao seu redor “através de sua miopia mental”, sem se preocupar com os problemas enfrentados pelas famílias tradicionais. Ralpho não se importava com o que acontecia no mundo, continua o narrador, *seu mundo* era restrito a três cidades: Campinas, São Paulo e Paris; de resto, “não [se] interessava; [que] morressem, afogassem, afundassem; e, pelo amor de Deus! Não lhe falassem nessas coisas, que eram muito cacetes!” (CAMPOS, 1939, p. 58, marcações minhas). Característica do narrador onisciente intruso de *Planalto*, seguem-se à apresentação de Ralpho no romance uma série de intromissões fazendo da personagem a caricatura que é: um quatrocentão pobre e decadente, mas orgulhoso da sua ascendência.

Cacete era ele, o pobre! Cacetes eram a eterna polaina sobre o calçado luzente, seu monóculo avant-guerre, a bengala de castão de ouro e sua imponência de príncipe de cera. Cacetes e ridículos. Mas ele não percebia nada, e sentia-se superior a todos. Ah! Entendia um pouco de heráldica, é verdade, de heráldica e de genealogia. Fora dali, sempre que em sua presença se discutia um assunto, que suas luzes não podiam alcançar, era fatal – desabrochava um sorriso de desprezo e de superioridade, fulminava os pedantes com a frase chapa: “Taine... Taine já dizia...”. e digno, imponente e inatingível, puxava uma fumacinha de seu *bout-doré*.

Esta história de Taine é engraçadíssima. Ralpho Nogueira nunca lera Taine e sem dúvida nem sabia como se escreve Taine. Lera-o o tio – o famoso tio Pompeu, estroina de marca maior, que emigrara ali por 1880, mocinho ainda, para a Europa, e lá vivera até 1910, quando retornou ao Brasil, reumático e areado, para morrer onde nasceu. O solteirão gotoso, que terminou a existência a expensas do irmão mais moço, pai de Ralpho, tomou-se de amores pelo sobrinho. Este, por sua vez, adorava aquela ruína humana que lhe contava, entre pigarros e baforadas de goiana, o que fora sua mocidade em Paris, a glória de suas farras, sua intimidade com Eduardo VII, e a alegria com que torrara friamente, sem se arrepender, os cafezais que foram a fortuna da família. Graças a essas farras – o janota percebia-o vagamente – seu pai reduziu-se a funcionário da contadoria da Mogyana, Ralpho trabalhava na Recebedoria de Rendas, a família perdera o brilho mundano que ostentara até a queda do Império. Mas um gozou!, refletia o guri, brilhou lá fora em nome da família, embasbacou o rei da Inglaterra com suas gandaias monumentais. Por isso Ralpho não só perdoava o tio reumático como para ele convergira a mais alta admiração de sua vida. Estavam contando farras, alguma pandega fora do comum? Tio Pompeu tinha feito muito maiores... Estavam falando difícil, sobre astronomia, arquitetura ou matemática? “Taine... Taine já dizia”... (CAMPOS, 1939, p. 59-60).

Ralpho é descrito como um alienado que, sem expressão intelectual própria, se escorava no contado pelo tio, sempre mencionado por ele quando as conversas se estendiam

para além dos assuntos e temas de seu conhecimento. Assim, fazia alusão, com muita pompa e exibição, ao tio Pompeu, familiar a quem nenhum dos amigos conheceu, mas todos sabiam ter aproveitado a vida compulsoriamente na Europa, sido íntimo do rei Eduardo VII e levado a família à falência. Os adjetivos utilizados para descrever o tio Pompeu “estroina”, “reumático e areado”, “solteirão gotoso” e “ruína humana” ironizam a admiração que Ralpho nutria por ele, uma pessoa que não fez nada de importante na vida e, muito pior, arruinou a família com sua vida boêmia. A admiração de Ralpho pelas aventuras do tio o desculpavam por ter gastado toda a fortuna dos Nogueiras, como pode ser destacado nesse trecho de onisciência do narrador: “Mas um gozou!, refletia o guri, brilhou lá fora em nome da família, embasbacou o rei da Inglaterra com suas gandaias monumentais. Por isso Ralpho não só perdoava o tio reumático como para ele convergira a mais alta admiração de sua vida” (CAMPOS, 1939, p. 59-60). Em contrapartida ao que acreditava a personagem, para o narrador, seu tio não tinha nada de herói, era uma “ruína humana” que chegou ao fim da vida sem nenhuma perspectiva positiva: tio Pompeu voltou doente “para morrer onde nasceu” e para continuar vivendo (como de costume) às expensas do irmão, o pai de Ralpho.

Assim como acontece com outras personagens do romance, a caracterização de Ralpho é oposta ao significado de seu nome – derivado de Ralph, o nome significa “conselheiro voraz”, “lobo conselheiro” – uma vez que a ele não é direcionada a oportunidade de refletir ou dar conselhos, menos ainda a astúcia, característica do lobo (AZEVEDO, 1993, p. 503-504). Nessas circunstâncias, Ralpho é a caricatura do quatrocentão que no início do século XX vivia das glórias e do conhecimento do passado, como pode ser identificado a partir de suas vestimentas já fora de moda (“Cacetes eram a eterna polaina sobre o calçado luzente, seu monóculo avant-guerre, a bengala de castão de ouro e sua imponência de príncipe de cera. Cacetes e ridículos”), dos assuntos dos quais entendia (heráldica e genealogia) e das teorias defendidas por ele (o determinismo de Taine). Sempre que o narrador se referia a Ralpho como “o janota”, “o dândi”, “o elegante”, “o magnífico” era em sinal de sátira às suas roupas e ao seu porte nobre (CAMPOS, 1939, p. 129). Assim, cafona, fora de moda, Ralpho pensava, falava e se vestia de acordo com o passado, por isso, já acostumado a viver dos brilhos dos seus antepassados, admirava o tio Pompeu que “brilhou lá fora em nome da família” e, se “um gozou”, pouco importava a sua situação atual. A alusão a Hippolyte Taine é frequente nas cenas em que Ralpho está presente. De forma realmente deprimente, Ralpho usava a expressão “Taine já dizia...”; deprimente porque, para deleite das críticas do narrador e dos amigos, em especial, Edgard, ele não sabia explicar o quê Taine dizia, porque não conhecia as teorias do autor, “sem dúvida nem sabia como se escreve Taine”, afinal, essa foi a “herança

intelectual” deixada por tio Pompeu. Acerca disso, Luís Bueno (2006, p. 476) observou como Ralpo representava tudo o que havia de pior no espírito quatrocentão, pois, “sem valor intelectual próprio, escora-se em seu passado nobre, do qual é fisicamente uma caricatura”. Desse modo, decadente e caricato, Ralpo vestia-se e interessava-se apenas por assuntos fora de seu tempo¹⁶.

O contraste entre essa personagem e Edgard é ressaltado pelo desprezo e a implicância do engenheiro em relação a ele. Na verdade, “Edgard não suportava o Ralpo”, esclareceu-nos o narrador, não suportava as histórias sobre o tio Pompeu, as referências a Taine e menos ainda àquelas a Paris, cidade jamais visitada por Ralpo (diferentemente de Edgard que conhecia a Europa muito bem). Apesar de ambos descenderem de uma progênie muitíssimo apurada, informa o narrador, Edgard ainda possuía os bolsos cheios da riqueza da família, assim, “não compreendia e não escusava a ignorância do Ralpo, que vivia no mundo da lua, sempre falando daquele tio fantasma que nenhum deles conhecera, e que não percebia nada da queda econômica das velhas famílias paulistas” (CAMPOS, 1939, p. 60). Dessa forma, enquanto ainda pensava sobre as almas dos bares e das cidades, Edgard notou a aproximação de Ralpo, Chico e Chicão e quando se sentaram à mesa, imediatamente contou-lhes sobre suas reflexões, pois, assim, para seu deleite, Ralpo não conseguiria participar da conversa, dada sua “limitação” para assuntos “profundos”: “mal os companheiros se assentaram, externou-lhes o que estava refletindo, a respeito da alma dos bares e das cidades, porque, assim, com esse assunto, o Ralpo estava de lado” (CAMPOS, 1939, p. 60). Para Edgard, Ralpo era um alienado e inculto (opiniões com as quais o narrador concordava) que mal conseguia participar de uma conversa sem inserir, com muita pompa e exibição, o herdado do tio Pompeu: seu “Taine já dizia...”. Irritado com a presença de Ralpo, para que continuasse calado, Edgard debochava do colega:

E foi irritado mesmo – o que era tão raro na sua serenidade – que gritou, a certa altura, um “Taine já dizia...”, quando percebeu que os lábios do Ralpo iam dizê-lo. E, quando ao discorrer sobre as cidades, o Chico interveio dizendo que Paris mudou, que já não era a mesma cidade alegre de que falavam os cronistas, porque isso e porque aquilo, Edgard interrompeu-o e, sorrindo, malicioso e irônico, ciciou:

– Ora, Chico!... Você falando sobre Paris! Sobre Paris quem é autoridade é o Ralpo... (CAMPOS, 1939, p. 60).

Irônico, Edgard não apenas debocha da situação vivenciada por Ralpo que, apesar de nunca ter ido a Paris era uma “autoridade” sobre o assunto (se emprestou todo o

¹⁶ “Como se vê, Ralpo traz em si o que há de pior no espírito quatrocentão. Sem qualquer valor intelectual próprio, escora-se em seu passado nobre, do qual é fisicamente uma caricatura. Os únicos assuntos que o interessam – heráldica e genealogia – complementam o quadro de uma personalidade ridícula e fora do tempo” (BUENO, 2006, p. 476).

conhecimento sobre as teorias de Taine das leituras feitas por tio Pompeu, também era “autoridade” quando se falava da cidade onde o tio passeou), mas também de sua não preocupação com os assuntos de seu tempo: Ralpho se importava apenas com a sua genealogia, com as aventuras de tio Pompeu e com teorias do século passado. Apesar das diferenças entre essas personagens serem acentuadas no romance, Edgard e Ralpho têm em comum uma característica interessante: dentro da narrativa, são as personagens que melhor exibem o “espírito quatrocentão” como um traço definidor de exaltação do paulista em detrimento dos outros grupos, formados tanto por estrangeiros, imigrantes e descendentes, como por brasileiros de outros estados. Ralpho, por exemplo, foi o único do grupo a aderir às ideias da “Revolução de 1932” desde o princípio, tendo participado dos ataques ocorridos, em 23 de maio de 1932, à sede da Legião Revolucionária, o que fez por acreditar ser o cumprimento de um dever, afinal, era um “paulista há quatrocentos anos” (CAMPOS, 1939, p. 129) e devia, portanto, ajudar a “esbandalhar esses indecentes” que vinham governando São Paulo.

Sem grandes oportunidades de expressão dentro do romance, há uma cena, entretanto, em que os pensamentos (e os julgamentos) de Ralpho emergem com o auxílio da intrusão da narração. Irônico, o narrador usou de sua onisciência para reafirmar serem os pensamentos do rapaz sobre a certeza da sua aristocrática genealogia vagos, era “quase que apenas sentindo, porque, se fosse necessário, seria incapaz de dar forma verbal à análise de sua superioridade”, logo, seria apenas por meio da sua interferência que o leitor poderia ter acesso à mente daquela personagem sem habilidade para formular opiniões por si própria. Como em grande parte das cenas presentes em *Planalto*, as personagens encontravam-se no bar conversando “sem outro objetivo senão o de matar o tempo ingerindo *whiskys* e gozando o conforto do bar” (CAMPOS, 1939, p. 151), como assinala o narrador. Os dois assuntos sobre os quais Ralpho tinha um pouco de conhecimento (genealogia e heráldica) estão ligados ao seu orgulho da ascendência aristocrática, base do sentimento de superioridade com a qual ele se julgava nobre perante os amigos (mas eram instituições falidas dentro daquela estrutura social modernizante, logo, reforçavam seu pedantismo e atraso).

Companheiros de bar, moços pertencentes ao mesmo nível social, provenientes de famílias que mantêm os mesmos preconceitos burgueses de estirpe mas que os exageraram fechando-se em clãs quase endogâmicos, – os três moços, apesar das afinidades sociais, conheciam-se apenas por fora, sendo desconhecido de cada um deles o recesso doméstico da família do outro. Aliás, como toda a gente de bem, na América ou na Europa, ontem ou hoje, cada um deles, no íntimo, deveria julgar-se genealogicamente superior aos companheiros. Ralpho, por exemplo, considerava Lauro mero fruto da civilização da cidade, civilização sem berço, sem raízes aristocráticas

fundamente cravadas no solo da terra. Quanto ao Chico, cuja tendência esquerdista ele percebia vagamente, Ralpho o tinha na conta de elemento de família modesta, do interior, cuja ascensão na vida ia começar, ao contrário da gente dele, que tinha as paredes do sobradão imperial, em Campinas, atonetadas de retratos de velhos patriarcas barbudos, que eram seu imenso orgulho. Mas tudo isso ele percebia por alto, quase que apenas sentindo, porque, se fosse necessário, seria incapaz de dar forma verbal à análise de sua superioridade (CAMPOS, 1939, p. 151-152).

Apesar de salientar o pertencimento dos três ao mesmo grupo social (o que ressaltava as afinidades entre eles), o narrador aponta, todavia, para a superficialidade na relação entre esses amigos que, acostumados a passar o tempo com conversas esparsas, pouco ou nada sabiam sobre os outros em assuntos mais íntimos. Utilizando sua onisciência seletiva múltipla, o narrador trouxe os pensamentos de Ralpho à tona: para o rapaz, a família de Lauro não possuía raízes aristocráticas presas à terra como a dele – consideração que não procede com o descrito repetidas vezes no romance, pois, assim como a família de Ralpho, de Edgard e de Fernando, a de Lauro também fazia parte do círculo dos fundadores da vila de São Paulo de Piratininga. O vínculo com a terra, desse modo, existia –, e a de Chico era modesta demais. Em ambas as opiniões, os pensamentos de Ralpho deturpam as informações anteriormente oferecidas ao leitor sobre as duas personagens pois, à medida que ele inferioriza as famílias de Lauro e Chico, pode se iludir e exaltar a sua genealogia: “ao contrário da gente dele, que tinha as paredes do sobradão imperial, em Campinas, atonetadas de retratos de velhos patriarcas barbudos, que eram seu imenso orgulho” (CAMPOS, 1939, p. 152).

De maneira diversa a de Ralpho, Chico também se encontrava presos às tradições de sua ascendência apurada. Sem exaltar sua linhagem aristocrática como o outro, Chico encontrava-se dividido entre os constantes embates com o pai – um paulista convicto e orgulhoso do passado e da tradição familiar – e as dificuldades encontradas para se estabelecer financeiramente com a advocacia (como Fernando e Lauro, Chico também era bacharel em Direito). Há dois momentos no romance em que a atuação dessa personagem possibilita levantar interpretações sobre sua relevância dentro da narrativa: o primeiro, quando procurou convencer o pai a aceitar sua candidatura a um emprego como funcionário público; e o segundo, quando, após o início da “Revolução de 1932”, a princípio, não aderiu ao movimento para, dias depois, ceder à pressão sentida e se apresentar como voluntário.

Na ocasião em que tentou convencer o pai de que com a dificuldade em advogar a ele só restava a candidatura a um emprego no funcionalismo público, além das adversidades entre os dois, emerge também a opinião nitidamente excludente do pai em relação ao trabalho por ele julgado “digno” para ser exercido pelos paulistas de quatrocentos anos (em contraposição aos trabalhos feitos pelos imigrantes e, por ele, considerados indignos para sua classe social).

Com exceção dos ocasionais jantares promovidos no casarão da família de Fernando, Chico é a única personagem de *Planalto* a fazer as refeições com os familiares, sendo essas ocasiões seguidas de muita discussão e desarmonia doméstica. Naquela noite, decidido a encarar o pai, Chico contou da perda de um potencial cliente porque, como ele não tinha recursos para arcar com a documentação necessária que se encontrava no exterior, o constituinte havia procurado outro advogado. Já antecipando a inflexibilidade do pai com o assunto, seus argumentos – como podemos perceber por meio do discurso indireto-livre utilizado no início da cena – começam a ser ensaiados antes da personagem pronunciar a primeira palavra:

Quem sabe se convenceria o velho? Hoje, os tempos são outros, as profissões liberais já não são aquela chave de fortuna, de cem bacharéis, dois ou três conseguem viver, abrindo banca de advocacia. E, assim mesmo, quanto empenho, quantas recomendações, quantas humilhações para conseguir umas causas duras desprezadas pelos medalhões! Quem sabe?... Criou coragem, bateu a mão sobre a mesa e iniciou:
– Perdi aquele constituinte! (CAMPOS, 1939, p. 80).

Os argumentos de Chico vão ao encontro do que também pensava Lauro, ambos não se sentindo pertencentes ao “seleto grupo” referido por Chico na cena, ou seja, ao grupo dos “dois ou três” bacharéis que sobreviviam da profissão (era um fato denunciador da insustentabilidade dessa profissão tradicional naquela sociedade; Chico estava preso entre o passado e o presente e suas investidas para sair daquele impasse eram periclitantes). Mas Arnaldo, pai de Chico, supõe, a princípio, ter o filho abandonado o caso por achá-lo muito difícil (“e o senhor achou difícil, não foi?”) e insinua que ele seja preguiçoso. Ciente de que o pai sabia de sua inclinação boêmia, Chico lhe explica não ter pedido dinheiro emprestado pois o patriarca suporia que ele colocaria “na pândega, pelo menos um pouco do dinheiro...” (CAMPOS, 1939, p. 81). Na sequência, a discussão entra no tema que nos é de interesse: assim que Chico sugere o funcionalismo público como a solução para seus problemas, o pai esbraveja:

– Ouça: dinheiro é sangue; sem dinheiro não se vale nada, negam-nos um simples cumprimento. Mas há ganhar e ganhar. Um italiano, um turco, o imigrante pode ganhar de qualquer modo, ouviu? Agora, nós precisamos ganhar decentemente. Temos um passado, uma tradição a zelar. Nossa família, fique sabendo para sempre, nunca viveu de favores de ninguém, nunca teve vagabundos, sempre pagou os impostos que o Estado lhe pediu...
– Mas... funcionário público não é vagabundo, meu pai!
O velho olhou-o com um olhar terrível. E, tinindo diante da petulância do filho, como um patriarca cujo desejo e pensamentos nenhum dos seus pode contrariar, fulminou:
– É! É vagabundo, e dos piores! O senhor ajude o Brasil a crescer, e não queira viver de esmola, à custa do Tesouro! Afunde no sertão, plante, crie gado, advogue, faça o que quiser, mas não me pense mais nesse negócio de emprego público. Olhe, se aceitar o emprego... (CAMPOS, 1939, p. 82).

A própria construção dessa cena sugere como o autoritarismo de Arnaldo era frequente (de modo que as suas desavenças com Chico também), como notado a partir da descrição feita pelo narrador dos demais membros da família, dona Eponina e os irmãos mais novos de Chico, atemorizados com a discussão que sabiam estar por vir: “Dona Eponina umedeceu mais o olhar. As crianças capricharam no silêncio, pressentindo um arranco daqueles, dos bravos, que as obrigavam a se esconder nos quartos, quietinhas, enquanto a mamãe ficaria choramingando, soluçando, a andar de um lado para o outro” (CAMPOS, 1939, p. 80-81). Esse trecho já antecede o desfecho da briga: as crianças, ao discreto sinal da mãe, realmente se retiraram para terminar a refeição na cozinha; Arnaldo ameaçou expulsar Chico de casa se ele aceitasse o emprego e depois deixou o cômodo enfurecido; dona Eponina, chorosa, convenceu o filho mais velho a ir para a rua passear e assim se acalmar; e Chico, como previsto, saiu, fechando o ciclo de acontecimentos.

Para Arnaldo, havia diferenças entre “paulistas de quatrocentos anos” e imigrantes que não poderiam ser esquecidas pelo filho quando o assunto fosse ganhar dinheiro. Apesar de o rapaz ansiar por novos caminhos para a ascensão econômica, encontrava-se preso ao passado e à tradição que, de acordo com o pai, lhe cabia zelar. No romance não são explicitados os motivos pelos quais Arnaldo considerava os funcionários públicos “vagabundos”, o que nos sugere se tratar dos vestígios do orgulho daquele “paulista convicto” que ainda alimentava a insatisfação contra o governo federal instituído após a “Revolução de 1930” – a hipótese de que a resistência da personagem em permitir ao filho aceitar o cargo como servidor público estivesse ligada ao “orgulho ferido” dos paulistas em relação ao Governo Provisório pode ser sustentada a partir da participação de Arnaldo nos conflitos decorrentes da “Revolução de 1932” quando, ao contrário de Chico, ele rapidamente se apresentou como voluntário a fim do que acreditava ser uma “luta” contra o Brasil em “defesa” de São Paulo. Desse modo, ao pedir a Chico para honrar seus antepassados em vez de “viver de esmola, à custa do Tesouro”, Arnaldo era contrário ao que supunha ser uma forma indigna de lucrar e, para ele, seguida só por aqueles que não tinham um passado honroso e uma família cujo legado era contribuir para o desenvolvimento do país: “Um italiano, um turco, o imigrante pode ganhar de qualquer modo, ouviu? Agora, nós precisamos ganhar decentemente. Temos um passado, uma tradição a zelar” (CAMPOS, 1939, p. 82).

A fala dessa personagem problematiza os conflitos entre a “nobre” (e decadente) aristocracia paulista e a classe social em ascensão, a dos “novos-ricos”. Ao sugerir que Chico “afundasse no sertão” como seus antepassados, Arnaldo se referia ao ideal de mameluco paulista, ou seja, ao descendente da união entre o índio habituado a plantar e sobreviver no

sertão e o branco (aventureiro e audacioso) que havia se lançado ao interior do país e contribuído por meios das bandeiras com o alargamento das fronteiras nacionais. Nesse contexto, ele não sugere a Chico ir trabalhar nas plantações, pois está subentendido que o conselho era para ele ter uma plantação onde outros cultivariam por ele (“afunde no sertão, plante, crie gado, advogue, faça o que quiser”). Considerando o passado escravocrata brasileiro, os serviços considerados braçais, como o trabalho agrícola, por séculos, foram desempenhados pelos escravizados de origem africana, situação que só começou a se modificar a partir da segunda metade do século XIX quando incentivos à vinda de colonos brancos (para trabalhar nas lavouras de café, mas também com intuito de branquear a população) começaram a ser colocados em práticas pelos órgãos governamentais. Em 29 de agosto de 1895, por exemplo, uma lei estadual estabeleceu que São Paulo subvencionaria a entrada de sessenta mil imigrantes constituídos, exclusivamente, por famílias de agricultores brancos para trabalhar nas fazendas de café. Nessas circunstâncias, Schwarcz e Starling (2015, p. 325) destacam como a sociedade brasileira, entre 1880 e 1930, passou por um período de intensa dinamização no qual ocorreram diversas transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas ou demográficas que, por conseguinte, modificaram toda a “paisagem” das grandes cidades, dentre elas a de São Paulo. Dentre outros motivos, ainda segundo as autoras, essa nova configuração social era resultado tanto do crescimento geral da população como das políticas de incentivo à imigração estrangeira.

Ao abordar os conflitos enfrentados pelas velhas camadas dirigentes tradicionais no início da década de 1930, o enredo de *Planalto* tende a favorecer o ponto de vista dos quatrocentões, grupo do qual o autor, Flávio de Campos pertencia. Com exceção da carta enviada pelo romancista ao colega Plínio Barreto, em 1944, na qual o romancista escreveu sobre a intenção de processar os pais, não foram encontradas outras informações que pudessem ser utilizadas para afirmar como era a relação entre Flávio de Campos e a família. Independentemente da sua experiência pessoal, o romancista coloca no centro do seu romance o grupo ao qual estava ligado por gerações de antepassados, assim como os conflitos e anseios que podem ser rastreados como daquele período. Em tempo, é importante observar como o discurso de Arnaldo fornece informações que, uma vez colocadas lado a lado com estudos históricos, nos possibilitam melhor compreender o que é representado no romance sobre aquela classe social. Em São Paulo, nos anos seguintes à crise mundial de 1929, os segmentos sociais tradicionais foram pouco a pouco dividindo espaço com as novas classes em ascensão. Em seus estudos sobre o Estado Novo, Edgard Carone apontou que, no início da década, “as velhas camadas dirigentes tradicionais ainda subsistem e dominam”, contudo,

pouco a pouco a liderança desses grupos deixou de ser absoluta e passou a ser dividida com os demais grupos:

O que caracteriza, então, o sistema de oligarquias, no passado, é a sua autossuficiência, sua capacidade de se orientar só, entre seus membros, teórica e praticamente. Orgulhosos de seus feitos e homens, eles encontram em si exemplo para sua ação futura e o repúdio a tudo o que não lhes pertence. Porém, a partir da intensificação da crise econômico-social e da II Guerra Mundial surgem sinais que comprovam serem as classes dominantes tradicionais e sua ideologia não mais absolutas (CARONE, 1988, p. 114).

Nesse contexto, pode-se fazer uma analogia entre o ressaltado por Carone e o enunciado pelas personagens de *Planalto*, uma vez que Arnaldo reproduzia o estereótipo do paulista no início do século XX que, apesar de se encontrar abalado financeiramente, carregava vivo o orgulho dos feitos do passado. Infere-se, dessa forma, que no trecho destacado de *Planalto*, a personagem é ciente dos avanços sociais e econômicos dos imigrantes e de seus descendentes, porém, defendia a superioridade da tradição da sua classe social: “dinheiro é sangue; sem dinheiro não se vale nada, negam-nos um simples cumprimento. Mas há ganhar e ganhar. Um italiano, um turco, o imigrante pode ganhar de qualquer modo, ouviu? Agora, nós precisamos ganhar decentemente. Temos um passado, uma tradição a zelar” (CAMPOS, 1939, p. 82). Chico, sem compactuar plenamente com as ideias do pai, tem sua trajetória na narrativa marcada pela tensão entre a “tradição” e a “revolução” que a modernidade poderia oferecer. Apesar de aderir às ideias comunistas, Chico afastou-se do partido devido aos desentendimentos na organização partidária e passou a se reconhecer como um comunista apenas pela identificação à teoria. Quando começou a “Revolução de 1932” e o pai e os amigos se voluntariaram, ele foi o único a não aderir; sua adesão só ocorreu quando, pressionado pelo impasse entre a “tradição” e o que acreditava (“a sua Revolução”), se apresentou como voluntário. Sentindo-se pressionado por ter ficado na cidade enquanto a maioria havia partido para a “guerra”, Chico decidiu se apresentar como voluntário: “o Batalhão Ibrahim Nobre recebeu um último voluntário – Francisco de Mello Cesar”. Chico apareceu à paisana, sendo recebido, a princípio, com desconfiança pelos outros rapazes, mas em poucos dias já estava plenamente adaptado em meio àquela “tropa, composta de moços de bem, qualificados na vida civil mas bisonhos como soldados” (CAMPOS, 1939, p. 234-235). Seu alistamento foi, contudo, inútil, de fachada, pois, todos os jovens daquele Batalhão, em caso de combate, seriam poupados por serem moços de boa família, mas inexperientes e sem nenhum “conhecimento de guerra” (conhecimento que, na realidade, nenhum dos voluntários da “Revolução Constitucionalista” tinha). Esses jovens estavam ali apenas para aliviar a consciência (como Chico) e para reclamar, ao final dos combates, as glórias da participação: a

tropa tinha ordens, desse modo, para não “fazer outra coisa, conforme os desejos do comando, senão acampar numa cidadezinha qualquer até a revolução terminar, para então regressar à capital, a fim de reivindicar sua participação nas vantagens da vitória” (CAMPOS, 1939, p. 235). A ironia da inutilidade daqueles jovens acampados à toa, esperando o final de uma guerra na qual eles sabiam não participariam ativamente vai ao encontro do noticiado nos jornais da época, grandes incentivadores do alistamento voluntário e contrário aos “derrotistas” que preferiram ficar na retaguarda. Durante a leitura de algumas edições do *Diário Nacional*, por exemplo, foi encontrada a seguinte acusação aos paulistas, como Chico, que não partiram para as batalhas, publicada em 28 de setembro de 1932, poucos dias antes do fim das hostilidades: “[...] Os piores inimigos de S. Paulo não são os que investem contra o nosso Estado de armas na mão: são os terroristas, que vivem comodamente na retaguarda”. A nota divide esses terroristas em duas espécies: as dos que agiam dessa forma para se aproveitar do regime e por merecer a ditadura, e a dos fracos e covardes. O pior dos grupos era o segundo, pois, “a exemplo de certos doentes perigosos, devem ser repelidos por todos, como infelizes dignos unicamente de lástima e comiseração” (A HORA, 1932, p. 1). De fato, havia mais encorajamento para a partida dos rapazes, pois os que ficavam tendiam a ser censurados pela covardia, como notado em *Planalto*.

2.3 Conflitos e rejeições marcam a assimilação do estrangeiro: as personagens estrangeiras e o mito bandeirante

Como destacado na primeira parte deste capítulo, em *Planalto*, a maioria das ações giram ao redor dos rapazes pertencentes ao grupo dos paulistas “quatrocentões”, oferecendo, dessa forma, poucas oportunidades para que as personagens estrangeiras possam se expressar espontaneamente ou demonstrar qualquer profundidade psicológica dentro da narrativa. Além do protagonista, as demais personagens que têm espaço no enredo para construir opiniões são, por exemplo, Edgard, Fernando e Chico. Quanto a Ralpho, conforme apontado, a sua caracterização não lhe possibilitava comunicar-se sem externar o ridículo da sua figura: Ralpho é a personagem estereótipo que expressa os maiores defeitos (e o pedantismo) do paulista da década de 1930 (pois, preso às glórias do passado tradicional, não conseguia perceber ou reagir às modificações na estrutura social). Apesar dessa característica marcante de *Planalto*, há no romance algumas personagens estrangeiras cuja participação, em dados momentos, problematizou ainda mais as relações desse grupo com o dos “quatrocentões”.

Rodolpho Castro foi um antigo colega que participou do “grupo” em um período (ao que se deduz) anterior ao da narrativa. Apesar disso, seu casamento com a descendente de italianos Carmella Guagline é narrado no romance em uma das digressões inseridas pelo narrador. Como Rodolpho pertencia a uma família tradicional, seu casamento com Carmella pode considerado tanto uma ascensão quanto uma decadência¹⁷. Após o casamento no cartório da Bela Vista (bairro paulista de colonização italiana), a festa ocorreu na “casinhola” dos italianos, ressaltou o narrador e, como toda “festa de pobre” (CAMPOS, 1939, p. 47) foi realizada sem nenhum luxo: os músicos eram os vizinhos que tocavam a troco de sanduíches, o menu era promovido à carne bovina e os doces levados pelos convidados; a bebida era chopp barato¹⁸. De mais fino havia apenas uma garrafa de vinho Ramos Pinto para “molhar os beiços” de alguns convidados “mais graúdos”. Ao descrever a festa e a alegria das “pimpinellas” ao dançar com “seus eleitos”, o narrador assinalou que, para aquelas moças, o casamento de Carmella era um alento para suas “almas solitárias”, pois a união poderia oferecer uma ascensão social à moça, já que, apesar da família de Rodolpho não ter mais dinheiro, ainda tinha a importância e a tradição do nome:

[as Pimpinellas] sentiam no casamento da Carmella uma vitória da primeira geração de imigrados sobre o preconceito orgulhoso dos descendentes de velhas famílias, o único meio certo para perderem o estigma de sua origem e

¹⁷ Ao que tudo indica Carmella e Irene (amante de Fernando) se conheciam. Após o casamento, Carmella e Rodolpho se mudaram para o Triângulo Mineiro, por isso, passam no apartamento de Fernando para se despedir da moça: “Rodolpho e Carmella casaram-se; a Verinha levou uma facada na clavícula, esteve na Santa Casa uma porção de tempo, mas sarou; Margarida morreu e foi enterrada; o Mello reforçou sua beatice, mas Irene continuava na mesma: todo o dia com a agulha na mão e um pedacinho da toalha interminável deitado sobre as coxas. Foi nessa atitude, muda e calada, agulha entre os dedos, que a surpreenderam Carmella e Rodolpho quando, já casados, se foram despedir, e foi nessa mesma atitude que a encontrou, certa tarde, a Lolita Guaxupe” (CAMPOS, 1939, p. 61). Há, nesse trecho em específico, uma sugestão do narrador de que ambas haviam trabalho juntas no “*rendez-vous*” uma vez que, antes de informar da visita de Carmella, aludiu à Verinha e Margarida (Verinha não se pode afirmar ao certo quem seja, mas Margarida foi uma bailarina assassinada pelo amante e, em seu enterro, Fernando viu pela primeira vez Irene) e depois, à Lolita Guaxupé (é Lolita quem convenceu Irene a atuar nua em um filme). O Mello trabalhava no jornal com Fernando e Gabriel, tendo “competido” com Gabriel na conquista de uma das mulheres com quem ele se envolveu. Foi várias vezes mencionado como “o Mello-carola” pelo colega (CAMPOS, 1939, p. 50).

¹⁸ A estratificação social paulistana, nas primeiras décadas do século XX, pode ser verificada pela distribuição dos bairros. Segundo Edgar Carone (1988, p. 108-109), os bairros do Brás, do “Bixiga” e da Barra Funda eram os bairros operários, em maioria, de italianos (os três bairros ficaram conhecidos pela coletânea de contos, publicada em 1927, pelo escritor Alcântara Machado. No livro *Brás, Bexiga e Barra Funda* é relatado o cotidiano dos moradores dos bairros homônimos.). Esses bairros se localizam em várzeas ou baixadas, onde o terreno é, por conseguinte, mais desvalorizado. Há o caso, ainda, de bairros como a Lapa ou a Penha que, apesar de situados “em espigão”, ficam a uma “grande distância do centro da cidade [o que os tornava] acessíveis às classes menos abastadas”. Mas o que aproximava esses bairros, para o autor, era a construção das casas “dando para a rua” que possuíam três e meio ou quatro metros de frente e apenas uma porta e uma janela. A porta marcava a presença de um grande corredor, que se abria lateralmente para os quartos interiores. A ausência de quintal fazia com que a vida familiar se desenrolasse nas ruas, local onde as crianças brincavam.

subirem de classe, o único jeito de deixarem de ser carcamanas (CAMPOS, 1939, p. 48)¹⁹.

Mas, para Rodolpho, o casamento ofereceria apenas a decadência. Empregando a onisciência seletiva múltipla na análise e descrição das personagens, outra digressão é introduzida e leva o leitor até a cidadezinha em que a mãe de Rodolpho morava. Ao receber a notícia do casamento do filho, a mulher chorava por ter depositado todas as esperanças em sua formatura e em uma possível ascensão na carreira, o que ela supunha ser o caminho para readquirir “a importância dos Caldeira, seus maiores, e dos Moreira da Silva, maiores de seu marido” (CAMPOS, 1939, p. 49). A mãe de Rodolpho, apesar de reconhecer que a família não era abastada como no passado, lamentava a união com Carmella. Essa digressão se contrapõe a anterior à medida que abalava a frágil esperança das “pimpinellas” de inserção e acolhida no grupo das velhas famílias tradicionais. O “preconceito orgulhoso dos descendentes de velhas famílias” não foi, afinal, vencido como elas pensavam (CAMPOS, 1939, p. 48). Foi esse preconceito, por sinal, nos conta o narrador, que fez Dona Anna Dorothea chorar por causa do destino escolhido pelo filho:

Da. Anna Dorothea Caldeira Moreira da Silva e Castro chora. Sua raça mergulha no crepúsculo. Nunca mais os contratadores, nunca mais as carruagens, as joias e os hábitos de Cristo... Da. Anna Dorothea chora. O crepúsculo é triste mesmo. E os fracos choram, quando sentem o crepúsculo (CAMPOS, 1939, p. 49).

A decadência da família tradicional ao se unir ao imigrante é anunciada de forma derradeira pelo crepúsculo, a notícia perturbava Anna Dorothea que, fraca e impotente, chorava, lhe restando apenas o orgulho dos brilhos do passado. Nesse trecho, os pensamentos de Anna Dorothea se misturam à opinião do narrador: quem lamentava nunca mais ter os contratadores, as carruagens e as joias era a mulher, do mesmo modo que era ela quem afirmava “sua raça mergulha no crepúsculo”; mas, na sequência é o narrador quem toma a dianteira da narração quando concorda com ela “o crepúsculo é triste mesmo. E os fracos choram, quando sentem o crepúsculo”. O crepúsculo (o momento em que, ao entardecer, o sol está mais próximo do horizonte) é utilizado em metáfora para a decadência da família mergulhando na “escuridão” sem que Anna Dorothea conseguisse impedir, à mulher restava chorar e se entristecer pelo declínio. Parece, ainda, uma referência a “O Crepúsculo dos

¹⁹ Provavelmente, “pimpinella” era uma forma pejorativa de se referir às italianas, assim como “carcamana”. A referência às italianas como “pimpinellas” está presente na canção de Silvino Neto “Senhorita Pimpinella”, notadamente uma paródia da música “O que é que a baiana tem?”. Não foi encontrada a data exata do lançamento da música, mas esta ocorreu entre 1939 e 1940. Silvério Silvino Neto foi um cantor, humorista, radialista, compositor e ator brasileiro, tendo adotado a Pimpinella como uma personagem fixa de seu programa na Rádio Nacional a partir de 1940. A canção está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uSPY-nQqQGw>>. Acesso em 14 maio 2019.

Deuses”, ópera de Wagner. Mas se lá, os deuses esperavam conversando a destruição da Valhala, aqui, os paulistas – reles mortais rebaixados – choravam.

A decadência das velhas famílias tradicionais marca as tensões em *Planalto* à medida que recorre à recriação não apenas de acontecimentos históricos (como a “Revolução de 1932”), mas também de teorias e movimentos intelectuais do período. Na segunda parte do romance, Lauro, Edgard, Arch e Hércules estão a caminho de Cubatão, na região da Baixada Santista, mas antes de chegar ao destino final param em um mirante para “apreciar a vista”, o que os leva a debater a importância da localização de São Paulo para o seu desenvolvimento. De acordo com Sílvia Raimundo (2004, p. 5), os intelectuais que escreveram sobre a formação territorial de São Paulo no início do século XX trataram de alguns temas que auxiliaram na exaltação do estado em detrimento do restante do país, como: a questão do isolamento, a dificuldade do acesso à vila de São Paulo de Piratininga propiciado pela presença da Serra do Mar como um cordão sanitário, o desenvolvimento econômico baseado na autossuficiência da produção de todo o necessário nas fazendas paulistas e, ainda, os atributos essenciais para a formação daquele povo: a raça e o território privilegiado (RAIMUNDO, 2004, p. 5). Dentre os autores que produziram sobre esses temas nas décadas de 1920 e 1930, se pode destacar os escritos de Paulo Prado, em *Paulística*²⁰. Mas, em *Planalto*, aquele era um lindo dia:

A tarde estava linda, de um azul pra turista. Edgard entrou no mirante e aplicou o óculo ao olho. Espiou bastante tempo chamando os companheiros para irem olhar também. Enquanto eles se revezavam vendo lá embaixo o brejo, o charco, Piaçaguera, o mangue do Cubatão, Edgard dirigiu-se ao Lauro que acabava de largar o instrumento, e falou:²¹

– Viu? Viu bem aqueles pântanos, aquelas águas podres, aqueles miasmas, lá embaixo? – Lauro encarou-o com seus olhos doces – Aquilo é o Brasil.

– E isto? perguntou o Bacharel indicando o altiplano onde estavam.

– “Isto é S. Paulo”. Daqui para cima, subindo, subindo transpondo as águas do Paraná entrando em Goiás e Mato Grosso, toda esta região onde só podem viver os fortes, de onde o próprio clima e a atmosfera expulsam os fracos, tudo isto é S. Paulo. Aquilo, está vendo? – Edgard segurou Lauro pelo braço e indicava com o esquerdo, dedo em riste, teatral, numa atitude que era estranha ao esteta – aquilo é o nosso esfíncter, o esgoto de S. Paulo.

Lauro sorriu, Hércules e Arch começaram a tomar conhecimento do discurso. O gordo descobriu a cabeça, coçou a calva, devagar, com a ponta do dedo médio, e objetou a sorrir:

²⁰ “Importância capital ia ter o Caminho do Mar na constituição da individualidade histórica de São Paulo. Foi ele mais do que qualquer outro, o elemento que preparou e facilitou o desenvolvimento da raça, constituindo o que Moritz Wagner denominou, na formação das espécies, um ‘centro de isolamento’” (PRADO, [1925] 1972, p. 26).

²¹ A Estação Piassaguera (a partir do novo acordo ortográfico, Piaçaguera), foi uma estação ferroviária inaugurada em 1902 pela São Paulo Railway Company. Durante sua operação recebeu trens vindos de Santos, Guarujá, além de ter transportado por muitos anos café e outras mercadorias, assim como passageiros no trajeto de Jundiá a Santos. Em 1946, com o final da concessão governamental, passou a pertencer à União sob o nome de Estrada de Ferro Santos-Jundiá (EFSJ).

– Aquilo é Santos, moço! – e caçoando – o grande entreposto paulista.
 – Entreposto? Aquilo é a cloaca por onde despejamos os restos de nossa produção. Por ali defecamos o café, o algodão, as bananas, principalmente as bananas, que damos ao mundo. A cabeça, o cérebro, o coração, as partes nobres do corpo paulista estão em cima, – por cima do Brasil. Lá embaixo, na altura da Zululândia, está o nosso canal de dejeção (CAMPOS, 1939, p. 288-289).

Como podemos notar, o diálogo entre Lauro e Edgard insere no romance uma discussão apontando para algumas teorias que creditavam à localização do planalto paulistano o desenvolvimento do estado – estas teorias, contemporâneas à escrita e publicação de *Planalto*, tiveram repercussão no cenário nacional no início do século XX. Assim, quando as personagens chegam ao mirante, o narrador primeiro descreveu a beleza do dia, com um céu belíssimo (“a tarde estava linda, de um azul pra turista”)²². Os amigos seguiam para Cubatão pela rota usual que desde os primeiros tempos da capitania ligava o Porto de Santos ao interior, conhecida como o Caminho do Mar²³. Nesse trecho, Edgard debatia com Lauro a respeito do desenvolvimento de São Paulo advir de sua localização primordial (distante do mar), uma das teorias desenvolvidas por Paulo Prado no ensaio “O Caminho do Mar”, publicado em 1925, no livro *Paulística*. No ensaio, o autor creditava à dificuldade para realizar o trajeto (uma vez que o caminho oferecia péssimas condições de travessia e chegava a apresentar riscos à segurança) a uma “façanha” geográfica da qual São Paulo se beneficiou porque impediu a contaminação da terra pelas “más influências” que haviam chegado às cidades litorâneas: “essas dificuldades – subidas a pique pela mata virgem, atoleiros fundos de serra acima, rios a vadear – isolaram durante séculos a montanha da capitania da estreita faixa litorânea, e portanto do contato pela navegação com o mundo civilizado”, desse modo, “a população do planalto se conservou afastada dos contágios decadentes da raça descobridora” (PRADO, [1925] 1972, p. 24).

Assim, nesse trecho destacado do romance, Edgard novamente discorria em defesa da supremacia e da suposta superioridade do paulista em detrimento de quem vivia em outros estados e regiões. Ao diferenciar São Paulo do Brasil, ele incluiu Goiás e Mato Grosso na região considerada pertencente aos paulistas, haja vista ter sido território dominado e colonizado pelos bandeirantes (“‘Isto é S. Paulo’. Daqui para cima, subindo, subindo

²² Atualmente, a expressão “para turista ver” é utilizada como uma ironia para se referir a uma cena nacional que é exaltada e embelezada para atrair os olhos dos turistas, em especial, estrangeiros. Nessas circunstâncias, o turista participa apenas como um espectador passivo dessas “situações preparadas” sem, contudo, notar a “realidade” por trás. As visitas guiadas a comunidades da periferia de grandes cidades, como Paraisópolis (SP) e Rocinha (RJ) podem ser um exemplo dessas situações. Não foi encontrado em textos ou dicionários da década de 1930 outro sentido para a expressão, mas pelo contexto em que aparece no romance, tudo leva a crer que o sentido seja o mesmo do atual.

²³ Essa estrada ainda existe e é conhecida como “Estrada Velha de Santos” ou “Rodovia Caminho do Mar”. Turistas ainda podem parar nesse mirante e apreciar a vista de Cubatão como fizeram as personagens de *Planalto*.

transpondo as águas do Paraná entrando em Goiás e Mato Grosso, toda esta região onde só podem viver os fortes, de onde o próprio clima e a atmosfera expulsam os fracos, tudo isto é S. Paulo”). Entretanto, o discurso da personagem destoava da sua caracterização, uma vez que, no parágrafo anterior, Lauro justamente pensava como, no passar dos anos, Edgard havia reafirmado a “sua despreocupação pelo destino da humanidade não artista”, mais uma impressão equivocada do protagonista (CAMPOS, 1939, p. 288).

Desse modo, o estranhamento causado por ele é intencionalmente ressaltado pelo narrador ao chamar atenção para o modo teatral (e ridículo) como ele se portava: “Edgard segurou Lauro pelo braço e indicava com o esquerdo, dedo em riste, teatral, numa atitude que era estranha ao esteta”. Como os “descobridores” um dia apontaram “terra à vista” com dedo em riste, o “esteta” contemplava a beleza daquela paisagem; mas a ironia estava marcada pela oposição: a vista não é descrita com belas palavras por aquele apreciador da beleza, pelo contrário, são utilizadas palavras despertadoras de asco e que menosprezavam o país, pois Edgard ao relatar “o Brasil” se referia aos pântanos fétidos com águas podres. Utilizando o corpo humano como metáfora, emenda, estarem localizadas as partes nobres de São Paulo (a cabeça, o cérebro, o coração) “por cima do Brasil”, já Santos, era o esfíncter (estrutura muscular que contorna o ânus), ou seja, o “canal de dejeção” pelo qual São Paulo “expelia” o restante da sua produção. A “Zululândia” é uma forma indevida de se referir ao Reino Zulu, localizado no atual território da África do Sul. Os zulus foram um povo guerreiro resistente à invasão imperialista britânica no século XIX que, graças à boa organização militar, conseguiu conquistar e derrotar muitas tribos. Pelo contexto em que a alusão é inserida na cena, e devido a sua localização no continente africano ser ao sul, nos sugere uma comparação racista ligando-os às “partes não-nobres” do “corpo” de São Paulo. Na sequência à menção, é defendido como o caráter selecionador de São Paulo colaborou para a inadaptabilidade do negro, outro motivo para considerar o comentário ao povo zulu como ofensivo e preconceituoso (como, de resto, é toda essa cena)²⁴. As palavras de Edgard são recebidas com assombro por Lauro que, desconfortável e surpreso com o pronunciado pelo amigo, “descobriu a cabeça, coçou a calva, devagar, com a ponta do dedo médio, e objetou a sorrir”. Na linguagem corporal, coçar a cabeça é um comportamento comum, mas que as pessoas tendem a ligar a uma demonstração de dúvida ou incerteza, como ocorre nessa ocasião: Lauro procurou discordar do ponto de vista de Edgard, pois parecia não estar convencido de que o outro estivesse certo (“– Aquilo é Santos, moço! – e caçoando – o grande entreposto paulista”); mas

²⁴ O mesmo descalabro sobre os negros em São Paulo era defendido, por exemplo, por Alfredo Ellis Jr., na *Revista Nova*, dirigida por Paulo Prado, Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado e com circulação entre março de 1931 e dezembro de 1932.

acabou, no decorrer da conversa, se pronunciando de maneira semelhante à teoria de que São Paulo havia sido beneficiado por sua localização privilegiada:

Dirigiram-se ao carro. Antes que entrassem, Lauro comentou pausadamente: – É. Talvez seja o Planalto a única explicação plausível do orgulho paulista. Nosso caráter fechado, o milagre da conservação da pureza étnica das cinquenta e duas famílias de dolicho-louros que fizeram Piratininga, tudo é obra do Planalto. Aqui, neste contraforte de Paranapiacaba, começa a terra dos que não são lhanos e hospitaleiros. O homem que galgou as vertentes da serra chegou exausto e se tornou misantropo por defesa. A sociofobia, era a princípio desconfiança contra o bugre astuto e traçoeiro, defesa, portanto, tornou-se atávica pela endogamia. Nós precisávamos explicar-nos a aversão. Criamos, então, o preconceito de nossa superioridade sobre os companheiros do litoral, sobre o resto de um Brasil mestiço, sobre todos os que não descendiam dos cinquenta e dois patriarcas iniciais. Foi a altitude, a superioridade geográfica que gerou a nossa suposta superioridade.

– Suposta não, protestou Edgard que estacara, como os outros companheiros, segurando o trinco da porta.

– Não sei, respondeu Lauro entrando todos no carro. – Isso é outra questão. – Bateu a porta e prosseguiu com o carro já em marcha: – Talvez sejamos superiores mesmo, como quer você, porque não nos cruzamos com o outro branco, que se amancebou nas senzalas e nas malocas do Brasil; talvez. Mas, não terá sido um mal a nossa repulsa às mestiçagens? Afinal, a miscigenação é evolução, é criação de novas raças, movimento. Os povos que se recusam à mescla não serão suicidas? Os teósofos profetizam o aparecimento da raça cósmica ou dourada, que surgirá da fusão de todas as sub-raças atuais. E por outro lado, sem o caldeamento, será que não estamos, nós paulistas, nos condenando ao perecimento por alguma anafilaxia que ainda não surgiu, mas poderá surgir, de um momento para outro? Afinal, nós, que nos mantivemos etnicamente puros, somos europeus, adaptados e aparentemente aclimatados a um novo meio. Mas, quanto tempo durará a resistência orgânica? É indiscutível que o ambiente físico exige aqui outra tempera diferente da solicitada na Europa. Será que não pagaremos, um dia, com o desaparecimento, o pecado de nosso orgulho, de nosso desprezo ao bugre e nossa repulsa sexual ao negro? Que me diz você a essas perguntas? Provocou Lauro, envergonhado e arrependido da seriedade com que falara.

– Não sei, respondeu Edgard fugindo ao tema pesado. – Nós já estamos embaixo, olhe aí, e aqui eu fecho o cérebro.

De fato, daí a pouco, o auto entrava na reta do Cubatão. Percorreu-a com velocidade e minutos mais tarde pararam no larguinho onde esqueceram Bartolomeu Lourenço de Gusmão (CAMPOS, 1939, p. 289-291)

As palavras de Lauro parecem análogas aos discursos defensores da superioridade paulista difundidos em estudos durante as décadas de 1920 e 1930 por intelectuais paulistas, como Paulo Prado, Alfredo Ellis Jr., Antônio de Alcântara Machado, dentre outros. No trecho destacado, podemos aproximar as ideias de Lauro com os escritos de Paulo Prado, por exemplo. Ainda no ensaio “O Caminho do Mar”, anteriormente mencionado, esse autor discorreu sobre o “favorecimento” tido por São Paulo no início da sua formação devido ao isolamento do mar e à característica das famílias fundadoras da vila de se casarem entre si: “o isolamento da montanha e a endogamia protegendo o desenvolvimento da hereditariedade, que é o principal fator constitutivo das raças, e uma excelente condição para manter a sua

pureza, deram o máximo de intensidade e relevo aos característicos do tipo paulista” (PRADO, [1925] 1972, p. 29); situação primordial para o que ele chamou de “constituição do patrimônio hereditário” do paulista²⁵. Em *Planalto*, Lauro confere ao isolamento do contato com quem não descendia das famílias fundadoras da vila de Piratininga (tanto por benefício da geografia como por “sociofobia”) o motivo do paulista ser “superior”, pois, devido ao “milagre da conservação da pureza étnica das cinquenta e duas famílias”, não havia se tornado “mestiço” como o restante do Brasil. Mas, diferentemente de Edgard que mantinha um ponto de vista fixo quanto ao assunto (“Suposta não”), Lauro oscilava entre a defesa da suposta superioridade e a dúvida da sua real existência (o que pode ser conferido com a repetição do advérbio talvez, indicadora de como para a personagem aquela opinião era uma possibilidade, não uma certeza).

Marcado pela incerteza – pois ser cético é o que ele mesmo reconhece como o seu grande problema, “mas ele, só ele não acreditava em nada” (CAMPOS, 1939, p. 288) –, Lauro continua seu monólogo teórico e (se) questiona se a ausência de miscigenação não afetaria os paulistas no futuro, afinal, havia “impedido” a evolução da espécie: “será que não estamos, nós paulistas, nos condenando ao perecimento por alguma anafilaxia que ainda não surgiu, mas poderá surgir, de um momento para outro? Afinal, nós, que nos mantivemos etnicamente puros, somos europeus” (CAMPOS, 1939, p. 290-291). A origem idealizada para a justificativa da paulistanidade como um “tipo ideal” é a miscigenação que dá origem ao mameluco paulista, do índio, herdou a facilidade de vagar habilmente pelos sertões; e do europeu, o espírito aventureiro. Eis a receita do bandeirante. Assim sendo, o que é problematizado por Lauro é a hipótese de que a presença do africano não existiu em São Paulo (o negro não havia se “adaptado” ao clima e à região), possibilitando que, dessa forma, o paulista não se unisse ao negro e permanecesse europeu²⁶. Acerca disso, o ensaio “O Caminho do Mar” aponta outro esclarecimento correlato ao recriado no romance: “no

²⁵ A própria comparação das cinquenta e duas famílias com “dolicho-louros” sugere uma exaltação ao espírito “fechado” dos paulistas. “Dolicho” é um gênero botânico pertencente à família *Fabaceae* que tem como característica essencial (e visível) apresentar frutos em formato de vagem. Desse modo, os patriarcas dos paulistas eram brancos (“louros”) e, como a vagem, acondicionavam-se recobertos com uma camada de proteção que preservava seu interior.

²⁶ Acerca da importância que o clima exerceu sobre o desenvolvimento do paulista, Paulo Prado fez as seguintes alegações para favorecer a ideia de que a seleção natural havia criado o melhor tipo humano do país em São Paulo: “o clima – não tendo, biologicamente, a ação modificadora que geralmente se lhe atribui (Ratzel) – exerceu no habitante do planalto a sua influência tônica, pelas bruscas oscilações de temperatura, fazendo suceder a um inverno bastante rude, um verão quase tropical, e misturando num mesmo dia as mais extremas variações. Esses altos e baixos do termômetro, se desequilibram o organismo, ao mesmo tempo o exaltam, causam uma despesa nervosa excessiva que reage sobre o temperamento e o expõe livremente a esse ‘centro de excitações’ que é o meio ambiente. [...] Da sobrevivência dos mais fortes é prova a longevidade reconhecida do verdadeiro tipo racial que desde os tempos afastados do período colonial ainda é de fácil observação no Paulista de hoje” (PRADO, [1925] 1972, p. 30)

histórico das famílias do planalto o cruzamento entre parentes é notável; por ele se apuram as qualidades – e as falhas – dos elementos que as constituíam primitivamente” (PRADO, [1925] 1972, p. 29), uma defesa de que com a união dos membros das cinquenta e duas famílias fundadoras entre eles (sem considerar a possibilidade de união com elementos “alienígenas”) as qualidades e as falhas daquela “gente” seriam “apuradas” com o passar das gerações. A exposição de Lauro é reveladamente preconceituosa e calcada em conceitos racistas e contrários à miscigenação, mas se tornam relevantes para a constituição dessa personagem quando se considera ter o próprio pai de Lauro (membro de uma família tradicional) se casado com alguém que não pertencia à classe social dele. Em outros momentos do romance em que Lauro pensou diretamente no seu caso familiar foi sempre para ressaltar como não dava crédito às questões da classe e, sendo fruto de um casamento que desviava da regra, pouco se importava se as qualidades (ou as falhas) dos Lemos Rocha foram apuradas ou ressaltadas. Nessa linha de raciocínio, Lauro “herdou” do pai apenas características negativas levando-o a “seguir seus passos”; a hereditariedade, nessas circunstâncias, criou um deslocado que não compactuava (nem entendia) com o orgulho de superioridade da família²⁷.

Em *Planalto*, novamente quem tem a palavra para expressar uma opinião sobre um assunto que é do interesse do autor abordar é o membro da família tradicional – afinal o romance se chama “*Planalto*” em referência à localização geográfica de São Paulo e aos paulistas que boiavam em suas ilusões de superioridade. Na cena comentada acima, Edgard e Lauro expõem seus pontos de vistas, mas, a caminho de Cubatão com os dois, também iam Hércules e Archibald, personagens sem expressão de opiniões no desenrolar da cena, o que se repete em todo o romance. Quando Edgard parou o carro no mirante, Hércules e Arch foram acordados pelo grito do amigo (“Edgard breou o carro e mostrou ao Lauro os amigos que dormiam. Deu um grito, eles despertaram e desceram”). Recém-despertos, cada um faz um comentário sobre o que Edgard e Lauro discutiam, sendo, contudo, ignorados, pois a conversa continua entre os rapazes como se os dois não tivessem falado nada. Quando Edgard se refere a Santos como “o nosso canal de dejeção”, Hércules concorda:

Hércules apoiou:

²⁷ Intruso, o narrador compara Chico e Lauro de forma a ressaltar como o primeiro ainda estava preso às crenças da superioridade da casta, e o protagonista, assim como seu pai, não aventava para essas frivolidades sociais: “Chico, apesar de haver abandonado o sonho de implantar o comunismo, a que não renunciara por convicção, apenas cedera diante de impositivos de família e para não brigar com a vida, conservava bem acesas, no seu íntimo, para lá da inteligência, as vaidades de raça e a certeza de que era um indivíduo de berço. Quanto a Lauro, esse era um filósofo e um bom, um desencantado e um cético, que jamais dera valia a classificações sociais – igualzinho ao pai, que mal conheceu, mas que soube ter sido um bonachão, que se casou numa camada mais modesta com uma professora da cidade onde a família Lemos Rocha era senhora de terras, honras e riquezas” (CAMPOS, 1939, p. 152). O contraste entre Chico e Lauro ressalta o paralelo comparativo entre o protagonista e o pai; ambos renegavam os preconceitos do tronco quatrocentão.

– É isso mesmo, bichão! Por lá nós soltamos os nossos *pernacchios* para o mundo, concluiu soprando dentro da mão fechada. – Não é fato? Dirigiu-se ao Arch, interpelando-o com sua frase brusca, de arranque.

O gigante soergueu as sobranceiras e respondeu meneando a cabeça:

– Ah é! E as bananas, muitas bananas. We have bananas... (CAMPOS, 1939, p. 289).

Hércules debocha do que Edgard discursava, já que um “*pernacchio*” é o som de escárnio feito colocando os lábios contra uma parte do corpo e soprando (como faz Hércules) ou colocando a língua entre os lábios. Já Arch, concorda com Edgard quanto a ser pelo porto de Santos que enviávamos nossas “bananas ao mundo”, mas, no trecho sobressai o sentido figurado da palavra e não o de exportação de mercadorias. Na linguagem conotativa, chamar alguém de “banana” é uma forma depreciativa de compará-lo a uma pessoa covarde, sem iniciativa ou tola; além disso, também podemos considerar o sentido de “dar banana”, isto é, realizar um gesto obsceno cuja intenção é ofender a quem se dirige (feito cruzando os dois braços e mantendo um deles na vertical). Desse modo, quando Edgard comentou que “por ali defecamos o café, o algodão, as bananas, principalmente as bananas, que damos ao mundo” e Arch concordou, “e as bananas, muitas bananas. We have bananas...”, sobressai o sentido pejorativo feito pela linguagem popular da banana; no mais, o trecho parece se referir à marchinha “*Yes, we have bananas*”, famosa no Carnaval de 1938²⁸.

Em *Planalto*, Arch é descrito ora como “brasileiro-inglês” ora apenas como “inglês” e não há, no decorrer da narrativa, maiores esclarecimentos sobre ele ser naturalizado brasileiro ou filho de imigrantes. O pouco esclarecido sobre Arch, porém, era que a todo o momento tinha uma piada para contar aos amigos; sua caracterização física, por exemplo, era descrita de forma vaga, sempre chamando atenção para seu modo desengonçado de andar, aumentando o ridículo da sua figura quando aparecia: “[Arch] entrou com seu passo paraplégico, como se as pernas, do joelho aos pés, fossem autônomas, fez uma continência e murmurou alô como saudação geral” (CAMPOS, 1939, p. 135). Quando estava na roda, os demais rapazes sempre estavam dispostos a transmitir suas (nem sempre interessantes) opiniões, mas Arch falava pouco, era reconhecido por seu jeito calado, o que só mudava quando fazia os amigos rir com os apartes humorísticos (seus silêncios não são justificados, todavia, por uma dificuldade em se expressar na língua). Sempre tecendo duras opiniões sobre as personagens, o narrador descreve Arch como alguém calado, não por falta de assunto, mas porque tinha pouco interesse pelas novidades do mundo; e sendo “alheio”, preferia transmitir as piadas ou as anedotas contadas a ele por Hércules, entretendo os amigos com seu humor:

²⁸ A referência irônica ao Brasil como a “Bananolândia”, por exemplo, foi retomada no filme *Banana da Terra*, de 1939, produzido por Wallace Downey e dirigido por Ruy Costa. Uma das cenas mais famosas do filme é a de Carmem Miranda cantando “O que é que a baiana tem?” vestida de baiana.

O brasileiro-inglês raramente aparecia quando o Lauro não estava em S. Paulo, e, assim mesmo, nas poucas vezes que aparecia, falava pouco, pois não conhecia novidade alguma nem tinha interesse de as conhecer, achava que estava tudo muito direito e muito engraçado, e, quando abria a boca, ou soltava uns de seus curtos apartes humorísticos, ou transmitia a última piada ou a última anedota que o Hércules lhe havia contado, à tarde, no aperitivo do Pinoni ou do Thebaida, onde ficava bebendo e discutindo a despesa nos dados (CAMPOS, 1939, p. 207).

Íntimo do Hércules, fazia-lhe companhia todas as tardes para um aperitivo no bar, onde poderia ser encontrado bebendo e passando o tempo de seu jeito “à toa”, nos contou o narrador; o estrangeiro, portanto, passava os dias sem se aventurar nas conversas sobre os problemas do mundo das quais os companheiros tanto gostavam: “O ruidoso contador de anedotas [Hércules] – o homem do Bichão – e o calado e vago corretor [Arch] passam o tempo como toda a gente que bebe e não tem ideias a expor nem impressões a transmitir, – puxando e atirando palitos de fósforo” (CAMPOS, 1939, p. 263-264, marcações minhas). Toda a narrativa se desenvolve de modo às personagens que não discutiam “suas ideias” sejam rotuladas como alienadas; por isso, o sempre tão despreocupado Arch surpreende (as outras personagens e ao narrador) ao se apresentar como voluntário no início da “Revolução de 1932”. Contudo, a ironia do narrador sobressai no relato: “até o Arch, com aquela calma toda, aquele jeitão escocês de quem acha que está tudo muito bem porque poderia ser muito pior, até o Arch pôs de lado seu comodismo egoísta e o otimismo calado, e alistou-se no Esquadrão de Cavalaria de Rio Pardo” (CAMPOS, 1939, p. 218). A repetição “até o Arch” enfatiza a surpresa geral com a adesão dele, alguém sempre tão “desligado” da política, mas também dá ênfase à decisão de Chico que, sem reconhecer qualquer ligação do movimento com as suas ideias, a princípio, não aderiu àquela que acreditava não ser “sua Revolução”: “Só Chico ficou em casa, sob o olhar recriminador de seu Arnaldo, o aplauso de Diloca e a alegria envergonhada de dona Eponina” (CAMPOS, 1939, p. 217). Reforçando ser Arch uma personagem tipo, a decisão foi minimizada à medida que o ridículo da situação foi intensificado. A participação de Arch tem pouca utilidade para o sucesso do movimento paulista, já que no Esquadrão de Cavalaria, onde se apresentou voluntário, lhe deram apenas um cavalo velho, que pouco poderia ser útil nas batalhas, e um “espadagão de aço escuro”, quixotesco o suficiente para que o “cavalheiro inglês” pudesse brincar de “cavaleiro andante”. A adesão, por sinal, foi contada com desdém e crítica pelo narrador, quando este ressaltou ter o rapaz colocado de lado seu “comodismo egoísta” e seu “otimismo calado” ao aderir à “Revolução”, criticando-o pela falta de conscientização política, mas também censurando os que não se decidiram (Chicho). A adesão de Arch poderia ser explicada pelo clima de aventura solto no ar, pois, possivelmente, ele apenas compartilhase dos mesmos sentimentos

em relação à “Revolução” do que Lauro, de quem era muito amigo. O protagonista, na segunda parte do romance, admitiu ter entrado “no movimento por curiosidade, por espírito de aventura, por solidariedade a amigos e [*claro*] um pouco por paulistismo” (CAMPOS, 1939, p. 270, grifos e marcações minhas).

Mas a despreocupação de Arch sobre política não mudou após a “Revolução Constitucionalista”, a surpresa da decisão inesperada não modificou a trajetória da personagem, pois, anos depois, enquanto almoçava, ele conta a Fernando, Edgard e Chicão ter ouvido de Cobrinha (o “fofoqueiro” do grupo) que “o Ralfo havia posto o nome de todos eles, como comunistas, na lista dos patriotas da Avenida Luiz Antônio”. Alertava-os, assim, para que ficassem prevenidos: caso os integralistas (os novos amigos de Ralfo) vencessem, seriam todos fuzilados. Esperando ver Arch rir, “os amigos pararam de comer e olharam intrigados para o Arch. Piada? Não. Desta vez o raio falava seriamente” (CAMPOS, 1939, p. 375). Mesmo o aviso sendo real, Arch vai da seriedade ao deboche quando Fernando garantiu ser socialista, apesar de desligado de qualquer partido; Edgard, georgista; Lauro, filósofo; assim, comunistas, propriamente, nenhum deles era (talvez o Chico fosse o mais próximo do comunismo, raciocinou o rapaz, ainda que tenha se desiludido com o partido e se afastado). Dessa forma, pelos critérios de Fernando, era um absurdo serem considerados comunistas, ainda mais Arch e Chicão que, sensatos, não ligavam para essas coisas. É para espanto de todos que Arch interrompe a observação do amigo quanto à sua falta de interesse por política:

– Eu ligo, como não?, interrompeu Arch.

– Liga para que? cortou Fernando irritado com o aparte – Liga de tênis? De futebol? De pôquer?

O inglês fez um gesto de desprezo ao insulto. E, muito calmo esclareceu:

– Eu também tenho política. Eu acho que nós não temos juízo, e que o melhor é ficarmos como o Canadá, a Austrália – piscou o olho para dar um tom de brincadeira ao que era uma convicção – um *dominion*, compreendem?

Os companheiros riram, menos Fernando que não gostou do aparte (CAMPOS, 1939, p. 375).

Ao interromper o discurso de Fernando, com bom humor, Arch explicou o que pensava do Brasil: o melhor era ter continuado a ser colônia²⁹. A informação fornecida pelo narrador na sequência de que, apesar do “tom de brincadeira” empregado por Arch, o que ele falava era uma convicção é interessante pois, essa personagem poucas vezes emite opiniões sobre algum dos assuntos discutidos pelos amigos e, nesta ocasião, procede justamente para defender um pensamento imperialista. Todos, contudo, tomaram o comentário como mais

²⁹ Os “*dominions*” eram os territórios semi-independentes que mesmo autônomos constituíam e estavam sob o poder do Império Britânico, como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. O uso de “*dominion*” para se referir a uma colônia (como o Brasil) não é muito usual em língua inglesa, “*plantation*” ou “*colony*” são mais comuns; o Brasil, por sua vez, não foi um “*dominion*” de Portugal e sim uma colônia (no período que se estendeu entre 1500-1822).

“uma das piadas do Arch”, Fernando, por sinal, não gostou do comentário, mas não por causa da opinião expressada, e sim porque interrompeu um raciocínio que ele supunha ser excelente. Ser monarquista não chegou a ser um traço definidor da caracterização de Arch, mas sim um estereótipo ligando os britânicos a uma obviedade de ser imperialista.

Por falar pouco, Arch recorria à mímica, assim como às expressões cômicas e aos trejeitos com o corpo para se expressar, o que junto com seu modo desengonçado de andar se complementava com sua personalidade sempre inclinada a fazer os amigos rir. Arch, todavia, não falava pouco devido à dificuldade com a língua, mas sim porque, estrangeiro – em um romance que exalta a expressão verbal dos paulistas – a ele não foi dada voz. No grupo, além de não poder expressar suas opiniões, Arch aparecia muito pouco, sua presença na roda foi mais constante na segunda parte do romance quando Lauro regressou a São Paulo e o estrangeiro passou a procurá-lo com frequência, sempre demonstrando preocupação pelos problemas financeiros do amigo. Em uma dessas visitas, sabendo que Edgard planejava ir ao Rio de Janeiro, Arch procurou convencer Lauro a ir também e, interessado nos motivos do amigo em declinar do convite, tomou ciência da falta de clientes no escritório. Para convencer Lauro a acompanhá-lo, garantiu custear as despesas da viagem e, fazendo sua “careta otimista e irônica”, mostrou a carteira cheia de notas. A observação do narrador sobre a oferta feita por Arch a Lauro, de custear a viagem, foi uma das poucas simpáticas recebidas pela personagem: o dinheiro naquela carteira “estava de fato [às ordens de Lauro]. Arch era pródigo e estimava Lauro de um modo firme e calado, sem expansões de abraços, mas amizade certa, das que se dão, sem cogitar da recompensa, pelo próprio prazer de se darem” (CAMPOS, 1939, p. 274). A crítica feita pelo narrador, sobre a superficialidade daquelas amizades, não incluía Lauro e Arch – esta era sincera, certa, das que nada esperavam nada em troca –, pois, apesar da proximidade entre Fernando e Lauro ser maior no romance, foi Arch quem descobriu os problemas do protagonista e foi ele quem não apenas ofereceu ajuda, mas também quem alertou aos outros amigos (CAMPOS, 1939, p. 338-339). Ao conversar com Edgard e Chicão, ambos confusos com a tristeza de Lauro, Arch contou o que nenhum dos outros havia se dado conta: a angústia e tristeza de Lauro era motivada pela falta de dinheiro (CAMPOS, 1939, p. 338). Apesar de já ter oferecido ajuda e recebido uma negativa, continuava preocupado e, no dia do suicídio de Lauro, diferentemente dos amigos, mais empenhados em censurar uns aos outros por ainda não terem oferecido apoio a Lauro, ou em indagar o que os desabafos recorrentes do amigo sobre o consolo da morte poderiam significar, Arch foi enfático:

A colheita dos depoimentos, cada qual recordando a frase que ouvira do amigo, tornava evidente que há vários dias a ideia fixa de Lauro era o problema da morte. A cada amigo ele falara de um modo, mas a todos, sem

exceção, falara como se os quisesse prevenir. Seriam frases, meras frases que foram suas prediletas na época em que andara, estudante, de amores com filósofos pessimistas, e que ele repetia agora, por atitude, para intrigar os amigos, ou seriam confissões que seu temperamento fechado externava em forma de convicções, atenuando-se, às vezes, com um sorriso de escárnio e de pudor? Edgard achava que eram sinceros, desabafos quase involuntários, ditos mais para ele mesmo que para os ouvidos dos companheiros. Para Fernando, não passavam de piada, a forma pudica e lúgubre das brincadeiras de Lauro. Quando consultaram o Arch, ele interrompeu sua meditação e respondeu meio seco, sem trejeitos e sem sacudidela de ombros, revoltado contra as discussões dos companheiros que estavam fazendo frases e não se preocupavam, de fato, com a sorte do amigo:

– Não sei. O que sei é que ele se queixou de falta de dinheiro, há pouco tempo. E eu acho que, em lugar da gente estar discutindo à toa, o que devemos é passar no apartamento dele! (CAMPOS, 1939, p. 383-384).

A superficialidade na amizade entre Lauro, Edgard e Fernando era contraposta à amizade do protagonista com Arch, considerada no romance como verdadeira e sincera. No trecho “revoltado contra as discussões dos companheiros que estavam fazendo frases e não se preocupavam, de fato, com a sorte do amigo”, a voz do narrador se confunde com a de Arch através de um discurso indireto-livre. Assim, foi em tom de censura que o leal Arch sugeriu a dupla passar no apartamento do amigo para saber se ele estava bem. Mas, ao chegar lá, Arch, Fernando e Edgard não lhe encontraram, e só por saberem pelo porteiro ter Lauro saído, já se sentiram aliviados. Lauro, na realidade, havia ido ao escritório escrever uma carta de despedida a Fernando contando os motivos do suicídio. De volta à rua, Arch descobriu ter ganhado na centena da loteria, ao mesmo tempo em que o leitor também descobre ter Lauro comprado, pouco antes, o bilhete premiado³⁰. Enquanto o protagonista se suicidava, sem saber ter ganhado o dinheiro do qual precisava, Arch convidava os amigos para uma viagem a Santos para gastar o seu prêmio³¹. Toda a preocupação se desvaneceu e Lauro rapidamente sumiu dos pensamentos dos amigos. O romance chega às suas últimas páginas com os três embarcando para o litoral, já despreocupados com o destino de Lauro que, sem eles saberem, cometia suicídio.

Das personagens, Lauro é a que mais expressa sua opinião sobre as demais ao comparar a sua vida à dos amigos; sobre Arch, pensava ser ele “um esquisitão otimista, que

³⁰ “[...] quando saiu, esquecido da cena da entrada, o cambista atracou-o, de novo. Repeliu a primeira investida. ‘É a sorte, doutor, 18813’, insistiu o vendedor. Lauro fez que não com o dedo. O homem seguiu-o e pediu-lhe, com sinceridade, com uma voz que era uma voz autêntica de confissão, que lhe comprasse aquele bilhete pois não tinha dinheiro para a família jantar. Lauro encarou-o. ‘É o último dia, doutor. Corre amanhã e eu...’. Meteu a mão no bolso e pagou sem pestanejar. Dobrou o bilhete, guardou-o na carteira, e estugou o passo, incomodado com a gratidão do cambista” (CAMPOS, 1939, p. 379-380).

³¹ “Ao saírem do prédio, aliviados com a informação, passaram em frente a um chalé de loteria. Arch olhou a pedra e soltou uma exclamação de entusiasmo: – Upa! Peguei a centena! ‘Que centena!’ perguntou Fernando. Arch meteu a mão no bolso e retirou a listinha misturada com uma porção de papéis, bilhetinhos, passes de bonde, – o diabo. De fato, entre os números lá estava o 813, centena final do 18813, primeiro prêmio contemplado com cem contos” (CAMPOS, 1939, p. 389).

não se preocupava com essas questões de finalidade do homem, não ligava a nada, achava que estava tudo muito bem e era tudo muito engraçado” (CAMPOS, 1939, p. 295). Assim, em meio àqueles jovens pessimistas, o otimismo de Arch causava estranhamento. A vida calma e despreocupada permitia a Arch levar os dias entre as anedotas e o joguinho com Hércules, os ocasionais jogos de pôquer em uma roda de ingleses ricos que o aceitavam bem devido ao sobrenome “Sutherland”, e também nas corretagens que enchiam a carteira do rapaz de notas (CAMPOS, 1939, p. 295). Filho único, Arch morava com a mãe, uma senhora com boa estabilidade financeira e com a qual ele poderia contar caso precisasse. Todavia, Arch raramente precisava, tinha ideias ousadas para os negócios e sorte no jogo (o que é confirmado, ao final do romance, com ele ganhando na centena do bilhete premiado. O fato de Lauro ganhar o prêmio maior não é sorte, como mencionado, mas sim uma ironia da vida justo no momento em que ele desistiu dela). Seu bom tino para negócios pode ser exemplificado a partir de um de seus comentários debochados que entretêm os amigos: ao convidar Lauro a acompanhar Edgar e ele ao Rio de Janeiro explicou, na intenção de fazer o amigo rir, possuir muita esperança de concretizar um bom negócio com essa viagem, por isso desejava que o amigo fosse também:

- Eu estou com muita esperança no negócio do Rio.
- Que negócio é esse?
- Oh! Um bom negócio, brincou Arch. E, britânico: – Vou ver se cavo a Alfândega de Santos para mim. Atirou o beijo de dedos e acrescentou: – Rende bem; bom negócio...
- Lauro riu em guincho.
- O Brasil já está em leilão?
- Sempre esteve. Agora eu arranjei um bom pistolão (sacudiu o ombro) – quero a Alfândega... (CAMPOS, 1939, p. 274).

A intenção de Arch de comprar a Alfândega de Santos era um deboche, mas também podemos aventar para uma possibilidade de estar presente no romance como uma forma de crítica à dificuldade enfrentada na importação e exportação de mercadorias. Assim, Arch caçoava de que o Brasil sempre esteve à venda para o capital estrangeiro, ou seja, *para ele*. É também uma crítica ao bom rendimento da Alfândega, “rende bem; [é um] bom negócio”, devido às altas cobranças de tributos para a liberação das mercadorias.

Portanto, ao tratar de Arch, o narrador impôs sobre ele tanto a sua linguagem como o seu ponto de vista, sempre prejudgando-o em suas ações (seja na sua decisão de aderir à “Revolução”, seja na sua opinião quanto ao sistema político de preferência, era o narrador quem tomava posição). A decisão feita em *Planalto* de quem (ou como) se fala é intencional e problematiza um ideal defendido por todo o romance. Lauro, Edgard, Fernando e Chico são personagens cujos pensamentos têm atenção do narrador quando este faz a mediação entres

seus indivíduos fictícios e o leitor; Ralpho, por ser uma personagem caricata do espírito quatrocentão (e de tudo o que ele representava de mais decadente e ridículo), ocupava uma posição em que não tem nenhuma expressividade intelectual, logo, era como não ter “capacidade” de se expressar por meio de palavras; mas Arch, o único estrangeiro, não demonstrava uma real dificuldade para se pronunciar, ele se calava por seu silêncio ter sido naturalizado pela estrutura da narrativa. Em *Planalto*, há um silenciamento dos grupos externos ao dos paulistas de quatrocentos anos. As personagens com voz no romance são construídas como caricatura de um contexto que já se encontrava em decadência, uma forma potente de crítica contra aquela sociedade. Não apenas os estrangeiros são mantidos à margem, pois, dentro daquela lógica de nobreza paulistana, mesmo os descendentes de imigrantes, nascidos e criados em São Paulo, não eram considerados paulistas (no sentido mostrado do paulista como sinônimo de descendente dos bandeirantes).

Etimologicamente, o adjetivo “bandeirante” como sinônimo de “ser paulista” só passou a ser utilizado a partir das décadas de 1920 e 1930, tendo se originado do substantivo, já empregado nos séculos anteriores, que remetia ao fato histórico das bandeiras. Toda a evocação aos feitos do passado tinha, desse modo, um significado histórico, pois o paulista possuía por base a localização geográfica, o bandeirante e a tradição – não somente de outros tempos, mas também de crenças, pensamentos, sentimentos e aspirações específicas transferidas por gerações e herdadas como legados que estabeleciam certa comunhão espiritual (QUEIROZ, 1992, p. 80). Assim sendo, em uma tentativa de unir o local e o nacional, foi destacada não apenas a singularidade do habitante de São Paulo, mas também seus grandes feitos no passado (como *guardião* do território e das tradições nacionais), cristalizando a ideia de São Paulo como berço da nação (RAIMUNDO, 2004, p. 2). Devido ao reconhecido crescimento urbano e econômico da cidade, ainda segundo Raimundo (2004, p. 3-6), foi nesse período que São Paulo passou a ser vista e tratada publicamente – em desforra à perda da posição antes ocupada no cenário político nacional – como a “locomotiva do país”.

O bandeirante, então, apresentou-se como síntese do espírito paulista que construía o Brasil. A ideia tão divulgada através de frases, como “São Paulo não pode parar” e “São Paulo é a locomotiva que carrega vinte e dois vagões”, revelam que no momento os paulistas tinham consciência do traço mais importante da história de seu estado e que estavam muito empenhados em perpetuar a ideia de um contínuo crescimento econômico (RAIMUNDO, 2004, p. 3-4).

Uma vez reconhecida essa importância no cenário nacional, caberia a São Paulo, portanto, não apenas dirigir como representar a nação, haja vista o bandeirante ter sido reconhecido como o maior (se não o único) responsável pela expansão territorial sertão

adentro. Foi nesse tipo de sentimento que se calcou o discurso ufanista durante a “Revolução de 1932” convencendo e incentivando os paulistas a participarem como voluntários seja nas batalhas seja na retaguarda (conquistando mais soldados ou arrecadando mais “Ouro pelo Bem de São Paulo”)³². Nesse contexto, cabe introduzir nessa análise uma última personagem de *Planalto*, não menos importante do que as outras, mas deixada para o final por ocupar um interessante papel dentro da narrativa: Chicão, não propriamente um estrangeiro, mas um descendente de italianos. Apesar de ser uma personagem sobre a qual os outros emitem bons comentários, Chicão também tem poucas oportunidades de expansão intelectual no desenrolar do enredo e, deslocado em meio aos amigos, reconhecidos por ele como pertencentes a outro nível social, acabou, por fim, tentando se tornar paulista à maneira deles: virando bandeirante. Em uma conversa entre Lauro e Fernando a notícia de que Chicão havia pedido demissão e se preparava para embarcar “com uns moços numa entrada pelo Araguaia” (CAMPOS, 1939, p. 121) foi comentada com espanto por parte de Fernando. Já Lauro, não via a decisão do rapaz com surpresa, pois, mais elitista do que o primo, considerava Chicão um deslocado: “Chicão sempre fora um inadaptado, um desses tipos que nasceram para viver num meio social mais primitivo, [por ser] mais corajoso, leal e menos astuto [do que os demais]” (CAMPOS, 1939, p. 121, marcações minhas). Desse modo, a bandeira à qual Chicão se encaminhava seria justificável dentro da narrativa por sua posição social: sem ter os antepassados que fizeram a glória de São Paulo, caberia a ele, no século XX, construir um futuro de glórias. Conhecedor do íntimo de todas as personagens, o narrador também dá sua opinião sobre a partida de Chicão:

Nenhum deles distinguia precisamente as forças que empurravam o gigante. Chicão fugia porque de fato era bom demais e excessivamente ingênuo para poder triunfar onde a luta é astúcia, hipocrisia e traição. Mas não era essa a força preponderante que o impelia ao êxodo. Chicão precisava evadir-se. A hereditariedade, a saúde e o equilíbrio físico do troglodita, suas maneiras, a classificação social subalterna que a civilização lhe deu, sua infantilidade e a pureza transparente de seu caráter, – tudo isso o tornava hóspede na cidade, tudo insinuava-lhe a fuga. Contudo, o que mais o machucava e lhe fazia

³² O civismo, até aquele momento inédito no estado de São Paulo, proporcionou a mobilização da população: não apenas os rapazes se alistaram nos batalhões de voluntários, mas, além deles, contribuíram também as colônias de imigrantes italianos e sírios que prestavam socorro aos feridos; o clero católico abençoou os combatentes; e as mulheres (tanto as ricas como as pobres), orgulhosas de cumprir seus deveres de paulistas, participaram da campanha “Ouro pelo Bem de São Paulo” na qual doaram suas joias para ajudar no pagamento dos custos da guerra. Estima-se que “entre julho e setembro, por volta de 90 mil alianças de casamento foram entregues ao governo estadual, por suas proprietárias, para serem derretidas” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 364-365). Em *Planalto*, dona Eponina, mãe de Chico, foi uma dessas mulheres que doaram suas joias à Campanha, em mais uma demonstração da representação dos dados históricos no romance. Na edição de 15 de agosto de 1932 do jornal *Correio de S. Paulo*, por exemplo, foi noticiado que, apenas três dias após o início da campanha, já havia sido arrecadado “um tesouro”, este, gentilmente oferecido pelo povo paulista ao governo para garantir que “nada [faltasse] aos bravos soldados da lei que lutam nas trincheiras pela salvação do país” (O POVO..., 1932, p. 4).

sentir a inadaptabilidade ao meio era aquela adoração secreta e religiosa por uma figurinha de moça, que nunca poderia ser sua mulher, porque os homens vivem entalados entre convenções (CAMPOS, 1939, p. 121).

Mais cruel do que Lauro ao considerar Chicão deslocado na civilização, era o narrador ao afirmar que Chicão partia porque, além de pertencer a uma classificação social subalterna, seu caráter puro, ingênuo e bom de “troglodita” o tornavam tanto um hóspede na cidade, como um inadaptado na civilização. Assim, não era Chicão quem partia, era a cidade quem “insinuava-lhe a fuga”. Mas, se aproveitando da sua técnica de narrativa intrusa, o narrador esclarece algo que Lauro e Fernando desconheciam sobre o amigo: ele era apaixonado por uma moça que jamais poderia ser sua esposa, pois as convenções sociais não lhe consideravam um pretendente “à altura”. Essa moça era a irmã de Fernando, Maria da Glória, que se casou com Carlos Gurgel, um industrial mau-caráter com quem Chicão chegou a brigar em um dos *rendez vous* frequentados (CAMPOS, 1939, p. 333). Desse modo, Chicão partia porque seu físico suportaria a entrada pelos sertões (“A hereditariedade, a saúde e o equilíbrio físico do troglodita”) e porque, no fundo, era um deslocado naquela cidade e o único meio imposto para modificar essa situação era a partida (“tudo isso o tornava hóspede na cidade, tudo insinuava-lhe a fuga”).

Mas, para Emerson Tin (2003), Chicão partia também por causa da morte de sua mãe e do choque de, ao receber a notícia, reconhecer toda a vida ter se envergonhado da família de origem italiana. Além do trecho em que descobriu o falecimento da mãe, destacado por Tin (2003) e, anteriormente comentado em crítica coetânea ao romance, por Mário de Andrade (1939), a vergonha de Chicão da família pode ser constatada pelas “focas de Cobrinha” transmitidas por Ralpho ao grupo: o Cobrinha “disse [ao Ralpho] que ele [Chicão] foi se embora de desgosto. Que a mãe dele, que se chamava Filomena Sicchieri, e não Siqueira, morreu um dia destes” (CAMPOS, 1939, p. 208, marcações minhas). Para esconder a origem imigrante, Chicão havia omitido o sobrenome verdadeiro da família.

Na realidade, Chicão partia para “desbravar os sertões” sentindo-se culpado pela “ousadia” (como acreditava ele e o narrador) de ser apaixonado por uma moça socialmente inalcançável e, romântico, foi buscar uma nobreza dentre aqueles que nada tinham de nobre. Chicão procurava, desse modo, se tornar um bandeirante de seu tempo, em uma tentativa de se colocar em nível de igualdade com os amigos. No dia da partida, foram todos se despedir, em um misto de orgulho e inveja da decisão de Chicão, o único corajoso:

Os amigos fizeram questão de despedir-se do bandeirante. Alto, espadaúdo, chapéu de aba larga, jaquetão e gravata pretos, culote e perneiras, o vulto de Chicão destacava-se no alto, pescoço e cabeça acima do porte dos companheiros. O gigante, percebia-se, estava comovido com a prova de amizade de

todos, – moços ricos, formados, de melhor classe social que a dele, mas ligados a ele, cuja partida lamentavam sem ocultar admiração e quase inveja pela coragem de sua aventura. Mas, era preciso partir. O sertão era a fuga, os obstáculos da *entrada* talvez o fizessem esquecer o sonho absurdo e proibido, a aventura talvez lhe proporcionasse uma morte heroica, à maneira dos sertanistas de outrora, ou talvez, quem sabe? – havia uma pontinha de esperança no tímido – talvez a fortuna, a redenção social, o resgate do pecado de ser filho de imigrantes que morreram pobres, a notoriedade, a glória, – a esperança criava coragem – a possibilidade de realizar o sonho absurdo e secreto ... (CAMPOS, 1939, p. 198).

A descrição da partida de Chicão beira à caricatura, em tudo se assemelhava à figura do bandeirante ressignificada como “alto, imponente, forte, corajoso, um gigante!”. Desse modo, Chicão tornou-se o melhor símbolo do mito no romance, porque, enquanto os outros viviam se vangloriando dos feitos do passado, ele optou por seguir um caminho (supostamente o mesmo dos bandeirantes) em busca de um futuro de glórias: “a esperança criava coragem”. Filho de imigrantes, o caminho oferecido por São Paulo para a assimilação não era o casamento (como ocorreu com a união entre Carmella e Rodolpho), mas a glória de se tornar um bandeirante. Apesar da tentativa, era um caminho fracassado, uma vez artificial, pois se tratava de um mito e não uma receita a ser seguida. Anos depois, quando retornou a São Paulo, Chicão não carregava os bolsos cheios de riquezas, pelo contrário, voltava magro, afetado pelas febres transmitidas pelos mosquitos: “Chicão chegara naquela manhã, escaveirado e magro, transformado numa grande armação de ossos” (CAMPOS, 1939, p. 316). Ao narrar suas aventuras como “bandeirante”, Chicão acabou concordando com o discurso de superioridade dos amigos:

Chicão voltou a falar sobre as caçadas, as belezas e perigos da viagem, a habilidade dos pescadores carajás e sobre as nuvens de moscas que os perseguiram por toda a parte, nuvens tão numerosas, tão densas que dois homens conversando a pequena distância, como eles estavam, viam-se mal devido aos milhares de insetos. Sobre Goiás e Mato Grosso, Chicão fizera uma observação apesar de ser pouco amigo dessas afirmativas: o mato-grossense e o goiano são paulistas. Um paulista sente-se em casa junto dessa gente desconfiada e retraída, escrava da própria palavra, gente franca, gente bruta, mas amiga dos amigos (CAMPOS, 1939, p. 318).

Assim, ao dizer que “o mato-grossense e o goiano são paulistas” fica implícito o óbvio: são paulistas como ele também se sentia agora, participando da ironia do romance de que ele havia se assimilado àquela camada tão impenetrável (orgulhosa e fechada aos elementos externos) da forma mais corajosa e honrosa, ou seja, se tornando um bandeirante. Apesar de não ter conseguido enriquecer no sertão, Chicão voltava vitorioso pois, independentemente do pensado pelos outros sobre ele, depois daquela entrada *ele* se sentia paulista.

Em *Planalto*, o caráter definidor defendido pelo grupo central de personagens (e que exclui todos àqueles que não pertenciam, independentemente de serem brasileiros de outros estados ou estrangeiros) é a ligação com a terra, com a fundação da Vila de São Paulo de Piratininga por seus ancestrais. Do mesmo modo, também creditavam à preservação do tipo étnico do mameluco o fortalecimento do grupo de cinquenta e duas famílias fechado em uma espécie de clã aristocrático e que ainda no início do século XX procurava se defender das mudanças e da preeminência de outros grupos, como os de imigrantes. Assim, a narrativa remete a uma teoria de que a supremacia do planalto paulistano era resultado da localização geográfica, motivo pelo qual havia possibilitado o melhor clima, território e incidiu na composição étnica e histórica de um estado que, por essa linha de pensamento, poderia se considerar superior ao restante do país.

Mas se trata de um romance cuja indefinição é tamanha que, de início, não se tem certeza nem de quem seja o protagonista, só se sabe ser Lauro na segunda parte, passadas quase duzentas e cinquenta páginas. Lauro era uma personagem muito admirada pelo grupo de jovens, em maioria, de famílias tradicionais como ele; porém, tamanha consideração não significava confiança ao protagonista, pois Lauro era inseguro e indeciso. Do pai, havia herdado a ascendência quatrocentona; da mãe, uma ascendência humilde que sempre desagradou a orgulhosa família paterna, como tratado no capítulo. Morto o pai, quando ele ainda era criança, foi criado na casa da avó, mas, adulto, optou afastar-se dos parentes que considerava esnobes e ridículos, a fim de prover mais conforto à mãe. O que perturbava Lauro profundamente está marcado na ambiguidade de sua caracterização: de um lado, sentia o peso do passado do pai, suicida após ir à falência, a quem repetidamente se comparava em um misto de terror e conformismo; de outro, se atormentava com as expectativas criadas pela mãe, pelos amigos e, principalmente, por ele quanto ao seu futuro promissor. O laço de sangue e o status familiar, o que sustentariam seu pertencimento à terra e à nobreza paulistana, para ele, não sugeriam um caminho. Na verdade, o único caminho vislumbrado por Lauro, ao final, era o de seu pai. Uma das características principais do livro é o determinismo que perpassa a história, não apenas o imigrante dificilmente se tornaria um elemento da classe dos paulistas quatrocentões como, ainda, no caso de Lauro, ele a muito custo poderia se livrar do laço que o prendia ao meio. Há duas situações que podem verificar isso, a primeira, desponta em uma das conversas mantidas pelo grupo quando surge o tema do suicídio e, tendo Lauro afirmado acreditar caber apenas a ele a decisão de interromper ou não sua vida, Edgard o questionou, em um misto de deboche e malícia, se “o suicídio não será destino” (CAMPOS, 1939, p. 358). A outra, é o descrédito imposto a sua seriedade para o

trabalho, novamente aproximando-o do pai. Um dia, depois de muito tempo com o escritório às moscas e, profundamente desiludido ao ver suas últimas economias se minguaem, Lauro saiu por alguns instantes, tempo suficiente para aparecer um cliente, velho conhecido do pai. Vendo o escritório fechado, o industrial sentenciou: “Logo vi, refletiu, filho do Lemos da Rocha não leva a sério o trabalho!” (CAMPOS, 1939, p. 314). Era um ciclo do qual a personagem não conseguiu sair com vida.

Desse modo, o não-pertencimento de Lauro era persistente, pois, mesmo reconhecendo que para seu círculo social o sobrenome e a origem eram porta de entrada para o prestígio e a ascensão, lamentava não ter compreendido os segredos dessa guinada financeira. Para a personagem, mais do que o parentesco, sua “paulistanidade” seria definida pelo sucesso, presente no romance como um senso de pertencimento enraizado à terra e à defesa do grupo “puro” dos (nem tão) ilustres antepassados. A ressignificação histórica que transformou o bandeirante em herói atribuía à conquista dos sertões e à tradicionalidade dos “quatrocentões” um sucesso não alcançado pela geração de Lauro, desiludida e ainda colhendo os frutos das mudanças das recentes “Revoluções” e da inconstância reservada pelo futuro. Assim, “fazer-se” uma pessoa de êxito por suas conquistas pessoais era um obstáculo pelo qual àquelas almas não conseguiam ultrapassar, só eram bem-sucedidos quem podia contar com as fortunas familiares. Do grupo, Edgard e Fernando viviam da riqueza das famílias, de propriamente útil para conceber um triunfo pessoal, nada fizeram; Ralpho vivia das histórias de um tio ridículo que ninguém conheceu e a quem ele dedicava uma admiração ridícula – ser ridículo, na verdade, foi o grande feito de Ralpho na obra; Chico também não decidia nada, pois, escravo das opiniões e dos desejos do pai, caminhava às tontas a fim de honrar uma tradição familiar sem nenhuma grandiosidade.

Do outro lado, havia também Chicão e Arch. O primeiro, descendente de estrangeiros, declarou sua intenção de romper com os vínculos familiares (um passado sem glórias, para aquele grupo de nobres decadentes) ao, equivocadamente, seguir um caminho de sucesso e, assim, tentar pertencer à terra. Mas a empreitada de adentrar os sertões na esperança de enriquecer ou de se integrar acabou sendo frustrante, mesmo o descendente de italianos não conseguiu se integrar; no mais, não foram as viagens para o interior do país que transformaram os bandeirantes em heróis, mas sim a ressignificação do mito. Neste primeiro capítulo, o estrangeiro não foi, propriamente, o ponto-chave de análise, uma vez que toda a configuração de *Planalto* revelava o cognoscível: o texto vai além da representação do estrangeiro quando se tratava de discorrer sobre o indivíduo deslocado e não-pertencente. Na verdade, a ligação de Arch com o grupo se dá pela amizade com Chicão e Lauro. E talvez

seja, justamente, esse lugar-comum de não-pertencimento a unir essas figuras tão distintas. E, ao final do romance, realmente Arch foi a personagem menos próxima do leitor, sobre quem menos se soube e cuja mente nunca foi totalmente acessada pelo narrador intruso. O foco narrativo de seletividade múltipla não alcançou os pensamentos e as ideias de Arch, quase como se reforçasse uma ideia de “exclusão” de que, para ter voz ou para ser grande no Planalto, fosse necessário ser paulista – não qualquer paulista, claro, era necessário ser paulista de quatrocentos anos. E Arch não era paulista, muito menos brasileiro. Dentre os comentários mais interessantes sobre Arch há um de Lauro, em discurso indireto-livre, em que comentou as ocasionais participações do amigo nos jogos com alguns ingleses que o “aceitavam” à roda devido ao sobrenome do rapaz: era o “Sutherland” a autorização, digamos, do pertencimento do “brasileiro-inglês” àquele grupo de estrangeiros também restrito e cuja porta de entrada era a ascendência britânica.

Desse modo, a grande noção de pertencimento em *Planalto* era a relacionada à terra e ao passado, uma vez que todos os não-pertencentes ao grupo restrito são automaticamente colocados à margem, excluídos (com o fortalecimento e a defesa da ideia de um “nós” que precisaria se manter intocado e protegido). Assim, o “eles”, especificamente nesse romance, foi expandido a qualquer indivíduo que, seja brasileiro de outros estados, naturalizado ou descendente de imigrantes, permanecesse nas proximidades, mas reconhecidamente impossibilitado de integrar o grupo.

O movimento civil militar reencenado em *Planalto* centralizava os acontecimentos à medida que foi também o auge da união e do fechamento daquela cultura local como se fosse, ainda, uma forma de resistência às mudanças de um passado em que São Paulo teve preeminência política, cultural e social e, uma vez reinventado, dava uma artificial certeza de que os quatrocentões seriam novamente imbatíveis. Portanto, trata-se de um romance em que o local tinha foco persistente, mas não dominou o enredo de forma absoluta; o que dominava, aparentemente, era a incerteza daquelas almas inquietas e que perdiam seus dias em conversas vãs. Na realidade, são vidas perdidas tanto pelo ceticismo como pelo excesso de certeza de que poderiam perder tudo, menos o orgulho e a ascendência nobre. Por mais que Chicão e Arch procurassem se integrar ao grupo, não havia integração propriamente dita, ela era inviável como caminho e o impasse permaneceria, assim como a inviabilidade da “preservação” do mundo em ruínas da aristocracia paulista. E era inviável também quando se tratava de Lauro, talvez o mais inadaptado de todos, e não por não fazer parte do grupo, mas por não compreendê-lo.

3. SEGUNDO CAPÍTULO – ENQUANTO AS ÁGUAS CORREM

3.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor

A 5 de agosto de 1908, em uma cidade na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nascia Cyro dos Santos Martins. Apesar de ter começado a escrever aos 15 anos, Cyro Martins teve o primeiro livro publicado apenas em 1934 quando, já formado em medicina, deixou Porto Alegre e retornou a Quaraí, sua cidade natal, para “clínica”. Sua estreia literária foi com o livro *Campo fora*, cujos contos discorriam sobre a região da fronteira e da campanha. Em 1937, publicou *Sem rumo*, seu primeiro romance que, posteriormente, comporia com dois outros títulos, *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954), a “trilogia do gaúcho a pé” obras que o consagraram tanto na literatura rio-grandense como na nacional. Ao todo, sua produção é composta por dezoito livros de ficção, sete de ensaios e um de memórias, em um período de mais de sessenta anos de publicações tanto no campo da literatura como no da psicanálise³³. Faleceu em 15 de dezembro de 1995, em Porto Alegre, tendo, antes disso, reformulado toda a sua obra de ficção e ciência junto a seu editor.

Em 1939, Cyro Martins publicou seu segundo romance, *Enquanto as águas correm*, cujo enredo se desenrolava a partir dos conflitos do solitário Izidro após o exílio e o estabelecimento em São João Batista, cidade na fronteira com o Uruguai. Ao que tudo indica, São João Batista é uma cidade fictícia baseada em Quaraí (RS), onde nasceu e morou o romancista. No estado do Rio Grande do Sul há, no município de Vitória das Missões, um distrito com esse nome, mas, devido à localização geográfica (à Noroeste e distante da fronteira do Uruguai), não seria possível afirmar que São João Batista foi baseada no distrito homônimo. Em contrapartida, a construção ficcional de São João Batista se aproxima mais de Quaraí, ambas com localização na fronteira uruguaia e às margens do rio Quaraí. Com quinze capítulos, *Enquanto as águas correm* é um livro curto, de cerca de cento e vinte páginas que

³³ Sendo, os de ficção: *Campo fora* (contos) em 1934; *Sem rumo* (romance), em 1937; *Enquanto as águas correm* (romance), em 1939; *Mensagem errante* (romance), em 1942; *Um menino vai para o colégio* (novela), em 1942; *Porteira fechada* (romance), em 1944; *Estrada nova* (romance), em 1954; *Paz nos campos* (contos e novelas), em 1957; *A entrevista* (contos), em 1968; *Rodeio* (contos e estampas), em 1976; *Sombras na correnteza* (romance), em 1979; *A dama do saladeiro* (contos), em 1980; *O príncipe da vila* (novela), em 1982; *Gaúchos no obelisco* (romance), em 1984; *Na curva do arco-íris* (romance), em 1985; *O professor* (romance), em 1988; *Um sorriso para o destino* (novela), em 1991; *Você deve desistir*; *Oswaldo* (contos), em 2000 (póstumo). Os ensaios: *Do mito à verdade científica* (estudos Psicanalíticos), em 1964; *Perspectivas da Relação Médico-Paciente*, em 1979; *Escritores gaúchos*, em 1981; *O mundo em que vivemos*, em 1983; *A mulher na sociedade atual*, em 1984; *Caminhos* (ensaios psicanalíticos), em 1993; *Páginas soltas*, em 1994. E as memórias: *Para início de conversa* (com Abrão Slavutzky), em 1990.

teve duas edições: a primeira, em 1939, pela editora Globo; e a segunda, em 1981, pela editora Movimento.

Nos meses seguintes ao lançamento, *Enquanto as águas correm* chamou atenção de críticos que escreveram sobre o romance em jornais de circulação nacional. As críticas, apesar de pontuarem diferentes qualidades e defeitos do livro, aproximam-se ao apontar certo descuido do autor na criação de suas personagens, em especial, Izidro. Para o crítico Mário de Andrade, em texto publicado em sua coluna no *Diário de Notícias*, dentre os quatro livros de escritores gaúchos que compunham a crítica, o romance de Cyro Martins era o mais original e, mesmo sendo uma produção ainda irregular e imatura, revelava sinais de um grande romancista³⁴. Para o autor modernista, junto a cenas habilmente descritas encontravam-se outras que poderiam ter sido mais aproveitadas, principalmente, no que dizia respeito à análise psicológica de Izidro; mas mesmo com problemas notáveis, era um livro original e o jovem romancista parecia ser talentoso.

Wilson Lousada, ao comparar o texto de Cyro Martins a obras de outros autores, lamentou a inferioridade do primeiro como criador de um romance regionalista, pois, reconhecia ser a ligação do homem com a terra, tão explorada dos livros de José Lins do Rego, para utilizar seu exemplo, praticamente inexistente em *Enquanto as águas correm*: “o regionalismo é pouco vivo. É mesmo possível dizer que ele só existe em função sugestiva”. Quanto ao protagonista, para Lousada (1940, p. 6) tratava-se de um “errante e inquieto” vindo de outras terras para se estabelecer ali; um desenraizado que só foi se adaptando aos poucos e uma falha como personagem regionalista. O próprio Cyro Martins, anos depois, escreveria sobre o regionalismo e por que sua literatura poderia ser considerada localista e não regionalista. Para o romancista, o regionalismo encerrava uma idealização e sublimava a glorificação do indivíduo, do tipo, do arquétipo, ao passo que o localismo evidenciava os defeitos e as crises do grupo social em foco e, os textos que se referiam à campanha gaúcha naqueles tempos, dentre eles sua obra, mostrava como a campanha e o gaúcho estavam sob forte transição e, por isso, “já não somos os regionalistas ufanos de antigamente” (MARTINS, 1944)³⁵.

³⁴ Na crítica publicada originalmente no *Diário de Notícias*, em 22 de outubro de 1939, Mário de Andrade comparou a personagem de Cyro Martins à do escritor norueguês Knut Hamsun, reconhecido desde 1890, com a publicação de *Sult (Fome)*, um romance que narra a trajetória de um jovem escritor com problemas financeiros e constantemente perturbado pela fome. Em 1920, Hamsun ganhou o Nobel de Literatura com *Os Frutos da Terra*, um romance nos moldes bucólicos. Hamsun ficou conhecido também por apoiar a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial e a invasão à Noruega, assim como por escrever artigos pró-fascistas; fato que, provavelmente, Mário de Andrade desconhecia, pois a Guerra havia começado recentemente, em setembro.

³⁵ Texto originalmente publicado em 1944 e reproduzido na introdução à sexta edição de *Sem rumo* (1937), de 1997. A versão consultada é a presente no site dedicado à vida e obra do autor, Celpcyro – Centro de estudos

O texto de Paulo Cavalcanti já era menos simpático desde o título “*Enquanto as águas correm a mediocridade aumenta*” em que, ao apontar as imperfeições técnicas e literárias percebidas no texto, tece uma série de críticas às exageradas referências à água, para ele, reveladoras de uma “ausência de poder descritivo por parte do sr. Cyro Martins” (CAVALCANTI, 1940, p. 6). Assim como o texto de Lousada (1940, p. 6), o de Cavalcanti também foi publicado na revista *Dom Casmurro*, sendo, contudo, mais incisivo ao apontar a menção direta e indireta à água como marca da falta de recursos estilísticos por parte do romancista, sem deixar margem à hipótese de ser uma escolha proposital (apesar disso, reconhecia tratar-se de um romance cujo cenário constituía grande importância ao rio que divisava os dois países).

Já o texto de Mário Alvarez, publicado no *Jornal do Estado*, se posicionava de maneira muito diferente. É preciso ressaltar que Mário Alvarez Martins era psicanalista e o único texto de crítica literária publicado por ele foi esse sobre *Enquanto as águas correm* (integrante à segunda edição do romance, de 1981). Para Alvarez, desde 1936, quando publicou *Sem Rumo*, Cyro Martins já revelava ser um escritor potente ao centralizar o drama de sua obra no gaúcho que precisava se adaptar às mudanças quanto ao trabalho rural e às lutas políticas e caudilhescas. Assim, ao referir-se ao livro de 1939, afirmou não ser surpresa ter o romancista afastado-se do regionalismo, pois era esperado que nessa “realização literária” tenha centralizado o romance em uma cidade – rodeada de pessoas humildes – local onde se acolheriam os arrasados. Foi a crítica mais simpática a Izidro e a sua configuração psicológica apresentada de forma velada e fragmentária ao leitor. Mas, conforme ressaltou Alvarez, esse não era o grande defeito do livro e, sim, seu segredo; a revelação dos traços essenciais da vida de Izidro e de sua personalidade à medida que o romance avançava ocorreu de modo a mostrar que não poderia ser diferente uma vez que nem a personagem tinha consciência da sua situação, pois vivia “na completa inconsciência do que era a certeza de sua alma” (ALVAREZ, [1939] 1981, p. 15)³⁶. Alvarez debruçou-se sob a figura enigmática do protagonista e pontuou aspectos que serão retomados adiante neste texto.

Este capítulo é dividido em duas partes. Na primeira, “Conflitos de identificação e pertencimento: a chegada e o estabelecimento de Izidro”, a análise se desenrola a partir da viagem realizada por Izidro a São João Batista, cidade onde ele decidiu se estabelecer após cruzar a fronteira. Cansado, o viajante pediu para descansar em uma venda na beira da estrada, usufruindo, assim, da hospitalidade dos proprietários, Pacheco e Aurora. Foi Aurora,

de literatura e psicanálise Cyro Martins.

³⁶ Texto originalmente publicado no *Jornal do Estado*, Porto Alegre, em 8 de setembro 1939.

ao contrário do marido, quem se inquietou com o fato de Izidro viajar anonimamente e a pé, por isso, sobre ele teceu hipóteses que pensava serem as mais ofensivas: o homem só poderia ser um gringo, bandido e comunista. Ao marido, a mulher desferiu a sua censura por oferecer pouso a um completo desconhecido. Cheio de tensões, o primeiro contato de Izidro com os moradores da cidade foi marcado pela curiosidade despertada por sua figura, mas também pelo mistério ao seu redor. Assim, esta subdivisão se estende desde a viagem e, por fim, o estabelecimento de Izidro em São João Batista até o derradeiro mal-estar que o levou ao hospital e, dessa forma, a desistir dos planos de abandonar o exílio autoimposto e retornar às agitações dos grandes centros urbanos – considerado por ele, o local da civilização. A condição de estrangeiro de Izidro vai, desse modo, além da nacionalidade e da situação de imigrante na qual se encontrava, por isso, estudos como os de Kristeva (1994), em *Estrangeiros para nós mesmos*, são utilizados na análise dessa “estrangeiridade” interna e que coabitava a personagem, para usar os termos da autora. Nesses termos, o conceito de estrangeiro, segundo Kristeva, não seria exclusivamente dirigido àquele que vinha de outra nação, mas sim a uma figura mais complexa, desenraizada e solitária que pode ser compreendida a partir do entendimento de que o estrangeiro vive em “nós”, situação perceptível quando percebemos sermos todos estrangeiros (KRISTEVA, 1994, p. 9).

Na segunda parte do capítulo, “Encontros e recordações: os estrangeiros Izidro e Ladislau”, a análise inicia com Izidro sendo levado ao hospital após o mal-estar sofrido durante o ataque dos gafanhotos. Hospitalizado, ficou aos cuidados de Ladislau, o médico húngaro que atuava na cidade e quem o atende. O encontro com o outro estrangeiro despertou no protagonista, por anos tão silencioso, a vontade de conversar sobre o passado e, assim, revelar fatos que contribuíram para que ele decidisse se afastar dos grandes centros e se exilar em uma cidade considerada como pertencente aos confins do mundo. Sem poder se levantar, o desânimo provocado pela eminente impossibilidade provocada pela doença impediu seus momentos de distração pelas fugas na imaginação; foram as memórias, desse modo, as companheiras frequentes, tendo-o motivado, por fim, a conversar com Negrita mesmo sem enxergar nela a ouvinte ideal. Para além das aflições do protagonista, esta subdivisão discorre sobre os motivos e as intenções que levaram Ladislau a imigrar, assim como as inquietações que o acompanharam. Apesar de compartilhar o status de “gringo” com Izidro, a “estrangeiridade” de Ladislau era diversa, pois, externa, era marcada por comentários e boatos sobre sua figura e sua presença na cidade. O capítulo, dessa forma, versa sobre duas personagens estrangeiras na narrativa que, apesar de terem escolhido a mesma cidade para viver, se decidiram por motivos díspares. Desse modo, Ladislau optou permanecer em São

João Batista sem abandonar suas identidades do passado e, assim, entrar em contato com aquela nova realidade. Izidro, por sua vez, via em São João Batista um local de exílio autoimposto, uma escolha sua para se privar do contato com o mundo considerado civilizado. Marca do estrangeiro representado por ele, Izidro tem como drama pessoal o do solitário que toda a vida buscou a liberdade, mas esteve, contudo, prisioneiro de si mesmo.

3.2 Conflitos de identificação e pertencimento: a chegada e o estabelecimento de Izidro

Um homem caminhava por uma estrada deserta e silenciosa na abertura de *Enquanto as águas correm*; incógnito, viajava na hora do crepúsculo deliciando-se com o silêncio ao seu redor. A viagem, iniciada antes do tempo da narração, já estendia-se há vários dias, por isso, o viajante começava a apresentar sinais de cansaço. Todavia, comovido pelo silêncio do campo deserto à sua frente (“e o vago resplandecimento de alegria que se anunciava ao longe na sua alma nascia da insuspeitada revelação do ermo”), o homem teve vontade de prolongar a sensação de paz e de tranquilidade proporcionada aqueles campos – “a ausência de rumores lhe era desconhecida. Afeito à turbulência das cidades, nunca experimentara o gosto da paz campestre” (MARTINS, [1939] 1981, p. 21). Desse modo, a possibilidade de se estabelecer naquela região começava a ser maturada e só adiante o exílio forçado passou também a configurar uma decisão da personagem, como se a ideia desde o princípio tivesse partido dele.

O homem nessa cena, com identidade omitida do leitor, era o protagonista do romance, Izidro. Sendo envolvido pelo mistério de sua figura, fatos e características sobre ele só são reveladas no decorrer da obra; assim, apenas capítulos depois o leitor descobrirá ter a personagem entrado no Brasil pela fronteira com a Argentina após ser expulso devido à participação em uma greve de um movimento operário. Por isso, naquele início de romance, a personagem caminhava exausta pela estrada que o levaria a São João Batista, cidade na fronteira com o Uruguai, onde ele decide se estabelecer. Mas, sem revelar seu nome, a princípio, Izidro permaneceu incógnito; e foi dessa forma, por sinal, que em determinado momento da viagem ele parou em uma venda à beira da estrada e pediu abrigo para descansar:

Quando o andante entrou na venda, havia pouco movimento. Um negrinho metia alguns embrulhos numa mala de garupa, um indiático gordo, cara de sapo, sentado no banco comprido do lado de fora do mostrador, e um terceiro, homenzinho de talhe mirrado, que discutia com uma senhora. O recém-chegado cumprimentou, porém foi correspondido quase imperceptivelmente, exceto pelo dono da casa que lhe deu um bom dia em tom alto e franco. Entretanto todos fitaram com curiosidade o desconhecido. Simulando não haver notado o interesse que provocara, o estranho dirigiu-se diretamente ao senhor que despachava o negrinho.

- O senhor dá licença, é o dono da casa?
- Sim, senhor. Às suas ordens.
- Eu queria descansar um pouco, se houvesse onde...
- Como não, há sim. Está vendo? – Apontou para o galpão. – Pode ficar lá à vontade. Mas antes, sente-se.

O andante sentou-se ao lado do índio bêbado, que, imediatamente, levantou, mandou encher outro copo de cachaça e lhe ofereceu. Após um olhar de refilão, o homem agarrou o copo. Como o ofertante permanecesse de pé, na sua frente, ele compreendeu que devia beber, e bebeu um gole (MARTINS, [1939] 1981, p. 23).

Ao chegar à venda, a personagem não se apresentou e todo o tempo em que permaneceu naquele local manteve sua identidade oculta. No trecho, o narrador detém todo o controle da narração e à medida que descreve a chegada do andante, assim como as pessoas que se encontravam na venda, vai revelando informações desconhecidas sobre a personagem. Ao descrever a chegada, o narrador se refere a ele como “o andante”, “o recém-chegado”, “o desconhecido” e, por fim, “o estranho”, palavras endossadoras do mistério que o circundava. No local, encontravam-se Pacheco, dono da venda; Dona Aurora, sua esposa; um garoto que o protagonista supõe ser o filho do casal; um “homenzinho de talhe mirrado” que comprava, o seu Veríssimo; “um negrinho” que exercia a função de entregador do estabelecimento; e “um indiático gordo”, ao lado de quem Izidro se sentou. Foi este último, por sinal, quem ofereceu uma bebida a Izidro que, apesar de mal-humorado com a oferta, aceitou e bebeu sem, contudo, sentir qualquer vontade ao acolher aquela amabilidade oferecida. Se recusasse a bebida, recusaria, assim, o sinal de amizade oferecido pelo outro; por isso, em um misto de surpresa e incômodo, bebeu. Para além desse primeiro contato, as breves palavras trocadas entre Izidro e o dono da venda sugerem, ainda, outros estranhamentos.

Ao entrar, o narrador descrever ter o protagonista cumprimentado e sido respondido “quase imperceptivelmente [pelos outros que ali se encontravam], exceto pelo dono da casa que lhe deu um bom dia em tom alto e franco”. Na sequência, ao confirmar realmente falar com o dono, novamente foi respondido com cortesia: “Sim, *senhor*. Às suas ordens” (MARTINS, [1939] 1981, p. 23, marcações minhas). Para melhor compreender a peculiaridade dessa cena e da relação estabelecida entre essas personagens, é preciso destacar, a princípio, que Izidro viajava a pé no Rio Grande do Sul, estado no qual o viajante é comumente ligado à figura do gaúcho a cavalo. Um segundo ponto era o fato de Pacheco, o dono daquele estabelecimento, lidar com frequência com os viajantes que paravam ali (uma vez considerando a localização da venda ser próxima à estação ferroviária, e ao fato de Pacheco e Aurora fornecerem o almoço aos passageiros).

Mas a atitude de Pacheco ao receber Izidro desagradou Aurora para além do fato do protagonista realizar a viagem a pé; para essa personagem, o marido havia tratado um

desconhecido com uma amabilidade excessiva e, por desconfiar do indivíduo silencioso e escorregadio nas respostas, criticou Pacheco por ter concedido o abrigo.

Desse modo, assim que ficaram a sós com Izidro (Anacleto, como descobrimos chamar o “indiático gordo”, havia adormecido, e os outros, deixado a venda), Pacheco tentou colher mais informações sobre o recém-chegado. A escolha de palavras com as quais o narrador informa que Pacheco investigaria “seu alvo” nos sugere ser ele inclinado à curiosidade (“Pacheco, sorrateiramente, procurava um meio de chegar ao alvo”); mas as respostas evasivas de Izidro não lhe possibilitaram descobrir muito. Escorregadio, Izidro confirmou estar em meio a uma viagem, mas, apesar de realizá-la a pé, não se identificou propriamente como um andarilho. Ao continuar como alvo das perguntas, Izidro acabou confirmando a sugestão de que estava na região em busca de trabalho. Ao questionar se era “a primeira vez que cruza estes pagos?”, Pacheco fez a primeira referência ao fato do protagonista pertencer a outra nacionalidade – ao mencionar o cruzamento desses “pagos”, ou seja, da fronteira, deixava à mostra a identidade de estrangeiro. Nessas primeiras páginas do romance pode-se perceber como Izidro, ao falar via discurso direto, usa apenas a língua portuguesa; assim, nenhuma palavra em espanhol foi transcrita ou alguma construção verbal utilizada de modo a revelar que sua língua materna fosse outra. A única referência a um possível sotaque partiu de Aurora:

– Então, o amigo anda à procura de trabalho! A propósito, qual é o seu ofício?

O andante sentiu a força da interrogação e compreendeu que se aquilo continuasse poderia levá-lo longe demais, por isso respondeu secamente, com uma mentira, e resolveu tratar do descanso pedido.

– Ferreiro. Mas seu... Pacheco, a conversa me interessa, mas quero descansar um pouco para depois seguir viagem...

– Pois não, amigo. Olhe, lá naquele galpão você encontrará uma cama de vento, pode usá-la.

Mal o desconhecido botou o pé fora da porta, dona Aurora, que não se sofrera lá dentro e vinha de volta para escutar a conversa e intervir com o seu jeito, caso o marido não se conduzisse com perícia, pegou no ar a palavra ferreiro.

– Ferreiro! Te parece? Hum, hum! E ainda tu, um homem velho, de cabelos quase brancos, caís na asneira de oferecer cama pra esse sujeito, um indivíduo que chega a pé! Bem se vê que serás o palerma de sempre. Que dormisse em cima dos couros! depois eu irei lá destripar os segredos desse indivíduo. Sujeitos a pé pela campanha e... ainda por cima falando castelhano... Hum! Não me cheira bem. (MARTINS, [1939] 1981, p. 26-27).

A sugestão de que o viajante procurava trabalho partiu de Pacheco que, imediatamente, perguntou sobre o ofício do protagonista. Procurando se desvencilhar das perguntas, Izidro mentiu ciente de que se a conversa se estendesse, “poderia levá-lo longe

demais”; por isso a insistência no pedido para descansar. Seu receio de continuar o diálogo sugere ter a personagem algo a esconder e que, por um descuido, temia deixar escapar alguma informação indesejada; ou, ainda, ser levado a mentir em proporções incontroláveis. De um modo ou de outro, nessa cena pode-se perceber como seu intuito era passar pela venda sem causar grandes impressões ou chamar atenção para sua figura e, caso Pacheco soubesse demais (mesmo se fossem mentiras), poderia tecer comentários e teorias sobre sua procedência e esse, de fato, não era o interesse de Izidro. Saiu, rapidamente, ao conseguir o local para descansar. Para trás ficaram, contudo, a palavra “ferreiro” e as desconfianças de Aurora. Incomodada porque o marido ofereceu abrigo àquele desconhecido que não informou nada sobre si e do qual ela desconfiava, Aurora lhe censurou pelo descuido. Seu estranhamento em relação a Izidro não foi causado apenas por ele ser estrangeiro (o que foi denunciado por seu idioma, “ainda por cima falando castelhano”), mas, principalmente, pelo excesso de hospitalidade com o qual Pacheco recebeu um viajante a viagem a pé (isso pode ser notado pelo modo como ele se dirigiu ao protagonista, como “amigo”, ou seja, sem desconfiar de que ele pudesse oferecer algum perigo).

O costume de viajar a cavalo na região da Campanha faz parte de uma construção cultural da figura do gaúcho e, na obra de Cyro Martins, a relação do homem com a terra e o cavalo adquiriu características diversas. Ao discorrer sobre o regionalismo no Rio Grande do Sul desde suas origens, Joseph Love ressaltou que o gaúcho era comumente visto como sinônimo de rio-grandense, ou seja, como aquele homem que tradicionalmente vagueava pela Campanha “escarranchado num cavalo bem ajaezado, o poncho escuro caído em volta de seus ombros” (LOVE, 1975, p. 12). Os gaúchos seriam, portanto, vaqueiros errantes que viviam numa região de pampas imensos sempre à procura de estanceiros (para garantir o sustento, afinal, eram homens do campo) e de caudilhos (para a liderança política) (LOVE, 1975, p. 3). Um dos estudos pioneiros sobre a relação da obra de Cyro Martins com a desmistificação do gaúcho foi o de Elizabeth Rizzato. Para a autora (s/d), “mito, ideologia e regionalismo são três aspectos que se salientam na obra de Cyro Martins, especialmente na trilogia do ‘gaúcho a pé’. Entretanto, o autor, ao utilizá-los, apresenta uma outra face, inovando-os e mesmo subvertendo-os”, pois as personagens continuavam inseridas na campanha (local de glorificação do gaúcho), mas também na cidade (o que apontava a falência da estrutura socioeconômico-cultural rio-grandense no início do século XX). Em vez de focar nas glórias do passado, a obra de Cyro Martins procurava apresentar o presente com todas as suas “agruras”, um presente marcado por tempos de incerteza, agitação social e empobrecimento (RIZZATO, s/d). Assim, a relação do gaúcho com a terra ainda é o elemento básico da sua

identidade, todavia, na obra do autor, o conflito se estabelecia e tomava forma a partir do desenraizamento do homem que deixava o campo e ia para a cidade.

Desse modo, as personagens criadas por Cyro Martins para a trilogia do “gaúcho a pé” – como foram intitulados os romances *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954) – são aquelas que, segundo Lara (1988), abandonaram o campo e partiram para o centro urbano; e na mudança acabaram sofrendo com a falta, tanto do vínculo com a terra como com o cavalo (LARA, 1988, p. 22-23). Para essa autora,

Cyro Martins insere suas personagens num duplo espaço: na campanha, local de glorificação do gaúcho e na cidade, apontando a falência de uma estrutura socioeconômico-cultural pelo processo de despovoamento da campanha provocado pela migração forçada, resultando no inchamento da cidade. A história do deslocamento da personagem é a história da crise do Rio Grande do Sul que passava por uma fase de transição em que a sociedade vivia um processo de modernização; formava-se um proletariado urbano que disputava o poder, expandia-se a classe média e o modelo industrial estava sendo introduzido (LARA, 1988, p. 17).

Enquanto as águas correm foi escrito após *Sem rumo* ser publicado, mas antes da criação da “trilogia”, pois, a denominação de “trilogia do gaúcho a pé”, em referência aos três livros, foi empregada (pelo próprio romancista e seus editores) apenas vários anos depois, como explicou Cyro Martins na reedição de *Sem rumo*:

essa trilogia, que não nasceu trilogia, mas que, embora sem intenção premeditada, ao longo do seu e do meu caminho foi adquirindo essas características, enriqueceu-se de densidade humana de livro para livro, a ponto de eu agora poder dizer, sem exagero, que quase todas as figuras representativas das diversas camadas da população da campanha rio-grandense e das cidades estão aí, em desfile, com seu pitoresco, com as suas altanerias, com seus trapos, com suas humilhações, enfim, com seus aspectos formais e essenciais, principalmente (MARTINS, 1997, p. 12, apud SOARES, 2009, p. 29):

A primeira vez que Cyro Martins utilizou a expressão “gaúcho a pé” foi em 1935, em uma conferência, ou seja, dois anos antes da publicação de *Sem rumo*; a trilogia, propriamente, só surgiria tempos depois. O seu “gaúcho a pé”, já em 1935, não era o indivíduo mistificado, herói das fronteiras e das sucessivas guerras, nem o viajante dos pampas; era um outro gaúcho, em um outro Rio Grande. Nas palavras de Sandra Pesavento, na obra desse autor surgiu a representação de uma figura diversa, o “andarilho do ‘corredor’, o proletário do campo, expulso do latifúndio, em humilhante caminhada a pé que o leva até a cidade, onde um destino ingrato o espera. Trabalhador não especializado, lhe resta a pobreza na periferia urbana, o aviltamento, a degradação” (PESAVENTO, 2000). Izidro não era um “gaúcho a pé”, nem ao menos era brasileiro; mas era um andarilho que empreendia uma viagem a pé, após ser expulso de um mundo ao qual não pertencia. Era o indivíduo que buscava abrigo em uma cidade diferente e distante de todo o mundo conhecido por ele até o

momento. Se as figuras representativas foram enriquecidas livro a livro, como afirmou Cyro Martins no trecho destacado acima, pode-se concordar como o debate criado sobre a identidade do gaúcho e sobre a representação de indivíduos deslocados já poderia ser observado nesse romance de 1939 (mesmo o tema tendo sido tratado de maneira mais discreta se comparado a como ocorreu nos livros da *Trilogia*).

Retomando a cena anterior, ao confirmar a permanência de Izidro no galpão em que Pacheco havia indicado, dona Aurora o procurou determinada a descobrir todos os seus segredos; decepcionou-se, porém, pois Izidro já estava dormindo.

Quando dona Aurora foi ao seu enalço para indagar do seu nome, da sua vida, da sua procedência, já ele ressonava.

De mãos nos quadris, exclamou:

– Este patife! Como dorme! Um sono de justo... Na certa que há de ser algum gringo bandido, escorraçado pelos correntinos, algum, quem sabe? Algum desses tais comunistas, que estão infestando o mundo.

Chegou bem perto. Esganchou o polegar e o indicador nos quadris, arregalando os olhos e mordendo o lábio. Esperou um minuto.

– Que sono de justo!

Aproximou-se mais. Dilatou as narinas e quase moveu as orelhas num supremo esforço para penetrar com todos os sentidos o íntimo do forasteiro misterioso. Mas nada conseguiu, tendo de voltar um tanto decepcionada com a sua danação. [...] (MARTINS, [1939] 1981, p. 27-28).

Ao contrário do marido que fracassou em descobrir qualquer informação sobre Izidro, Aurora seguiu determinada a arrancar tudo dele, o que provavelmente conseguiria caso ele estivesse acordado no momento em que ela chegou. Ao observá-lo, criou várias hipóteses sobre sua procedência, supondo que Izidro possa ser um criminoso fugitivo e, por consequência, um comunista. O modo como paralelamente associa o comunismo com “gringo bandido” revela como para aquela sociedade representada a propagação de teorias sociais estava não apenas ligada aos estrangeiros, mas também à bandidagem³⁷. Essa associação feita pela personagem revela, ainda, a generalização dada à palavra, ligando ao comunismo quaisquer ideias e teorias sociais que contestassem o estado ditatorial estabelecido no Brasil. Em 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo, Getúlio Vargas e seus apoiadores utilizam o medo tido pela população do comunismo para justificar a ditadura, apesar de, desde 1935,

³⁷ O termo “gringo” é emprestado do espanhol, podendo ser etimologicamente uma variação da palavra “*griego*” relacionada a “falar grego”. Em sua enciclopédia etimológica de palavras e expressões em língua inglesa Robert Hendrickson (2008, p. 317) indicou outras possibilidades para o surgimento do termo. Para esse autor, também poderia ser consequência de uma forma utilizada pelos mexicanos para se referir aos soldados estadunidenses durante a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848), assim, “*green coat*”, em referência a cor dos uniformes dos soldados, se tornou “gringo”. Uma segunda teoria apontada por Hendrickson é relacionada a duas palavras de uma letra de Robert Burns “*Green grow the rashes O*”; a canção também era entoada pelos soldados estadunidenses. Nos dicionários consultados de língua portuguesa da década de 1930 não foi encontrada nenhuma referência ao termo, mas a expressão já era utilizada para se referir a pessoas de outras nacionalidades, como foi percebido em buscas do termo na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (cf. FILHA do sofrimento: em seu leito de dor, a esposa mártir defende o marido e algoz. **A Noite**, Rio de Janeiro, n. 06596, 28 mar. 1930. p. 4.).

após o fracasso da Intentona, as ações do partido estarem praticamente extinguidas no país, (e seus líderes estarem presos ou exilados)³⁸. Cyro Martins foi filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), mas sempre teve uma atuação discreta, diferentemente de outros colegas considerados “comunistas confessos”. Sem ter tomado parte abertamente da ANL, Cyro Martins foi pouco estigmatizado, ao contrário de outros escritores; um exemplo pode ser o do também psicanalista Dyonélio Machado e, coincidentemente, também nascido em Quaraí. Machado participou da Intentona em 1935 e foi preso, carregando por toda a vida o estigma de comunista ligado à criminalidade. Em estudo sobre os escritores gaúchos e sua participação no PCB, Marisângela Martins destacou que o autor de *Enquanto as águas correm*, em solidariedade ao colega, visitou sua família em Quaraí no período em que Machado estava preso no Rio de Janeiro, sendo, conforme contou em entrevista concedida anos depois, recebido com reservas e desconfianças. A família de Dyonélio Machado, como relatado por Cyro Martins, era conhecida na cidade como “a mulher e os filhos do comunista”, carregando com ele o estigma difamador típico do vocabulário anticomunista empregado à época (MARTINS, 2012, p. 123).

Por esse relato do romancista, não é espanto dona Autora, mesmo naquela cidade tão distante dos grandes centros nacionais, tecer sugestões antipáticas à figura de Izidro. Como mencionado, tratava-se de um estrangeiro de procedência desconhecida e que tinha se esquivado, sob seu olhar atento, das perguntas de Pacheco. Se era “gringo”, poderia ser um bandido fugindo de algum crime cometido no país vizinho ou, pior, um comunista criminoso como àqueles perseguidos pelos governantes. A suposição de Aurora, todavia, estava errada. Nas páginas finais do livro, ao rememorar sua vida, Izidro confessou à Negrita, também uma estrangeira, que foi anarquista e, por isso, preso e expulso da Argentina após participar de um movimento operário (os “correntinos” que Aurora supõe terem expulsado o protagonista são naturais de Corrientes, província Argentina próxima à fronteira com o Brasil). O fato de ser estrangeiro e de viajar a pé, como já apontado anteriormente, marcava a desconfiança e a

³⁸ O golpe do Estado Novo foi “justificado” por meio de um documento forjado, o Plano Cohen, divulgado nas rádios brasileiras a partir de 29 de setembro de 1937. O suposto documento revelava, assim, os planos da Internacional Comunista (Komintern) de tomar o poder através da violência (greves, massacres, incêndios etc.). Na realidade, o plano havia sido escrito por um capitão do Exército simpático ao integralismo, Olímpio Mourão Filho, com o intuito de comprometer os comunistas e aproximar o governo dos integralistas. Nos bastidores do governo Vargas, a hipótese de um golpe já vinha sendo levantada, uma vez que a Constituição, em vigor desde 1934, impedia a reeleição do presidente; assim, se aproveitando das circunstâncias, em 10 de novembro o Congresso foi fechado e o *putsch* colocado em prática. Acerca disso, Ricardo Seitenfus ressaltou: “Na manhã de 10 de novembro de 1937, o Congresso é cercado por forças armadas e seus trabalhos são suspensos. Getúlio Vargas pode então avaliar o impacto do Plano Cohen sobre os membros das duas assembleias: em lugar de protestos e atos de resistência em face da agressão ao Parlamento, os deputados e senadores manifestam um sentimento de indiferença e de alívio. Surgem inclusive deputados que se declaram plenamente favoráveis ao golpe” (SEITENFUS, 2003, p. 70).

reprovação com que dona Aurora via a estada de Izidro. A própria contradição das acusações feitas sobre ele destoam do “sono de justo” do qual desfrutava; essa expressão costuma, no senso comum, ser atribuída a quem não carrega nenhuma culpa, mas que, pelo contrário, tem a consciência limpa para dormir tranquilamente. No galpão, momentos antes da anfitriã aparecer, Izidro custava a dormir, não porque os pensamentos o atormentassem, mas sim por causa das moscas que o rodeavam. Ao adormecer, escapou de um interrogatório ferrenho. O modo como ela “inspecionou” Izidro é descrito como se a personagem esperasse sentir os indícios da culpa ao redor do viajante (“Aproximou-se mais. Dilatou as narinas e quase moveu as orelhas num supremo esforço para penetrar com todos os sentidos o íntimo do forasteiro misterioso”). Por seu comportamento, podemos notar em Aurora um temperamento que a tornava incansável quando o assunto era descobrir assuntos da vida alheia; determinada a saber de tudo, se decepcionou ao lidar com Izidro que, silencioso e discreto, foi embora na mesma anonimidade com a qual havia chegado.

Algum tempo depois, Izidro acordou com a chegada para o almoço dos primeiros passageiros da linha de ferro. Do seu catre, observou-os; um deles alertava o companheiro sobre Aurora: “– Olhe, amigo, pra seu governo, lhe recomendo, o seu Pacheco é homem dado, mas a mulher... Deus te livre! Tenho cruzado muito por aqui e presenciado cada uma!” (MARTINS, [1939] 1981, p. 29), levando Izidro a confirmar suas suspeitas de que a mulher era uma figura e tanto para a cidadezinha: “– Bem adivinhei, esta dona, pelo jeitão, tinha que ser famosa! – refletia o homem que descansava no galpão e que procurava se orientar pelo diálogo dos viajantes” (MARTINS, [1939] 1981, p. 29). A decisão de se estabelecer em São João Batista vem a seguir, a viagem foi facilitada quando Izidro conseguiu uma carona com um jovem que seguia para a mesma direção³⁹.

Curioso com a figura do companheiro de viagem, após oferecer-lhe um cigarro, o jovem Carlos questionou-o sobre seu nome, ao qual Izidro respondeu com sinceridade (apenas nesse momento que o nome da personagem foi revelado ao leitor; antes, o narrador se referia a ele sempre de forma vaga, como o homem, o desconhecido, o andante etc.). Apesar do momento inicial de sinceridade, nas demais perguntas, o estrangeiro preferiu deixar a conversa fluir, sem nenhuma preocupação em dizer (ou definir o que era) a verdade: “Diria toda a verdade a seu respeito? Tolice! Tolice! Que importa a verdade dos fatos? Que valor tem o tintim por tintim? Quando se conversa à toa, se diz a verdade de muitas maneiras. O

³⁹ “– Quem sabe esse tal de São João Batista? Total, pelo visto, não ficava tão longe. Demais, pelo que ouvira ali e ainda pelo que já sabia vagamente, São João Batista era uma cidadezinha da fronteira do Brasil com o Uruguai. Uma dessas povoaçõezinhas crioulas da América, sem muita pontualidade à missa e com bastante caudilhismo disfarçado em... / Não terminou o raciocínio e conclui, repentinamente: / – Sim, vou para São João Batista” (MARTINS, 1981, p. 29).

verdadeiro mesmo está no prazer de falar e de ouvir” (MARTINS, [1939] 1981, p. 31-32). Ao responder que vinha de Montevideú, confirma a Carlos ser uruguaio, mas reconheceu não ter respondido “com tanta firmeza assim, pois deu para Carlos desconfiar pelo timbre de sua voz. Mas preferiu encordoar no faz de conta”; na sequência, emendou ser filho de “pai uruguaio e mãe francesa” (MARTINS, [1939] 1981, p. 32,). Diferentemente de seu nome, que constatamos ser o real, percebemos a mentira quanto à nacionalidade: Izidro não era uruguaio como dizia (como destacado em “preferiu encordoar no faz de conta”). Para manter a conversa, Izidro contou sobre sua participação na I Guerra Mundial:

Ao pronunciar as palavras “mãe francesa”, o andante notou que se iluminara de interesse a fisionomia do rapaz e resolve deixar sem freios a imaginação e a língua.

– Em 1916, me alistei na legião estrangeira para defender a França. Fui ferido várias vezes, porém tive muita sorte, apenas estilhaços nas pernas, nos braços, superficialmente no tronco.

– Ah, foi defender a França! Se a guerra fosse agora eu também iria. Adoro a França.

Estas palavras foram ditas com uma exaltação ingênua tal que Izidro adorou, a ponto de continuar a farsa, pelo seu tempero poético no mais.

– Estive em Paris, firmada a paz.

– Paris!...

– Vá a Paris, jovem.

– Fale francês!

Izidro falou francês, fazendo-lhe perguntas simples – quem era, o que fazia, que idade tinha?

Carlos não pôde, com o seu aprendizado ginásial, entender suficientemente o interlocutor. Pediu repetição de várias palavras, fingiu compreender outras tantas, e acabou solicitando para que ele continuasse a conversa em espanhol mesmo, não sem um certo vexame por não saber expressar-se na língua que tanto admirava, sentindo ferido seu amor-próprio de estudante e leitor de Flaubert.

Izidro sorriu paternalmente e prosseguiu, estendendo-se em dissertações sobre Paris, o interior da França, a guerra, as batalhas, os gases asfixiantes, o horror todo. E aí já estava falando sério.

Calou-se e baixou a cabeça, sorumbático. Carlos, porém, queria aproveitar o que desse. Como iria desperdiçar uma oportunidade daquelas? Talvez daquele encontro saísse um conto (MARTINS, [1939] 1981, p. 32-33).

O trecho é um dos poucos do romance que situa cronologicamente o leitor: a conversa acontecia alguns anos após o fim da I Guerra Mundial, uma vez que, mesmo inventando, Izidro decidiu “continuar a farsa” e afirmar ter ido a Paris no período pós-guerra, o que possibilita subentender a passagem de alguns anos desde 1918. No diálogo entre Izidro e Carlos o narrador onisciente vai inserindo informações indicativas de que Izidro inventava os fatos contados; pois, quando Carlos se animou com a menção do outro à França, sua “exaltação ingênua” foi percebida por Izidro que, tendo adorado, decidiu “continuar a farsa, pelo seu tempero poético no mais”, isto é, por uma tendência pessoal a tornar as histórias mais interessantes com a imaginação. Ao prosseguir, descreveu a guerra com riqueza de detalhes e,

pelo discurso indireto-livre, novamente a verdade em sua história foi colocada em questão, mas agora com uma diferença: ao falar dos horrores da guerra, Izidro já não inventava, falava sério (“Izidro sorriu paternalmente e prosseguiu, estendendo-se em dissertações sobre Paris, o interior da França, a guerra, as batalhas, os gases asfixiantes, o horror todo. E aí já estava falando sério”). Como acontece em todo o romance, o narrador é onisciente e mesmo contando sobre a personagem apenas à medida que as informações são reveladas no tempo da narrativa, faz inserções indicando que seu conhecimento dos fatos ia além do que Izidro dizia sobre si, como pode ser notado nos comentários inseridos para evidenciar quando ele inventava ou mentia sobre essas histórias contadas a Carlos.

Carlos estava entusiasmado com a conversa e desse modo descobrimos que ele gostava de escrever: “Carlos, porém, queria aproveitar o que desse. Como iria desperdiçar uma oportunidade daquelas? Talvez daquele encontro saísse um conto” (MARTINS, [1939] 1981, p. 34). Instigado, o adolescente “queria saber mais, muito mais, daquele homem singular que aparecera assim, de repente, diante dele, como um resumo do mundo” e, por isso, questionou sobre os livros lidos pelo viajante, suas ideias políticas, sua religião, uma vez que, “pra ele, para a sua idealização, aquele homem afável e enigmático não podia ser menos do que um cidadão do mundo, um extremista” (MARTINS, [1939] 1981, p. 34). Novamente uma personagem do romance cria teorias sobre a procedência de Izidro, só que agora partindo de uma motivação diferente. Aurora chamou-o de “gringo bandido” e “comunista”, como mencionado; Carlos, mais amável e dado a idealizar as pessoas de acordo com a sua imaginação, considerava-o um “homem afável e enigmático”, em referência a seu porte cortês e misterioso – tratava-se da curiosidade despertada no rapaz por aquele estrangeiro determinado a permanecer oculto o quanto pudesse. Tanto o genitivo “cidadão do mundo” como o adjetivo “extremista” são utilizados para se referirem à experiência de Izidro que, tendo viajado bastante e vivido nos grandes centros urbanos, conhecia o mundo “civilizado” e compactuava com as ideias mais avançadas desse mundo. Mas Izidro, em contrapartida à expectativa do rapaz, não forneceu as respostas desejadas por ele. Quando chegaram à residência de Carlos e ele declinou do convite de permanecer para descansar por uma noite, seguiu caminho sentindo que “o calor daquele adolescente, cheio de interesse pelo mundo, comunicara-lhe um vago sentimento de reconciliação com a vida” (MARTINS, [1939] 1981, p. 34).

Anos depois, quando a personagem rememora alguns acontecimentos de sua vida, não relembrou desses momentos passados com Carlos ou das histórias contadas a ele; possivelmente, porque a impressão do encontro tenha ficado mais presente na memória de

Carlos. No prefácio à segunda edição, de 1981, Cyro Martins forneceu interessantes considerações sobre a ideia para a escrita do romance; informações relevantes por nos possibilitar inferir que Carlos seja a personagem criada para representar o autor. Segundo o romancista, a escrita de *Enquanto as águas correm* deu-se no decorrer de 1938 quando, após esboços iniciados no ano anterior, ele estudava para um concurso de psiquiatria: “Antes de findar o ano, o concurso foi feito e a novela terminada”. Para a caracterização de Izidro, uma vez reconhecendo que sua personagem poderia suscitar curiosidade no leitor, esclareceu a inspiração surgida em um viajante que uma vez encontrou na estrada:

Aos dezessete anos, estudante em férias, já com uma dose regular de leitura, eu ia a cavalo pela estrada, numa linda manhã, quando avistei um andante, a uns quinhentos metros de distância, caminhando a passo firme, com a tradicional mochila nas costas. Mesmo prosseguindo a trote, dentre de uns minutos o alcancei. Ao emparelhar com ele, cumprimentei-o, como se faz na campanha gaúcha.

– Buenos días.

– Buenos días.

– Viajando?

– Viajando (MARTINS, [1939] 1981, p. 7).

Encontrar pessoas cruzando as fronteiras era comum no período entre guerras, salientou o romancista; desse modo, ao entabular uma conversa com o viajante, longe de sentir qualquer estranhamento causado pelo andante, sentiu-se impressionado e interessado, afinal, jovem e curioso, percebeu já nas primeiras palavras trocadas “seu temperamento nômade e aventureiro”. Apesar de reconhecer no protagonista a inspiração vinda do homem conhecido por alguns instantes na estrada, Cyro Martins ressaltou no “Prefácio” que a verdadeira trajetória de Izidro era aquela criada na ficção, pois, havia sentido “nele um desses indivíduos raros, com uma forte tendência a romancear a própria vida”:

Recapitulando a conversa, penso que sua passagem pela legião estrangeira, em Marrocos, e sua participação na guerra de 14 a 18 foi puro *cuento*. Tanto me convenci disto, ao passar do tempo, que, quando Izidro rememora, aos fragmentos, já no fim do romance, a trajetória acidentada da sua vida, nem faz menção àqueles episódios. De propósito, não quis alterar o texto ao me dar conta desse detalhe importante. E não o fiz, porque acho que o seu folhetim verdadeiro é o inventado por mim, baseado na sensação que guardei daquela meia hora de conversa, na estrada, andando, ele a pé, eu a cavalo, ao tranco. Vi nele um desses indivíduos raros, com uma forte tendência a romancear a própria vida. Daí me ter vindo à imaginação, anos depois, o seu perfil, a acenar-me de longe, oferecendo-se como molde para personagem (MARTINS, [1939] 1981, p. 8).

A história das aventuras de Izidro na I Guerra Mundial, contada a Carlos na cena citada anteriormente, foi entendida pelo autor como fruto da tendência do viajante “a romancear a própria vida”, por isso, no momento da narração foram colocados (pelo narrador) indicadores no diálogo com intuito de indicar não passar de um “*cuento*”. No mais, para

alguém que preferia não mencionar suas origens (ou não podia), inventar um *cuento* parece uma saída possível. E como “quem conta um conto aumenta um ponto”, ao se inspirar naquele homem que conheceu aos 17 anos, Cyro Martins trouxe sua vida para a ficção e acreditou ser a história verdadeira a inventada por ele (“porque acho que o seu folhetim verdadeiro é o inventado por mim”). Ao deixar Carlos, Izidro não pensou mais nele; Carlos (ou Cyro Martins) já planejava escrever um conto sobre aquela conversa cuja marca deixada ele só poderia expressar por meio da literatura.

Carlos, assim como Aurora, também comentou o estranhamento causado ao povo daquela região por Izidro viajar a pé. Nessa personagem, contudo, a viagem empregada pelo estrangeiro parecia causar mais curiosidade do que desconfiança; para o jovem, participar daquela conversa era como se também participasse das aventuras contadas pelo viajante. O restante do percurso até São João Batista, diferentemente das cenas na venda, não integram a narração, mas, quando Izidro adentrava a cidade, acomodado em uma carroça de melancias, também pensava ter encontrado boas pessoas na viagem: “encontrara no caminho gente camarada, mesas fartas, franqueza no trato, sobretudo nos ranchos de beira-estrada, que eram na realidade postos de fundos de invernações” (MARTINS, [1939] 1981, p. 35). Apesar das desconfianças de Aurora por ele viajar a pé (e, possivelmente, de outras pessoas), para Izidro, a impressão era de ter sido bem tratado; sentia-se grato. Assim, orgulhoso da carona conseguida na carroça das melancias, exultava porque entraria em São João Batista junto com a fatura representada pelas frutas ao seu lado:

Ele, o malvisto, o judiado, o escorraçado – anarquismo, a palavra mais caluniada do mundo! – entraria triunfante na cidadezinha, por ironia do acaso. Seria recebido como um salvador porque levava a fatura. Com ele, chegariam as colheitas dos trabalhadores da terra (MARTINS, [1939] 1981, p. 36).

Devido ao regozijo sentido por Izidro ao saber que entraria triunfante na cidade se pode subentender que ele teve um passado cheio de sofrimentos e dificuldades. Nesse trecho, o leitor tem conhecimento de que ele não era comunista, mas sim anarquista e, malvisto, “judiado” e escorraçado das grandes cidades, se encontrava entrando “em grande estilo” naquela pequena cidade. O adjetivo “judiado”, por exemplo, tem o sentido relacionado à religião judaica e à ridicularização, a ter sido maltratado; ambos podem ser considerados nesse trecho, principalmente, com as comparações feitas adiante por Izidro entre sua caminhada e as histórias bíblicas. As referências bíblicas em *Enquanto as águas correm* podem ser colhidas no decorrer da narrativa com os paralelos feitos pela personagem ao êxodo e à viagem a Canaã, por exemplo. Nesse trecho destacado o sentimento de Izidro de que entraria triunfante na cidade (por levar ao seu lado a fatura) pode ser relacionado a uma

das promessas de Jesus Cristo no Novo Testamento aos que muito sofreram – “E o que a si mesmo se exaltar será humilhado; e o que a si mesmo se humilhar será exaltado” (Mateus, 23:12) –; mas também nos faz lembrar do ditado popular “os humilhados serão exaltados”. Assim, na chegada à cidade onde decidiu se instalar, Izidro esperava a recompensa por sofrimentos do passado.

Os moradores daquela cidade, planejava a personagem, nem remotamente desconfiariam das suas ideias e lutas de classe, pois eram apenas trabalhadores da terra, “homens rudes, realizando obscuramente o seu destino, alienados da época, não enxergando um palmo além das abóboras, ignorando lutas de classe, reivindicações, tormentos e conquistas, cujos rumores longínquos nem sequer pressentiam” (MARTINS, [1939] 1981, p. 36). O julgamento de Izidro sobre aquelas pessoas que ele ainda não conhecia, mas que supunha serem alienados (aqui podemos entender alienação à organização do trabalho no sistema capitalista, mas também à atuação política) está calcado nas ideias da teoria anarquista, cuja noção mais conhecida é a crítica ao poder autoritário do Estado e de outras instituições dogmáticas e impositoras, como o sistema de justiça e o militar, e a Igreja (REY, 2015, p. 49-50)⁴⁰. Baseados no desejo de igualdade e liberdade, o pensamento anarquista entende ser a população dominada tanto pelo poder de decisão (a alienação política da maioria da população permite, assim, a sociedade se estruturar em um sistema em que só um pequeno grupo privilegiado chega ao poder político e toma decisões “em nome da população”) como pela coerção física (em situações em que a legitimidade não é suficiente o Estado faz uso da força, que está sob o seu poder e monopólio); esse domínio se dá, principalmente, por se tratarem de instituições externas e opostas à individualidade pessoal (REY, 2015, p. 50-53).

Detentor do conhecimento da teoria, talvez seja por isso que Izidro, mesmo após anos morando ali, pouco ou nada falou sobre seu passado aos vizinhos; naquele primeiro dia já os considerava felizes na ignorância. No mais, uma luta por igualdade imposta àquelas pessoas em vez de emancipatória seria autoritária, do mesmo modo, nas palavras de Saul Newman, seria como uma “forma de desigualdade, de relação hierárquica de comando e obediência que torna falsa a própria ideia de igualdade” (NEWMAN, 2012, p. 106).

Tudo isso era nada diante do quinhão de felicidade que cada uma daquelas criaturas abrigava no peito – criaturas que se multiplicavam por dezenas, centenas, mil faces, [...]. Todos eles sentiam-se felizes porque podiam viver plenamente os seus pequenos propósitos. Fora daquilo, acabava-se o mundo.

⁴⁰ Em “Escrituras anárquicas: prácticas textuales del anarquismo literario en el Río de la Plata”, Leandro Deglado Rey apresenta um estudo das escritas anarquistas na obra de escritores argentinos e uruguaios da região do Rio do Prata, chamando atenção, principalmente, para como o pensamento anarquista foi configurado por esses intelectuais. Na verdade, o estudo do anarquismo na produção literária latino-americana fez parte da tese de doutorado do autor, defendida em 2005, na Rutgers University, EUA.

Egoísta, sim, mas de um egoísmo tão pobre que não chegava a fazer mal a ninguém. O que poderemos fazer por esta gente, nós, os idealistas, que vivemos a sonhar com reformas do mundo? Uma coisa é certa: poderíamos estragar a simplicidade das suas vidas. Izidro sorriu de si mesmo com um certo pudor, sorriu com ironia à lembrança dos companheiros de causa que fora juntando e espalhando pelas grandes cidades dos países que percorrera... Incontestavelmente vivera muito tempo assim, quase a vida inteira, desde a escola, querendo fazer bem a muita gente, a todos, a tantos que, por demasia, não conseguira ajudar ninguém nem ser ajudado. Sobrara-lhe um acompanhante, a solidão. E curvou-se sobre seu íntimo, como quem se aproxima de um espelho para verificar o estado de uma velha cicatriz (MARTINS, [1939] 1981, p. 35-36).

Toda a vida tentou ajudar as pessoas, sentenciou a personagem chegando à conclusão de não ter ajudado ninguém, nem a si próprio; por isso, estava decidido de que em São João Batista ninguém saberia de seu passado. A alienação política na qual vivia aquela população era resultado da alienação à teoria, pois Izidro, representando o revolucionário, era ciente de ser quem detinha, digamos, a “chave” do caminho da revolução; e, uma vez acreditando ser a ignorância melhor do que o conhecimento, decidiu que seria egoísta da sua parte, enquanto idealista, estragar a simplicidade daquelas vidas. Os moradores da cidadezinha permaneceriam, conforme ele parecia ter-se convencido, ignorantes dos aspectos teóricos que os pudessem levar à revolução; apesar disso, permaneciam também reféns de Izidro: o único dentre eles que podia interpretar, analisar e construir os processos revolucionários. Escrito em um período político mais rígido, o fato de *Enquanto as águas correm* “calar” a revolução em favor da tradição é relevante para entender o modo como a literatura lidava com o contexto ditatorial do país, pois, apesar de ser um reformador, a Izidro não foi dada a iniciativa (ou a liberdade) para insurgir contra aquela sociedade. Possivelmente, esse romance, pensando na divisão feita por Luís Bueno, em *Uma história do Romance de 30*, resultasse do declínio do romance social que, a partir de 1935, já não enxergava na polarização o caminho para as dúvidas e a indefinição surgidas no final de década. Bueno, e antes dele, Mário de Andrade, também chamou atenção para uma figura recorrente no romance de 30: o fracasso. Essa personagem sem fibra para enfrentar as adversidades ou sem força pessoal para opor resistência, para lembrar as características com as quais o escritor modernista a definiu, no início de 1940, pode ser aproximada da caracterização de Izidro. Tratava-se de um homem idealista cuja vida foi dedicada às causas em que acreditava e, após um acontecimento violento, a prisão na Argentina e a falta de perspectivas quanto a uma vida naquele país, foi levado a seguir caminho rumo ao Brasil (não para os grandes centros que o atraíam, mas sim uma cidade pequena, atrasada no que dizia respeito à modernidade). Desiludido e arrasado, Izidro aceitou seu destino sem lutar ou reagir, seu único pensamento era deixar àquelas ideias

para trás. A constatação de que, por fim, havia fracassado em sua missão de ajudar as pessoas (nem ao menos conseguiu se ajudar) acentua essa condição de incompetência da personagem perante as adversidades da vida, assim como da falta de forças para lutar que operou nele a desistência até dos próprios ideais.

Ao examinar a cicatriz na perna (marca de um tiro levado, anos antes, durante a Revolução Mexicana) pensou no fracasso das escolhas feitas pela revolução⁴¹. Assim, naquela chegada a São João Batista, talvez Izidro ainda não soubesse que permaneceria por vários anos, mas já se mostrava decidido de que sobre seu passado nada seria compartilhado: “ninguém saberia disso, nem agora, nem nunca, porque, para aquela população que recém ia conhecer, talvez jamais passasse dum estranho” (MARTINS, [1939] 1981, p. 36-37). Em contrapartida ao sentimento de fracasso de pouco antes, agora sentia-se vitorioso, era como se a aproximação a São João Batista lhe proporcionasse a impressão de chegar “à terra da promessa” (MARTINS, [1939] 1981, p. 37); sentia, dessa forma, como se tivesse chegado a hora de ser recompensado pelas dificuldades enfrentadas:

Profeta, ia entrar triunfante na cidadezinha, despertando-a com o toque daquela orquestra de sons ásperos, agudos e truncados. [...] Mas o coração lhe dizia doidamente que em nenhum dia de sua existência estivera tão perto da vitória como naquele momento, talvez um momento fugaz e, sobre fugaz, ilusório. Teimoso, justificava-se: o triunfo não é a condecoração!

Parou. Estava no alto de uma coxilha, de onde divisava a cidade. Sem se aperceber, havia estugado o passo e ultrapassado as carretas, que subiam, tardas, a encosta. Sentiu-se como que chegado à terra da promessa. “Não, não era verdade. Sossega, cabeça maluca. Não me metas em mais trapalhadas. É por tua causa que ando por aqui!” (MARTINS, [1939] 1981, p. 36-37).

Ao avistar a cidade do alto de uma colina, Izidro se sentiu como Moisés, que da montanha foi incumbido de libertar o povo (hebreu) oprimido pela escravidão no Egito e os levar à terra prometida: Canaã⁴². Mesmo sentindo-se próximo à recompensa da vitória, Izidro advertia-se por esse pensamento, pois, estava consciente de ele não foi “levado” a São João Batista para libertar o povo: “Sossega, cabeça maluca. Não me metas em mais trapalhadas”, pensou em autocensura, rompendo com a intrusão do narrador em seus pensamentos e expressando-os de forma direta. Páginas depois, Izidro retomou a referência à cidade como a Canaã pela qual ele esperou e ansiou toda a vida, o desejo de paz que ele acreditava ser o motivo pelo qual sua “peregrinação” havia começado:

⁴¹ Essa é a mesma cicatriz que ele mostra à Negrita, anos depois, nas páginas finais do romance: “Na América, primeiro vivi no México, onde fui voluntário de revoluções. Vê aqui a minha perna – Izidro levanta a calça – uma cicatriz de bala. Foi o mínimo. Podiam ter me acontecido cousas muito piores. Podia ter morrido, como outros que caíram ao meu lado” (MARTINS, [1939] 1981, p. 123-124).

⁴² No Antigo Testamento, Moisés estava na montanha quando recebeu a missão de libertar o povo hebreu da escravidão do Egito e guiá-los à Canaã. A fuga do Egito está descrita no livro do Êxodo.

Para Izidro, na verdade, desde o início de sua peregrinação – começara quando? – a única força interior capaz de o impelir para diante, para o desconhecido, para o fim do mundo, era um ilimitado desejo de paz, de descanso, de esquecimento absoluto, quase de morte. Antevia, na cidadezinha que ia penetrar em seguida, uma espécie de Canaã do silêncio. Sonhava afogar o tumulto interior naquele mar de tranquilidade. E sentia pressa disso. Assim, não se demorou mais [...] (MARTINS, [1939] 1981, p. 38-39).

A chegada a São João Batista (a “Canaã do silêncio”) marcava o alcance de uma tranquilidade procurada por Izidro. Desde as primeiras linhas do romance é dada ênfase à vontade de Izidro de afogar no silêncio o tumulto que residia em seu interior; tumulto sempre relacionado por ele ao barulho da civilização (ao contrário da silenciosa São João Batista). Como mencionado, a cidade é fictícia, mas tudo leva a crer ser baseada em Quaraí, cidade natal do romancista. Desse modo, poder-se-ia pensar o porquê de Cyro Martins ter trocado o nome do município sem, contudo, excluir informações que ligariam São João Batista à Quaraí (a referência à localização na fronteira com o Uruguai ou, ainda, ao rio Quaraí próximo à casa da personagem). Guardadas as peculiaridades próprias do romance, dentre elas, a ficcionalização sem nenhuma regra à verdade factual dos fatos, na narrativa, o autor optou por nomear sua cidadezinha com o nome de uma figura bíblica de grande destaque dentro do cristianismo. São João Batista ocupa um papel importante no Novo Testamento uma vez que, precursor de Jesus Cristo, anunciava sua vinda e a salvação que ele traria (a ligação entre ambos, contudo, era anterior ao nascimento, já que as mães de João Batista e Jesus eram primas). Último dos profetas, quando ficou adulto João foi morar no deserto para viver uma vida dedicada às orações e à pregação pela conversão e pelo arrependimento dos pecados através do batismo (o que lhe conferiu a alcunha de Batista), tendo, ainda, batizado Jesus Cristo no rio Jordão.

Enquanto João Batista foi para deserto em busca da conversão e do arrependimento oferecido pelo batismo, ao adentrar a cidade com o nome do profeta, Izidro dirigiu-se a uma sanga rasa onde lavadeiras batiam roupa e conversavam sobre a vida dos habitantes do lugar. Cansado, lavou o rosto na água fresca e sentou-se na grama para ouvir a conversa regrada à fofoca. A simbologia da água encerra em suas significações o elemento como fonte de vida, como meio de purificação e como centro de regenerescência; desse modo, enquanto Izidro lavava-se, simbolicamente, também buscava a limpeza das lembranças naquele que seria uma grande companhia nos momentos de solidão: o rio Quaraí.

A associação de Izidro com o batismo – já sugerida no nome da cidade – só foi materializada no quarto capítulo quanto, apesar de o tempo não ser linearmente marcado nota-se que, ter passado alguns anos desde a chegada do protagonista. Izidro, ainda um mistério

para todos, era visto com espanto pelos outros moradores, surpresos com a vivacidade da horta cultivada por ele. Ciente de que os vizinhos alegavam ser a fartura da horta obra de suas bruxarias, a João – seu vizinho e compadre – Izidro explicou que o único segredo de suas verduras era a atenção dispensada à plantação: “Eu não sou nenhum bruxo como pensam alguns de vocês. O que faz o viço desta horta, enquanto outras por aí mínguem e secam, é simplesmente isto: o cuidado!” (MARTINS, [1939] 1981, p. 44-45). Mesmo dedicado às hortaliças, Izidro deixou de regá-las naquele dia para acompanhar João; o homem foi buscá-lo para que “Dom Izidro” realizasse o batizado de seu filho. A amizade mantida com João e a esposa foi, portanto, a mais próxima mantida por Izidro em São João Batista, levando-o, assim, a deixar a horta (a quem ele dedicava toda a atenção de seus dias) a fim de cuidar do recém-nascido. A esposa de João, Joana, animada com a expectativa de qual nome Izidro escolheria para o bebê – uma vez que ele ter prometido durante a gestação que batizaria a criança se fosse um menino –, enviou o marido logo após o parto para buscar o compadre:

E esta não desprendia os olhos do entezinho frágil, preocupada sobretudo com o nome que o compadre Izidro prometera escolher para a criança, se fosse homem. Certa vez ele dissera, apontando para o seu ventre: este será batizado por mim. Izidro tinha muita fiança nos nomes. O destino duma pessoa, costumava dizer balançando afirmativamente a cabeça, depende muitas vezes do nome! Engraçado, o compadre! Um homem diferente, muito diferente mesmo dos que ela conhecia por ali. Quando estava disposto, conversava, contava histórias como a gente nem supunha que existissem. Correr mundo. Um gosto, ouvi-lo. Que nome o velho daria ao guri? Como aquela gentalhada da aldeia invejaria o seu filho com um nome bonito e pouco conhecido! Ela não achava mais nenhuma graça em João, Pedro, José, Manuel e outros que tais. Se fosse pra lhe chamar por um desses, então teria preferido que nem nascesse (MARTINS, [1939] 1981, p. 42).

Enquanto esperava a chegada de ambos, Joana observava o recém-nascido cheia de preocupação com o nome. Instigada pela figura misteriosa e com o jeito diferente de Izidro, a mulher se sentia honrada por ter um filho nomeado por ele. Fazendo uso do discurso indireto-livre, nesse trecho, as palavras da personagem se fundem às do narrador de forma que fica difícil distinguir “quem fala” para o leitor. Mas, pelo estilo utilizado pelo narrador ao longo da narração, poderíamos afirmar que Joana tomou a palavra após a interjeição “Engraçado, o compadre!”; a partir dali são os seus pensamentos que sobressaem diretamente e o narrador se afasta. Os assuntos sobre os quais Izidro conversava “quando estava disposto” faziam a mulher suspeitar de que o nome escolhido traria destaque para o filho. Desse modo, foi com profunda decepção que Joana, após a chegada de Izidro, concordou batizar o bebê como João, mesmo nome do pai e do avô; a escolha do compadre ia completamente contra seu desejo, mas aceitou:

– Já escolheu o nome, compadre?

Só então ele se lembrou da promessa. Virou-se para o pai e perguntou:

– Como se chamava o teu pai?

– João.

– E tu és João e ela é Joana.

– Tens algum filho com este nome?

– Não.

– Pois, às vezes é bom conservar a tradição. Este será também João.

Joana viu ruir o seu castelo. Teve ímpetos de protestar, de gritar “não”. Que não queria botar no mundo um João como tantos outros. Porém a sua timidez a deixou muda e passiva. Por fim, quando Izidro se levantou, já da porta, disse simplesmente:

– Salvei o filho de vocês de ser um Napoleão ou um Arquimedes!

Nem João nem Joana compreenderam o sentido destas palavras. Em silêncio, ela começou a enxugar com doçura a testa de Joãozinho (MARTINS, [1939] 1981, p. 45-46).

Ao optar manter a tradição, Izidro negou qualquer possibilidade de dar à Joana o que ela queria: um filho diferente dos outros que, fruto de seu desejo vaidoso, teria um nome de causar inveja. Napoleão e Arquimedes foram grandes revolucionários de seus tempos, mas não era a revolução pretendida por Izidro e sobre a qual ele já se encontrava desiludido de realizar⁴³. Essa cena do batismo mostra como, no romance, não foi o sistema jurídico quem validou o nome dado ao recém-nascido, mas sim a religião. O registro civil foi instituído no Brasil no final do século XIX, contudo, como podemos notar no romance, o poder da religião nos batizados ainda era influente, sendo a criança nomeada pelo batismo católico. No catolicismo, o batismo marca a iniciação na vida cristã, sendo, assim, o sacramento que produz a identidade cristã e configura a Igreja. Em casos de ausência de um padre ou diácono, qualquer pessoa pode fazê-lo (até mesmo uma pessoa não batizada) desde que tenha intenção de batizar segundo os preceitos da Igreja, ou seja, acreditando ser sempre Cristo quem batiza⁴⁴. Há no ato realizado por Izidro uma falta de importância ao ritual católico, pois, longe de acreditar, preferia fingir para assim incentivar os pais da criança a criá-lo bem. Bíblico, o nome do recém-nascido pode referir-se tanto a João, o quarto evangelista e um dos apóstolos de Jesus Cristo, como a João Batista, quem batizou Jesus Cristo no rio Jordão. A escolha do nome não parece, portanto, ocasional dentro da narrativa, afinal, os acontecimentos ocorrem na própria São João Batista, logo, o batismo realizado por Izidro contém uma grande

⁴³ No romance, a referência é ao imperador francês Napoleão Bonaparte. Quanto a Arquimedes, Izidro se refere a um dos mais importantes pensadores da história da humanidade: filósofo, cientista e inventor grego.

⁴⁴ Segundo o dicionário de símbolos de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2002, p. 125-127), no verbete dedicado ao batismo, todos os passos do batizado católico ressaltam o simbolismo da cerimônia iniciática de purificar e vivificar. Ainda de acordo com os autores, “o batismo liberta a alma do batizado da sujeição ao demônio, introduzindo-o na milícia do Cristo, ao impor-lhe a marca do Espírito Santo, pois essa cerimônia consagra um compromisso de servir à Igreja. Não opera uma transformação mágica; confere a força de desenvolver-se, pela fé e pelos atos, no sentido do Evangelho. Toda essa liturgia simboliza e realiza, na alma do batizado, o nascimento da graça, princípio interior de aperfeiçoamento espiritual” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2002, p. 127).

importância simbólica: no exílio, ele fez como o profeta do Novo Testamento, todavia, sem ter fé na consagração.

São pequenos dramas cotidianos, como o batizado de Joãozinho, que retiram Izidro do isolamento em que ele vivia. Morando próximo ao Quaraí, cujas águas a personagem observava frequentemente, tem o rio como o seu vizinho favorito. Em uma tarde chuvosa, cansado de assistir à cheia que se aproximava, Izidro mirava o povoado ao redor na esperança de que a solidão sentida não o inundasse com a mesma rapidez das águas subindo no rio.

Izidro olha insistentemente para os caminhos tortuosos. Um imenso desejo de ver alguém junto com outro alguém se apodera insidiosamente do seu espírito. Que não lhe aparecesse uma pessoa sozinha! Naquele instante, como em muitos outros parecidos, não poderia suportar a solidão alheia.

Cai depressa a tarde. Acende-se um lampião. E um ah! incontido saltou do seu peito. Um lampião aceso! Já é alguma coisa. Lembra gente, lembra braço humano agindo. Aquele é um dos três que avista da sua moradia. E logo, com ânsia, procura os outros, que ficam distantes dele e entre si. Por demorados minutos seus olhos nervosos oscilam entre os dois lampiões apagados. O perfil dos postes esbatia-se, já os seus flancos começam a diluir-se na penumbra, não são mais verticais, têm curvas, parecem seres vivos que se movem. Também se angustiam, fartos de viver a sós. Compreendiam-se, chamavam-se, desejavam um encontro. E quando iam se dirigir para um abraço de amigos, subitamente, um deles se tornou luz, com a responsabilidade de iluminar quatro bocas de rua. E o outro desapareceu.

A chuva continuava.

Por certo, pensava Izidro, ela amolecerá primeiro as almas, e só muito depois a terra, que está sedenta e quebradiça (MARTINS, [1939] 1981, p. 48-49).

Recluso há oito anos, a angústia da solidão começava a atormentá-lo, pois, apesar de ser orgulhoso ao se comparar com os vizinhos, desejava companhia enquanto procurava pelas luzes durante a melancolia da chuva. Em uma tentativa de se convencer de que havia vida ao seu redor, Izidro desejava um encontro, “braço humano agindo”, porque não era a solidão alheia a causa da perturbação, mas a dele. A sensação de Izidro pode ser descrita a partir dos estudos de Julia Kristeva (1994, p. 19) no livro *Estrangeiros para nós mesmos*, isto é, do estrangeiro “completamente livre” e cuja liberdade é uma das características que melhor o define. Esta liberdade, porém, quando absoluta, transformava-se em solidão.

Desse modo, a solidão pela qual o estrangeiro (no romance, ele toma a figura de Izidro) acreditava ter escolhido, por vezes, era embriagadora, uma vez que se estabelece um paradoxo: “o estrangeiro quer estar sozinho, porém cercado de cúmplices” (KRISTEVA, 1994, p. 20); nenhum cúmplice, porém, é considerado apto o suficiente para que esse estrangeiro escolha estar ao seu lado⁴⁵. Para a autora, a felicidade do estrangeiro está

⁴⁵ “Ninguém melhor do que o estrangeiro conhece a paixão da solidão: ele acredita tê-la escolhido para gozar ou tê-la suportado para padecer, assim ele define num forte sentimento de indiferença que, por ser algumas vezes embriagador, encontra-se inevitavelmente sem cúmplice. Este é o seu paradoxo: o estrangeiro quer estar sozinho, porém cercado de cúmplices. No entanto, nenhum cúmplice está apto a se associar a ele no espaço tórrido de sua unicidade. Os únicos cúmplices possíveis seriam os participantes de uma comunhão,

assentada no desenraizamento e no nomadismo pelo qual ele crê ter se submetido, uma vez que insiste no pensamento de que a escolha de partir sempre veio dele: “‘Não foi você que me fez mal’, recusa-se a admitir, feroz, esse intrépido, ‘fui eu que escolhi partir’; sempre ausente, sempre inacessível a todos” (KRISTEVA, 1994, p. 12). No romance, o exílio de Izidro foi impulsionado pela expulsão na Argentina e, o abrigo no Brasil, mais do que uma decisão dele, era um meio de fuga e de preservação da vida. Nesse contexto, o estrangeiro pode ser considerado indiferente aos sofrimentos, aos insultos e às rejeições pelas quais passou “na busca desse território invisível e prometido, desse país que não existe mas que ele traz no seu sonho e que deve realmente ser chamado de um além” (KRISTEVA, 1994, p. 13). No romance, essa característica do “estrangeiro” está presente na busca incessante de Izidro pela “Canaã prometida”, tendo feito com que ele permanecesse por toda a vida inacessível e, para não sucumbir, sempre à procura de um novo caminho. A peregrinação a qual se submeteu começou anos antes da chegada a São João Batista, pois o desejo e a força para buscar o desconhecido vinha de seu interior⁴⁶.

Voltando ao romance, naquela tarde chuvosa, a angústia transferida por Izidro aos postes – que, segundo ele, “também se angustiam, fartos de viver a sós” – era a dele. Quando a luz de um dos postes se acende “com a responsabilidade de iluminar quatro bocas de rua”, o outro poste imediatamente desaparece; assim, em vez de se encontrarem fraternamente, eles se afastam. A sua alma de estrangeiro solitário e indiferente é a primeira amolecida pela chuva: “por certo, pensava Izidro, ela [a chuva] amolecerá primeiro as almas” (MARTINS, [1939] 1981, p. 49). Na sequência, a voz do narrador afasta-se da cena e os pensamentos da personagem imergem a partir do uso do discurso indireto-livre na narração:

Era o inverno que se avizinhava, mas que viesse duma vez o diabo, que viesse com as suas enxurradas, as geadas e as ventanias, ele sabia defender-se dos maus elementos, ele era como ... (e sorriu lembrando-se da escola e do padrezinho gordo do primeiro ano) como a formiga... E se não fosse? Seria o mesmo que desprezar toda a experiência dos setenta anos. Para que aprendera bruxarias e feitiços? E outra vez sorriu, um sorriso amargo e piedoso, daquela pobre gente fraca de espírito que o rodeava, intrigada com a sua vida solitária. Mas não eram pensamentos daquele gênero que ambicionava naquela hora. Também não pretendia ficar numa atitude passiva, de êxtase, enquanto a noite chegava, a chuva caía mortiça e o inverno mostrava a carranca. Para aquele cenário ele exigia um drama vivo, raizando a violência, gritos, paixão ou, talvez, a simples e eterna amargura dos dramas de amor, mais amargos quanto mais silenciosos. Não, conhecia-se bem, ele, asceta sem Cristo jamais cederia a um impulso de amor, ele, que

cuja monotonia e facilidade ele repele; enquanto que, por outro lado, a falta de cumplicidade dos espíritos distintos o remete irremediavelmente para a sua própria desolação” (KRISTEVA, 1994, p. 20).

⁴⁶ “Para Izidro, na verdade, desde o início de sua peregrinação – começara quando? – a única força interior capaz de o impelir para diante, para o desconhecido, para o fim do mundo, era um ilimitado desejo de paz, de descanso, de esquecimento absoluto, quase de morte” (MARTINS [1939] 1981, p. 38-39).

amava tanto, a tudo e a todos. Coração duro! Coração duro! – e, refletindo, bateu no peito quase com desespero. Ah, se tivesse nascido com outro coração!... A sua vida teria sido outra, mas logicamente, também a sua visão do mundo teria sido outra. E não era feliz no sossego, entre os seus repolhos, revirando a terra? E não era uma tranquilidade estar só, longe do burburinho, sem perturbar com o seu azedume a alegria dos outros, às vezes tola, raramente verdadeira, e ao abrigo da aflição alheia? No entanto, confessava-se, não importa se hoje, àquela hora, estivesse alguém ali ou ele estivesse entre semelhantes em qualquer parte. Se lhe viessem chamar agora para intervir num daqueles vulgares dramazinhos da aldeia, cujas dilacerações tantas vezes amainara com a sua palavra de velho bruxo, iria quase contente. Não tanto pelo bem que pudesse fazer aos outros, mas pelo agrado de sentir-se de novo arrastado pela correnteza dos homens comuns, numa baderna de subúrbio, na qual os gestões e os palavrões se cruzassem refletindo-se nele como num espelho. E então, por alguns momentos que fosse, teria dado um mergulho na vida, o coração batendo forte, rota a capa espessa que apartava do mundo.

Mas não. Não aconteceria nada disso. Ninguém viria chamá-lo. A sua compreensão de vida, a sua filosofia de apaziguamento, os seus conselhos ficariam inutilmente à disposição de quem precisasse deles, velando a noite inteira, gastando-se no silêncio como uma vela triste de oratório, até que o frio da madrugada lhe gelasse o corpo e a cabeça pendesse sonolenta como uma cabeça qualquer (MARTINS, [1939] 1981, p. 49-50).

Seu coração, pensava Izidro, não era para viver e ser feliz com o amor, era um coração que sofria pela dor e pelo sofrimento alheio e, por isso, não suportava ver os homens sufocados pelo ambiente social e as injustiças nas quais estavam forçados a viver. Era esse coração, supunha a personagem, o motivador de sua luta contra a dor humana. Mesmo após abandonar o anarquismo, ele continuava sedento de ajudar o próximo, desse modo, no momento em que a melancolia e a chuva lhe lembraram de que vivia na solidão, desejou ser chamado “para intervir num daqueles vulgares dramazinhos da aldeia, cujas dilacerações tantas vezes amainara com a sua palavra de velho bruxo”. Confiante de sua sabedoria para aconselhar em momentos de adversidades, Izidro relegou aquela insatisfação avolumada em seu interior à proximidade do inverno; antes chegasse logo, pensava ele, certo de que possuía experiência tanto para contornar os ventos gelados e as cheias do rio, como para oferecer sua sensatez e conhecimento à resolução dos “dramazinhos” de São João Batista. Ele era a formiga – em referência à fábula *A cigarra e a formiga* – que trabalhou todo o verão e no inverno sobreviveria com os frutos do seu esforço. Mas a possibilidade de não ser como a formiga insinuava a frustração de, talvez, não ter aproveitado, afinal, todas as lições da vida: “E se não fosse [a formiga]? Seria o mesmo que desprezar toda a experiência dos setenta anos. Para que aprendera bruxarias e feitiços?” (MARTINS, [1939] 1981, p. 49, marcações minhas). Ao pensar nas pessoas ao seu redor julga-os limitados, “pobres de espírito” que não entendiam nada da vida; por esse motivo, preferia a reclusão a ter que conviver com eles. Nas palavras de Kristeva, o estrangeiro chega a nutrir certa admiração por quem o acolheu, uma

vez que “em geral acredita serem eles superiores, seja material, política ou socialmente. Ao mesmo tempo não deixa de julgá-los um pouco limitados, cegos. Pois os seus anfitriões desdenhosos não possuem a distância que ele possui, para se ver e para vê-los” (KRISTEVA, 1994, p. 14). Mas em momentos como aquele, deseja que viessem a sua procura, para que, com sua experiência de vida, auxiliasse na resolução dos pequenos problemas da cidade. “Pobres de espírito” ou não, Izidro queria companhia, sentir-se útil, mergulhar novamente nos problemas do mundo, renascer: “e então, por alguns momentos que fosse, teria dado um mergulho na vida, o coração batendo forte, rota a capa espessa que apartava do mundo” (MARTINS, [1939] 1981, p. 49).

Mas, entre os primeiros sinais de insatisfação, já presentes nessa noite chuvosa, e a tomada de decisão do retorno à “civilização”, algum tempo se passou (o tempo não é marcado linearmente em *Enquanto as águas correm*, mas podemos nos basear nas estações em que os acontecimentos se desenrolam; por exemplo, as chuvas ocorrem sempre em um tempo próximo ao inverno e quando ocorrem as inundações provocadas pelo rio). Na cheia do rio Quaraí, quando os moradores precisaram sair de suas casas, Izidro foi forte e resistente ao ajudar os vizinhos. Afinal, era como a formiga. Contudo, já muito insatisfeito com a reclusão, começava a pensar em mudar. Tempos depois (pouco antes do verão), fitando o rio, admirou-se ao dar-se conta de que vivia há oito anos naquele silencioso isolamento. É como se Izidro estivesse há oito anos mergulhado nas águas mais calmas e silenciosas e de repente emergisse. Essa emersão, porém, levou-o para bem longe de São João Batista:

Sem se aperceber, desligou os olhos do rio, das verduras, dos casebres, de todos os detalhes dos arredores. Circunvagou o olhar como que à procura de um rumo. A imaginação flutuava. E como num lance de mágica, viu-se de repente numa rua estreita, porém rua de verdade, onde os transeuntes precisavam ser guiados por flechas para não se pecharem uns com os outros. Tiniam campainhas. Vozes ásperas de pregões anunciavam. Falas de muitas partes do mundo se entrecruzavam. Nas portas das lojas judeus se apoderavam de fregueses incautos. Vitrinas luziam numa oferta perene. Ah, sambulhar-se no anonimato daquele rio correntoso e ir aos encontrões no meio da multidão! Joias fascinantes, pratarias, vestuários, quinquilharias, e livros, livros atulhando montras, mesas, subindo paredes. Entrou para manuseá-los e experimentar (depois de quanto tempo?) o vago sentimento de evasão da realidade que envolve o espírito ao se penetrar na penumbra de uma livraria... Que importava onde estivesse: Londres, Paris, Madri, Buenos Aires? Era-lhe urgente ouvir os ruídos da civilização, topar-se, palpar as mil novidades das metrópoles, suas surpresas, suas esquisitices. Dobrou a esquina. Agora, uma rua larga. O atropelo, porém, era mais embaraçante. Ônibus, autos, bondes, bicicletas, motocicletas abarrotavam o trânsito. Apitos, buzinas, roncões de motores ressoavam de todos os lados, fazendo uma algazarra tumultuosa, arrítmica, de aturdir os ouvidos. Uma bafagem morna e sufocante assoprava do ventre daqueles monstros, penetrava pelo nariz, tonteava e afligia. Estacou na entrada duma fábrica. Acenderam-se as luzes

da rua naquele momento. A sirene da fábrica assobiava. Homens apressados, sujos, suarentos, saíam às centenas do bojo soturno do casarão. Quando o último transpôs a saída, os portões gradeados se fecharam. E sobreveio um silêncio muitíssimo diferente daquele da beira do rio – um silêncio convencional, cravejado de minúsculas estridências, de rolamentos roucos, chocando-se, desmanchando-se, superpondo-se, amortecendo e reavivando sem pausa, castigando inexoravelmente o ouvido até a indistinção, para fundir-se afinal numa zoadá única, difusa, indiferenciada, niveladora de todos os ruídos. Era o silêncio da cidade grande, seu velho amigo... Começava a reconhecer-se. Sutil, aproximou-se das janelas para espiar para dentro através das grades. As máquinas repousavam. Mas bem se adivinhava que o descanso não era absoluto. As rodas, as correias, os dínamos, todos os seus órgãos pareciam em enérgica contenção para se conservarem na imobilidade (MARTINS, [1939] 1981, p. 76-77).

Enquanto “boiava” em um desejo de retornar às agitações do passado, quase em delírio, a personagem viu-se novamente andando pelos grandes centros urbanos. Sua imaginação estende-se ao máximo e, com verdadeira facilidade, Izidro enxerga-se reinserido dentre os “civilizados”. Aquele mundo tão vivo em sua imaginação é cheio de ruídos, mas, para ele, era o oposto, “o silêncio da cidade grande, seu velho amigo”; um silêncio muito diferente daquele da beira do rio, já desinteressante. Assim, Izidro ansiava pelo “silêncio” das grandes metrópoles; por isso, pouco “importava onde estivesse: Londres, Paris, Madri, Buenos Aires? Era-lhe urgente ouvir os ruídos da civilização”. Contudo, a cidade de seu sonho não era silenciosa, e sim barulhenta, ensurdecadora, com sirenes, buzinas, campainhas e uma variedade de pessoas falando as mais diversas línguas. A civilização era caótica, mas acolhedora para aquele inquieto. Ainda em sonho (delírio, talvez), ele caminhou pelas ruas como um fantasma, avisou uma fábrica, para ele, “uma engrenagem de tortura” humana (MARTINS, [1939] 1981, p. 78); em uma praça, parou para observar as pessoas (rostos comuns como muitos outros conhecidos por ele no passado). Eram indivíduos socialmente marginalizados (sobre)vivendo de “pedaços ressequidos de pão” sem qualquer assistência social ou governamental; eram “crianças magras e anêmicas, sem muita força para brincar, agarravam-se aos vestidos das mães sofredoras, que acompanhavam com um olhar de mágoa e raiva a pressa dos pedestres e dos veículos que cruzavam as ruas” (MARTINS, [1939] 1981, p. 78). A praça era o lugar dos pobres e dos miseráveis que durante o dia vagavam por ali e à noite dormiam nos bancos, sendo cotidianamente acordados pela polícia. Os líderes políticos não pertenciam à praça, eles não estavam lá nem como estátuas (a praça oferecia abrigo apenas às estátuas dos poetas, escritores, músicos, pintores, escultores).

Ao despertar, novamente em São João Batista, sabia que o mundo tumultuoso e abandonado durante oito anos “exigia segurança, precisão e persistência na ação para não ser aniquilado” e, por isso, voltar significaria muita luta e determinação. Para o crítico Mário

Alvarez, em texto contemporâneo ao romance, o humor de Izidro é irreverente por ser composto de ironia, ceticismo e superioridade, elementos que compõem “a sua tendência quase mórbida de desligar-se subitamente da realidade para se mover num mundo interior povoado de sonhos”. Esse humor, que pode ser percebido desde o encontro com Carlos, no início do romance, quando “Izidro solta a imaginação para brincar com o rapaz como um gato bondoso com um simpático ratinho”, toma a forma de uma irônica autocrítica, impedindo a personagem de delirar e a recolocando na realidade, depois do delírio, sempre mais nua e dolorosa (ALVAREZ, 1939); é o que ocorre nessa cena em que ele é “arrancado” do delírio e dolorosamente desperta no presente. Assim, ao “retornar” à paisagem de São João Batista e pesar os prós e contras de “retornar à vida” (Izidro pensava em si próprio como se estivesse morto por anos e, de repente, fosse despertada uma grande vontade de voltar a viver), pensou na horta, na idade e na certeza de já estar acostumado ao sossego e “ao passo lerdo” da cidadezinha:

No entanto, mais importante do que tudo isso era a sensação que experimentava quotidianamente, ali, na horta, cultivando as suas hortaliças, gloriosas no seu viço, razão de ser da sua vida. Sentia que fluídos do seu ser mesclavam-se à seiva daquelas plantas. A terra que suas mãos cultivavam não se alimentava tão somente de adubo e da água, mas também da essência vital do cultivador.

Até bem pouco julgava-se quase feliz, como se aquele remanso verde constituísse a realização de um velho ideal de vida, indefinido noutros tempos. Uma inquietude subterrânea, porém, principiara a instigar a sua fantasia, forçando-a a enveredar por caminhos olvidados. A luminosidade daquela manhã o impelira a uma cavalgada larga e audaz. De qualquer modo, esperaria. Mas, depois que o verão passasse, talvez fosse ao encontro do inverno, distante do seu barranco, com os sentidos aguçados para todos os rumos, parecido, por dentro, claro, a um jovem que sai a correr mundo ou como um morto que ressuscita (MARTINS, [1939] 1981, p. 79-80).

Naqueles anos havia dedicado tanta atenção e cuidados à horta que sentia como se, além do adubo e da água, também alimentasse a plantação com a essência do cultivador; era como compartilhar sua essência. No entanto, ao dar “asas à imaginação” e retornar às metrópoles, descobriu-se infeliz, pois, agora desperto – “como um morto que ressuscita” –, o cultivo das hortaliças não oferecia mais a tranquilidade e a satisfação dos primeiros tempos. Inquieto, era como se aquele estrangeiro – que não havia pertencido definitivamente a parte alguma antes –, por anos, tivesse procurado se ligar à terra a partir do cultivo na horta; a sensação de pertencimento sentida, percebia por fim, era excessivamente frágil. Assim, tomado pela nostalgia, própria da sua personalidade de estrangeiro, Izidro se perdeu na melancolia inconsolável por ter abandonado uma época de sua vida, a qual já não conseguiria pertencer e que, no fundo, sabia jamais ser reencontrada – nas palavras de Kristeva, “em meio à nostalgia, embebido de perfumes e de sons aos quais não pertence mais e que, por causa

disso, o ferem menos que os daqui e de agora, o estrangeiro é um sonhador que faz amor com a própria ausência” (KRISTEVA, 1994, p. 17-18). Apesar disso, Izidro decide fazer planos para um retorno difícil. Para conseguir “o regresso planejado” após o verão, aumentou a produção da horta e cultivou incessantemente para arrecadar a renda que estimava ser suficiente. Confiante do sucesso da empreitada, nem a notícia o ataque dos saltões a São João Batista afasta-o da determinação: “não permitiria que transformassem seus planos de vida. Feitos os cálculos, apertando o cinto mais do que o habitual, a renda daquele verão lhe proporcionaria o regresso planejado” (MARTINS, [1939] 1981, p. 83). Mas a derrota dá-se como derradeira quando, dias depois, mesmo com todo o esquema de defesa criado para deter os insetos, foram gafanhotos adultos a atacar.

Há duas circunstâncias simbólicas relacionadas ao ataque dos gafanhotos que precisam ser consideradas dentro da análise da narrativa: o fato de São João Batista, o santo que empresta seu nome à cidade, enquanto pregava no deserto, ter se alimentado justamente de gafanhotos⁴⁷; e, a simbologia (ligada à tradição judaico-cristã) do gafanhoto como uma praga. No livro do Êxodo, o ataque dos gafanhotos foi a oitava praga que invadiu o Egito por causa da recusa do faraó na libertação do povo hebreu; invasão, esta, enviada por uma decisão de Deus e que representava a completa devastação das plantações⁴⁸. Já no livro do Apocalipse, a invasão é entendida como um suplício de ordem moral e espiritual, uma vez que os gafanhotos são enviados não para destruir as plantações, mas para atacar “os homens que não tivessem na frente a marca de Deus”⁴⁹. Apenas na China Antiga, conforme destacaram Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 456), a multiplicação dos gafanhotos era vista como uma bênção e um sinal positivo, seus pulos eram associados à fecundidade e à posteridade

⁴⁷ A informação de que João Batista se alimentava de gafanhotos no deserto pode ser encontrada no Evangelho segundo Mateus 3:1-6 “Nesses dias, João Batista apareceu pregando no deserto da Judeia e dizendo: ‘Arrependam-se, porque o Reino dos Céus está próximo’. De fato, é de João que o profeta Isaías falou: ‘Voz que grita no deserto: Preparem o caminho do Senhor, endireitem suas estradas’. Esse João usava uma roupa de pelos de camelo e um cinto de couro na cintura. *Sua comida eram gafanhotos e mel silvestre*. E iam a ele habitantes de Jerusalém, de toda a Judeia e de toda a região próxima ao Jordão. E, confessando seus pecados, eram batizados por ele no rio Jordão” (MATEUS, 3:1-6, grifos meus).

⁴⁸ No livro do Êxodo os gafanhotos são uma praga: “Moisés e Aarão foram ao faraó e disseram: ‘Assim diz Javé, o Deus dos hebreus: ‘Até quando você vai se negar a se humilhar diante de mim? Deixe meu povo sair, para que me sirva. Se você não deixar meu povo sair, amanhã mandarei gafanhotos para seus lados. Eles cobrirão a superfície da terra, a ponto de não se poder enxergar o chão. Comerão todo o resto do que sobrou, o que ficou para vocês da chuva de pedras. Comerão toda planta que brotar para vocês no campo. Suas casas, as casas de seus servos e de todos os egípcios estarão cheias de gafanhotos, coisa que seus pais e os pais de seus pais nunca viram, desde o dia em que estiveram sobre o solo até o dia de hoje’” (ÊXODO, 10:3-6)

⁴⁹ “E da fumaça saíram gafanhotos que vieram para a terra. A eles foi dado poder, assim como têm poder os escorpiões. Foi dito a eles que não fizessem estragos na vegetação da terra, nem no verde, nem nas árvores. *Só deveriam atingir os homens que não tivessem na frente a marca de Deus*. Os gafanhotos não podiam matar, mas podiam atormentar os homens durante cinco meses, com dores semelhantes àquela produzida por picadas de escorpião. Nesses dias, os homens irão buscar a morte, mas não a encontrarão. Desejarão a morte, mas a morte fugirá deles” (APOCALIPSE, 9:3-6, grifos meus)

numerosa. Seja em referência ao alimento de São João Batista, à praga que atingiu o Egito ou à profecia apocalíptica, em *Enquanto as águas correm*, a invasão desses insetos traz a ruína ao protagonista que, para se defender do ataque, adotou como melhor arma a experiência: para impedir o pulo dos saltões, Izidro cavou uma vala funda e larga ao redor da cerca para que os insetos caíssem ali. Entretanto, os saltões não apareceram por terra e aos pulos; o que chegou a cidade foram gafanhotos voando e destruindo não apenas as plantações, mas também todos os planos de Izidro. No final, de nada adiantou ser a formiga, pois, mesmo os vizinhos tendo desistido de trabalhar para evitar o ataque, foi o protagonista o grande prejudicado. Apesar disso, pensando no significado presente no livro do Apocalipse, os gafanhotos atacaram justamente quem não acreditava (mesmo os vizinhos sendo tão pecadores quanto ele); pois, sendo Izidro ateu, ele apenas sorriu da tola esperança de quem esperou a ajuda por forma de milagre:

Antes de duas horas de combate, já os braços dos defensores caíam exaustos, e quase todos concordavam que seria inútil qualquer tentativa a mais. Não obstante, havia ainda uns poucos que lutavam ferozmente, acreditando numa possível retirada, meio milagrosa, antes que a devastação fosse completa. Contribuía para essa esperança tola o rebate dos sinos. Padre Leonardo e o coroinha André haviam entrado em ação e atacavam os terríveis inimigos voadores como convinha, pelo céu.

Izidro, velho ateu anarquista, sorriu e prosseguiu com a intrepidez de um combatente que não se entrega. O valo que cavara com tanto suor não estava atulhado de inimigos trucidados. Os saltões o ludibriaram. Mas embora a surpresa dos gafanhotos, ele defendia suas verduras com destrezas de moço, a ponto de admirar-se de si mesmo. Em dado momento, a luta foi quase um esporte pra ele, o que o levou, mais do que nada, à convicção de que precisava voltar à vida.

Súbito, num instante em que procurava redobrar a violência dos golpes, uma dor aguda no coração, como uma punhalada, surpreendeu-o com o braço no ar, paralisando-o e abrigando-o a assumir uma postura fletida e imóvel de defesa. Já nada mais lhe restava senão suportar revoltado a judiaria da sorte (MARTINS, [1939] 1981, p. 85-86).

Dos vizinhos, ele foi o último a desistir. Mesmo antes do ataque, os outros já haviam se rendido, visto que, quando Izidro começou a cavar a vala, “dois ou três se entusiasmaram” a fazer o mesmo, mas no segundo dia depuseram as ferramentas de trabalho, cansado; no mais, “trabalhar daquele jeito estafante era coisa de gringo”, explica o narrador reproduzindo a ideia do senso comum de que o brasileiro, diferentemente do estrangeiro, não era trabalhador. Já com poucas esperanças de despertar o interesse nos vizinhos de seguir seu exemplo – “nunca procurara convencer ninguém com palavras, confiava na eficácia do exemplo” –, Izidro preferia acreditar ser a ociosidade, e um pouco de preguiça, quem condenava aquelas pessoas a viver com pouca qualidade de vida e “uns magros mil réis” no bolso. A terra, o que eles possuíam em abundância e boa qualidade, não lhes agradava ou

interessava cultivar. Já antecipando a preguiça dos cidadãos de São João Batista, Izidro e o narrador pouco se surpreendem com o pouco tempo de resistência – “Antes de duas horas de combate, já os braços dos defensores caíam exaustos, e quase todos concordavam que seria inútil qualquer tentativa a mais” –, afinal, se tratava de um povo naturalmente acostumado a desistir ao menor sinal de problemas ou dificuldades. Antes preferiam esperar por uma ajuda divina, ajuda com a qual Izidro não esperava contar; sua fé vinha de seus próprios braços, e, por isso, só desistiu quando não teve mais forças e meios para continuar. Vitimado pelo coração, Izidro foi levado ao hospital, onde passou vários meses internado; meses que o afastaram de seus planos e anularam qualquer esperança de “regressar”. No hospital, Izidro conheceu a única pessoa em São João Batista com quem teve vontade de conversar abertamente sobre sua vida: o médico Ladislau, também estrangeiro, como descrito na segunda parte deste capítulo

3.3 Encontros e recordações: os estrangeiros Izidro e Ladislau

Até a chegada de Izidro no hospital, Ladislau não foi mencionado no romance; sua participação está restrita à duração do tempo em que permanece no convívio com o protagonista. Desse modo, desde as primeiras palavras trocadas entre as duas personagens começam a ser reveladas informações que ainda permaneciam ocultas do leitor. Após o ataque dos gafanhotos, Izidro foi obrigado a render-se aos insetos devoradores não apenas da plantação, mas também da possibilidade alimentada por ele de retornar aos grandes centros.

Ao saber pelo enfermeiro do “doente novo”, Ladislau aproximou-se para examiná-lo, ao mesmo tempo em que também era examinado: o reconhecimento de serem ambos estrangeiros é imediato. Após poucas palavras do médico, Izidro percebeu que ele não era brasileiro (e mais, após uma breve análise da sua figura física, de que era europeu), “pelo sotaque do doutor, o paciente percebeu logo que ele não era brasileiro e, fixando-se mais na sua figura – alto, ruivo, magro, olhos azuis – viu em seguida que se tratava de estrangeiro da Europa”. O estereótipo do homem branco do leste europeu (ruivo, magro, alto e de olhos claros) age como elemento denunciador da estrangeirice de Ladislau. No romance, as descrições físicas das personagens são raras; não se sabe nada sobre a aparência física de Izidro, por exemplo, uma das poucas menções a partes de seu corpo é sobre a cicatriz que possuía na perna. Também Ladislau rapidamente percebeu que Izidro era estrangeiro, “Você é de *allá*?”, e a confirmação revela informações sobre a nacionalidade ainda oculta do leitor: “Izidro pensou: agora é a vez dele. E embora não tivesse porque mentir, para abreviar a

consulta, respondeu simplesmente: sou – porém sem demora emendou, quase sem notar – isto é, sou espanhol”. *Allá* é uma referência ao Uruguai, ou seja, Ladislau questionava se Izidro era do país vizinho, ao que ele respondeu afirmativamente para, logo depois, emendar a verdadeira nacionalidade: era espanhol. Quanto à informação, Ladislau dá pouca importância, espanhol ou uruguaio era quase a mesma coisa (“É quase o mesmo, assinalou o médico, com um sorriso benevolente”).

Sofrendo de um mal do coração, Izidro passou alguns meses no hospital sem poder se levantar, pois tinha os pés e as pernas inchadas. Com a enfermidade, portanto, veio a vontade de conversar; no médico ele via a pessoa mais indicada para compreendê-lo, pois o enxergava como uma pessoa tão andada e sofrida quanto ele. Naquele primeiro contato, enquanto era examinado, Izidro conta que vivia perto do rio e que o mal-estar o havia levado ao hospital durante a malsucedida luta com os gafanhotos. O tão silencioso Izidro já estava disposto a conversar desde o primeiro contato com o médico que, ao se afastar, lhe deu uma recomendação também recebida como uma promessa: “Mas por enquanto você não deve falar muito, depois conversaremos” (MARTINS, [1939] 1981, p. 87).

Com o passar das semanas, sem poder caminhar, Izidro começou a perder as esperanças de se curar e deixar o leito, os planos para retomar a vida nas grandes cidades tornam-se sonhos distantes. Enquanto os médicos conversavam sobre o seu caso, em uma tentativa de diminuir os inchaços das pernas, o paciente trancou-se em seu mutismo habitual, sentindo crescer a dificuldade de ausentar-se através da fantasia (como ele fazia quando observava o rio). São em momentos como esse, quando faltava a imaginação que suas memórias imergiam à consciência:

Izidro ouvira toda a conversa sem prestar muita atenção no que diziam a seu respeito. Começava a desiludir-se da possível cura. Sua força de vontade diminuía progressivamente. Sua personalidade – era ele mesmo que pensava assim, como morador da beira do rio. Já nem tinha mais capacidade mental para as suas fugas através da fantasia. Ensaiaava ausentar-se, planar acima do leito, deixar aquele ambiente cheirando a doença sempre, correr mundo, como antes da queda, mas em seguida se extraviava num marasmo neutro, de horizontes cinzentos, indecisos, sem um sinal sequer servindo de rumo pra alguém perdido no caminho. Em vão a memória procurava saídas. Os fatos idos e vividos – a polícia montada carregando nas ruas de Buenos Aires, uma pata de cavalo apertando sua cabeça, sobretudo as da infância, na Espanha, múltiplas cenas, muitas pessoas que conhecera mal aflorando à lembrança e, logo, resvaladiças, deslizando apressadas, desaparecendo numa bruma, sem deixar marca da sua presença. Aguçava quanto podia os sentidos. Por momentos, em torno dele, tudo era compreensível. Depois, recomeçava a luta, tentando palpar sombras (MARTINS, 1981, p. 103-104).

Acamado, depositava suas esperanças nas fugas proporcionadas pela imaginação, escape inútil quando ele passou a sentir as chances de um reestabelecimento completo

esvaírem-se. Enquanto os médicos discutiam uma solução para seu problema de saúde, Izidro estava entregue às recordações: pensava na infância na Espanha e na prisão em Buenos Aires, antes do exílio em São João Batista; mas são lembranças que passam apressadas e, apenas por alguns instantes, afloram à consciência. Com o passar dos dias, entretanto, cresceu dentro dele a vontade de lembrar do passado e contá-lo a alguém; a princípio, seu escolhido é Ladislau, mas as circunstâncias não favorecem a conversa e, só após a alta hospitalar, já vivendo de esmolas, ele contou sua história à Negrita, quem o acolhe no final da vida.

Quando o médico comunicou-o de que o tratamento fazia efeito Izidro permanece impassível; a notícia de que com os pés e pernas desinchadas poderia caminhar no dia seguinte parecem não abalar sua indiferença. Seu comportamento fez Ladislau refletir; tratava-se de um homem muito diferente dos outros que conhecia por ali: “Outro qualquer teria demonstrado sua satisfação de alguma forma, dizendo qualquer coisa, absurda, ingênuo, simplória, mas teria falado”, notou o médico. Ao sair do quarto, Ladislau quis voltar, perguntar sobre a vida daquela figura, conhecer sua história e compreendê-lo, pois, naquele momento, soube, com certeza, ter diante de si um indivíduo diferente. Entretanto, receoso de não ser bem recebido pela intromissão, não retornou ao quarto (MARTINS, [1939] 1981, p. 105). Se tivesse voltado, teria conhecido intimamente o paciente, porque, quando o médico saiu, confuso com a indiferença diante da situação, Izidro fixava a vidraça partida apesar de ter os pensamentos fixos em Ladislau. A princípio pouco interessado nos resultados do tratamento, pensava no médico, um homem estrangeiro como ele a quem desejava contar tudo, supondo que só por ele (e por mais ninguém dali) seria bem compreendido:

Izidro, por sua vez, ainda olhava para a vidraça partida, mas o pensamento estava no doutor. Simpatizara com ele desde o início do tratamento. Experimentava ganas de lhe falar, de abrir-se, quem sabe. De todas as pessoas com quem convivera desde a chegada a São João Batista, só aquele homem lhe parecia estar à altura de suas confidências. E este seria o momento, o da convalescença, com o coração já mais forte. Falariam um pouco da doença, do que sofrera, dos cuidados que deveria ter daí por diante e, depois, deixaria o barco correr, meio à deriva, chegando, quiçá, às confidências de boa-fé, com a naturalidade de dois homens que se entendem. Porque ele pressentia na pessoa do médico, atrás da fachada profissional, um ente sofrido e andado como ele, compreensivo, provavelmente de muito mais compreensão do que de bondade.

O médico não voltou. Izidro baixou os olhos para as pernas e os pés, apalpou os músculos das coxas, e reconheceu dolorosamente que os seus sonhos de reconquista do mundo estavam de asas aparadas (MARTINS, [1939] 1981, p. 105-106).

Izidro não era o único perdido nas memórias do passado, após deixá-lo e retirar-se para o ambulatório à espera dos demais pacientes, Ladislau também pensava no passado, na infância na Hungria, nos estudos, nos primeiros tempos de profissão e, principalmente, nos

motivos que o levaram a deixar o país natal em busca de outras oportunidades. A boa vida levada em seu país, tendo como pai um juiz da Suprema Corte de Justiça da Hungria, se modificou após o início da Primeira Guerra Mundial quando, por conta dos combates, as mortes e os feridos cresceram, assim como a escassez de alimentos frescos. Findada a guerra, “mal saído da Faculdade, teve de enfrentar suas consequências como todo mundo, as suas dores, as suas perdas definitivas, a fome, a roupa de papel e por fim, a emigração inevitável” (MARTINS, [1939] 1981, p. 90). A sua chegada à cidadezinha começou pela travessia do Atlântico a Montevidéu, onde pegou um trem até Artigas (cidade ao norte do Uruguai e vizinha à fictícia São João Batista). Dali, transpôs a fronteira até São João Batista.

Sua chegada à cidade foi muito diferente da que ocorreu com Izidro; enquanto o protagonista havia se estabelecido procurando o exílio em um lugar que supunha ser o mais afastado possível dos grandes centros, o médico se mudou em busca de ascensão social. A Europa Central, debilitada no período entre guerras, não lhe oferecia as oportunidades desejadas; portanto, viu na imigração uma chance de enriquecer e a escolha da cidade se deu por recomendação de um colega que já havia passado por ali. Podemos afirmar que Ladislau chegou a São João Batista no início dos anos 1930 (possivelmente no ano de 1932 ou pouco tempo depois, uma vez que faz referência a compra de um livro recém-lançado naquele ano, *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego), se estabeleceu por algum tempo, mas fez várias incursões a outras cidades do interior; sempre retornando à cidadezinha.

No dia seguinte à chegada, rememora o médico, além de resolver a documentação necessária para exercer a profissão no país, foi em busca também de aprender a língua. Ao contrário de Izidro que jamais mencionou a dificuldade em se comunicar – talvez por efeito do espanhol ser uma língua latina como o português e que oferece diversos cognatos, ao contrário das línguas conhecidas por Ladislau (húngaro e alemão) –, para Ladislau a linguagem foi um empecilho inicial, mas contornado com sua determinação de aprender a língua por meio da literatura⁵⁰. Naquela primeira manhã, contudo, acordou cedo após uma noite mal dormida e saiu para encontrar àqueles que poderiam ajudá-lo no estabelecimento: o delegado, o prefeito e os outros médicos da cidade. O delegado não estava na delegacia e após duas tentativas, Ladislau resolveu deixar a conversa para o dia seguinte; a reunião com o

⁵⁰ “De chegada ao Brasil, via Uruguai, decidiu-se logo a aprender o português e à sua maneira de aprender idiomas, lendo literatura. No dia seguinte de estar em São João, entrou na única livraria ali existente. Achou um livro recém-aparecido, pequeno, que lhe pareceu fácil de ler: *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego. Comprou a novela e um dicionário da língua portuguesa. No quarto confortável do hotelzinho, passava horas para vencer uma página ou duas. Ao cabo de uma semana de esforço, já lia cinco páginas por dia. Acabou vitorioso. Nem poderia ser de outro modo. Do contrário, estaria liquidado” (MARTINS, [1939] 1981, p. 91).

prefeito foi marcada para a tarde. Assim, o recém-chegado procurou os colegas de profissão para um primeiro contato, encontrando apenas Rogério em seu consultório⁵¹:

Às nove horas, procurou a delegacia de polícia para apresentar seus papéis e pedir o visto de entrada. Um funcionário, de alpargatas, lhe disse que o delegado viria aí pelas dez, dez e meia. A essa hora voltou lá. O seu delegado ainda não tinha chegado. Deixou então essa diligência para outro dia e foi à Prefeitura. A audiência do sr. prefeito era de tarde. Com o endereço dos médicos, conseguido no hotel, saiu a procurá-los. Dos três, encontrou um no consultório, o dr. Rogério, que interrompeu as consultas tranquilamente e, após examinar o diploma de Ladislau, da Universidade de Budapeste, se empenhou a fundo no esforço de compreendê-lo, tentando o espanhol e o francês. O húngaro só falava o seu idioma e o alemão. Rogério quase hipnotizou o jovem Ladislau sorumbático e seestroso, com os gestos, a mímica e a conversa em português-castelhano-francês. Terminou fazendo senha para que o húngaro desse uma volta e retornasse ao meio-dia para almoçar (MARTINS, [1939] 1981, p. 93).

Ao chegar ao Brasil, Ladislau não entrou pelo caminho usual (pelos portos, por exemplo, como o de Santos), optando pela entrada pela fronteira, possivelmente, dada a proximidade com a cidade onde ele antecipadamente havia decidido morar. Ao chegar, a personagem apresentou a papelada necessária para a autorização de estadia junto às instâncias de poder local, o delegado e o prefeito. Na delegacia, deparou com a falta de decoro e de pontualidade: o destaque dado pelo narrador ao fato do funcionário se encontrar de “alpargatas” (um calçado de baixo custo e informal) não passa despercebido; o mesmo para o delegado que não se encontrava no trabalho durante o horário de expediente⁵². Sua passagem pela Prefeitura não foi descrita pelo narrador, logo, supõe-se ter conseguido conversar com o prefeito na primeira tentativa. Mas, naquela recordação de Ladislau, a ênfase é dada ao encontro com o médico que o recebeu em seu escritório e examinou seu diploma.

⁵¹ Apesar de o trecho fazer referência a trabalharem outros três médicos na cidade, no romance, além de Rogério, aparece apenas mais um: Carlos. Personagem muito pequena e com rápida participação, Carlos nos faz lembrar, todavia, o jovem estudante homônimo que, anos antes, conheceu Izidro na estrada. Esse Carlos (não podemos afirmar se tratar da mesma pessoa apesar da coincidência do nome) é um jovem médico pouco interessado em praticar a clínica geral ou as cirurgias, seu interesse era direcionado ao estudo da psicologia dos pacientes. Se no prefácio da segunda edição de 1981, Cyro Martins afirmou ter conhecido um homem na estrada e nele buscado a inspiração para o protagonista, o jovem Carlos seria, portanto, o personagem que representaria o romancista. Já o médico Carlos, também acaba carregando características que lembram o autor do romance: ambos recém-formados vão clinicar na pequena cidade na divisa com o Uruguai e têm na área psiquiátrica maior interesse do que na clínica geral (Cyro Martins, por exemplo, esteve poucos anos clinicando em Quaraí e, logo depois, já prestou um curso de psiquiatria e deixou a cidade natal). Seja o Carlos da estrada, reaparecido na história anos depois, a mesma personagem do médico ou não, ambos compartilham características que remetem à biografia de Cyro Martins, podendo, portanto, serem considerados elementos da realidade do autor inseridos na ficção.

⁵² A alpargata é um tipo de calçado de origem árabe inicialmente feita com o solado trançado de forma manual. Com a invasão da Península Ibérica pelos árabes no século XII, o calçado se popularizou na Europa. No século XIX, seu uso já era comum nos países de colonização espanhola da América do Sul (sendo também conhecido como “sapato de espanhol”). No Brasil, podem ser encontradas alpargatas com solados semelhantes à palha, mas também feitas de tecido (como lona e algodão) e de couro (as alpargatas de couro são muito ligadas aos sertanejos, e também ao movimento conhecido como Cangaço no Nordeste do país). Desse modo, a alpargata, no século XX, era um calçado de baixo custo por ser fabricada com materiais considerados “ordinários” para a sociedade da época.

Destaco não ser sugerida em nenhum momento das recordações de Ladislau que ele tenha feito alguma prova ou revalidação do diploma; o documento foi apenas analisado pelo colega de profissão que, apesar de bem-intencionado, não conhecia a língua na qual o diploma era escrito, do mesmo modo como não conseguia se comunicar com o colega de profissão. A dificuldade com a língua foi, todavia, contornada por Ladislau quando ele aprendeu e conseguiu se comunicar de maneira mais eficaz. Naquele primeiro “bate-papo”, porém, ele apenas constatou ser Rogério péssimo na mímica, apesar de parecer sincero e interessado.

Aquele Ladislau das recordações era jovem, mas apesar da pouca idade, era melancólico e astuto – o que é informado ao leitor com o uso dos adjetivos “sorumbático” e “sestroso” –; mas o Ladislau que relembra aqueles primeiros dias, anos depois, já era um homem estabelecido e bem-sucedido, homem cujas dificuldades dos primeiros dias já haviam sido contornadas. A experiência, ainda, trouxe-lhe a certeza de ter imigrado com o intuito de enriquecer, o que vinha conquistando a duras penas, pois a cidade não oferecia grandes oportunidades de ascensão social e financeira⁵³. Mas a personagem, contudo, sabia que aos poucos se enraizava e ia construindo uma nova identidade (em uma de suas mudanças para o interior voltou casado, estava disposto a criar laços):

Sentir-se sozinho num continente estranho, elaborando uma nova identidade, e ao mesmo tempo esforçando-se por não arrancar as raízes do outro si mesmo, a princípio excitava. Porém esse duplo jogo de personalidades, uma voltada de cara para o subdesenvolvimento ensolarado da América Latina e a outra voltada veladamente para a Europa, para a tradição clássica, começava a provocar-lhe certas perplexidades. A fachada de homem prático reveste pouco a pouco o artista, que era a substância essencial da sua pessoa (MARTINS, 1981, p. 91).

É por esse discurso indireto-livre que Ladislau expressa a complexidade do sentimento de ser imigrante. Diferentemente de Izidro, que buscou no exílio o afastamento do passado, das ideias, das agitações e das pessoas, Ladislau procurou se assimilar tanto aprendendo a língua como procurando contato com a população. Apesar disso, era ciente de que aquela nova identidade construída no Brasil (aquele novo Ladislau) não apagava o seu “outro si mesmo”, uma vez que ele vinha manejando e equilibrando suas novas identidades sem provocar nenhum apagamento naquele “eu” do passado. O violino trazido na mudança representava seu elo com a família, era o objeto pessoal que instituía o real em seu passado e a garantia de que mesmo se nunca retornasse, sempre teria junto a si uma lembrança do “outro

⁵³ “Ele era do seu tempo, porém sua estampa e sua personalidade condensavam séculos de maneiras imperiais de vida. Mas não lhe dissessem que não era um homem do século XX. Deliciava-se só em pensar no conforto que o século estava apto a lhe proporcionar. Para tanto, nada mais do que assenhorear-se do mundo, bastava possuir apenas isto: dinheiro. Mas esta recompensa americana à ousadia do imigrante estava custando a chegar. ‘O Batista’ não dá... Gostava de repetir para si mesmo a abreviatura dos são-joanenses, pois a sua ironia se quadrava bem com o seu ‘humor’ de príncipe exilado” (MARTINS, [1939] 1981, p. 90).

si mesmo”; ademais, era um instrumento clássico que o fazia recordar a origem burguesa e a vida de “príncipe” com a qual foi criado (“Não, sem este violino eu não sou eu mesmo. Vou tê-lo junto comigo, dia e noite. Demais, este violino representa minha família, a Hungria, Budapeste”).

Mesmo com a fama de bom médico a opinião sobre Ladislau não era unânime. Sem esconder a imigração com o intuito de “fazer a América”, sua figura causava cochichos entre a população local. Quando o carro de praça em que ele se encontrava passa, dois moradores – sentados à porta de suas casas espiando o “movimento” da cidade – comentam sobre o médico. Floriano Paiva e sua esposa, Dona Dora, são personagens pequenas dentro da narrativa e não aparecem novamente no romance, a eles foi dada apenas a voz para expressar as fofocas criadas sobre Ladislau.

Agora, Ladislau, médico de prestígio na cidade, ri sozinho quando se lembra dessas peripécias. O carro andava devagar. O cocheiro, o mesmo seu Zózimo da chegada, pois Ladislau lhe ficara grato, não conhecia pressa.

– Quem é que passou?

– Me pareceu ser o doutor Ladislau.

– Dizem que é muito bom médico esse doutor.

– Pode ser bom quanto quiser, mas o que sou eu não me entrego nas mãos desses gringos – atalhou com desplante patriótico o ex-capitão revolucionário Floriano Paiva.

Dona Dora desconfiou que o marido estava com ciúmes do médico, pois as senhoras da cidade se mostravam progressivamente entusiasmadas com a sua capacidade de clínico, em especial depois que ele foi demonstrando sua elegância de bailarino nos bailes do clube, sua destreza de tenista na quadra inaugurada num recanto da praça, fazia pouco, sob sua orientação técnica, e sua arte de violinista. “Não leve, meu filho, vais perder, vão te roubar o teu violino. Pode ser que mais tarde eu consiga te mandar, não sei como, quando a vida por aqui e no mundo estiver mais normalizada”. “Não, sem este violino eu não sou eu mesmo. Vou tê-lo junto comigo, dia e noite. Demais, este violino representa minha família, a Hungria, Budapeste”.

– Ele é casado ou...? – indagou, sorradeira e insinuante, Dona Dora, uma senhora gorduchinha, mãos fofas, olhos redondos e vivos, com ocultas aspirações que iam além do capitão Floriano. Ele teria alguma suspeita? Sua arrogância não lhe permitia tais desconfianças.

– Pois é, desta vez ele apareceu casado. Pelo menos diz!

– Na primeira temporada que passou aqui, sabes o que ele dizia, o descarado?

– Não. (Dora disse não, mas sabia a que o marido estava se referindo).

– Que ia casar com uma moça que tivesse o pé verde.

– O pé verde? Credo, o que é isso? Esses gringos...

– Ora, que tivesse campo, fosse filha de fazendeiro. Não estou te dizendo? Caiam outros, bobalhões, mas... quanto a mim!

Enquanto o carro do seu Zózimo rodava devagar, dando alguns solavancos nas pedras, a figura do médico proporcionava assunto a senhoras e senhores pacatos, que gozavam, de pijama, na calçada, bem sentados, a fresca do entardecer (MARTINS, [1939] 1981, p. 93-94).

Apesar de serem personagens secundárias, à caracterização de Floriano e Dora são incluídas informações que auxiliam na compreensão de suas opiniões sobre Ladislau. Quando Floriano afirmou à esposa jamais se consultar com aquele médico, sendo ele bom clínico ou não, sua opinião brusca se baseava no fato de Ladislau ser estrangeiro e de Floriano ser patriota; o homem sempre daria preferência às consultas com os médicos brasileiros e jamais se entregaria “nas mãos desses gringos”. À construção da sua personalidade incluí ser “ex-capitão revolucionário”, isto é, ter participado de alguma (ou várias) das revoluções ocorridas no Rio Grande do Sul e, ao que tudo indica, do lado dos revolucionários. A revolução mais próxima do tempo do enredo de *Enquanto as águas correm* é a “Revolução de 1930”, movimento golpista que levou o rio-grandense Getúlio Vargas à presidência do país em outubro de 1930⁵⁴. Já dona Dora é descrita como uma mulher de formas arredondadas cujas pretensões amorosas iam além do marido, emendou o narrador, maliciosamente. Quando ela questiona se Ladislau era casado, de forma “sorradeira e insinuante” (o destaque do narrador é carregado de malícia às palavras e intenções da mulher), à pergunta se seguiu um discurso indireto-livre em que a personagem se questionou se não teria demonstrado muita curiosidade sobre o médico de modo a despertar a suspeita em seu marido. Automaticamente se acalmou por não acreditar que o marido desconfiaria do seu excesso de interesse, afinal, o considerava muito arrogante para desconfiar de que ela poderia se interessar por outros homens (“Ele teria alguma suspeita? Sua arrogância não lhe permitia tais desconfianças”).

No meio feminino, porém, Ladislau era muito bem quisto, principalmente, após demonstrar suas habilidades como dançarino, violinista e jogador de tênis. Assim, foi fingindo dissimulação que dona Dora negou saber dos boatos sobre Ladislau na cidade e de sua má fama de “caça fortuna”, isto é, de ter deixado claro desde sua chegada à cidade de que só se casaria com uma moça rica, “que tivesse campo, fosse filha de fazendeiro”. A cena – e a

⁵⁴ Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX outras revoluções ocorreram no Rio Grande do Sul, um estado politicamente instável naqueles primeiros anos de república. A “Revolução Federalista”, por exemplo, começou em fevereiro de 1893 e durou dois anos e meio. Opuseram-se nessa “guerra civil” os republicanos e os liberais (os federalistas), sendo o último grupo formado principalmente pelos estancieiros da região da Campanha. Essa “Revolução” findou com a derrota dos federalistas. Anos depois, em 1922, dissidentes republicanos e liberais se uniram formando a Aliança Libertadora, que tinha como objetivo impedir mais uma reeleição de Borges de Medeiros ao governo do estadual e lançar a candidatura de Assis Brasil, na oposição. Com a derrota da Aliança e as acusações de fraude, uma nova guerra teve início em janeiro de 1923, durando quase um ano. Em 1927, a eleição de Getúlio Vargas como governador incentivou a realização de um acordo entre os republicanos e libertadores, o que favoreceu a atuação do Rio Grande do Sul no cenário nacional; e, em 1928, a Aliança se converteu no Partido Libertador (FAUSTO, 1995, p. 316-317). Em 1929, as conspirações entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba iniciaram após a ruptura dos “acordos” entre as oligarquias paulistas e mineiras, em decorrência da discordância da indicação do então presidente do país, Washington Luís, para seu sucessor à presidência. Desse modo, com a criação da Aliança Libertadora o candidato de oposição aos paulistas, Getúlio Vargas, teve apoio desses três estados. A “Revolução de 1930” que o levou à chefia do Governo Provisório (1930-1934) ocorreu após a vitória do candidato paulista, Júlio Prestes,

participação de Floriano e Dona – termina, portanto, com Floriano ressaltando sempre ter acertado ao desconfiar de Ladislau, pois, ao contrário dos outros (“Caíam outros, bobalhões, mas... quanto a mim!”), ele jamais cairia “nas graças” do médico, nitidamente, um interesseiro. Se Ladislau se casou mesmo com uma moça de “pé verde” ou se era apenas um boato espalhado por ele ser imigrante não se sabe, pois, na sequência, o médico encontrou os dois outros médicos da cidade, Carlos e Rogério, à sua procura para uma cirurgia urgente. O casamento como uma forma de ascensão social é praticado há séculos pelo mundo afora, a censura para a possibilidade de Ladislau ter se casado por tal motivo advém da sua situação de estrangeiro pois, se fosse brasileiro, possivelmente o “patriota Floriano” não o consideraria um interesseiro e sim um rapaz com visão de crescimento pessoal.

Mas Ladislau desapareceu da narrativa quando Izidro recebeu alta no hospital e, da porta, ele observou o paciente partir, sabendo, contudo, não ter alcançado a cura completa (no máximo, o protagonista se encontrava estável o suficiente para “testar” quanto tempo o coração aguentaria antes de uma nova internação). O que os uniu foi o momento de enfermidade de Izidro e, quando ele deixou o hospital, deixamos também Ladislau. Quando contou sua história à Negrita, entretanto, Izidro lembrou do médico como sendo o único com quem ele realmente quis conversar na cidade sobre sua vida. Sabendo da gravidade da doença, e de que não tinha muito tempo, acabou, porém, relatando tudo à mulher que, mesmo sem compreender todas as suas aflições, ofereceu seus ouvidos à história. Depois do longo período de enfermidade, Izidro voltou a sua casa e a encontrou em ruínas; seus vizinhos, supondo que ele já estivesse morto (segundo contou o compadre João, um boato se espalhou sobre sua morte), surrupiam todos os seus pertences deixando a casa reduzida às paredes. Sua quinta, também abandonada, estava coberta pelo mato. Sem ter um teto ou como se sustentar, Izidro tornou-se um morador de rua e passou a sobreviver de esmolas. Um dia chegou à casa de Negrita, “de pés inchados e a respiração arfante”, lugar onde encontrou abrigo até o fim de sua vida. À caracterização dessa personagem, o narrador apenas informou ser uma “meretriz castelhana decadente, [que] não teve coragem de mandá-lo embora” (MARTINS, [1939] 1981, p. 116, marcações minhas), em depreciação ao ofício da mulher. Apenas meses depois passou a sentir curiosidade sobre aquele homem enfermo e misterioso que estava abrigando. Decidida a um movimento de aproximação, Negrita procurou-o no galpão. Era a atitude esperada por Izidro para, enfim, romper o mutismo.

Apesar de conversar com Negrita, Izidro não a considerava uma igual, pois a julgava com censura e conservadorismo por causa de sua vida na prostituição. Em diversos momentos da conversa, ainda, pedia desculpas por falar de assuntos que ela não entendia ou pela escolha

vocabular; a isso explicou ter uma iniciação nos livros e, por não ter escrito sua história enquanto teve tempo, só lhe restava narrar sua vida à moça. Quando Negrita enviou-lhe comida pela primeira vez, por exemplo, o protagonista chegou a refletir se deveria rejeitar, ideia descartada em seguida, pois já vinha recebendo ajuda dela; assim, a recusa seria absurda e baseada em um único motivo: “por vir de uma mulher assim”, isto é, uma prostituta. Izidro até cogitou dar-lhe “alguns conselhos úteis”, declinando da ideia porque já não se via como o homem de antigamente, “que tivera um aprumo altivo no porte” (esse porte, gostava de acreditar, inspiraria respeito e atenção aos seus conselhos). Desiste dos conselhos por temer que Negrita os considerasse moralistas (como, de fato, eram) (MARTINS, [1939] 1981, p. 117). Mesmo sem eleger Negrita como sua ouvinte ideal, Izidro contou-lhe sobre sua vida antes da chegada a São João Batista, revelando informações ainda mantidas ocultas até do leitor (como sua infância na Espanha, sua participação nas reuniões e lutas anarquistas, sua vinda para a América e as andanças feitas pelo continente que, cheias de acontecimentos desastrosos, o levaram àquela cidade). Naqueles anos ali, Izidro não falou e não pensou na infância, nas lutas ou nas ideias anarquistas – “Há quanto tempo não falo nisso! Nem em público, nem particularmente” (MARTINS, [1939] 1981, p. 120) –; na realidade, foi após adoecer que a personagem começou a matutar a necessidade de conversar sobre o que supunha já esquecido. Antes da internação, fugia do presente por meio da imaginação, como apontado anteriormente, mas no hospital a imaginação começou a não ser suficiente, desse modo, foram as memórias que passam a lhe fazer companhia, principalmente, às das conversas com o pai.

À Negrita narrou que, depois de muitos anos sem pensar no pai (a mãe havia falecido antes dele deixar a Espanha), se lembrou dele para, após várias tentativas de contato, por fim, perceber que ele já havia falecido. A sensação de saber que não tinha mais nenhum familiar vivo mudou alguma coisa dentro dele:

Um belo dia, não sei mais em que circunstâncias, a sua pessoa me apareceu, muito nítida na memória. E persistiu. Eu sentia, dentro de mim, como uma acusação que me acompanhava por toda parte. Escrevi-lhe uma carta. Não tive resposta. Insisti uma, duas, três, dez vezes. E sempre o mesmo silêncio. Não atribuí isso a extravios de correio. Compreendi que se tratava, na verdade, do silêncio tumular. Meu pai não existia mais. Um fato estranho ocorreu comigo, então. Eu, que jamais me importara com o pobre velho desde que o abandonei, e que nunca me lembrara dele até o dia daquela sua “aparição” na minha memória, o que me levou a lhe escrever, comecei, então, a ter, todas as noites, sonhos horríveis, em que aparecíamos, eu e ele, em enredos complicados, situações sufocantes, tremendamente perigosas (MARTINS, [1939] 1981, p. 121).

Nessa revelação sobre a ausência de proximidade entre ele e o pai são reveladas mais características sobre sua constituição de estrangeiro. Uma vez que compreendemos a “estrangeiridade” de Izidro a partir dos escritos de Julia Kristeva, podemos depreender desse trecho que Izidro, após a morte da mãe, não se deteve pela existência do pai, pelo contrário, a necessidade de fuga o impulsionou a partir. Para essa autora, a figura do estrangeiro é marcada pela condição de se encontrar desprovido de pais, isto é, a orfandade é como um ponto de partida da liberdade sempre tão almejada e raras vezes conquistada (KRISTEVA, 1994, p. 28-29). Aos pais, o estrangeiro tem tudo e nada a dizer, pois, mesmo quando tenta essa aproximação, o contato é falho; é a conjunção pessoal de estrangeiro que os afasta.

Desse modo, esses conceitos podem ser aplicados à análise dessa personagem de *Enquanto as águas correm* uma vez que a fragilidade dos laços entre Izidro e os familiares é evidenciada pela facilidade com que ele se desligou deles e pela sensação de liberdade (uma liberdade cheia de culpa) que se apoderou do protagonista quando passou a ter certeza da morte do pai. Como ele mesmo reconheceu, “um belo dia” o pai “lhe apareceu” e, tão repentinamente como a lembrança chegou à consciência, veio também a culpa pelos anos de esquecimento. Decidido a contatá-lo, escreveu algumas vezes para, enfim, se convencer de que a ausência de resposta se tratava, não do silêncio decorrente do afastamento (ou das possíveis desavenças entre ambos), mas sim “do silêncio tumular”, um silêncio ao qual nenhum dos dois poderia romper. Consciente da morte do pai, um sentimento ainda desconhecido despertou nele pesadelos recorrentes em que se via frente a situações de perigo e tribulações:

Demais, não tive quem me sorrisse na infância. Depois que me compenetrei da morte do meu pai, passei a não temer a quem quer que se atravessasse no meu caminho. Porém ainda não estava liberto de todo, porque meu sono era sacudido por pesadelos atormentadores. Via-nos, a mim e a meu pai, ora em luta com o mar agitado, a ponto de nos tragar, ora eram peixes enormes que nos arrastavam para o fundo das águas. Mas o sonho terrível que se repetia era este: via-me no topo de um daqueles rochedos de que te falei a empurrar meu pai, precipício abaixo, para contra as quais sua cabeça se despedaçava. Via-a simultaneamente sangrenta lá embaixo e perto de mim, a olhar-me com angústia de agonizante, amaldiçoando-me e pedindo perdão. Após essas noites, meus dias eram dias de sonâmbulo (MARTINS, [1939] 1981, p. 122).

Aquele homem há tanto tempo esquecido fez-se presente de forma repentina (como uma “aparição”) e foi a sua presença na memória de Izidro que o impediu de alcançar a liberdade total, pois, apesar de acreditar não temer mais nada (nem ninguém), não tinha o sono tranquilo; ele temia o sono. Assim, a pessoa que em vida não despertou nenhum sentimento nele (seja de preocupação, afeto ou raiva), a quem sempre foi indiferente, após a morte era uma perturbação constante. Para Izidro, portanto, a culpa da falta de amor equivalia

a culpa de um crime – o assassinato do pai – cometido, não no momento da constatação da morte paterna, mas no dia em que ele abandonou a casa e partiu sem nenhum sentimento que o impulsionasse, no futuro, a querer voltar. Naquele pesadelo recorrente, seu pai (um homem a quem ele nunca amou e por ele também nunca foi amado) olhava-o com angústia do alto do penhasco enquanto o filho empurrava-o repetidamente.

Sua personalidade de estrangeiro é, portanto, ressaltada quando rememora seu passado; nas palavras de Flora Süssekind, a característica de ser um completo estranho no álbum de família (SÜSSEKIND, 1990, p. 13), ressaltava seu deslocamento diante de seus familiares. Solitário, Izidro procurou toda a vida “algo” que faltava, por vezes, achando ter encontrado para, tempos depois, sentir novamente a necessidade de partir – apenas a “sensação de não estar de todo” que o acompanhava parecia real⁵⁵. Naqueles anos em São João Batista, por exemplo, a horta foi por muito tempo motivo suficiente para que ele permanecesse; contudo, depois de certo período, a insatisfação e a vontade de partir voltaram a acender nele a inquietação que o fazia um deslocado. Ao chegar ao fim da vida, contando suas memórias (para ele, dignas de serem ouvidas) a uma pessoa improvável (uma mulher com uma profissão moral e socialmente criticada), Izidro se revelou como um homem cujo principal objetivo, a liberdade, nunca foi alcançado, pois, sempre esteve prisioneiro de si mesmo. A isso remonta o prefácio da segunda edição do romance em que Cyro Martins relatou um pouco sobre a criação de sua personagem:

Seu drama é o do solitário, que se vê deslocado em qualquer parte, embora predomine nele a aparência de um homem que abdicou da sua maneira pessoal de pensar, e que mantém, latente, uma atitude permanente de revolta. Sua nostalgia, não se sabe bem de quê, do que nunca teve talvez, sua comunhão com as causas humanas, sua coragem e sua clarividência, sua dificuldade para atingir uma compreensão mais abrangente do mundo da hora que passa e certos aspectos agrestes de seus ímpetos de vida solta, próprios de quem não quer outra coisa senão seguir sempre, embora estacione tempo às vezes num lugar como São João, caracterizam esses homens que sempre estão com pena de não ter ficado onde estiveram e de onde teriam saído de novo se lá estivessem. Buscam a liberdade e continuam prisioneiros de si mesmos, indo assim até a última curva da estrada, como Izidro, desconsoladamente, morrendo de cansaço, afinal (MARTINS, 1981, p. 8).

Por todos os caminhos percorridos em busca da liberdade, desejo maior de sua vida, Izidro foi um solitário. Não se ligou a ninguém, apenas no final da vida passou a ter como companheiro o cachorro que o acompanhava por todos os cantos. De resto, se isolou dos

⁵⁵ Em seu livro, Flora Süssekind (1990) aborda a constituição do narrador na ficção brasileira do século XIX, sendo este, muitas vezes reproduzido na figura do viajante. No capítulo “Da sensação de não-estar de todo”, a autora introduz breves observações sobre as origens do narrador estrangeiro e sua relação com as paisagens brasileira na literatura no século XIX; mas também, sobre àquele que, após despaisamento, já não se reconhecia pertencente a paisagens familiares.

pensamentos e das atribuições que dominaram toda a sua juventude; tornou-se um velho bruxo em uma cidade afastada, lugar tão diferente das metrópoles que tão bem conhecia. O Dom Izidro que falece durante uma madrugada chuvosa e congelante (pouco depois do cachorrinho que, ao morrer, também o deixa sozinho) chegou ao final da vida cansado e cheio de frustrações, seu objetivo não foi alcançado, ele nunca foi livre. Era preso por amarras internas que fizeram dele prisioneiro e carcereiro de um mundo que jamais compreendeu a liberdade e a revolução em seu interior.

4. TERCEIRO CAPÍTULO – RIACHO DOCE

4.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor

O escritor paraibano José Lins do Rego nasceu em 3 de junho de 1901, em um engenho no município de Pilar, a cerca de sessenta quilômetros da capital, João Pessoa. Bacharel em Direito, começou a carreira jornalística quando ainda era estudante, contribuindo para diversos jornais da Paraíba e de Pernambuco. Seu primeiro romance, *Menino de Engenho*, foi publicado em 1932, tendo como protagonista Carlos de Melo que, assim como o romancista, ficou órfão na infância e foi criado pelas tias no engenho do avô. Na década de 1930, Lins do Rego manteve um ritmo anual de publicações consagrando-se, assim, pelo trabalho artístico de cunho memorialístico e pelas obras reconhecidas como o Ciclo da cana-de-açúcar retratando o nordeste açucareiro⁵⁶. As obras independentes ao Ciclo, dentre elas, *Riacho Doce*, não alcançaram o mesmo destaque e prestígio com o passar dos anos; críticos pouco familiarizados aos escritos de José Lins ou determinados a diminuir a qualidade literária de seus textos, chegaram a considerar esse seu pior romance⁵⁷.

Diversamente, para Mário de Andrade, o nível na qualidade da produção do autor, considerado alto pela crítica desde a estreia, não se comprometeu com *Riacho Doce*. Segundo apontou o autor modernista, em novembro de 1939, o oitavo romance do escritor paraibano não repetia temas abordados anteriormente, mas mantinha as mesmas características que tornavam José Lins do Rego um grande inventor de almas e de conflitos humanos, além de excelente contador de histórias. Para o crítico, o romance era ousado ao se deslocar completamente do nordeste açucareiro (cenário tão familiarizado por Lins do Rego), ir à Suécia e aportar, por fim, em um nordeste diferente do presente nos livros anteriores, o do litoral; mas a ousadia não diminuía a qualidade de *Riacho Doce* enquanto texto literário e documental (ANDRADE, 1972, p. 137-138).

⁵⁶ Sua obra é composta por doze romances *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Pureza* (1937), *Pedra Bonita* (1938), *Riacho Doce* (1939), *Água-mãe* (1941), *Fogo morto* (1943), *Eurídice* (1947) e *Cangaceiros* (1953); um volume de memórias, *Meus verdes anos* (1956); livros de literatura infantil (*Histórias da velha Totônia*, em 1936), de viagem, de conferências e de crônicas.

⁵⁷ O romance *Riacho Doce* (1939) foi meu objeto de pesquisa de Iniciação Científica, denominado “Identidade e Representação: o estrangeiro e o brasileiro em *Riacho Doce* (1939), de José Lins do Rego”, a pesquisa identificou a tensão resultante do contato entre o brasileiro e o imigrante no romance. Deste projeto, – desenvolvido entre agosto de 2015 e julho de 2016, na PUC-Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Gaiotto de Moraes – foi produzido um artigo científico publicado na revista indexada *RevLet* (ISSN 2176-9125) sob o título de “Tensões identitárias e culturais: o estrangeiro e o brasileiro em *Riacho Doce* (1939), de José Lins do Rego”.

Publicado pela editora José Olympio, *Riacho Doce*, no que concerne ao título e ao povoado fictício recriado, parece se referir ao bairro alagoano homônimo, notabilizado na década de 1930 pelas pesquisas petrolíferas ali desenvolvidas. Como relata Bernardo Buarque de Hollanda (2012, p. 150), entre 1926 e 1935 Lins do Rego morou em Maceió (AL) e, dado seu costume de passear, durante as manhãs, com a família, pelas praias da redondeza (costume emprestado a algumas de suas personagens, dentre elas, à Edna, protagonista de *Riacho Doce*), provavelmente conheceu o local nesse período e se inteirou das discussões acerca da prospecção. Quando perguntado sobre como surgiu a inspiração para o romance, o autor relatou a Aurélio Buarque de Holanda ter ocorrido durante uma conversa com uma amiga que o aconselhou a escrever sobre os fatos contados a ela. Na entrevista, o romancista não entrou em detalhes sobre a identidade da amiga ou do quê “tinha conhecimento”, preferindo relegar a ideia a uma causalidade natural que afirmava sempre acontecer quando escrevia um romance: “Como sucedeu com todos os meus romances, a ideia de escrever *Riacho Doce* me apareceu de repente. Conversando com uma grande amiga sobre um caso do meu conhecimento” (HOLANDA, 1991, p. 358)⁵⁸.

O romance tem o enredo dividido em três partes: “Ester”, “Riacho Doce” e “Nô”, referentes a momentos da vida de Edna. A primeira parte é dedicada à pré e adolescência da moça, na Suécia. Os primeiros conflitos de identidade começam a ser abordados já nos primeiros capítulos, pois a jovem, desde o final da infância, sentia intenso desconforto ao se imaginar vivendo no povoado com a família por toda a vida. Edna ansiava ser “livre”, viajar a países tropicais, por isso, sentia-se deslocada entre os parentes, a paisagem e os moradores da pequena comunidade. Foi a jovem professora judia, Ester, quem lhe proporcionou um pouco de contato com o restante do mundo, e que, junto com a boneca, Espanhola, a fez se sentir mais destoante em relação aos seus.

A segunda parte centra-se na fase adulta de Edna, na qual ela se muda com o marido para o vilarejo de Riacho Doce, no litoral alagoano. Após o casamento, Edna deixou do povoado natal e mudou-se para Estocolmo, onde assistiu ao teatro e à ópera, aproximando-se, assim, do mundo apresentado a ela, anos antes, por Ester. Contudo, o desconforto de Edna era presente haja vista a mesma melancolia tê-la acompanhado; suas inquietações não estavam, especificamente, relacionadas à vida no interior. A mudança para Riacho Doce possibilita-lhe, assim, a realização do sonho antigo: mudar-se para um país tropical. Vivendo no Brasil, a

⁵⁸ Texto originalmente publicado em *O Jornal*, Rio de Janeiro, em 1939. A versão consultada encontra-se na *Fortuna crítica* sobre José Lins do Rego, organizada por Eduardo Coutinho e Ângela de Castro, em 1991.

princípio, tudo correu bem, Edna encontrava-se deslumbrada pela paisagem, pelo clima e pelo mar; entretanto, após a animação inicial, suas aflições retornaram intensificadas.

Na terceira parte, Edna conhece Nô, jovem rapaz do povoado, por quem se apaixona. Nessa parte, o contato (e, por conseguinte, a tensão) entre o estrangeiro, o brasileiro e a paisagem foi intensificado, pois, apesar de ansiar uma aproximação com a localidade em que habitava (o que é brevemente possibilitado durante seu relacionamento com Nô), Edna continuava a ser uma deslocada.

Desse modo, este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, “Conflitos de identificação e pertencimento: o deslocamento de Edna”, as considerações sobre a protagonista Edna e seus conflitos identitários começam a ser apresentados. Desde a infância, Edna ansiava mudar para um país tropical, com sol forte e verde abundante, muito diferente da paisagem de seu país, coberto pela neve em seu inverno longo e rigoroso. A condição de estrangeira de Edna era, portanto, anterior a sua chegada no Brasil, uma vez que internamente a moça sempre esteve deslocada junto aos familiares, nunca se sentindo “pertencente” àquele grupo. A condição de estrangeira de Edna vai, desse modo, além da nacionalidade ou do país em que ela vivia, por isso, estudos como os de Kristeva (1994) são utilizados na análise dessa “estrangeiridade” interna da personagem. Sem construir qualquer relação de proximidade com a família, a personagem Edna, no desenrolar do romance, chega a criar fortes laços com três figuras: a professora Ester, o povoado de Riacho Doce e o jovem Nô, mas tem seus desejos frustrados; a solidão, contudo, era a única companheira de seus dias, o que, repetidamente, causa nela diversos momentos de melancolia e insatisfação.

Para discorrer sobre o deslocamento e o não-pertencimento de Edna são incluídas na análise dessa personagem teorias da identidade, como as discutidas por Bauman (2005) e Hall (2015). Conforme se delineará no decorrer do texto, a possibilidade dessa interpretação ocorre ao perceber que os conceitos tomados pelos autores podem ser utilizados no estudo das personagens fictícias de um romance publicado em 1939, ou seja, personagens cujas identidades “descentradas” se assemelham ao que os autores reconheceram como constitutivas de identidades pós-modernas.

Na segunda subdivisão, “Medo e rejeição em Riacho Doce: a comunidade local e a defesa das tradições”, Edna já está estabelecida em Riacho Doce há algum tempo e as tensões com os moradores locais se acentuam. A personificação da moça como a sereia que seduzia os pescadores para o fundo do mar e os arruinava antecede o trágico desfecho da personagem. Defensora da tradição, sinhá Aninha, a líder religiosa e comunitária, via nas tentativas de modernização do povoado atentados contra o mundo que ela ajudou a construir e a manter a

rédeas curtas. As visitas do governador, a construção da fábrica de tecidos e as pesquisas petrolíferas são considerados atentados à ordem instituída por ela, seguindo as vontades de Deus. Se as tentativas anteriores foram combatidas pelo poder da velha, o estrangeiro e suas contaminações ao Riacho Doce antigo também seriam. Nessa conjuntura, a recriação histórica da extração de petróleo em Riacho Doce também será abordada.

4.2 Conflitos de identificação e pertencimento: o deslocamento de Edna

O último livro publicado por José Lins do Rego na década de 1930 foi o único de sua produção a dar protagonismo a uma mulher. Tanto nos romances anteriores como nos posteriores, o autor retratou o contexto social do patriarcado, que conferia às personagens femininas um papel de inferioridade diante das masculinas, mas, apesar de não terem protagonismo, eram mulheres de personalidade forte e muitas de suas ações suplantavam às dos maridos, como Dondon, de *Usina* (1936) ou Adriana e Amélia, ambas de *Fogo morto* (1943). Narrado em terceira pessoa, em *Riacho Doce* o processo narrativo se desenvolve na seletividade múltipla e tem como eixo os acontecimentos que envolvem a vida de uma jovem sueca chamada Eduarda, mas de apelido Edna⁵⁹. A narrativa inicia-se com Edna relembando as circunstâncias em que ela e o marido, Carlos, se mudaram para o Brasil. Vivendo há dois anos em Riacho Doce, ela rememora a infância na Suécia, os primeiros tempos de casamento, assim como a mudança e o estabelecimento no povoado. Seu marido, Carlos, era o engenheiro de petróleo contratado para a exploração de petróleo em Riacho Doce, proposta que ele aceitou visando tanto os benefícios financeiros esperados com o sucesso da prospecção como o bem-estar físico e mental de Edna. Após o casamento, vivendo em Estocolmo, o casal recebeu dos médicos a sugestão de fazer uma viagem além-mar a fim de restituir o equilíbrio de Edna e fazê-la superar a intensa melancolia pela qual sofria desde a infância. A situação identitária da personagem Edna é similar à definida por Sússekind (1990) como uma “sensação de não-estar de todo”, ou seja, essa sensação diz respeito a “não pertencer, de ser outro, num álbum de família ou numa paisagem social mais ampla”, é um “deslocamento em parte imaginário – em não se tratando de fato de um estranho –, em parte não – pois a ‘sensação de não estar de todo’ que o acompanharia seria real” (SÜSSEKIND, 1990, p. 13) e, para essa personagem, em especial, essa sensação havia surgido ainda na infância.

Para entender os acontecimentos e as motivações que levaram Edna a Riacho Doce precisamos considerar toda a primeira parte do romance, “Ester”, que retrata a infância e

⁵⁹ No romance a personagem é chamada, principalmente, de Edna (as exceções são a avó da personagem, Elba, e a professora Ester); desse modo, optei referir-me à protagonista como Edna.

adolescência da moça. Em sua casa, sentia-se deslocada e não tinha nenhuma identificação pela vida levada pela família; Edna morava com os pais (Lourenço e Matilde), os dois irmãos (Guilherme e Sigrid) e a avó (Elba), mas só o pensamento de ter uma vida como a da mãe, dedicada ao lar, à criação dos filhos, ao trabalho árduo braçal e de submissão à sogra, perturbava-a profundamente. Por isso, ainda criança, Edna desejava sair da Suécia e ir para terras distantes e quentes; para tanto, direcionando seu desejo de ser diferente a duas figuras: a boneca Espanhola e a professora Ester.

A Espanhola pertencia à Norma, uma amiga que morava nas proximidades e com a qual Edna não simpatizava. O pai da menina trabalhava como marinheiro e, por viajar a países distantes, sempre que retornava trazia novos bens e muitas histórias. Por ser a boneca um presente comprado em Barcelona pelo pai, Norma mantinha-a guardada em uma caixa de onde só retirava para mostrar às amigas e causar inveja, orgulhosa do bem precioso. Edna admirava o pai de Norma (por ela considerado grande se comparado ao seu pai), desejava viajar como ele e conhecer “as terras bonitas do mundo”. Assim, a beleza para ela estava nos lugares quentes, onde a neve não congelava tudo no inverno; uma terra muito diferente da Suécia natal⁶⁰. Mas a boneca despertava em Edna mais do que o desejo de ir à “terra da Espanhola”, a garota se sentia profundamente comovida e preocupada com o brinquedo preso em uma caixa. Para Edna, Espanhola merecia tratamento e direitos de uma pessoa, desse modo, revoltava-se como o modo como a amiga impedia sua liberdade; a Espanhola merecia conhecer e sentir a beleza do mundo: “Norma era impiedosa. Por que então não deixava a Espanhola fora daquela caixa, não permitia que ela visse a primavera, o verão, as flores, a beleza da terra feliz? Por que não deixava que a boneca escutasse os pássaros, vivesse a alegria das coisas vivas?” (REGO [1939] 1956, p. 27).

Ao planejar e executar o roubo, em um entendimento de que libertava Espanhola de sua “carcereira”, Edna refletia na boneca a rainha Maria Stuart – mantida prisioneira em uma torre sem sol –, assim, sentia como se também libertasse a rainha da qual tanto se penalizava pelo fim trágico⁶¹. Em sua fantasia de libertação da Espanhola, ela comparava-se ao rei

⁶⁰ O pai de Norma, “viajara muito em navios de vela. Fora a todas as terras bonitas do mundo, conhecera terras onde o sol não se escondia durante meses, onde a neve não cobria os campos. E fora de uma terra assim que ele trouxera a Espanhola. O frio devia doer na pobrezinha, aquele frio fazia todo mundo sofrer. Se ela fosse rica, se fosse dona de um navio ou de um exército, pegaria a Espanhola e iria com ela para o mar distante, para a terra quente, e onde as árvores nunca ficavam brancas, de galhos duros de gelo. Lá soprava sempre um vento morno, lá o verde das árvores não se acabava nunca, as flores cheiravam sempre, os pássaros cantavam até de noite” (REGO [1939] 1956, p. 28).

⁶¹ A rainha sobre a qual Edna se refere é Mary Stuart (1542-1587), da Escócia. Em decorrência da morte de seu pai, quando ela tinha seis dias, a rainha precisou fugir dos conflitos com a Inglaterra. Levada para a França, ficou sob a proteção do rei Henrique II e sua esposa Catarina de Medici até o casamento com o filho deles, herdeiro do trono. Após a morte de sua mãe (quem governava a Escócia em seu nome) e do marido, Mary retornou à Escócia onde tentou governar. Casou-se com um primo, Henrique Stuart e com ele teve um filho,

Carlos, o homem forte e corajoso que libertaria a mocinha em perigo: “De sua cama Edna se media e avaliava a sua ação. Não havia dúvida de que realizara um feito glorioso. O rei Carlos teria sentido esta mesma alegria que ela estava sentindo, após a primeira batalha vencida” (REGO, [1939] 1956, p. 31)⁶². Com a ausência de Ester (que havia deixado a cidade durante as férias) imaginava ser motivo de orgulho para a professora devido ao ato corajoso e nobre; a decepção é tremenda quando foi censurada pelo furto após o retorno da outra.

Para além da luta pela liberdade da boneca, Edna afeiçãoou-se, principalmente, porque ligava a beleza de Espanhola à Ester. Para a menina, boneca e professora possuíam uma beleza deslumbrante que, por destoar da beleza que a rodeava, as tornavam ainda mais atraentes. Na infância, foi a Espanhola quem agiu como elo entre a jovem Edna e seu desejo de imigrar para terras onde o frio não fosse um problema, uma terra bonita, ao contrário do que ela pensava sobre a Suécia. Acerca disso, Antônio Paulino (2011) destacou que “Ester e a boneca representavam o impossível, o mundo lá de fora com o qual Edna sonhava em imaginação, em desprezo por seu mundo”. O autor também considera Ester como a representante de “uma possibilidade de proporcionar à Edna o conhecimento sobre algo diferente”, uma vez que representava um modelo feminino diferente da mãe da protagonista (PAULINO, 2011, p. 117)⁶³. O encantamento de Edna por Ester e Espanhola pode ser destacado no seguinte trecho:

Logo no primeiro dia foi deixando em todos uma impressão perturbadora. Eram os cabelos. Aqueles cabelos pretos luzindo, enchendo a vista, atraindo a admiração. Os únicos cabelos pretos do lugar, a primeira impressão de beleza real que Edna sentira fortemente em sua vida. O que ela achava bonito até ali, eram as cousas que estavam distantes, que eram de outros mundos: os vestidos, as carruagens, os príncipes, as princesas dos contos, era o mar, as estrelas, era a boneca de sua amiga Norma. Uma boneca que as meninas todas amavam como um impossível e que o pai de Norma trouxera de um país distante, numa de suas viagens como embarcação. Bela boneca

o futuro Jaime VI, da Escócia, e Jaime I, da Inglaterra. Após a morte do segundo marido, casou-se novamente, contra a vontade do povo. Nesse momento, a situação popular já estava insustentável e Mary fugiu para a Inglaterra pedindo abrigo à prima Elizabeth I, sendo, durante 19 anos, mantida prisioneira em diversos castelos. Mary foi condenada à morte anos depois, em 1587, acusada de traição.

⁶² É provável que Edna se refira ao rei Carlos XII (Carolus Rex) que assumiu o poder aos quinze anos e durante todo o reinado lutou com seu poderoso exército contra os inimigos da Suécia (conflito conhecido como A Grande Guerra do Norte). O rei Carlos XII viveu de 1682 a 1718 e ficou reconhecido na história como um grande estrategista militar. É interessante, ainda, que a personagem se identifique com um “herói”, como se, ao salvar a Espanhola, ocupasse um papel masculino e ativo e não mais a passividade daquela donzela a espera da salvação presa em sua torre.

⁶³ Em “Lugar e poder simbólico em *Riacho Doce*”, Antônio Paulino utiliza no estudo do romance de José Lins do Rego conceitos de lugar e poder simbólico. Sem ter pretendido realizar uma análise literária, o autor procurou mostrar como os conceitos centrados na cultura e política poderiam ser aplicados à narrativa ficcional publicada no final dos anos 1930. Para o autor, *Riacho Doce* constitui uma “etnografia fictícia” uma vez que reconheceu no romance características que o aproximam muito de um “ensaio social” com rica descrição antropológica da região Nordeste, como o modo de pensar dos moradores do povoado, suas relações sociais (o trabalho e a organização hierárquica) e culturais (as festas, os símbolos e as superstições) (PAULINO, 2011, p. 112).

de cabelos pretos como os de Ester. Agora Edna via uma beleza viva, que tinha carne de verdade, e olhos que viam, sem nada daqueles olhos vidrados que se fechavam com molas (REGO, [1939] 1956, p. 19-20).

Ester chegou à região em que Edna vivia após o falecimento da antiga professora, Clotilde, e conquistou toda a classe desde o primeiro dia. Além de seu jeito afetuoso, havia algo nela que atraía profundamente Edna: seus cabelos longos e negros como os quais a menina e os colegas nunca viram antes pelas redondezas. Para Edna, a beleza residia no diferente, isto é, no que estava distante ou diferia de sua realidade. Desde antes de conhecer a professora ela já se sentia atraída pelo que destoasse da vida ao seu redor (“o que ela achava bonito até ali, eram as cousas que estavam distantes, que eram de outros mundos”), assim, com os cabelos negros, Ester se distinguia e ocupava uma posição de grande valor aos olhos da menina. A repetição do encantamento de Edna pelos cabelos de Ester marca toda a primeira parte do romance, com a personagem comparando a beleza deslumbrante dos fios da professora aos cabelos de sua mãe, considerado-os sem vida como a “palha”: “[...] com aqueles cabelos pretos até a cintura, cabelos compridos e quentes, de gente viva. Os cabelos louros de sua mãe pareciam de palha, os da velha Elba deviam ser secos como sua voz” (REGO, [1939] 1956, p. 20). De acordo com a simbologia dos cabelos, presente no *Dicionário de símbolos* de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2002, p. 154), por serem considerados a morada da alma, os fios são um forte vínculo com a identificação. Desse modo, a identificação de Edna não era pela mãe ou pela avó (ela tinha medo de se tornar a mãe e abominava a avó), mas sim com a professora que, destoante daquela paisagem desprezada pela menina, lhe oferecia a esperança de um novo caminho. O apagamento que Edna faz da figura de sua mãe em detrimento da professora, para Elisa Coelho (2019), ressalta a característica de Edna de sempre olhar para o que se afastava do seu mundo; desse modo, a diferença configurada pelos cabelos pretos de Ester operavam “como uma afirmação imperiosa dessa busca identitária que faz crescer esse outro mundo às custas de apagar o seu, intensificar o não-pertencimento” (COELHO, 2019, p. 123).

A atração sentida antes por Espanhola, dessa forma, foi direcionada à Ester, uma beleza viva, mas esse sentimento equiparava-se a uma obsessão, agravada quando Edna se inteirou do relacionamento entre a professora e Roberto. Ester e Roberto conheciam-se desde o colégio, ambos tiveram vidas cheias de problemas financeiros e, com muito custo, procuravam auxiliar financeiramente as famílias. As separações para as férias sempre provocavam profunda tristeza em Edna, mas, certa vez, sua família autorizou que a adolescente acompanhasse a professora a Estocolmo para uma visita rápida. Ao levar a aluna ao concerto, Ester encontrou-se também com Roberto, companhia das idas aos concertos e

teatros com quem nunca perdeu o contato. Para Edna, a presença do rapaz é um choque pois, até o momento, pensava ser a música o que a unia à Ester e, se sentindo única, não aventava para a possibilidade de existir outra pessoa com quem a amiga também compartilhasse essa identificação. Na noite do concerto, deitada ao lado de Ester, Edna sucumbiu a um choro convulsivo alimentado pelos ciúmes do “amigo” da professora:

Ester dormia, e ela sentia bem pertinho o sopro de sua respiração leve. [...] O corpo de Ester bem pertinho do seu... Vira a mestra no concerto, de olhos fechados e mãos crispadas, gozando a música. As mãos do rapaz procuraram as suas, no momento de maior felicidade. Os dedos, a carne do rapaz bonito, procuraram a mão de Ester. Ela devia ter gostado. Chopin invadira o seu corpo, toda ela devia andar com a música, e no momento bom o amigo chegara com a sua ternura. Ester era dele. Um do outro. Ester dele, tudo dele, o mundo inteiro dele. Ela não queria mais nada, nada sobraria para ela (REGO, [1939] 1956, p. 50).

A sensação de desalento sentida é intensificada pela repetição da certeza de que “Ester era dele”, do inimigo Roberto que se intrometeu até no que ela supunha ser apenas das duas: a música. O sentimento nutrido por Edna é ciumento, obsessivo, marcado por posse, por isso, na volta para o povoado, a adolescente sofria em silêncio com a proximidade do casal: “Ela tinha um amigo do peito, um companheiro de concerto, com quem trocava impressões, com quem distribuía as suas emoções, os entusiasmos, as alegrias, as tristezas, e nunca lhe falara dele. De repente surgia aquele rapaz e lhe arrebatava a amiga” (REGO [1939] 1956, p. 51). Dias depois, quando foi contar à professora que o pai havia decretado sua saída da escola, Edna rouba uma carta remetida por Roberto recém-entregue pelo carteiro. Movida pelos ciúmes e pelo amor obsessivo, tenta suicídio.

Ester feliz, dando tudo que era seu, o seu corpo e sua alma, a Roberto, a voz, o corpo, as carícias, a ternura. Ela só no mundo, e Ester longe, esquecida dela. Deitou-se na cama e apertou o coração. Seu choro era de todo o seu corpo, de toda a sua carne. Uma dor profunda, um desespero imenso se estendeu pela sua alma. A morte, a morte! Sim, a morte. [...] Não queria mais nada do mundo. Ester... Ester... Os cabelos pretos cobririam o seu corpo morto. E um tiro estrondou pela casa (REGO, [1939] 1956, p. 59).

A posse sentida em relação à Ester perturbava Edna profundamente, fazendo-a preferir a morte a viver em um mundo em que “Ester era dele” e não “*dela*”. Quando a relação entre as duas se estreitou, o deslumbre de Edna pelos cabelos da professora gradativamente se tornou um desejo amoroso (“E só a ela era que amava no mundo. Só a ela, só à mestra de cabelos pretos ela amava no mundo”), porém, um desejo altamente possessivo. A constatação da posse surgiu enquanto assistia Ester arrumar as malas antes de partir durante as férias, anos antes; naquele momento teve certeza de que a outra voltaria, pois a pertencia: “Ester era dela. Uma sensação absoluta de posse, de completo domínio, se apoderou de Edna. Ester era sua, com seus cabelos pretos. Era mais sua que a boneca era de Norma” (REGO [1939] 1956, p.

21). Naquelas férias, contudo, roubou a boneca de Norma para que a pertencesse na ausência da professora. Para Manguiera, quando Edna transferiu a atração que sentia à boneca durante a ausência da amiga e precisou devolvê-la, já foi antecipada a impossibilidade da personagem de ter o que amava, pois, no decorrer do romance a “interdição da posse do objeto desejado” é algo com o que ela precisará lidar ao perder, sucessivamente, seus três amores: Ester, Riacho Doce e Nô (MANGUEIRA, 2012, p. 89-90). A prenúncia da tentativa de suicídio já estava apontada na menção à personagem do velho Nicolau, o responsável pelo abate dos animais e uma figura análoga a do caçador. Edna encontrou-o na estrada em situações importantes: quando rouba a Espanhola, quando retorna de Estocolmo na companhia de Ester e no dia da tentativa de suicídio. Sua figura de anunciador da morte é, por sinal, reconhecida pela protagonista: “Na estrada, com uma corda na mão, só, parado, olhando distraído para um canto, viu foi o velho Nicolau. Teve medo do velho como nunca. Sem dúvida que viera atrás de alguma vítima” (REGO [1939] 1956, p. 57). A vítima daquele dia seria ela se o tiro a tivesse matado, o que não ocorreu.

Para além disso, foi também o preconceito contra a religião de Ester (a moça tinha origem judaica) e o fato dela não “pertencer” ao povoado que impulsionou a rejeição e a expulsão sofrida após a tentativa de suicídio de Edna. A professora recebeu a culpa por ter colocado “ideias” na cabeça da jovem e, por causa disso, foi hostilizada e expulsa da aldeia. Naquela aldeia todas as famílias eram de religião protestante, com exceção de uma católica (a família de Carlos), assim, o poder do pastor era supremo, sendo ele quem liderou a campanha de expulsão da professora: “O pastor tomara a orientação da campanha. Fizeram um memorial. Não houve uma só pessoa que ficasse do lado da mestra” (REGO, [1939] 1956, p. 61). O diferente, naquela comunidade, era hostilizado porque a diversidade não cabia, sempre ficava à margem do “aceitável”. Isso pode ser verificado não apenas pelos boatos que surgiram por Ester não ir ao culto, mas também pelas opiniões direcionadas à família católica, considerada incivilizada. Mas a inclinação de Edna à transgressão do que era aceito pela família era firme, pois, por não pertencer ao grupo, sempre se atraiu pelo diferente, logo, os sinais de que se oporia à opinião deles já estavam colocados no início do romance. A primeira referência à família católica é quando compara o fascínio que a Espanhola despertava em si com a opinião dos parentes sobre possuir “bonecos” de adoração:

A boneca de cabelos pretos surgia como uma imagem, como uma aparição. Os católicos romanos tinham figuras que eles adoravam. Havia bem perto da casa de Edna uma família de católicos romanos. Falava-se dos bonecos que eles guardavam no santuário, santas de cabelos até a cintura, santos barbados, anjos, e um Jesus Cristo na cruz. Os parentes de Edna diziam que aquilo não passava de superstição, ignorância, cousa de gente selvagem; só

os pretos da África e os índios da América adoravam pedaços de pau e pedra. E no entanto Edna via a boneca de Norma e estremeceu (REGO [1939] 1956, p. 26).

O julgamento feito pela “maioria” da religião dos vizinhos é intolerante pois, sendo os únicos católicos por ali, eram minoria (no caso de Ester, era ainda pior, era uma mulher sozinha em uma Europa do início do século XX com o antissemitismo em ascensão). Mas, utilizando da onisciência seletiva múltipla do foco narrativo do romance, nessa cena podemos notar como Edna se conscientizava da opinião dos seus familiares sem compactuar com o pensamento, uma vez que nutria uma adoração tão profunda por Espanhola (e Ester) que na sua inocência infantil a comparava aos santos do catolicismo. Entretanto, é preciso ressaltar que em momento algum da vida adulta Edna se sentiu pertencente ao catolicismo romano, porque, quando se casou com Carlos concordando em se batizar, o fez por ser uma exigência dos pais do marido, pois, ser protestante ou católica era indiferente. A religião, para Edna, era representada na avó, uma figura temida a ser respeitada. Assim, depois do casamento, “a religião do marido seria a sua” (REGO, [1939], p. 78)⁶⁴. Desse modo, Edna casou-se sem nenhuma hesitação, pois, mesmo sabendo não amar Carlos, assumia que “o que ela queria era fugir, retirar-se do meio infernal em que vivia” (REGO, [1939] 1956, p. 79). O conflito com a família, acarretado pelo casamento, foi um conforto; para sua avó Elba, a união da neta com um católico só podia ser “o maior castigo que Deus podia dar-lhe na terra” (REGO, [1939] 1956, p. 79), preferia que “tivesse morrido do tiro, do que se casar com um adorador de boneco, uma papista, inimigo de Deus!”, o mesmo pensava seu pai e a irmã mais nova, Sigrid; no final, “só a mãe de Edna se recusara a intervir” (REGO, [1939] 1956, p. 78). Os pais de Carlos também foram contra o casamento, mas por outros motivos, já que, por esperarem de Carlos uma ascensão social, viam a união com Edna um “declínio”. Para eles, ela era apenas uma simples camponesa que, no passado, movida pela companhia de Ester e pelas ideias ruins colocadas em sua cabeça, atentou contra a própria vida. Apesar de contrariarem os pais,

⁶⁴ Durante o longo período de convalescência Edna começou a enxergar Deus com outros olhos à medida que a avó mudava o modo frio e terrível como se relacionava. Assim, pensando na correspondência feita entre ambos, via na preocupação da avó com seu reestabelecimento a bondade de Deus e, se sentindo culpada pela expulsão de Ester, planejava escrever e pedir perdão, afinal, já sentia que Deus a perdoava: “Deus haveria de perdoar-lhe tudo. Via Deus. A morte lhe trouxera também aquela chave que sempre lhe escapara. Deus sempre lhe parecera qualquer coisa como a avó Elba: monstro sem entranhas, fora do mundo, acima das alegrias e das dores, como o velho Nicolau espreitando as vacas magras, marcando a hora da morte, relógio sinistro que nunca parava. E não sabia como, sem que ninguém concorresse para isto, via que a imagem de Deus vinha mudando para ela, tal qual a velha Elba. Deus não era só aquele braço potente caindo sobre os pecados, sobre os crimes. Deus também sorriria com aquela ternura com que a velha sorria agora para ela. Deus soprava os ventos brandos, fazia as flores desabrocharem, enchia de força a terra e deixava que as águas corresse mansas, que os peixes, as aves, todos os bichos vivessem e se amassem. Deus teria Ester debaixo de sua proteção. Não iria permitir que as pragas do pastor, os olhos dos homens e das mulheres arrastassem Ester para a desgraça. Mas esta confiança não durava muito. Vinha-lhe quase sempre uma onda de pessimismo e desânimo” (REGO [1939] 1956, p. 62-63).

Carlos e Edna casam-se e, para escândalo de todos, principalmente, da sua família, a moça aceita a condição levantada sobre seu batismo.

Ciente de que continuar no burgo não oferecia nenhuma expectativa de uma modificação na vida, o casamento surge como uma possibilidade de mudar essa condição e se afastar do modelo feminino da região. Após cinco anos da tentativa de suicídio, Edna incumbia-se de todo o serviço (Sigrid casou com o irmão de Norma, Oto, e Guilherme trabalhava na cidade) como forma de se punir. Recusou propostas de casamento com homens da região com indiferença, sabendo que, no fundo, todos a queriam pelo mesmo propósito: “os homens queriam braços e ventres. Não havia nenhum naquela redondeza que não fosse assim como seu pai era – criatura insignificante, de olhar passivo, de jeito grosseiro” (REGO, [1939] 1956, p. 66). Apesar da distância e dos anos, Ester ainda era o elo entre a protagonista e o “mundo lá de fora”, o único mundo que a atraía, em contraposição ao seu. Era por ter aprendido sobre esse “outro mundo” com Ester que Edna se recusava ao casamento – “Ester lhe dera um conhecimento diverso da vida, lhe ensinara coisas maravilhosas” (REGO, [1939] 1956, p. 66). A mudança no pensamento de Edna, dessa forma, se opera com o recebimento da carta e, tempos depois, com o retorno de Carlos ao burgo.

Todos os sentimentos adormecidos por anos ressurgiram em Edna com a chegada da carta de Ester, prova de que a amiga, apesar do tempo e da distância, também se lembrava dela: “Era a vida que voltava para Edna: tinha a impressão de sentir o sangue nas veias, depois de anos e anos de parado. Era a voz de Ester” (REGO, [1939] 1956, p. 68). Além de querer saber de Edna, Ester contava muito da sua nova vida: casara-se com Roberto, tinha dois filhos – “um se chamava Carlos e a menina Eduarda. Lembrava-se sempre dela. Dera seu nome à filha como uma recordação boa” (REGO, [1939] 1956, p. 69) – e morava há quatro anos na Argentina. Ao falar de seu cotidiano na América, descrevia o continente como uma terra de oportunidades, em que vivia sem os preconceitos que a perseguiram na Suécia “a terra e a gente não tinham aquela estreiteza, aqueles preconceitos que tanto asfixiavam a vida dela na Suécia, a vida de uma judia”; de excluída na Europa, passou a uma mulher “da melhor sociedade da cidade de Corrientes”, rodeada de amigas (REGO, [1939] 1956, p. 70). Os dias felizes no país tropical descritos por ela são aqueles desejados por Edna desde a infância, e o conhecimento disso opera uma transformação na protagonista. Enquanto martirizava-se e condenando-se à vida que tanto abominava, Ester estava na terra na qual ela sonhou repetidas vezes fugir com a Espanhola, a terra onde o verde era eterno e no inverno não havia neve cobrindo tudo a seu redor. Naquela noite, perturbada com as notícias recebidas, Edna só dormiu alta madrugada, releu a carta diversas vezes, pensou em Ester, na “terra boa, o sol, a

primavera eterna do outro lado do mundo”; nisso, pensava com ódio de sua família, com revolta, pois Ester e Roberto levavam a vida com a qual ela sonhava: “e ela ali, com os porcos, com o pai, a mãe, a avó. E um ódio dos seus, de toda a sua gente, do seu povo, se apoderou de Edna” (REGO, [1939] 1956, p. 71). A carta, no final, serve para abrir seus olhos, para que tivesse certeza de que não queria permanecer com sua família, de que ela também queria ir ao encontro do sol, “a vida com os seus era uma condenação sem recursos. Aquela carta viera para lhe abrir os olhos” (REGO, [1939] 1956, p. 73).

Para Manguiera (2012) a carta de Ester foi um dos motivos que impulsionaram Edna a casar com Carlos; o outro era o fato do rapaz não possuir a estereotipia dos homens que ela conhecia (personalizados na figura do pai). Além de ser católico, ele havia deixado o burgo para estudar ainda na infância, motivos suficientes para que ela o aceitasse. Recém-formado, poderia oferecer à moça o que ela desejava: a libertação da família e do meio sociocultural que lhe causava asco (MANGUEIRA, 2012, p. 102). A mudança para Estocolmo após o casamento, de fato, deu à personagem o que ela sempre quis: liberdade. O único sentimento que a consumiu por toda a vida foi o de ser livre, por isso, naqueles primeiros tempos de casamento, foi feliz: “Edna tinha a impressão de que havia saído da prisão, dos trabalhos forçados, para a liberdade absoluta. Seis meses levou meio tonta com a liberdade” (REGO, [1939] 1956, p. 79). Passada a animação inicial, Edna percebeu que a solidão sentida na companhia do marido a impedia de ser feliz, e que a melancolia – sua companheira de toda a vida – retornou “como ameaça de tormenta” (REGO [1939] 1956, p. 83). No verbete dedicado à Edna, em *O ser e o fazer na obra ficcional de Lins do Rego: dicionário dos personagens*, Milton Marques Jr. e Elizabeth Marinheiro relacionam esse desejo de liberdade da protagonista à simbologia do significado de seu nome (Edna é uma forma reduzida de Eduarda, nome de origem hebraica, cujo significado é regozijo ou prazer). Para esses autores, por ser uma personagem marcada pela opressão e pela falta de carinho, Edna enxergava no casamento com Carlos uma grande chance de libertar-se e ser feliz. Entretanto, na busca pela felicidade Edna foi repetidamente punida em *Riacho Doce*, pois, por seguir o destino de seu nome, sempre esteve em busca do amor e da liberdade; mas, impedida de alcançar o prazer e a felicidade, teve que lidar com a opressão e a proibição ao que tanto procurou (MARQUES Jr. e MARINHEIRO, 1990, p. 141).

Para além da interpretação do nome de Edna, também pode ser utilizada na análise dessa personagem conceitos como os descritos por Julia Kristeva em *Estrangeiros para nós mesmos*. O estrangeiro, para essa autora, não é única e exclusivamente aquele que vem de outra nação, mas sim um conceito sobre aquele outro ser que coabita em “nós” e fica explícito

quando percebemos que *somos todos estrangeiros*, como ressaltado na abertura do livro: “Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo” (KRISTEVA, 1994, p. 9). Ao compreender a “estrangeiridade” como uma singularidade inerente a todos nós, Kristeva também propõe uma reconciliação com uma alteridade e uma estranheza própria a cada um. Em seu último capítulo, ao aproximar a configuração do estrangeiro ao *unheimlich* de Freud, refere-se àquele estranho que nos é familiar, pois reside em nós como a outra face do nosso inconsciente e, embora recalcado, reaparece constantemente (KRISTEVA, 1994, p. 191-194)⁶⁵. Adepto da solidão, esse estrangeiro não pertence a nenhum lugar, tempo ou pessoa, sem se identificar com a família, sua felicidade está assentada no desenraizamento que crê ter se submetido (KRISTEVA, 1994, p. 15). Desse modo, a liberdade, assim como a busca pelo território desejado e acalentado em sonhos, são os elementos que o movem durante a vida. Por estar desimpedido de qualquer laço com os familiares, o estrangeiro sente-se completamente livre (KRISTEVA, 1994, p. 20).

Ao considerar a construção da personagem Edna, podemos perceber como seu não-pertencimento ao meio em que nasceu e foi criada possibilita aproximá-la do conceito de estrangeiro desenvolvido por Kristeva. Assim, a personagem compartilhava em suas características a completa ausência de identificações com a família (seu modelo feminino não era a mãe, mas sim a professora Ester; enquanto os cuidados no campo e com os animais criados abominavam-na), por quem não tem nenhum sentimento de afeto ou carinho (a carta

⁶⁵ Não é do intuito desta pesquisa se estender ou se aprofundar nos estudos das teorias psicanalíticas sobre o estranho familiar, mas, para melhor evidenciar o uso dos conceitos de estrangeiro e da “estrangeiridade” a partir dos estudos da escritora búlgara, surge a necessidade de evidenciar alguns pontos concernentes. Para Kristeva (1994, p. 190-191), por exemplo, com a noção freudiana de inconsciente, o estranho passa a integrar “no seio da unidade presumida dos homens uma *alteridade* ao mesmo tempo biológica e simbólica, que se torna parte integrante do *mesmo*”, ou seja, é a partir dos esclarecimentos de Freud acerca desse estranho tão familiar, logo, do estranho que vive em nós, que temos a inquietante constatação de que “somos [existimos] nos próprios estrangeiros”. Se *eu sou no Outro*, por conseguinte, é a partir dele que eu me reconcilio com a minha própria estranheza. Freud ressaltou que, ao entender o estranho como o oposto ao que é familiar, facilmente se conclui que *tudo aquilo que é estranho* é assustador exatamente por não ser conhecido ou familiar; contudo, ressalta que nem tudo que é novo e não familiar é, necessariamente, assustador, já que “algo tem que ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho” (FREUD, [1919] 1996, p. 238). A fim de melhor desenvolver suas ideias, Freud apresentou como exemplo o estudo semântico do adjetivo alemão *heimlich* (familiar) e seu antônimo *unheimlich* mostrando, assim, que dentre os significados da palavra *heimlich* há um que é idêntico ao seu oposto (em que tanto *heimlich* como *unheimlich* remetem a algo misterioso, escondido ou sonogado dos outros). A ambivalência de *heimlich*, portanto, se desenvolve na medida em que o significado da palavra finalmente coincide com o seu oposto. O pavor diante do estrangeiro é, desse modo, fruto dessa ambivalência do *heimlich*, já que também é fascínio. Desse modo, o estranho encontra-se ao *meu lado*, o vejo, o ouço, mas ele permanece incompreensível, incoerente, pois sua “estrangeiridade” cria um abismo intransponível no qual *não o percebo* e talvez seja o fato de lhe negar que me faça *me anular*, pois, é nessa dificuldade do *eu* de *me colocar diante do outro* que *me* leva a refazer o processo de identificação enquanto *projeção* (KRISTEVA, 1994, p. 196, grifos meus).

enviada por Ester desperta exatamente o contrário: Edna passou a sentir abertamente ódio da família e da vida a qual se sentia obrigada a ter). Almejando a liberdade, Edna casou-se com Carlos, mas percebeu-se infeliz porque a solidão a acompanhou a Estocolmo. Apenas a esperança de alcançar a terra de seus sonhos (o país quente e tropical com o qual sempre sonhou) pode causar nela uma mudança. Esse território desejado, contudo, supre parcialmente com as fantasias da protagonista: Riacho Doce é uma terra que lhe proporcionou um contato inédito com a natureza paradisíaca, com o qual se identificava e que, parcialmente, a acolheu; fazendo-a esquecer momentaneamente suas angústias que, por um tempo em segundo plano, retornaram de forma contínua quando choveu, por exemplo.

A proposta de trabalho em Riacho Doce surgiu para Carlos após recomendações médicas para que Edna fizesse uma longa viagem em que ela pudesse se reestabelecer. A mera constatação da oportunidade de viver em um país tropical já mudou Edna temporariamente. No dia em que Carlos lhe contou a notícia, a personagem quase não dormiu tamanha a felicidade que a consumia; naquela noite, as relações sexuais com o marido, que há tempos lhe causavam repulsa e desespero, restabeleceram a proximidade entre ambos (REGO, [1939] 1956, p. 85). Mas como de praxe, a felicidade de Edna é provisória e, antes mesmo de desembarcar do navio que a levava ao Brasil, a angústia já voltava a atormentar seus dias.

A questão central de Edna, todavia, é que mesmo se procurasse a calma e a tranquilidade que Ester encontrara na Argentina, ela não a teria, pois sabia que “não seria um país qualquer nem uma terra exótica que lhe restabeleceria o equilíbrio. Para onde fosse, lá iria com aquela angústia, aquele anseio de sair de si mesma” (REGO, 1956, p. 88). A ilusão da existência deste “Novo Mundo” gerou mais frustrações, pois a América não supre as fantasias alimentadas pela protagonista. Na verdade, como destacou Luís Bueno, a própria construção que José Lins do Rego faz da América em que Ester vivia, como uma terra sem preconceitos, um verdadeiro paraíso, já é perfeitamente discutível⁶⁶. Por também considerar a jovem uma “despachada” o autor destaca que:

[...] o deslocamento que Ester sente na Suécia é externo a ela, vem do preconceito contra seu povo. A mudança para um mundo novo pode representar alguma coisa de positivo para ela. O deslocamento de Edna, não. Vem dela mesma e uma mudança não poderá lhe trazer tranquilidade (BUENO, 2006, p. 468).

Empregando as palavras de Bueno (2006, p. 467), a ligação com Ester e o apagamento da identificação com a outra figura feminina, a mãe, só reforçaria sua personalidade de

⁶⁶ “É claro que aqui José Lins força a mão de uma maneira que lhe é cara: aplainando as diferenças, passando por cima de dificuldades. Para a situação de Ester ser tão confortável, é preciso que o Novo Mundo apareça como um lugar em que o preconceito não cabe, o que é, no mínimo, bastante discutível” (BUENO, 2006, p. 468).

“despaisada”, de “peixe fora d’água”. Dessa forma, por ser uma estrangeira em sua própria terra, seu “deslocamento”– ou “despaisamento”, como sugere o autor–, intensifica-se ao chegar ao Brasil, uma vez que a felicidade e a realização que dominam seus dias nos primeiros tempos dão lugar à insatisfação e à melancolia, companheiras antigas.

Nesse contexto, algumas considerações sobre as noções de “pertencimento” e “identidade” podem ser aplicadas à análise do deslocamento interno de Edna que, para usar as palavras de Süsskind (1990, p. 13), diziam respeito a sua personalidade de ser uma estranha mesmo quem em “um álbum de família”. O pertencimento e a identidade não são estáveis ou sólidos e, justamente por serem negociáveis e revogáveis, ressaltou Bauman, não são garantidos para toda a vida. Por nunca ter vivido em uma “ligação absoluta” com a família (essa ligação, conforme Bauman, é uma característica básica das “comunidades de vida”), Edna sempre procurou a exposição à diversidade oferecida pelas “comunidades de destino”. Desse modo, de acordo com os escritos do filósofo, ter *uma identidade* definida não ocorreria às pessoas cujo pertencimento sempre foi seu único destino; e, no caso de Edna, como ela nunca “pertenceu” de todo, jamais se sentiu parte daquele grupo ou compartilhou das mesmas identificações dos familiares. Exposto a tais situações, com o tempo o deslocado pode “até começar a sentir-se *chez soi*, ‘em casa’, em qualquer lugar – mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar nenhum se vai estar total e plenamente em casa” (BAUMAN, 2005, p. 20)⁶⁷.

A condição de estrangeira de Edna é demonstrada no decorrer de todo o romance, o que, definitivamente foi ressaltado após a chegada a Riacho Doce. Apesar de identificar-se com aquele lugar, muito mais do que Carlos ou Helena (esposa do Dr. Silva), Edna não era “dali”, não se tornou brasileira devido às identificações com a paisagem e a cultura. Apesar de não ser, em específico, um sujeito localizado na pós-modernidade, Edna, apresenta várias características semelhantes à de quem não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2015, p. 12)⁶⁸. Esse sujeito cultural (e pós-moderno) é “confrontado por

⁶⁷ Em *Identidade*, Bauman (2005) partiu de sua biografia ao abordar tópicos que considerava essenciais sobre a questão da identidade, assim como a dificuldade de conceituá-la no mundo denominado por “moderno líquido”. Dentre suas considerações, destacam-se as contribuições sobre a noção de “pertencimento” que foram utilizadas na interpretação do romance, em especial, nas ponderações sobre a personagem Edna, que, assim como se depreende da teoria de Bauman (2005), é entendida como uma “deslocada” tanto na Suécia, seu país natal, como no Brasil, país para o qual se mudou. Para tanto, considero que as identidades das personagens do romance, por não serem unificadas ou sólidas, são complexas, logo, a teoria da identidade pós-moderna apresentada e descrita tanto por Bauman (2005) como por Hall (2015) é aplicada à interpretação das personagens fictícias do romance *Riacho Doce*, mesmo que não se tratem, propriamente, de sujeitos pós-modernos; na verdade, seria simplificar a complexidade das identificações e da construção das identidades desconsiderar a possibilidade da aplicação desses conceitos à análise.

⁶⁸ Em relação à análise do romance, as discussões de Hall podem ser empregadas uma vez que, conforme se figura no presente texto, os conceitos tomados pelo autor podem ser aplicados a personagens fictícios de um romance publicado em 1939, logo, a personagens cujas identidades “descentradas” se assemelham às

uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente” (HALL, 2015, p. 12). Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall distingue três concepções de identidade, o que favorece a aproximação que é feita no presente texto da personagem Edna à teoria desenvolvida. Segundo esse autor, de forma bem simplificada, podemos considerar a identidade do “sujeito do Iluminismo” como aquela baseada na ideia de que o indivíduo possuía uma identidade totalmente centrada e unificada que estava com ele do nascimento à morte e permanecia “contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo” (HALL, 2015, p. 10-11). A identidade do “sujeito sociológico” se basearia na interação entre o “eu” e a sociedade, isto é, o “interior” seria formado e modificado continuamente pelo diálogo com os mundos culturais “exteriores”. Já o “sujeito pós-moderno” seria àquele exposto e composto por várias identidades, algumas delas contraditórias ou não resolvidas. A crise no conceito único e irrevogável de cultura e identidade produziria, portanto, esse sujeito que, “não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”, é confrontado pela multiplicidade das identidades possíveis (HALL, 2015, p. 11-12). Desse modo, o “deslocamento” de Edna ressaltava, ainda, muitas características que a tornavam uma personagem diversa das encontradas em *Riacho Doce*. Sua própria “estrangeiridade” – anterior à imigração, seu não-pertencimento à família e à paisagem natal, sua atitude insubmissa como mulher que se casa sem o consentimento da família e que reconhecia não amar o marido – tendo aversão a se dedicar à vida doméstica – tornam Edna uma figura feminina destoante de qualquer outra encontrada em *Riacho Doce*.

A assimilação de Edna a *Riacho Doce* transcorreu com verdadeira facilidade, se comparada à situação de seu marido. Disposta a integrar-se a esse novo mundo (mas desconsiderando ser a integração inviável independentemente do local onde estivesse, uma vez que o deslocamento era interno), ainda em Estocolmo, a personagem tratou de comprar uma “geografia”, uma gramática da língua portuguesa e aprender o máximo possível sobre o país onde moraria: “Sabia que havia o Brasil, um imenso país, com rios e bichos gigantescos. Era uma terra de gente de outra cor e onde se falava o português. Pela geografia se informou de muito mais coisas”, como a capital do país (na época o Rio de Janeiro), o número de habitantes, o tamanho das cidades e o clima “quente, temperado, [cujos] ventos amenizavam o

identidades pós-modernas. Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2015) tem por propósito explorar algumas das questões sobre a identidade cultural na pós-modernidade; avaliar se existe uma “crise de identidade” em que consiste essa crise e em que direção ela está indo; e explorar a afirmação de que “as identidades modernas estão sendo ‘descentradas’”. Assim, a primeira parte do livro de Hall – que integram os dois capítulos iniciais – lida com mudanças nos conceitos de identidade e de sujeito; a segunda parte – que integram do terceiro ao sexto capítulo –, desenvolve esse argumento com relação às identidades culturais.

calor” (REGO, [1939] 1956, p. 85-86). Ao despedir-se dos pais e dos irmãos no dia do embarque, Edna sentiu que não tornaria a vê-los, a antecipação dos acontecimentos já é revelada: ela não voltaria à Suécia, “teve o pressentimento de que nunca mais os veria, nunca mais tornaria a vê-los. Era um salto perigoso que ia dar, atravessar mares, percorrer terras desconhecidas” (REGO, [1939] 1956, p. 86). Diferentemente da esposa, Carlos ansiava criar fortuna na América e depois retornar, por isso, quando embarcou, esperava voltar à Suécia com fortuna, fama e reconhecimento, pois seria o engenheiro a descobrir o petróleo no Brasil e, assim, levar orgulho à sua família. Na abertura de *Riacho Doce*, ao ponderar sobre os motivos que os levaram ao país tropical, Edna ressalta que

pensara muito na resolução que tomara. O marido ansiava pela oportunidade apresentada. Era um homem que queria dar de si, uma natureza procurando expansão para sonhos de grandeza. Ficar na terra era se limitar, continuar uma tradição de vida miúda, ser o que tinham sido seus avós, continuar, continuar, sem que houvesse horizontes, perspectivas de ir além dos outros. Era melhor aceitar o convite. Havia muito longe uma terra que se fazia ainda, um mundo novo precisando de gente de sangue vivo, de energia capaz. Viria para essa terra, seria dessa terra (REGO, [1939] 1956, p. 17).

O discurso indireto-livre presente nessa cena “confunde” a opinião de Edna e de Carlos sobre a decisão da mudança. O comentário de que “ficar na terra era se limitar” a continuar a mesma “vida miúda” dos antepassados pode ser relegado a Carlos, mas, por ser a protagonista quem está em foco, pode ser também um mergulho da narração em seus pensamentos e em seu ponto de vista sobre os motivos, supostos por ela, que interferiram na decisão do marido. O trecho “viria para essa terra, seria dessa terra” não era uma decisão de Carlos que, ao contrário da esposa, nunca desejou romper todos os laços que o prendiam à vida na Suécia. Voltar à Suécia estava nos planos de Carlos, pois, mesmo pretendendo romper com a “tradição de vida miúda” de seus antepassados, ele nunca esteve disposto a romper com seus vínculos identitários e “abrir-se” para identificações com a cultura brasileira. Nesses termos, em *Riacho Doce*, Carlos acabou enfrentando mais dificuldades em se adaptar a Riacho Doce do que Edna, uma vez que havia nele uma resistência à assimilação com a qual a esposa não se preocupava.

O primeiro contato de ambos com a cultura brasileira ocorreu por meio da língua. No navio, durante a travessia de quase um mês, o casal conheceu um frade alemão que se encaminhava para um convento franciscano na Bahia. Por já conhecer a língua portuguesa, Frei Jorge se dispôs a ensiná-los: “O frade tirava duas horas para explicar-lhes os rudimentos da língua que ia ser o instrumento de comunicação deles dois. Acharam difícil. Mas o franciscano os animava. Com o ouvir falar aprenderiam com mais facilidade” (REGO, [1939] 1956, p. 87). Desse modo, com exceção das primeiras palavras aprendidas na gramática na

Suécia, Edna e Carlos têm a iniciação à língua por intermédio de outro estrangeiro. De chegada a Riacho Doce, porém, tiveram que enfrentar o contato real, o que cada um lidou e superou de forma e tempos distintos. Para Edna, aprender a língua foi mais fácil, em pouco tempo, “muito mais rapidamente que Carlos, [aprendeu] a dizer algumas palavras” (REGO, [1939] 1956, p. 125). Sua identificação com o povo, a terra, a comida e a língua vinha com tanta facilidade que após três meses aparentava estar ali há um ano (REGO, [1939] 1956, p. 124). Em sua primeira manhã em Riacho Doce, Edna foi surpreendida por uma claridade jamais vista antes. Foi Helena, a esposa do investidor das pesquisas petrolíferas, o dr. Silva, e também estrangeira, quem a levou para seu primeiro passeio. Naquela manhã, o sol entrava por todos os seus sentidos enquanto ela procurava – tonta e embriagada – captar cada centímetro ao seu redor. Para Helena – quem também passou pelo mesmo deslumbramento quando chegou, anos antes – o encanto de Edna era divertido. A proximidade entre ambas se dá por serem estrangeiras e, no início, um frágil laço cria-se entre elas. Como Carlos, Helena também tinha dificuldade em se adaptar, por isso, todos se surpreendiam com a facilidade de Edna em se aproximar de Riacho Doce:

O entendimento lhe vinha pelos sentidos aguçados. Todos se espantavam de tanta facilidade de compreensão. Era um milagre.

Dona Helena estava no Brasil há cinco anos, e era aquilo que se via, alheia a quase tudo, falando mal a língua da terra, a tropeçar em dificuldades a cada instante. E a mulher do engenheiro novo, com três meses, parecia que estava ali há mais de ano (REGO, [1939] 1956, p. 125-126).

Edna impressionava os moradores do povoado, tanto positiva como negativamente. No desenrolar da narração a opinião sobre ela vai do estranhamento causado nos primeiros tempos, à adaptação do povo a sua presença constante na praia e, por fim, à completa rejeição com que passam a vê-la. No princípio, Edna era vista com espanto, os homens não estavam acostumados a terem mulheres nas praias – suas esposas, mães e filhas estavam sempre ocupadas com suas tarefas domésticas e com os trabalhos das rendas. Já a “outra galega”, Helena, raramente descia à praia e quando ia era somente para tomar banho, ignorando-os por completo; por isso, de tanto ver “a galega nova” na praia “terminaram gostando de Edna” (REGO, [1939] 1956, p. 136). Já as mulheres, tiveram medo de seus trajes de banho e acharam-na uma “sem vergonha” por conversar “com os seus maridos e seus filhos como se fosse homem também”⁶⁹. Foi apenas após a fama de boa patroa ter se espalhado que passaram

⁶⁹ “As mulheres a princípio criaram medo dela. Viam-na, com escândalo, quase nua na praia. Era para todas uma verdadeira perdição aquela mulher branca nesses trajes, de coxas de fora, as costas ao vento, sem vergonha dos homens, conversando com os seus maridos e seus filhos como se fosse homem também. E a galega nova ficara no começo, para todas, como um perigo. / A velha Aninha deu pra falar: onde já se vira uma coisa daquela, uma mulher assim, com as partes de fora, tomando banho de mar... / – Isso é peitica do diabo!” (REGO, [1939] 1956, p. 131).

a gostar dela: “A fama cresceu, e aos poucos as mulheres de Riacho Doce começaram a ver Edna de maiô sem susto” (REGO, [1939] 1956, p. 131)⁷⁰. A boa impressão causada por Edna estava marcada na ênfase provocada pela repetição de que estava ali há menos tempo do que Helena e parecia mais adaptada. Havia se aproximado mais de Riacho Doce do que a outra: “A galega nova, como os praiheiros chamavam Edna, para distingui-la da mulher do dr. Silva, começou a impressionar fortemente os nativos. Há seis meses que chegara, e parecia mais antiga por ali que a outra” (REGO [1939] 1956, p. 131).

Como mencionado anteriormente, desde a infância Edna pretendia romper com o modelo feminino representado pela mãe, assim, se identificou com Ester, uma mulher que lhe mostrou a possibilidade de um outro mundo. A mãe vivia sob o jugo da avó e, apática e servil, causava pavor na adolescente quando ela pensava que no futuro precisaria ser como Matilde:

E a sua mãe estaria na beira do fogão. Os animais já teriam recebido o cuidado de suas mãos, os porcos, as vacas e a terra da horta já teriam conhecido o zelo da boa Matilde, a de tranças louras, de voz doce, de mãos calosas como homem. Teria ela que ser como sua mãe? A mestra não permitiria uma cousa destas. Sairia pelo mundo com Ester. E ambas encontrariam quem fizesse por elas o mesmo que ela havia feito pela Espanhola (REGO, [1939] 1956, p. 33).

Foi a falta de identificação com o modelo da mãe que a encorajou a recusar as investidas amorosas dos rapazes da cidade, enquanto assistiu à irmã Sigríd e à Norma se casarem e repetirem o mesmo destino das outras mulheres: ter filhos e oferecer aos maridos seus braços bons para o trabalho. Mas, apesar de não se identificar com “aquele mundo”, ao pensar em sair “para o outro mundo” na companhia de Ester, Edna ainda alimentava a esperança de encontrar “alguém” para fazer por elas o mesmo que ela fez por Espanhola. Assim, mesmo após “salvar” a boneca, Edna ainda não se considerava possibilitada de salvar a si própria, por isso, ao se casar com Carlos aceitava o caminho oferecido pela vida para que ela pudesse desfrutar de outras oportunidades⁷¹.

⁷⁰ Este receio ao recém-chegado se desenvolve de maneira muito semelhante no conto “A nova Califórnia”, de Lima Barreto, quando a personagem Raimundo Flamel chega à pequena cidade de Tubiacanga e desperta o espanto e a curiosidade de todos: “Para uns, os mais adiantados, era um fabricante de moeda falsa; para outros, os crentes e simples, um tipo que tinha parte com o tinoso” (BARRETO, 2012, p. 11). Assim como Edna tratava muito bem as crianças, Flamel também cativou a todos devido a seus “bons modos” e sua bondade com os pequenos: “E tocava muito o coração daquela gente a profunda simpatia com que ele tratava as crianças, a maneira pela qual as contemplava, parecendo apiedar-se de que elas tivessem nascido para sofrer e morrer” (BARRETO, 2012, p. 12). Chega, de modo exagerado, a ser considerado com uma “bondade de Messias” (BARRETO, 2012, p. 12). Mas, anos depois, Flamel desapareceu misteriosamente, deixando apenas o rastro de mistério e das consequências de sua morada na cidade, rastro, este, que só amplificava a decadência corrosiva do caráter dos habitantes da cidade. A opinião sobre Edna também se alterou nos últimos capítulos do romance – se tornando unânime –, quanto passou a ser considerada uma “mandada do capeta”: “Depois do caso de Nô, para os praiheiros o demônio passou a viver na casa grande do galego. Todos dali tinham parte com o diabo e a velha Benta vivia de casa e mesa com o cão” (REGO, [1939] 1956, p. 255).

⁷¹ Em sua tese sobre a representação do sujeito feminino em *Riacho Doce*, Manguiera divide as personagens femininas em grupos a fim de discorrer sobre o isolamento em que Edna permanecia dentro da narrativa;

Assim como na Suécia, em Riacho Doce Edna também se desvencilhava do modelo feminino local. No oitavo capítulo da parte dois, “Riacho Doce”, em uma carta escrita à Sigrid, a protagonista detalha sobre sua vida no novo país. Estabelecida há mais de seis meses, já conseguia discorrer sobre como enxergava a estrutura social local, chamando atenção para a diferença entre as mulheres ricas da cidade e as da praia. As moças da alta sociedade (que ela conheceu no baile em que foi com Helena) não eram iguais às da praia; enquanto as primeiras iam a bailes, dançavam, usavam roupas elegantes, falavam inglês e tomavam champanhe, as outras se casavam cedo, se vestiam mal, e por, praticamente, não terem como sustentar os filhos, trabalhavam bastante e inspiravam pena. Viviam da pena dos outros, até mesmo da sua:

As mulheres da praia é que nos fazem pena pela miséria. Andam de pés no chão e se casam muito cedo. Casadas, são apenas instrumentos de trabalho. Faz pena vê-las. Moças, parecem velhas. Quando as vejo, lembro-me de nossa mãe. Elas têm sempre aquele ar de escrava da nossa pobre mãe. Trabalham muito. Algumas são boas artistas. Fazem rendas. Dias e dias trabalham para conseguir um metro de renda, que vendem por quase nada (REGO, [1939] 1956, p. 147).

A comoção causada pela vida das mulheres da praia resultava da aproximação feita, por Edna, delas com sua mãe; eram parecidas porque além de trabalharem muito (“elas têm sempre aquele ar de escrava da nossa pobre mãe. Trabalham muito”), também revelavam o cansaço na aparência física (“Faz pena vê-las. Moças, parecem velhas”). Inspiravam-lhe tanta comoção que comprava tudo o que ofereciam em sua porta, os peixes, os ovos, as rendas e as frutas. O que mais a emocionava, entretanto, era a humildade com que a presenteavam com belos presentes. Na carta à Sigrid, contou da mulher que a presenteara com uma renda, resultado de semanas de esforço e dado de presente à “galega nova”. Tamanha emoção sentiu Edna com a demonstração do carinho que teve “vontade de dar tudo que tinha em casa à pobre mulher” (REGO, [1939] 1956, p. 147). Identificação com aquelas mulheres não havia, Edna apenas sentia pena do destino delas (talvez, um sentimento semelhante ao que sentia pela irmã, a quem considerava frágil demais para o trabalho pesado e os cuidados com o marido e os filhos), porque em Riacho Doce ela não se identificava com nenhuma delas (nem mesmo com Helena, a quem considerava boa, porém, distante demais).

No povoado, a “galega nova” tinha liberdade para acordar cedo e ir para o banho de mar sem precisar se preocupar com os cuidados domésticos (ela tinha sinhá Benta para

para ele, a protagonista ocupava um lugar de reclusão por não pertencer a nenhum dos padrões impostos. Assim, o autor destaca: “poderíamos pôr em um mesmo patamar Matilde e a mãe de Nô, que representam o estereótipo da Mulher-Mãe; em outro, teríamos Elba e Aninha, a representação da viúva e matriarca de um grupo familiar; e um terceiro seria formado por Sigrid e Norma, as filhas que irão repetir o destino de mulher de suas mães. Ester e Helena estariam cada uma em posições diferentes, uma vez que elas exercem papéis diferenciados, quanto à representação do feminino” (MANGUEIRA, 2012, p. 138)

cozinhar e Firmina para cuidar da roupa). Sem precisar trabalhar, sem filhos e sem impedimentos do marido para seus dias entregues ao sol e ao mar, Edna representava um modelo feminino que transgredia com tudo já visto em Riacho Doce; por isso, desde sua chegada, só a opinião de Sinhá Aninha, conselheira e líder política e religiosa, não mudou e permanecia firme: boa ou não, a velha continuava achando que “aquela barata descascada era uma mandada do capeta” (REGO, [1939] 1956, p. 132). As atitudes de Edna contrariavam o considerado pela velha como “próprias a uma mulher”, pois achava que “mulher não devia tomar banho de mar. Mulher era para parir, trabalhar, criar filhos, morrer” (REGO, [1939] 1956, p. 137), logo, sua presença na praia em trajes que deixavam “as partes de fora” era um absurdo para aquela árdua defensora do tradicionalismo. O machismo presente na sua opinião sobre Edna expressa bem o papel da mulher que, até então, era aceito no cotidiano de Riacho Doce: mulher era para casar, ter filhos, trabalhar e morrer. Nada das “regalias” de Edna. A libertação feminina representada por Edna poderia agir como “modelo” para as outras mulheres, por isso, desde o início “para a velha, Edna constituía um perigo” (REGO, [1939] 1956, p. 137).

O poder de Aninha no povoado era superior ao de qualquer pessoa. Assim como a velha Elba mandava em sua família na Suécia, a avó brasileira controlava a todos utilizando-se tanto da sabedoria da idade como do poder religioso do qual dispunha. A equivalência entre as duas mulheres foi feita por Edna e pode ser verificada pela ascendência e domínio que ambas possuíam sobre a família: os filhos (Lourenço e Juca Nunes) são incapazes de as contrariar, as noras (Matilde e a mãe de Nô que não tem nome no romance) se subjugam às suas ordens, enquanto os netos são diretamente influenciados por elas (aqui, o poder de Elba sobre Edna é limitado, uma vez que a personagem contrariou a avó ao se casar com Carlos; já o controle de Aninha sobre Nô envolvia todo o misticismo com o qual o rapaz foi criado e que rodeava a figura da avó, a responsável pela interdição do relacionamento).

Desse modo, o poder de repressão de Aninha pode ser identificado no conflito que se estabelece entre ela e Edna após a chegada de Nô a Riacho Doce e, por conseguinte, com o envolvimento amoroso entre o rapaz e a sueca. Neto da velha Aninha, ele teve ainda na infância “o corpo fechado para a bala, para ponta de faca, para as febres, as bexigas, para os perigos da mulher” (REGO, [1939] 1956, p. 200). Diferentemente dos outros rapazes dali, Nô não vivia em Riacho Doce. Passava meses fora trabalhando em um navio de carga que o levou à Europa e aos EUA; sempre que voltava, porém, trazia muitas histórias sobre o mundo conhecido por ele fora dali, orgulhando a todos com sua grandiosidade. Ao conhecer Edna, as coisas mudam de figura: envolto por muita superstição, o jovem vive um grande conflito entre

o amor pela “galega” e a crença no poder da avó. O impasse entre o amor e a superstição levou, por fim, a sucumbir e tornar-se semelhante a “um homem cuja alma fugira, cuja vida escapara” (REGO, [1939] 1956, p. 257). Mas naquele primeiro ano de Edna em Riacho Doce, Aninha ainda não suspeitava que “a carne branca de Edna [pudesse] tentar os homens dali” (REGO, [1939] 1956, p. 137); tempos depois, ao lidar com a paixão violenta do neto pela moça, lhe amaldiçoa por ter contestado seu poder, até o momento, absoluto. É esse poder que verificaremos na segunda parte deste capítulo.

4.3 Medo e rejeição em Riacho Doce: a comunidade local e a defesa das tradições

Aninha era defensora dos costumes tradicionais, por isso, considerava Edna um duplo perigo, para os homens e as mulheres. Protetora da tradição, Aninha era contrária a qualquer atividade que pudesse modernizar Riacho Doce e romper com o passado. Localidade central do romance, o povoado fictício de Riacho Doce era a terra de algumas famílias de pescadores que resistiram não só ao tempo, mas também às doenças comuns dos séculos XIX e XX. Os homens se dedicavam à pesca; e as mulheres à renda.

[...] Há cem anos que viviam assim. Tinham os currais de peixe que o governo de quando em vez mandava quebrar. Tinham as jangadas, compradas pelos olhos da cara, paus que vinham de Quitunde, pano comprado com economias medonhas. Tinham o mar, que ninguém lhes tomava, a terra arenosa, e as febres que a água doce dava de presente (REGO, [1939] 1956, p. 101-102).

Nada mudava em Riacho Doce “tudo para eles continuava no mesmo. [...] tudo como há cem anos” (REGO, [1939] 1956, p. 102), mesmo com o avanço do tempo, aquelas pessoas continuavam vivendo em contato com a natureza e com o fruto de seus trabalhos (a pesca e a renda). Contudo, na obra, a comunidade litorânea passou por três “invasões” de elementos externos que “abalaram” sua calma cotidiana: as idas do governador de Alagoas para passar as férias, a construção da fábrica de tecidos na Saúde e as pesquisas petrolíferas.

Atraído pelas belas paisagens, o governador começou a passar as férias na localidade, o que impulsionou outros a irem também. De lugar pacato, o vilarejo passou a ser destino da alta sociedade e de turistas, o que colaborou, em especial, com a economia local. Casas foram construídas, a energia elétrica chegou à região, festas foram dadas e as missas passaram a não ser mais cobradas, pois o padre começou a ir de graça. Enquanto o Riacho Doce avançava a velha Aninha, que era “sábia, de poderes estranhos, de coração duro” (REGO, [1939] 1956, p. 104), permaneceu cética em relação à chegada de tantas “pessoas importantes”. À medida que todos se maravilhavam com o desenvolvimento causado pela permanência do governador,

Aninha “tirava o cachimbo da boca, cuspiu de lado e sorria, com aquele sorriso que encerrava uma sabedoria, uma compreensão misteriosa das coisas” (REGO, [1939] 1956, p. 105); a velha, contrariando a opinião geral, sentia-se conhecedora de algum segredo que lhe garantia o fim próximo de todas aquelas movimentações. Assim, passado um tempo, “foi-se o governador, e o novo que chegou não gostava de banho de mar” (REGO, [1939] 1956, p. 103); as casas foram fechadas e Riacho Doce deixou de ser um local turístico voltando à tranquilidade de sempre. Quando aquele primeiro “invasor” foi combatido, Aninha pode reforçar seu poder: “O Riacho Doce teve governador tomando banho nas águas do seu mar verde, e a velha sorria. Casas novas de telha e cavalas vendidas a dez mil-réis. E ela sorria. *Só ela sabia das cousas. Só o seu poder devia ser ali absoluto*” (REGO, [1939] 1956, p. 105, grifos meus). A anáfora assinalada, “*Só ela sabia das cousas. Só o seu poder devia ser ali absoluto*”, gera não apenas a repetição, mas também sugere a noção de ciclo a que o povoado estava sujeito, ou seja, sempre controlado pela sabedoria e poder “absolutos” de Aninha.

Apesar disso, uma nova tentativa de modificar a ordem ocorreu com a construção de uma fábrica de tecidos na Saúde (nas proximidades do povoado). Com a tentativa industrial, muitas melhorias foram prometidas, como casas de telhas, banheiros de água encanada, a desobstrução do rio para a extinção das febres – haja vista as doenças causadas pela falta de saneamento básico e pela água parada – e trabalho para a população. É curiosa a ironia de que a fábrica tenha sido construída justamente no lugar chamado “Saúde”, na verdade, um local conhecido como foco de transmissão de doenças. Em oposição às promessas, Aninha via a fábrica como um perigo e, por isso, profetizava o fim da indústria e de todos os envolvidos: “A velha Aninha profetizava desgraças para todos. Haviam de esticar a canela quando a sezaõ batesse. Não ficaria ninguém para semente” (REGO, [1939] 1956, p. 107). O mesmo ceticismo antes dedicado à presença do governador de que “aquilo não duraria” era repetido por Aninha. Os outros moradores também temiam a interferência industrial em seu cotidiano e concordavam com a velha de que o fim da fábrica não tardaria, pois “os homens não podiam com os poderes de Deus”, as chuvas trariam as febres e, por conseguinte, a falência (REGO, [1939] 1956, p. 109)⁷².

⁷² “Tinham escolhido aquele oco do mundo por causa da água. A água que dava febre tinha fama de bondade. Os praieiros sabiam dos perigos da água doce. O rio era tão manso, via-se o fundo dele, a areia branca, as pedrinhas roliças, mas quando as marés cresciam nas luas de janeiro a água do rio represava, fugia para as levadas, dormia por lá, dormia tanto que apodrecia. E as febres vinham, nunca deixaram de vir. Diziam que os homens da fábrica iam abrir o riacho até bem longe. Até onde as marés subissem. Mas os homens não podiam com os poderes de Deus. Eles não iam naquilo. A fábrica viria com goga, com importância, derramando dinheiro. E após tanta coisa voltariam as febres, voltariam as marés com mais força, e as águas dormiriam outra vez nas levadas, a lama federia, subiriam nuvens de mosquitos” (REGO, [1939] 1956, p. 109).

As forças tradicionais de resistência no povoado são também abordadas por Nascentes (2013) que, em sua tese de doutoramento, discorre sobre a magia e o misticismo nas obras de Lins do Rego, dentre elas, *Riacho Doce*. Para o autor, a visão dos moradores do povoado era de que “Deus protege Riacho Doce antigo. Logo, a fábrica que quer instalar-se aí é o mal, o diabo” (2013, p. 494). No primeiro ano a fábrica rendeu bem, a Saúde se desenvolveu e o povo de Riacho Doce se preocupou. Os pescadores saíam para o mar temendo a ameaça que o empreendimento oferecia (o capitão Laurindo, dono das terras em que eles viviam, poderia vender tudo com a valorização do local e eles não teriam para onde ir, suas vidas e as de seus filhos estariam ameaçados, pensavam); passavam noites e noites conversando e discutindo preocupados o destino que teriam se aquilo não acabasse logo. Apenas a velha Aninha era firme e não tinha dúvidas: “Aquilo cairia de podre. Os ferros enferrujariam, os homens morreriam de febre. Era o poder de Deus” (REGO, [1939] 1956, p. 111). Tempos depois, com o início das chuvas, mesmo desobstruído, o rio trouxe as febres e os operários da fábrica fugiram com medo das doenças. A falência só reforçou o poder de Aninha e a certeza de que o Riacho Doce antigo resistira ao segundo “rebuliço”⁷³.

A terceira e decisiva “invasão” ocorreu devido à especulação de petróleo na região. Historicamente, a possibilidade da presença de petróleo em Alagoas veio a público no início do século XX, quando um geólogo alemão chamado José Bach instalou-se no local para se dedicar às pesquisas naquele trecho da costa⁷⁴. Após um período de estudos de treze anos, pôde constatar a riqueza petrolífera da região, porém, dias depois, morreu afogado quando atravessava a lagoa da Manguaba e sua canoa virou (LOBATO, 2011, p. 64)⁷⁵. Com o falecimento do geólogo, as especulações foram interrompidas por alguns anos. No romance, portanto, Lins do Rego apropriou-se de uma informação histórica para recriá-la na ficção: houve, de fato, especulações e pesquisas na região, sendo apoiadas pela Cia. Petróleo Nacional, grupo do qual além de Monteiro Lobato, fazia parte também outros nomes

⁷³ “Quando Edna chegou ao Riacho Doce, a fábrica da Saúde já tinha entrado em decadência. Os operários arribavam de lá com medo das febres. O rio desobstruído com eucaliptos novos pelas margens, e as febres continuavam a sair de suas entranhas. E assim a vida do lugarejo continuava quase como dantes. Os praiheiros na mesma rotina, só contando com o mar, esperando as luas e as marés” (REGO, [1939] 1956, p. 113).

⁷⁴ “José Bach, um incompreendido sábio alemão que o Destino fez encalhar em Alagoas, levou treze anos a estudar aquele trecho da costa nordestina e a fazer levantamentos geológicos” (LOBATO, 2011, p. 64).

⁷⁵ No livro *O escândalo do petróleo*, publicado em 1936, o autor Monteiro Lobato tem por intuito explicar os anos iniciais da procura por petróleo em território brasileiro, assim como suas consequências e dificuldades. Baseando-se na prosperidade dos EUA com a exploração do petróleo, o autor revela os bastidores da campanha a que esteve empenhado por anos, sendo que uma delas foi a de Riacho Doce. Ao mencionar a morte de Bach, Lobato sugere que ele tenha sido assassinado ao ressaltar que o canoieiro daquele dia não era o habitual. Além disso, a Manguaba era conhecida pelas águas muito tranquilas, logo, dificilmente o “acidente” teria causas naturais. A tranquilidade daquelas águas foi, por sinal, mencionada em *Riacho Doce*: “O mar manso, tão manso que parecia a lagoa Manguaba” (REGO, [1939] 1956, p. 134-135).

conhecidos pelos investimentos nas pesquisas daquele período, como Edson de Carvalho e Lino Moreira.

Em *Riacho Doce*, a alusão a José Bach parte de José Divina, um dos moradores mais antigos que, por sua experiência, se contrapõe à ciência trazida pelo geólogo: “[...] tudo não passava de conversa. O alemão que morrera na Manguaba inventara essa história há quase cinquenta anos. Ele andara ali no Riacho Doce. José Divina se lembrava bem do bicho” (REGO, [1939] 1956, p. 132-133)⁷⁶. Na narrativa ficcional é o Dr. Silva quem tem o sonho de ver o petróleo jorrar das terras alagoanas e dedica não só sua herança, mas sua vida a isso. Em desabafo à Edna, sua esposa, Helena, chega a lamentar o envolvimento do marido naquele “sonho” e que, para vê-lo realizado, tenha investindo todo o seu dinheiro. Apesar de desacreditar que tanto esforço traria recompensas, Helena afirma ter se conformado com a vida ali. Assim como ocorre em outros trechos do romance, com a prolepse, a narração se apoia na descrença de Helena de que o petróleo não seria encontrado para anteceder o fim da questão do petróleo e da falência a qual o Dr. Silva estava condenado: “D. Helena achava inútil aquele esforço. O marido estava dando a sua vida em vão. Por mais que procurasse se convencer, por mais que se enchesse de otimismo, não poderia nunca pensar na vitória. Ficaria ali com ele até a morte” (REGO, [1939] 1956, p. 152-153).

Em contrapartida ao sonho acalentado pelo Dr. Silva de trazer desenvolvimento com a extração, a população local via o empreendimento com maus olhos. As primeiras tentativas de exploração após a chegada de Carlos, falham e os moradores, incentivados pelas opiniões supersticiosas de Aninha, desdenham a possibilidade do petróleo⁷⁷. Nota-se mais uma resistência ao que poderia se considerar como a interferência da sociedade da máquina na comunidade tradicional. Tanto a tecnologia de extração do petróleo como o contato com o estrangeiro, representados pelos atos do Dr. Silva, são consideradas ações gananciosas ligadas ao pecado e que só trariam destruição a Riacho Doce. Para José Divina tudo era:

Mentira, só mentira. E era mentira também aquele óleo que um dia subiria para o céu do fundo da terra. Estava com a opinião da velha Aninha: aquilo não passava de tramoia do diabo. Os homens queriam bulir com os poderes de Deus. [...]

⁷⁶ A declaração de José Divina gera uma inconstância histórica ao afirmar que José Bach estivera em Riacho Doce há cinquenta anos, uma vez que Bach morreu em 1918 e morou lá por treze anos, assim, estima-se que ele “estivera ali” há cerca de vinte anos, não cinquenta.

⁷⁷ Em “Literatura, política, petróleo e escândalos: *O escândalo do petróleo*”, Chiaradia (2014, p. 296), em uma nota de rodapé, fez esclarecimentos históricos sobre o engenheiro de petróleo suíço que imigrou em junho de 1920 para se tornar responsável pelas perfurações em Riacho Doce: Charles Frankie. Monteiro Lobato e Frankie trocaram, por anos, correspondências e documentos sobre a prospecção no local, conforme ressaltado pela autora. Na ficção de José Lins, o engenheiro de petróleo chama-se Carlos, imigrou aproximadamente na mesma época, contudo, era suéco. Casualidade ou não, as semelhanças entre o engenheiro recriado na ficção e o profissional envolvido no acontecimento histórico podem e devem ser destacadas e consideradas.

Era o que estava acontecendo com o Dr. Silva. Moço de ideia, trabalhador, andara na estranha, e dera para aquele serviço, para cavar buraco na terra, como tatu. Descobrir o que estava escondido por ordem de Deus. Se Deus deixara tudo aquilo assim escondido nos confins da terra, era porque não queria dar aos homens (REGO, [1939] 1956, p. 133-134).

Apesar da constante repetição de que toda a “história de petróleo” era *mentira*, como destacada na anáfora no início desse trecho, a opinião sobre a existência do petróleo não era unânime. Um morador de Riacho Doce, Neco de Lourenço foi “moço de barçaça”, ou seja, trabalhou em grandes embarcações e, por isso, havia viajado e sabia das riquezas dos Estados Unidos devido à presença desse *óleo* precioso. A sua convicção na existência do combustível fóssil era contraposta à descrença de José Divina: “[...] José Divina não acreditava nas sereias, e tinha medo do poço do petróleo. Neco de Lourenço vira a sereia, e acreditava que do fundo da terra sairia óleo para enricar muita gente” (REGO, [1939] 1956, p. 134). Ao mesmo tempo em que acreditava na riqueza proporcionada pelo petróleo, Neco tinha a mesma certeza quanto a sereia que viu em uma viagem. Esse impasse entre modernidade e misticismo, segundo Nascentes (2013), destaca nele a convivência da religiosidade dos primeiros habitantes do Brasil – que acreditavam nas entidades míticas que povoavam as águas – e do pragmatismo dos modernos exploradores – que viam as águas apenas como depositárias de fontes energéticas com grande potencial de negócios (NASCENTES, 2013, p. 498). O próprio José Lins do Rego, no ensaio “O praieiro Floriano Peixoto”, mencionou que os praieiros (que em *Riacho Doce* poderiam ser representados por Neco) não só retiravam do mar a subsistência, ou seja, as cavalas que pescavam, mas também sua vida afetiva: “as namoradas são sereias que dormem no fundo das águas” (REGO, 2004, p. 245)⁷⁸.

A sereia é uma entidade meia peixe e meia mulher que, segundo Câmara Cascudo (1998), seduzia pelo canto os navegantes e os pescadores, os fazendo naufragar e morrer afogados; quando se mostrava aos homens, apaixonados, eles se atiravam na água para ir ao seu encontro (CASCUDO, 1998, p. 817-818)⁷⁹. Em *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (2012), é a figura da sereia Uiara quem seduz o herói e com a ajuda de Vei, a Sol, o leva a sucumbir aos “instintos” e perder definitivamente a muiraquitã. Após o encontro com a sereia, Macunaíma, ferido, perdeu o interesse pela vida preferindo subir ao céu e virar a constelação

⁷⁸ Sobre os praieiros, José Lins do Rego afirmou: “O hábito que esperar o peixe, de voltar do alto-mar de samburá vazio, não os leva às afirmativas impertinentes. Eles vivem do mar. É do mar que não só tiram a subsistência mas quase toda a sua vida afetiva. Até as namoradas são sereias que dormem no fundo das águas. Lua e vento valem para eles como amigo ou inimigo” (REGO, 2004, p. 245).

⁷⁹ A sereia, tal qual descrita por Cascudo (1998), é geralmente confundida com a mãe-d’água das águas brasileiras, que era a cobra-d’água e não tinha processo algum de sedução. O autor ressalta também que o vocabulário tupi não tinha voz que traduzisse fielmente a sereia, e Gonçalves Dias tentou o vocábulo Iara, contrato, segundo ele, de Ig-Iára, água senhor (CASCUDO, 1998, p. 818). É a Uiara, ou seja, Iara quem destrói o herói Macunaíma, no romance homônimo.

da Ursa Maior ([1928] 2012, p. 153-157). Também em *Riacho Doce* há a personificação de uma sereia como símbolo da perdição, uma vez que Neco a compara à Edna:

Neco de Lourenço dizia que ela tinha corpo de sereia. Quem visse a galega boiando com aqueles cabelos louros de rainha, diria que era sereia, esperando o besta para puxar para dentro das águas. A que ele vira não tinha que ver ela (REGO, 1956, p. 136).

Se a sereia era a perdição dos praieiros – porque além de fazê-los se apaixonar também se utilizava de seus encantos para puxá-los para o fundo das águas – a comparação que Neco faz da figura mítica com Edna é mais uma das prolepses que podem ser destacadas do enredo de *Riacho Doce*, pois antecede que a moça, com seu místico magnetismo, “desgraçaria” a vida de um deles. O comentário de Neco era também mais uma das opiniões que criadas sobre Edna nos primeiros tempos dela no povoado; todavia, não era a intenção do rapaz fazer uma comparação negativa, pois a sereia, para ele, era o ser mais lindo de todos, cuja beleza só se equiparava a da “galega nova”:

Mas Neco de Lourenço vira a sereia que tinha o corpo da galega com os cabelos louros de rainha boiando sobre as águas. Era assim como ela, direitinho a galega nova. Os outros sorriam. Neco ficara avariado desde aquele dia [...] (REGO, 1956, p. 139).

Em *Riacho Doce* a opinião era dividida, pois, apesar de pertencer ao grupo cultural e interpretar e dar sentido às coisas de modo semelhante, havia diversidade nos significados construídos sobre o assunto, fato comum entre quem compartilha os mesmos “códigos culturais” (HALL, 2016, p. 20-23). Com exceção de José Divina que desacreditava de sereias e de poços de petróleo, os praieiros acreditavam que Neco viu, de fato, a sereia; mas, quanto ao petróleo, só poderia ser um delírio decorrente das “avariações” sofridas por ele desde o derradeiro encontro. Após trabalhar em uma grande embarcação e ter viajado para vários lugares (o que lhe proporcionou o conhecimento das vantagens que o petróleo poderia trazer para o país), o rapaz retornou a Riacho Doce perturbado. Assim, o descrédito em sua palavra intensifica-se quando ele afirma que as investigações petrolíferas na região poderiam ser verdadeiras e, pior: acreditava ser a descoberta boa para o destino do povoado. Os outros moradores, incentivados pelas opiniões de José Divina e da sinhá Aninha, diziam que “Neco ficara avariado” desde o dia em que viu a sereia, por isso, acreditar em petróleo só pode ser mais uma de suas visões (REGO, 1956, p. 139). Supersticiosos, opunham-se à modernidade e ao conhecimento técnico à medida que se apoiavam no poder da velha Aninha:

[...] Viviam lhes dizendo que o Riacho Doce ficaria a cidade maior do Brasil no dia em que o óleo espirrasse lá de dentro da terra. Não encontravam vantagem naquela mudança. O capitão Laurindo venderia as terras. E eles estariam perdidos.

Só poderia ser mesmo o que a velha Aninha dizia desde o começo, uma invenção do diabo (REGO, 1956, p. 135).

Tendo como foco narrativo a onisciência seletiva múltipla, pode-se notar como em *Riacho Doce* os moradores do povoado eram terminantemente contrários à interferência que a exploração do combustível poderia causar em suas vidas. Para eles, o petróleo não traria benefícios, pelo contrário, seriam tirados de suas terras, uma vez que a riqueza das profundezas da terra não lhes caberia (o medo de perder as terras que não lhes pertencia, mas onde haviam se enraizado, assim como ter o acesso livre ao mar restrito, é constante entre essas personagens). Se o “óleo” fosse encontrado, a terra ficaria com os forasteiros instalados por lá, os mesmos que haviam “invadido” o mundo até ali construído e mantido a “rédeas curtas” por Sinhá Aninha. Para Nascentes (2013, p. 494), Aninha é a grande opositora aos empreendimentos modernizantes, uma vez que, por meio da magia e da religião, opõe um embate contra a ciência que chega ao povoado. Ainda segundo o autor:

A magia explicará a estagnação de Riacho Doce após o rebuliço provocado pela escolha do lugar pelo governador para ser sua estação de banhos, a decadência da fábrica e o insucesso da companhia exploradora de petróleo. Os eventos são investimentos econômicos de cunho modernizante (turismo, indústria têxtil, extração de petróleo). Subjacente a eles está uma compreensão científica do mundo e a subsequente intervenção sobre ele por meio da tecnologia; portanto, o aspecto teórico e o aspecto prático da ciência. O fracasso dos três projetos será vinculado à força de Aninha (NASCENTES, 2013, p. 494).

O conservadorismo representado por Aninha é resistente à chegada do progresso. O estrangeiro “macularia” àquela “pureza local”, o que é representado pelas tensões culturais e identitárias; e ao dizer estrangeiro não nos referimos apenas aos que vieram de outros países, isto é, para aquela comunidade conservadora, não é menos estrangeiro o dr. Silva, que vinha tentando modificar a “ordem” já estabelecida “há cem anos”. O turismo, a fábrica e o petróleo foram, para os moradores, combatidos pelas “desgraças que a velha Aninha anunciava” (REGO, 1956, p. 264). A superstição, no romance, tem duas direções: a de Aninha, tida como fato, pois “ela tinha parte com o outro mundo” (REGO, 1956, p. 255), logo, era capaz de curar febres, de fechar corpos e de amaldiçoar; e a de Neco, desacreditado por ter visto a sereia e “perdido a cabeça” por ela.

Desse modo, a cada investida de um “invasor”, ele teria que medir forças com Aninha (que, para isso, lançava mão do poder que exercia baseado na superstição daquelas pessoas). Ela não se opõe apenas à modernização, mas também à contaminação resultante das culturas trazidas pelo outro. Tal efeito parece se enquadrar à definição de Hall (2015) como um movimento contrário e de resistência ao hibridismo e à diversidade cultural, uma vez que age como “fortes tentativas para se reconstruir identidades purificadas, para se restaurar a coesão,

o ‘fechamento’, e a tradição, frente ao hibridismo e à diversidade” (HALL, 2015, p. 53)⁸⁰. O autor ressalta, ainda, que “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (HALL, 2015, p. 50), como é o caso de sinhá Aninha⁸¹. Já a protagonista Edna, ansiava desde a infância o país quente cuja neve nunca congelava, por isso, desejava “o verde das árvores [que] não se acabava nunca”, desconhecendo, contudo, a existência de uma organização local que se empenhava em rejeitar essa interferência externa (HALL, 2015, p. 53).

O grande conflito de Aninha é o constituído contra a “galega”, a única inimiga que conseguiu abalar seu poder. Na terceira parte do romance, “Nô”, seu neto retorna a Riacho Doce após um ano viajando para terras distantes. As viagens não perturbavam-na, pois, era sábia e certa de que “os poderes de Deus” estavam do seu lado; por causa disso, admitia com serenidade que “Nô sairia pelo mundo” e que o mundo, o mar e a vida de embarcação mudariam para melhor, pois “o destino do neto estava traçado” (REGO, [1939] 1956, p. 108). Sabendo das orações da avó para “fechar seu corpo”, já na chegada a Riacho Doce, antes de conhecer Edna, Nô se questionava do porquê nunca se apaixonou e se isso era devido ao poder a avó: “A velha Aninha fechara-lhe o corpo contra os perigos, as facas de ponta, as armas de fogo. Devia ter fechado também contra as mulheres, contra o amor” (REGO, [1939] 1956, p. 173-174). Ao questionar aquele poder da velha sob sua vida, lamenta nunca ter amado, porém, acalentava a esperança de que quando a avó morresse ele pudesse conhecer as

⁸⁰ “Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de ‘tradição’, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou ‘puras’; e essas, consequentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de ‘tradução’” (HALL, 2015, p. 51). Neste trecho, Hall (2015) estabelece uma diferenciação entre os conceitos de “tradução” e “tradição” e que no romance pode ser utilizado para contrapor as personagens Carlos (tradução) e Aninha (tradição); enquanto o primeiro não abandonava as identidades do passado quando exposto a novas identidades, a segunda se opunha a qualquer “contaminação” que o outro poderia lhe oferecer.

⁸¹ A construção de “identidades defensivas” para proteger um mundo em decadência é recorrente nas obras de Lins do Rego. Em *Fogo Morto*, romance publicado em 1943, por exemplo, há a tentativa em “manter vivo” um mundo que caminhava para a decadência iminente. O engenho Santa Fé representava todos os que procuravam inutilmente resistir ao poder do desconhecido (representado pelas usinas). É Amélia, filha do capitão Tomás, fundador do engenho, quem se preocupa com o fim de *seu mundo*, uma vez que Lula, seu marido, permanecia alheio aos acontecimentos derradeiros. Sinhá Adriana, esposa do capitão Vitorino, também constata que o mundo que conhecia estava decadente: “Não podia ficar ali para ver a desgraça de tudo. Vitorino não tinha consciência para sofrer. Não sofria, não era capaz de sentir que tudo se acabara, que eles em breve veriam o fim da família que fora tão grande, tão cheira de riqueza. Gostava do povo do Santa Fé” (REGO, [1943] 1997, p. 214). Necessário ressaltar a força das personagens femininas tanto em *Riacho Doce* como em *Fogo Morto*, pois as tentativas de Aninha para “resguardar” sua comunidade local assemelham-se às de Amélia que, ao perceber que o Santa Fé está próximo ao fim, procura, inutilmente, mantê-lo “vivo”. O fim do engenho só se concretiza nos últimos trechos do romance quando, durante uma conversa entre Passarinho e Vitorino, o primeiro afirma que o engenho “não bota mais, está de fogo morto” (REGO, [1943] 1997, p. 258). Desse modo, em *Fogo Morto*, a decadência do engenho é inevitável; resta saber se a de Riacho Doce também é.

experiências impedidas pelas rezas dela: “A velha Aninha fizera trato com o Divino para que o seu neto fosse forte, fosse aquilo que era. O amor é que era tudo, o mais que se danasse. Quando a velha morresse, todo aquele encantamento se perderia. Ela era quem sustentava sua vida” (REGO, [1939] 1956, p. 176). Assim, quando se torna amante de Edna, ele não apenas desobedece as ordens da avó, mas também duvida do poder místico que o regeu até o momento. A dúvida, contudo, não torna-o cético, pois, mesmo tentando se convencer de que “tudo era mentira; não havia nada que fosse verdade nas besteiras da avó, nos medos do povo” (REGO, [1939], 1956, p. 211-212), Nô ainda temia.

Depois do embate com a avó, quando ela amaldiçoa-o e retira a proteção criada para ele, Nô sai pela praia tentando convencer-se de que o temor resultante da superstição não o dominaria que, forte e apaixonado, resistiria ao medo. Mas o bento em seu pescoço, objeto que representava as rezas da avó, constantemente lhe lembrava de que contrariar a velha Aninha era o mesmo que ir contra as vontades de Deus, desse modo, nem todo o amor sentido por Edna o poderia confortar. Quando reata com a “galega” após o receber o perdão por ter enfrentado Aninha, aterroriza-se ao perceber ter deixado o bento em cima do vestido de Edna; ao ver Nô mortificado pelo medo, a moça percebe, por fim, já tê-lo perdido: “Um homem daquele, uma potência humana, trêmulo como uma criança porque uma mulher, uma embusteira, fazia-lhe medo, tomava-lhe a vida, roubava e sugava as suas energias. E esse homem era o seu amor” (REGO, [1939] 1956, p. 242). Com o passar dos dias, Nô foi consumido pelo terror e se transformou: é como se dentro dele passasse a habitar um ser vazio e apagado. Para os moradores de Riacho Doce tudo era resultado do contato com a “galega”, a moça arruinara Nô e só a velha Aninha conseguiria salvá-lo; no mais, depois de tudo o que passou, Nô “era outro homem. Outra criatura havia nascido naquela tarde sinistra. Perdera a mocidade, mudara de feições. Perdera o brilho dos olhos, aquele riso franco se havia transformado. Tinha uma cara de quem passara anos e anos sofrendo” (REGO, [1939] 1956, p. 255).

Depois de se encontrar com a sereia Edna, o praieiro Nô perdeu a vivacidade, poder-se-ia pensar, mas e quanto ao efeito causado nela pelo rapaz? Para Edna, conhecer Nô e se apaixonar foi o sentimento mais arrebatador de sua vida. Antes dele, havia amado Ester tão profundamente que a certeza de que a outra não a pertencia a fez tentar suicídio; em Riacho Doce se entregou ao mar e ao sol como se o contato com a natureza lhe permitisse pertencer àquele paraíso acalentado, por tantos anos, em seus sonhos; mas apenas Nô retribuiu o amor e lhe fez, por tantos instantes, se sentir amada e completa.

À primeira vista, Nô causou em Edna uma forte impressão; retornando da praia, ela o encontrou em frente à casa de Aninha e, só avistar a figura daquele homem desconhecido, já deixou-a tonta. Sem saber como ou por que, naquele primeiro instante ela “sentia que ele era seu” (REGO, [1939] 1956, p. 162)⁸².

Edna conheceu Nô na manhã seguinte à primeira vez em que foi estuprada pelo marido. Bêbado, Carlos percebeu a repulsa que se apoderava da esposa sempre que ele queria ter relações sexuais com ela. Sentindo-se dono da mulher e de seu corpo, se recusa a aceitar que ela se negue ao contato, pois, para ele, “aquele corpo era seu, só seu. E sem que Edna fizesse um só movimento de reação e desse o menor sinal de vida, possuiu-a violentamente” (REGO, [1939] 1956, p. 157). Aproveitando-se do casamento que oficialmente os unia, ele a violentou e, desesperada, na manhã seguinte Edna procurou consolo nas águas do mar para se limpar do asco causado pela atitude do marido (no *Dicionário de símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 15), um dos significados da água é justamente o de elemento purificador). Naquela manhã, Edna “tinha o corpo machucado” e “sentia-se vencida, de alma trucidada” e, na combinação sol e mar, ela encontrou um tipo de consolo para aquela culpa que se avizinhava. Para a moça, “Carlos era um monstro”, mas tomava para si a responsabilidade sobre os atos do marido, pois se culpava por não amá-lo: “O marido chegara por fim à conclusão de tudo. De agora por diante ele sabia a origem das suas tristezas, dos seus humores; sabia que a sua mulher sofria por não poder amá-lo” (REGO, [1939] 1956, p. 161). Dentro da sociedade machista a qual pertencia, Edna sentia o peso da obrigação de amar o marido e de oferecer seu corpo a ele sem qualquer forma de resistência ou mesmo sem desejá-lo. Desse modo, a constante culpa sentida era resultado da dificuldade em conviver naquele padrão que a fazia um objeto de propriedade de Carlos; mas, como não enxergava nenhum caminho que a pudesse levar a modificar isso, acabava continuamente tentando se convencer de que deveria aceitar “seu destino”: “Estava perdida. Para onde correr, para onde dirigir o seu destino? Teria que viver só. Teria que ser a mulher de um engenheiro sueco, uma sombra, uma pobre Edna abandonada” (REGO, [1939] 1956, p. 161). *Riacho Doce* é uma narrativa que, apesar de mostrar o desejo de Edna de ser uma mulher emancipada, com ideias e atitudes avançadas, não lhe oferece a oportunidade para se libertar do controle da sociedade

⁸² “[...] Num instante, como um raio que lhe caísse aos pés, aquele homem belo vivia para ela. Foi andando, às tontas, sentindo a cabeça rodar. Aquilo era um verdadeiro mistério. Estava inteiramente agitada com aquela aparição, não sabendo explicar o que ia por dentro do seu coração, do seu sangue. Saía do mar com a infelicidade como uma fratura exposta. Vinha andando para casa com o tédio, com o pavor da vida que seria um tormento constante, e de repente, como numa cena de milagre, como num passe de mágica, de conto de fada, vira um homem, um homem que nunca vira, e sentia que ele era seu, como se já tivesse sido seu há muito tempo. Pensou numa miragem. Não teria sido uma miragem? Aquele sol quente na areia branca não teria armado uma ilusão para ela?” (REGO, [1939] 1956, p. 162).

em que ela vivia. Tanto na Suécia como em Riacho Doce ela se encontrava sempre sendo frustrada pelo poder das duas líderes, Elba e Aninha, que agiam em defesa dos valores tradicionais e machistas equivalentes aos defendidos em sociedades regidas pelo patriarcado. Isso pode ser verificado nas atitudes de Edna porque, mesmo após o relacionamento com Nô e a certeza de que todos sabiam do seu amante, ela não pensa na hipótese de se separar do marido⁸³. O divórcio, dessa forma, não fazia parte das possibilidades insinuadas à protagonista dentro do romance; o adultério sim, o que revela como a defesa do tradicionalismo presente na obra era hipócrita, mas também de acordo com o que socialmente era aceitável naquela sociedade representada.

As mulheres que iam para Riacho Doce para “seduzir” os homens eram rotuladas como “mandadas do capeta”. Antes da chegada de Edna o mesmo ocorreu com a Chica, lembrada por sinhá Aninha quando ela pondera se a pele branca de Edna poderia “tentar” os homens do povoado. Chica, segundo lembrou a velha, fez os rapazes perderem a cabeça, abandonar trabalho, esposa e filhos; um cometeu suicídio e o outro foi “desgraçado” por ela. Sinhá Aninha era contrária à presença da moça e chegou até a dizer a sua mãe que “ela tinha parido uma obra do diabo”. Tempos depois, para alívio de Aninha, em uma festa, Chica conheceu um homem que a levou para longe de Riacho Doce (e que depois a assassinou por ciúmes). Quando pensa em Chica é para discordar de que Edna possuísse os encantos da sereia para seduzir e desgraçar os homens dali, pois, para a velha Aninha, “o corpo de sereia devia ser moreno como o de Chica” e não branco como o da “galega” (REGO, [1939] 1956, p. 138-139). Apesar de nunca ter simpatizado com ela, a velha não era da opinião de que a sereia era como a “galega nova”. Mas depois que a moça se envolveu com Nô e, por alguns momentos, ele se revoltou contra a avó, não apenas Edna, mas também ele passariam a ser “alinhados” ao diabo cujo intuito e presença em Riacho Doce era destruir o mundo de Aninha: “É o que estou dizendo. Esse menino veio para aqui a mandado do cão. Do inferno ele trouxe um mandado contra nós todos. Eu sei das coisas” (REGO, [1939] 1956, p. 211). Envolta em superstições e misticismos, Aninha domina, a seu modo, a situação com Nô, ao mesmo tempo em que destrói qualquer impressão positiva que ainda resistia no povoado sobre Edna. Depois da noite do ataque de Nô, em que a avó expulsou o “diabo” de seu corpo, todos concordaram de que “a velha Aninha soubera vencer as manobras do tinhoso e arrancara Nô das mãos miseráveis”. Quanto aos estrangeiros, “depois do caso de Nô, para os praieiros o demônio

⁸³ “[...] Era feliz. Suportava tudo de corpo leve, alma solta das algemas de outrora. Era amante de Nô. Só isto explicava tudo. Só ele lhe dera até aquele instante segurança de viver, bem-estar. E no entanto sofrera muito para chegar àquilo. Era amante do homem sonhado. Carlos já devia saber de tudo. Todos na praia sabiam. [...]” (REGO, [1939] 1956, p. 205).

passou a viver na casa grande do galego. Todos ali tinham parte com o diabo e a velha Benta vivia de cama e mesa com o cão” (REGO, [1939] 1956, p. 255). A fama sobra até para Benta, a cozinheira da casa, muito próxima à patroa, e acusada por Aninha de ter sido a “alcoviteira”.

Desse modo, todos os que se destinavam a Riacho Doce e procuravam “bulir com os poderes divinos”, ou com os de Aninha, eram considerados “invasores” que na visão dos *nativos* estavam empenhados em levar seus lares à ruína. Não é menos estrangeiro o dr. Silva, “o homem com o problema na cabeça, com a paixão da coisa. Cheio de um entusiasmo que o conduziria até à ruína” (REGO, [1939] 1956, p. 229), tão ou mais rejeitado do que os outros.

A chegada do dr. Silva foi vista com o mesmo ceticismo das investidas modernizantes anteriores, porque ele chegou ao local, comprou terras e procurou convencer os moradores a participarem dos trabalhos na sonda. Enquanto ele acreditava no petróleo que o enriqueceria, Aninha desconfiava que “havia alguma coisa mesmo por ali”, não petróleo, mas sim alguma empreitada demoníaca; para ela, “mexer nas profundezas da terra, furar, passar das águas, atravessar pedras, furar, só podia ser encomenda do demônio” (REGO, [1939] 1956, p. 113). A modernização que chegava ao local, aos olhos da velha, não traria benefícios, pelo contrário, representava a ganância do Silva e o pecado de mexer no que Deus deixou “guardado”. Assim como aconteceu com os turistas trazidos pelo governador, com o dono da fábrica de tecidos, todos sucumbiriam aos “poderes” do misticismo e da superstição. Independente de existir o petróleo, o destino da “invasão” não seria diferente das anteriores, pois, apesar de todas as promessas e realizações pretendidas, a tentativa de extração só trouxe a ruína a todos: Dr. Silva caminhava para a falência; Carlos foi preso pelo acidente na sonda e se afundava a cada dia mais no alcoolismo; Edna, desprovida do amor de Nô, encontrava-se mais deslocada e perdida do que antes; Nô perdeu sua essência, se parecendo mais como um homem sem alma do que com o Nô de antes. Nem Aninha escapa da ruína à qual todos estão condenados: ela perdeu o neto, que mesmo com “o corpo fechado” a tudo o que “era de fora”, após o contato com o estrangeiro não era mais o mesmo, sua “alma estava perdida” para sempre⁸⁴. O Riacho Doce foi extremamente afetado, a “invasão” o modificou e esse contato não poderia ser revertido. Apesar disso, com o estouro na sonda de extração, o ocorrido foi considerado uma confirmação da força e da sabedoria de Aninha:

⁸⁴ O “apagamento” de sua alma pode ser verificado no fato dele não cantar tão bem como antes; para a avó, era até melhor que não cantasse, pois sempre se incomodou com as “cantorias” do neto. Controladora, Aninha preferia Nô a seu lado independentemente da sua felicidade: “Nô, era o que se via, desde que o diabo se fora do seu corpo. O bicho comera-lhe a coragem, queimara as folhas daquela árvore. Andava triste, murcho [...]. A velha Aninha queria-o assim. Para que cantar à toa? Ninguém era passarinho, e cantar só para Deus, só para os defuntos. Nô era seu de corpo fechado, de alma morta, de coração frio” (REGO, [1939] 1956, p. 263).

Os pescadores comentavam a coisa botando a culpa para o dr. Silva. Ele queria furar o que estava escondido, o que era só de Deus. Era o mesmo que querer fazer do mar um criado. Bem que a velha Aninha dissera: “Deus tarda, mas não falta”. Era o castigo. Outras desgraças daquela viriam (REGO, [1939] 1956, p. 263).

A onisciência seletiva múltipla nessa cena “fala” em nome da comunidade que, com o acidente, reiterava a sabedoria de Aninha (“Quem estava com a razão era a velha Aninha”), assim como alarma a todos para o perigo de tentar “mudar as coisas da terra”. Se a razão era da velha e das desgraças por ela anunciadas, seu “reinado” continuaria até a chegada do próximo invasor; mas seriam desgraçados também os outros que tentassem medir forças com seus poderes sobrenaturais? A razão seria mesmo da velha Aninha? Riacho Doce, assim como os outros ambientes retratados na obra de José Lins do Rego, era um mundo que ruía. As palavras de Antonio Candido, sobre *Fogo Morto*, também podem referir-se aos indivíduos desse romance, estes também heróis de “decadência e de transição, tipos desorganizadas pelo choque entre um passado divorciado do futuro” (CANDIDO, [1945] 1990, p. 392)⁸⁵. O futuro era incerto, não se sabia o que se avizinhava ou quanto tempo a comunidade ainda resistiria.

Nos trechos finais, Edna tem o pressentimento de que algo bom lhe acontecerá com a aproximação do nascer do sol; para a moça, era um sinal de que “tudo agora ia nascer outra vez. As dores morreriam, os sofrimentos se acabariam. O mundo ia nascer outra vez” (REGO, 1956, p. 278). Ao nadar mar adentro, consciente de que nadava para a morte, Edna vai em busca de um recomeço, do renascimento, mas seu encontro com as águas no nascer do dia nos remete, ainda, a Neco que, no mar, vira a sereia e ela “era assim como ela, direitinho a galega nova” (REGO, 1956, p. 139).

⁸⁵ “Um romancista da decadência” foi publicado originalmente em *Brigada ligeira*, em 1945.

5. QUARTO CAPÍTULO – UM RIO IMITA O RENO

5.1 Palavras iniciais sobre o romance e o autor

A primeira colônia de imigrantes alemães no Brasil estabeleceu-se em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, cidade onde nasceu o escritor Clodomir Vianna Moog a 28 de outubro de 1906. Seu pai, Marcos Moog, era funcionário público e, contra a vontade da família descendente de alemães casou-se com uma professora brasileira, Maria da Glória Fialho Vianna. Na família Moog, germanófila, Clodomir era considerado brasileiro e inclinado ao nacionalismo; enquanto para os Vianna, ele era um alemão⁸⁶. Desse modo, desde a infância Vianna Moog vivenciou em seu contexto familiar a constante dificuldade em se integrar a um dos “lados”.

Em 1926, ainda estudante de Direito, foi aprovado em um concurso público para fiscal do Imposto de Consumo, atividade que exerceu por vários anos. Em 1932, após publicação em prol da realização de eleições durante a “Revolução Constitucionalista de 1932”, foi enviado para exílio no Amazonas, onde permaneceu até 1934, quando foi beneficiado pela anistia e pode regressar ao seu estado⁸⁷. Foi nessa estadia na região Norte do país que surgiria a inspiração para a criação de seu primeiro romance, *Um rio imita o Reno*, em 1939⁸⁸.

Lançado pela editora riograndense Globo, seu romance de estreia teve a primeira edição de cinco mil exemplares esgotada em apenas três semanas; a segunda edição saiu em novembro e teve tiragem de número semelhante. O sucesso do livro de Vianna Moog estava ligado à história narrada em seu enredo (textos sobre a colonização no sul do país eram ainda inéditos até o surgimento do romance) e aos acontecimentos que, naquele segundo semestre de 1939, abalaram o mundo: o início, em 01 de setembro, da II Guerra Mundial. A recepção

⁸⁶ Em sua tese de doutoramento, Ivânia Campigotto Aquino discorreu sobre a representação do imigrante alemão em romances riograndenses, dentre eles, *Um rio imita o Reno*. Acerca do enredo do romance, a autora chamou atenção para a composição familiar de Vianna Moog, para sua própria identificação (ou a falta dela) com a cultura alemã e seus debates intelectuais sobre o racismo: “O romancista traz duas etnias em sua origem, a lusa e a alemã. Segundo Dreher, ele teria dito, em 1976, que queria ser mais ‘Vianna’ do que ‘Moog’. Para além de possíveis gostos e escolhas quanto às etnias, podemos pensar que esse comentário é revelador de sua construção como escritor, que contava, dentre outras leituras, com as de Gilberto Freyre [de quem era amigo], sociólogo favorável à miscigenação. Nesse sentido, o que ele condena na sua narrativa, o racismo, é fruto de ideias fortalecidas no debate intelectual” (AQUINO, 2007, p. 129).

⁸⁷ Segundo consta em carta enviada por Vianna Moog ao amigo Mário Sovereira, ele não foi demitido do cargo público unicamente em decorrência de uma anistia negociada quando ele se rendeu com os outros revolucionários. Apesar disso, foi transferido para o Amazonas como forma de represália do Governo Federal (Carta de Vianna Moog a Mário Sovereira, em 02 mar 1967, apud WEBER, 2013, p. 65).

⁸⁸ Sua produção se divide em obras ensaísticas como *O ciclo do ouro negro* (1936), *Eça de Queiroz e o século XIX* (1938), *Heróis da Decadência* (1939), *Uma interpretação da literatura brasileira* (1942); de estudo social, *Bandeirantes e pioneiros* (1954); e ficcionais como *Uma jangada para Ulisses* (1959) e *Tóia* (1962).

de *Um rio imita o Reno* o tornaria um destaque de vendas dentre as publicações daquele ano, e ainda o levaria a ganhar, no início de 1940, o Prêmio Graça Aranha como melhor romance publicado de 1939⁸⁹. Ainda em 1940, *Um rio imita o Reno* ganharia mais destaque com a publicação de *Longe do Reno – Uma resposta a Vianna Moog*, romance de Bayard de Toledo Mércio que pretendia refutar a existência de germanismos nas colônias do Rio Grande do Sul mostrada na obra de Vianna Moog. Nesse ponto, é preciso ressaltar que o romance foi entendido, por alguns críticos do período, como um romance patriótico e de denúncia aos “desmandos” que ocorriam nas colônias. Acerca disso, um dos comentários mais alinhados a essa interpretação foi publicado em 30 de dezembro de 1939, na revista *Dom Casmurro*, por Romagueira de Oliveira. Após exaltar os talentos ensaísticos do romancista, expressos já no título da crítica, “O romance de um ensaísta” e garantir não se tratar de um romance de cego nacionalismo, completou: “Vianna Moog não publicou um trabalho de ufanismo desenfreado e excessivo. Não! O seu romance veio apenas demonstrar aos brasileiros, são de espírito e de inteligência, os erros que dominam certos elementos inadaptáveis que aqui aportam à procura de alimento [...]” (OLIVEIRA, 1939, p. 6). Já Wilson Lousada, em texto de fevereiro de 1940, na mesma revista, foi mais sutil do que Oliveira quanto a corroborar o tema central do romance, ao mesmo tempo em que fez críticas mais coerentes à obra e à (pouca) consistência psicológica das personagens, assim como à pouca liberdade que têm para se desenvolver enquanto figuras sólidas e humanas. Por outro lado, também apontou o caráter ensaísta do livro como um dos aspectos positivos e descreveu a escolha temática não como uma denúncia, mas sim como uma coerência à ordem das discussões locais e mundiais (LOUSADA, 1940, p. 6).

Apesar de relatos e confidências feitas por Vianna Moog nas décadas posteriores, e do entendimento que a sociedade da época pareceu ter de sua história, o próprio enredo do livro oferece uma interpretação de que, longe de denunciar desmandos, o autor revelava o racismo em ascensão no período com uma pontada de esperança, sugerida ao final, de uma convivência natural e pacífica proporcionada pelo crescimento da próxima geração, criada sem preconceitos.

A personagem principal de *Um rio imita o Reno* é um engenheiro amazonense chamado Geraldo Torres que, encarregado de construir uma hidráulica para a extinção do tifo na colônia de Blumental, se estabeleceu na cidade. Blumental é uma colônia alemã fictícia

⁸⁹ Na página da Academia Brasileira de Letras (da qual o romancista foi o terceiro ocupante da cadeira 4) consta a informação de que o ano de publicação de *Um rio imita o Reno* foi 1938. Trata-se de uma informação equivocada, pois, a partir da consulta de artigos e críticas publicadas nas principais revistas literárias da época, pode-se confirmar de que o livro foi publicado em 1939.

localizada no Rio Grande do Sul e que, apesar da semelhança no nome, segundo negativa do próprio Vianna Moog não havia nenhuma inspiração ou referência direta à colônia catarinense de Blumenau. Segundo o romancista, a Blumental narrada foi construída em uma mistura de São Leopoldo, sua cidade natal, e Santa Cruz, nas proximidades, com o intuito de que a localidade simbolizasse “todas as cidades de imigração germânica do Sul do Brasil” (Carta enviada a Mário Savereiga, em 02 mar 1967, apud WEBER, 2013, p. 75)⁹⁰.

Composto por 24 capítulos, o livro foi dividido em quatro partes marcadas por uma das estações de um ano. A chegada de Geraldo ocorreu no verão, estação estendida até o oitavo capítulo. O tipo de foco narrativo utilizado é a seletividade múltipla, porém, toda a primeira parte, “Verão” é narrada exclusivamente pelo ponto de vista do protagonista e se dá com a apresentação da colônia e de seus moradores. Diferentemente de todas as cidades que Geraldo conhecia, em Blumental a arquitetura, os costumes, as palavras trocadas na rua e a aparência das pessoas lembravam uma cidade alemã extraviada em território brasileiro. Seus dias se dividiam entre o trabalho na hidráulica, as conversas com os amigos, em especial o fiscal de consumo Armando, e o namoro distante com Lore Wolff. A segunda parte, “Outono”, se estende do nono ao décimo quinto capítulo e a família Wolff pode ser conhecida em seu íntimo a partir das conversas e discussões cotidianas em sua residência. A ida de Geraldo ao *kerb*, na área rural da colônia, proporciona-lhe a primeira boa impressão dos teuto-brasileiros. O comício do deputado Eumolpo Peçanha encerra a segunda parte.

Se estendendo do décimo sexto ao vigésimo capítulo, em “Inverno”, a candidatura de Geraldo para entrar no clube da cidade tem forte oposição de membros das duas famílias mais poderosas de Blumental: os Wolff (representados por Karl, irmão de Lore) e os Kreutzer (representados por Oscar, com quem Geraldo se desentendeu meses antes). Com a interferência dos amigos, Geraldo foi aceito, para desagrado dos germanófilos. Para os Wollfs, a impossibilidade de afastar o engenheiro de Lore é, por fim, contornada: Geraldo recebe uma carta da Companhia para a qual trabalhava exigindo que interrompesse o trabalho na hidráulica imediatamente e retornasse ao Rio de Janeiro. A ordem vinha após um acordo político dos Wolffs com o prefeito de Blumental. Com a partida do engenheiro sem a finalização da obra, apesar de estarem no inverno, uma nova epidemia de tifo se alastrou e Lore foi uma das moradoras a adoecer. A chegada de um primo da Alemanha divide a família

⁹⁰ Outro crítico a escrever sobre *Um rio imita o Reno*, foi Gonçalves de Campos que apontou a criação de Blumental como um grande acerto do romance por, realmente, “convencer-nos da existência de Blumental”. Um segundo ponto do texto do crítico foi o comentário de que o “mal” estava apresentado de forma tão “palpável” por àquelas páginas que parecia difícil não acreditar que Vianna Moog havia passado por situações semelhantes (CAMPOS, 1940, p.11). Mesmo Vianna Moog tendo ambientado o livro em uma cidade baseada na em que ele nasceu, não se pode afirmar de que os fatos narrados foram vividos por ele; no mais, são acontecimentos representados a partir da “poética” dos fatos e das experiências do romancista.

Wolff entre a preocupação com a doença de Lore e os motivos que levavam Otto a embarcar para o Brasil; para os Wolffs, Otto só poderia ser um enviado do governo nacional-socialista para estabelecer em Blumental uma pátria nazista. Na quarta parte, “Primavera”, a partir do vigésimo primeiro capítulo, Lore reestabelece-se e percebe a mudança que se operou em sua mãe, Frau Marta, durante sua enfermidade e, principalmente, após as novidades contadas por Otto. Apesar de internamente ansiar pelo retorno de Geraldo, conforma-se, por fim, com a impossibilidade do relacionamento. O rapaz, no Rio, ao receber notícias de Blumental por Armando rejeita a ideia de voltar à colônia.

Procurando discorrer sobre as representações do estrangeiro presentes no romance, este capítulo será dividido em duas partes de modo a verificar tanto as caracterizações construídas por brasileiros como aquelas que podem ser percebidas pela própria expressão das personagens estrangeiras na narrativa.

Assim, em “O núcleo nacionalista: as impressões dos estrangeiros pelos nacionais” o olhar e as opiniões de Geraldo sobre Blumental e seus moradores constituem um retrato da cidade cujos laços de identificação prendem-se às tradições do país de seus antepassados. O projeto de nacionalização das colônias colocado em prática após o Estado Novo, em 1937, figura entre os acontecimentos recriados na ficção à medida que os teuto-brasileiros defendem a manutenção das tradições germânicas e recusam o projeto de assimilação. A ida de Geraldo ao *kerb* na área rural destaca as diferenças entre os teutos. Enquanto os da região urbana se mostravam germanófilos e avessos ao contato com os brasileiros, no *kerb*, Geraldo percebeu a possibilidade de uma vivência comum e amistosa entre alemães e brasileiros que os poderia levar, enfim, à assimilação. Ao retornar do *kerb*, Geraldo se dirigiu ao comício do Deputado Eumolpo Peçanha, evento marcado pelo auge das tensões entre alemães e brasileiros. De um lado, figuravam os nacionalistas, representados pela personagem do velho Cordeiro, morador de Blumental e antigermânico convicto, que ao tomar a palavra se colocou a favor da nacionalização forçada da colônia. De outro, vê-se a maioria dos ouvintes indignados com as palavras do velho e prontamente defendidos pelo promotor e pelo deputado; o promotor causando pouca animação e o deputado levando o público ao delírio ao proferir seu discurso em alemão. As duas personagens, entretanto, rapidamente partem para a bajulação à colonização alemã da região, para desgosto de Geraldo que sai indignado com o apoio do deputado aos que se consideravam alemães, mesmo nascidos no Brasil.

Em “O núcleo germânico: a família Wolff”, nos capítulos em que a seletividade múltipla do foco narrativo se afasta do ponto de vista de Geraldo e narra o cotidiano da família Wolff podemos verificar em que medida a família representa o núcleo germânico de

Blumental. Nos debates e discussões empreendidas por Frau Marta, Lore, Karl, Herr Wolff e o dr. Stahl são destacadas as opiniões e as ideias dessas personagens de acordo com a expressão intelectual ocupada por cada uma dentro do enredo do romance. Além disso, também se observa como os membros se posicionam sobre temas como a assimilação, a preservação da cultura germânica, a identidade, o pertencimento, o nazismo e o preconceito étnico.

5.2 O núcleo nacionalista: as impressões dos estrangeiros pelos nacionais

Recriando uma colônia alemã do sul do Brasil, *Um rio imita o Reno* representa conflitos e discussões que, à época da publicação do romance, estavam alinhados à ordem e às tensões mundiais e nacionais, uma vez que aborda temas polêmicos da década, como as políticas nacionalistas do Estado Novo, o nazismo, o antissemitismo e a eugenia. Historicamente, a chegada dos primeiros colonos alemães no Brasil ocorreu em 1824, colonização que visava, além do encorajamento à agricultura e ao povoamento das regiões mais afastadas, o branqueamento da população. Como destacou Ricardo Seitenfus, um dos pioneiros no estudo da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os imigrantes que entraram no país entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, receberam terras em regiões ainda pouco povoadas, como os estados do sul e, por anos, viveram isolados do restante da população devido não apenas à extensão territorial do país, mas também à falta de comunicações e de organização administrativa das colônias (SEITENFUS, 2003, p. 12).

A minoria que estava no poder, conforme destacou Tânia Regina De Luca, em *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, defendia a necessidade de uma “recomposição étnica” da população, isto é, esperavam e defendiam que, com a política imigratória, certas contribuições provenientes dessas civilizações supostamente superiores, ou seja, arianas, se fundissem à brasilidade, num delicado processo de incorporação que deveria nobilitar a identidade local sem, todavia, lhe extrair as “idiossincrasias” (DE LUCA, 1999, p. 196). Dessa forma, a política imigratória, após a proclamação da República, passou a revelar, abertamente, seu ideal de branqueamento como parte de um projeto étnico-político defendido pelo recém-empossado Governo Republicano. Entre 1890 e 1899 entraram no país 690.365 italianos, 219.653 portugueses, 164.293 espanhóis e 17.084 alemães, o que demonstrava a “preferência” pelos imigrantes brancos europeus (CARNEIRO, 2003, p. 22-23). Entretanto, como ressaltou a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, a partir do momento em que o estrangeiro se tornou inoportuno à ordem instituída, defendendo “exóticas” reformas sociais e

políticas, como o comunismo e o anarquismo, e movimentos totalitários, como o nazifascismo, ou, ainda, permanecendo inassimilável, sua presença passou a ser questionada como “perigosa à composição racial da população ou à segurança da Nação” (CARNEIRO, 2003, p. 21). Ainda segundo Carneiro (2003, p. 21), na década de 1930, seja por sua etnia, cultura ou religião, a imagem do estrangeiro (in)desejável constituiu-se na relação da diferença com o “outro”, marcada, principalmente, pelos processos político-culturais ocorridos nesse período, que o converteram de símbolo de progresso, de civilização e de raça pura a elemento inassimilável, atrasado ou grosseiro. Nesse contexto, grande parte dos imigrantes, mesmo os brancos, passaram a ser rotulados “inaceitáveis” e muitos grupos que haviam entrado em larga escala antes de 1930 foram apontados como perigosos para a sociedade brasileira.

No âmbito da repressão a tudo o que soasse estrangeiro, a Constituição de julho de 1934 determinou que a entrada de imigrantes em território nacional passasse a sofrer restrições, estas seriam “necessárias à garantia da integridade étnica e capacidade física e civil do imigrante”. No parágrafo seguinte, ficava proibida a concentração de imigrantes em quaisquer localidades do território nacional, ficando a cargo da lei “a *seleção, localização e assimilação do alienígena*” (BRASIL, 1934, grifos meus). Nos anos que se seguiriam, com a instauração do Estado Novo, em 1937, a preocupação do Governo era nitidamente nacionalista, já que o projeto para o país proposto pelo golpe de estado defendia a necessidade de uma “coesão nacional”, ou seja, possuía um “objetivo de forjar uma nação, uma cultura e uma língua”, se contrapondo, assim, à heterogeneidade e às “liberdades das quais se [beneficiavam] as colônias estrangeiras” estabelecidas no país (SEITENFUS, 2003, p. 77).

Como poderá ser verificado no decorrer deste capítulo, *Um rio imita o Reno* é um romance cuja representação do cenário político e cultural marca o contexto em que foi publicado, uma vez que o romance chegou às livrarias em agosto de 1939, semanas antes do início dos conflitos na Europa e em um momento que a guerra já parecia eminente no cenário mundial. Até meados de 1938, as relações germano-brasileiras poderiam ser consideradas ótimas, mas a partir das primeiras medidas coercivas em prol da “coesão nacional” uma série de represálias foram executadas por ambas as nações.

No cenário político-social em que foi publicado, *Um rio imita o Reno* foi, à sua maneira, precursor da discussão desses conflitos aqui rapidamente delineados, uma vez que Vianna Moog – descendente de alemães e nascido em uma das maiores colônias do país – trouxe para o cenário literário um tema que, naquele ano, chegaria ao centro dos debates. No romance, o protagonista, Geraldo, chega à cidadezinha de Blumental às três horas de uma

sexta-feira de verão. Supersticioso, foi acomodado justamente no quarto de número 13. Vinte e oito anos, era o engenheiro que assumiria a construção de uma hidráulica na cidade para, assim, extinguir o tifo que adoecia e matava há tempos a população⁹¹. Nascido no Amazonas, era filho de um cearense que fez fortuna nos seringais para depois falir por falta de traquejo nos negócios, e de uma indígena descendente de nheengaíbas (povos extintos que teriam habitado a Ilha de Marajó); sua figura morena, desse modo, em tudo destoava do perfil típico de Blumental.

No hotel foi recepcionado em alemão por um funcionário que correu a chamar o dono, este falava a língua portuguesa, mas com forte sotaque, percebeu Geraldo. Após desfazer as malas, o rapaz saiu para uma primeira caminhada na companhia do secretário e do promotor de Blumental, duas personagens que dividem os dias entre as funções desempenhadas e as bajulações ao prefeito, o major – ou a qualquer outra figura notável que se encontrasse na cidade. Nas ruas, Geraldo espantou-se, de imediato, com a arquitetura das casas: com algumas exceções, eram todas de estilo germânico “umas quadradas, lisas, outras com o telhado em bico e a janelinha encaixada abaixo do vértice; outras ainda com sacadas de pedra mal entreabertas para a rua” (MOOG, 1939, p. 19); na cidade, tudo destoava da arquitetura colonial portuguesa com a qual Geraldo estava mais habituado. Os letreiros dos estabelecimentos comerciais eram escritos em alemão; as senhoras sentadas à porta no fim da tarde cumprimentavam os passantes e conversavam entre elas também em alemão. Pelo promotor e pelo secretário foi colocado a par das primeiras fofocas, sendo informado que para viver com o mínimo de sucesso ou bem-estar em Blumental era preciso falar a língua, do contrário jamais poderia ascender na cidade. Ao retornar ao hotel, Geraldo observou a paisagem em um misto de confusão e solidão: era como se estivesse distante do Brasil, em uma distância nunca vivenciada antes: “Tinha a impressão de que não fizera uma viagem de sete horas de trem; de que em sua vida se dera uma brusca parada, cujo remate era aquele súbito despertar. Parecia-lhe que tinha cruzado os oceanos e estava longe da pátria” (MOOG, 1939, p. 26). Nada avistado de sua janela podia remetê-lo às paisagens conhecidas na Amazônia ou nas cidades de colonização portuguesa, por isso, estranhava o que via:

⁹¹ O tifo é uma doença transmitida por uma bactéria contraída no consumo de alimentos ou de água contaminada por dejetos de pessoas infectadas. Essa doença, historicamente, causou um grande número de contágios e óbitos no Rio Grande do Sul no início do século XX e, as medidas de saneamento, como a construção de hidráulicas para tratamento de água e esgoto, junto à vacinação, contornaram o problema (RUCKERT e SCHWARTSMANN, 2018). Assim, a recriação do problema sanitário, no romance, seria controlado quando a obra ficasse pronta, e a melhoria nas condições de abastecimento de água, assim como no tratamento de esgoto, minimizariam o número de contaminações. Nas cidades sem o abastecimento por uma hidráulica, por exemplo, as pessoas consumiam água de poços que, muitas vezes, era contaminada pelos dejetos de esgoto infiltrados no solo.

Onde estaria? Percorreu novamente os pontos que sua retina acabara de visualizar. Na praça, ranchos loiros de moças passavam aos pares; no quiosque, ao redor das mesas, sob os plátanos, rapazes cobertos de bonés universitários, bebiam descansadamente o seu chope. Pareciam sentir-se ali tão à vontade, como se estivessem num bar de Heidelberg ou em Munich. Geraldo então atentou ainda mais para o quadro, retesando a atenção. Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim, era grave, rígido, tedesco.

Os sinos plangeram dentro da noite que se adentrava. Onomatopeia da melancolia. Como se estivesse ouvindo novamente o prelúdio do piano, um tumulto, uma angústia interior agarrava-lhe as entranhas. Geraldo teve vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil (MOOG, 1939, p. 26-27).

Da janela, Geraldo via a praça, o prédio da prefeitura ao centro; do lado direito, um quiosque à sombra de um arvoredos; um chafariz rodeado pelos canteiros de flores geometricamente plantados; ao leste corria o rio dos Sinos tão parecido com o Reno; a igreja protestante, a ponte e o monumento do cais lembravam as construções germânicas. O narrador, como no decorrer de todo o romance, utiliza-se da onisciência seletiva múltipla e ao descrever Blumental o faz através da visão que Geraldo tinha da paisagem através de sua janela. São as impressões da personagem, descritas em discurso indireto-livre, que procuram convencer o leitor de que a colônia podia ser como qualquer cidade alemã, Heidelberg ou Munique, as pessoas que caminhavam por aquelas ruas da aparência ao comportamento poderiam ser qualquer jovem alemão desfrutando de um chope no início da noite. Parte para a construção de estereótipos à medida que diferencia a “rigidez alemã” do que lhe era familiar; na cena, ao chamar atenção para a característica grave, rígida, tedesca do que via, lamenta ser tudo tão organizado e frio o fazendo sentir saudades do Brasil. Apesar da sensação de não-pertencimento presente nessa cena, horas antes, ao desfazer as malas, a proximidade de Geraldo com a cultura alemã já despontava a possibilidade da personagem “adequar-se” rapidamente. Enquanto pensava nas dificuldades que poderiam surgir durante seu trabalho na hidráulica, é a uma passagem de Goethe que recorre: “O engenheiro tirava conclusões: – pensar é fácil, agir é difícil, mas a vida só pertence aos que sabem unir o pensamento à ação. Tomou o livro de Goethe, onde figurava a passagem que em tempos lhe suscitara o conceito” (MOOG, 1939, p. 13). Para Luís Bueno (2006, p. 480), tanto nesse momento quanto nos trechos em que Geraldo aprecia a música, a literatura e a filosofia alemãs revelam na personagem “um impulso para o outro”, isto é, uma abertura pessoal ao contato e ao conhecimento de um “outro” que era a cultura alemã vista de uma perspectiva nacionalista e que, no enredo do romance, ressaltava o absurdo da rejeição sofrida por ele. O deslocamento que encerra o primeiro capítulo perseguirá a personagem em todas as tentativas de se assimilar, pois, apesar de Geraldo ir às festas tradicionais germânicas, se candidatar para sócio

no clube ou se apaixonar por Lore, ele continuará a ser rejeitado até, por fim, ser expulso da cidade.

Mas com o passar dos dias, iniciados os trabalhos na hidráulica, Geraldo sentiu alegria ao conviver com os funcionários e perceber a integração em que eles viviam: “Loiros, morenos, caboclos, mulatos, cafuzos, negros, alemães, polacos, teuto-brasileiros, luso-brasileiros, viviam todos numa perfeita comunhão. Uma variedade humana como Geraldo ainda não tinha visto” (MOOG, 1939, p. 29). Todos viviam no bairro operário – segregados da paisagem urbana pelos industriais que, como os Wolffs, construíram casas para seus operários em uma determinada parte da cidade – e a diversidade e a harmonia vista no trabalho também estava na composição familiar: descendentes de alemães eram casados com negras e vice-versa. Dentre os operários, percebe-se que a segregação étnica não atingia preconceito racial como dentre as camadas mais abastadas de Blumental. Ao descrever as impressões e construir hipóteses para identificação dos operários, o protagonista parte, rapidamente, para a estereotipia ao comentar sobre aquelas famílias a partir de características redutoras e simplificadas⁹²:

[Os operários da hidráulica] Moravam nas circunvizinhanças, ao redor da Fábrica, no bairro operário. Havia ali casais curiosos: teutos e alemães casados com cabrochas; alemães repolhudas casadas com morenos e mestiços. A garotada que brincava junto às obras afinava pelo mesmo diapasão: meninos loiros, morenos, tipos claros de cabelo vermelho, faces cheias de sardas; sararás de olhos muito azuis. Ao recolher do trabalho Geraldo se dava ao jogo de adivinhar a quem pertenciam as casas do caminho. Estabelecera um critério que reputava seguro. Onde houvesse um chalé com jardimzinho na frente, cortinas nas janelas, uma aparência agradável de asseio, lá devia morar uma dona de casa loira; nas casas descuidadas, de pintura desmaiada, com portões a cair, a dona havia de ser morena. Quase sempre acertava. Um dia, porém, um dos chalés que mais lhe tinham chamado a atenção ofereceu-lhe uma surpresa: um bando de negrinhos metidos em camisas de brancura imaculada, apinhados na janela (MOOG, 1939, p. 30).

No bairro operário a convivência interétnica se mostrava possível tanto pelos casais como pelas crianças que brincavam pelas ruas. Geraldo, ao descrever a aparência das moradias, criou um padrão que julgava infalível: nas casas “asseadas” e bem cuidadas, moraria uma branca; nas descuidadas, uma morena, ou seja, uma mestiça. Absurdo e preconceituoso, seu “padrão” desmorona quando ele avista vários “negrinhos” vestidos em roupas imaculadamente brancas à janela de uma das casas. O fato de serem crianças negras levam-no a crer que ali vivia uma mulher negra que, contrariando suas expectativas, era tão

⁹² O estereótipo, para Hall, pode ser reconhecido como uma série de características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” que, por serem exageradas e simplificadas, reduzem, essencializam, naturalizam e fixam a “diferença”. A estereotipagem divide o “normal e aceitável” do “anormal e inaceitável”, excluindo, assim, o que é diferente (HALL, 2016, p. 191).

asseada como seriam as mães brancas. Na cena, em discurso indireto-livre, destaca-se o uso de vocabulário preconceituoso, como “cabrochas”, “alemãs repolhudas” e “saráás”. O substantivo “cabrocha” era utilizado para se referir a uma pessoa como mestiça, mas está em desuso devido ao seu sentido pejorativo. “Cabrocha” deriva do termo cabra que, no *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, de 1832, incluía no verbete uma definição com o sentido de “filho de pai mulato e mãe negra, ou ao contrário” (PINTO, 1832, p. 171). O adjetivo “repolhuda” pode, atualmente, ser considerado um uso em sentido figurado, entretanto, nesse mesmo dicionário, um século antes da publicação de *Um rio imita o Reno*, “repolhudo” era um termo utilizado para se referir a “grosso e roliço como o repolho” (PINTO, 1832, p. 918), ou seja, sua carga semântica no romance é em referência a forma física arredondada e rechonchuda das mulheres alemãs. Já o termo “saráá” vem do tupi e tanto pode ser um tipo de inseto (formiga) de cor castanho-escuro com pelos ruivos como o substantivo utilizado para se referir aos mestiços de brancos e negros cujas principais características físicas são os cabelos crespos loiros ou ruivos, assim como a pele ou os olhos claros.

Daquelas casas, só as construídas e destinadas aos funcionários da Wolff & Filhos eram rigorosamente padronizadas e não possibilitavam a Geraldo a criação de hipóteses sobre as moradoras: “Só no correr de casas que Wolff & Filhos mandaram construir para seus operários, não podia fazer distinções. Eram habitações rigorosamente padronizadas” (MOOG, 1939, p. 30).

Suas outras andanças pela cidade nos oferecem mais descrições sobre Blumental e as pessoas. Em uma tarde, após o almoço com Armando, o fiscal do consumo, Geraldo foi ver a obra da igreja católica. Armando explicou ao amigo que a competição entre católicos e protestantes se dava daquela forma: cada lado queria ter a igreja e a casa mais bonita, por isso, havia grande união e doação dos colonos da região para a construção de projetos como aquele. Sentados na praça, avistam um pelotão de jovens escoteiros se aproximando. Impecavelmente alinhados, “marcham com ênfase, em passo de ganso”, fazendo Geraldo lembrar dos garotos da sua terra que, ao contrário daqueles, marchavam despreocupados e desinteressados nas formaturas do Grupo Escolar. Muito diferentes dos “meninos da beira do rio”, os rapazes de Blumental marchavam com seriedade e de tão parecidos entre si era quase impossível distingui-los (“Claros e fortes, avançam com ímpeto marcial, de cenho carregado, batendo os saltos dos sapatos grossos, como se quisessem pulverizar ainda mais a areia do macadamo”). Quando param, ao comando do chefe, o porta-estandarte que empunha a bandeira com o símbolo da suástica se destaca. Ao vibrante “HEIL HITLER!” o pelotão

responde efusivo “HEIL! HEIL! HEIL!”. Para Geraldo, era como se o transportassem para o cinema e ele estivesse assistindo a um filme de propaganda do nacional-socialismo ou do fascismo italiano; ao fundo de seus pensamentos, os gritos dos alto-falantes do cinema exaltando o Führer e o Duce se misturam aos brandos dos escoteiros: “Geraldo continua a ver as multidões do cinema. Multidões compactas, automáticas, de braço levantado. Multidões ululantes. E ouve as vozes, como se ali perto as propagasse em grandes ondas sonoras um possante alto-falante: ‘DUCE, DUCE’ ... ‘HEIL, HITLER’ ... FÜHRER...” (MOOG, 1939, p. 38).

O engenheiro se distrai, porém, com o ruído feito pelos pardais acima de sua cabeça. Era fim da tarde e os pardais só se silenciariam quando anoitecesse.

Por cima da cabeça de Geraldo, grasnam os pardais. Fazem um ruído ensurdecedor. Aquilo não é canto: é um matraquear infernal. Debalde procura Geraldo distinguir naquele coro de vozes um som diferente, uma melodia, um chilreio, um pi-pio de outro pássaro. Dir-se-ia que os pardais só queriam atordoar, apossar-se do ninho dos outros, e que o seu lema era este: abaixo os diferentes! E um novo pensamento assaltou-lhe o espírito. Quando os pardais chegam em bando, os pássaros de canto têm de emigrar. Refugiam-se nos bosques: o canário, o bem-te-vi, o sabiá, o pintassilga, a cotovia, os artistas da selva, não podem cantar onde há pardais. E os pardais gostam de publicidade, da praça pública. Gritam para se fazer notados. A imaginação de Geraldo transportou-o para a selva amazônica, onde cantava o uirapuru. Todos os ruídos da floresta cessavam. Os animais de presa, a onça, a suçuarana, já não rugem, os guaribas param com seus gritos, já não se ouvem os guizos da cascavel. Faz-se silêncio para receber o canto do uirapuru, um pássaro feio, encolhido, sem plumagem, o pássaro mais feio da floresta.

Que pretenderão os pardais? – pergunta Geraldo a si mesmo. Que destino terão dentro da natureza? Olhava nesse instante para um pequeno busto de pedra, noutro recanto da praça. Estava coberto de excrementos dos pardais. Então concluiu consigo mesmo, tendo nos lábios a expressão de um sorriso interior: talvez o destino dos pardais seja fazer porcaria nas estátuas (MOOG, 1939, p. 39).

Após a passagem do pelotão, o “matraquear infernal” dos pardais pode ser entendido como uma metáfora para a situação vivenciada em Blumental. Conforme refletia a personagem, por ser uma espécie considerada dominadora, o pardal expulsava outros pássaros que, sem poder ter o canto ouvido em meio ao grupo homogêneo, exótico e não brasileiro, emigravam para outras regiões. Em meio ao grasnado dos pardais, Geraldo procurava em vão ouvir outros cantos, mas não havia na cidade espaço para outros sons. Na metáfora, portanto, os pardais representavam os alemães que, contrários às diferenças e à assimilação, dominavam todo o cenário local e não ofereciam nenhuma possibilidade à diversidade. Tudo leva a crer, desse modo, que a mensagem expressada na cena seja uma crítica à “dominação” da cultura germânica em Blumental que, ruidosa e dada à publicidade, em praça pública

declarava apoio e dedicação a governantes de Estados europeus. Mas ao relembrar do uirapuru que cantava na floresta amazônica, Geraldo ressaltou que, apesar de ser “um pássaro feio, encolhido, sem plumagem, o pássaro mais feio da floresta”, quando cantava todos os animais se calavam para ouvir. Se os escandalosos pardais eram os alemães, o uirapuru representava muito bem os brasileiros que, apesar da aparência pouco atraente, faziam até a onça e a suçuarana ouvir seu canto. Para o protagonista, era um deleite pessoal concluir que os pardais tinham como destino unicamente fazer “porcaria nas estátuas” em praça pública; enquanto cabia ao uirapuru “reinar”.

O sentimento de Geraldo remete à estruturação sociocultural de Blumental e ao modo como era considerada no cenário nacional. Dado o processo histórico como as colônias foram estabelecidas, os brasileiros realmente figuravam um elemento pouco representativo, como foi sentido pela personagem. Quanto às diferenças culturais e sociais produzidas nesse contexto, conforme Giralda Seyferth destacou, não significava que o sentimento de etnicidade alemã fosse mais intenso nas colônias; na realidade, a concentração dos grupos de imigrantes e descendentes naquelas áreas restritas e afastadas do contato com o restante da sociedade brasileira foi utilizada pelo Estado Novo como respaldo para a construção e a condenação de uma imagem do imigrante inassimilável e perigoso para a segurança nacional (SEYFERTH, 1999, p. 202-203).

Quando da sua publicação, *Um rio imita o Reno* foi considerado um romance incentivador das tentativas do Estado Novo de nacionalizar as colônias, além de denunciador da propagação de ideias nazistas no meio germânico. Polêmico, o livro foi lançado pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, momento em que o conflito já estava eminente e o nazismo em plena ascensão na Europa (mas também na comunidade alemã brasileira, como procurou mostrar Vianna Moog). A boa repercussão da obra, entretanto, teve certa ajuda das circunstâncias. É preciso destacar que desde o início do Estado Novo, em novembro de 1937, a ideia de uma Campanha de Nacionalização já vinha sendo aventada⁹³. No Rio Grande do Sul, em específico, procurava-se nacionalizar o ensino, uma vez que nas escolas, até então, as crianças eram ensinadas majoritariamente em alemão por um professor escolhido na comunidade. Colaborando para o projeto nacionalista, o Secretário Estadual de Educação da época, Coelho de Sousa, autorizou a compra de diversos exemplares de *Um rio imita o Reno* para distribuição nas escolas; mesma escolha fez a secretaria de Santa Catarina. Um outro

⁹³ De acordo com Giralda Seyferth, na República Velha houve intervenção estatal em instituições alemãs durante a I Guerra Mundial que, no período entre 1917 e 1919, atingiu a população teuto-brasileira e interveio na imprensa e nas escolas alemãs particulares exigindo que o ensino nas colônias passasse a ser bilíngue, assim como a introdução das disciplinas de história e geografia do Brasil (SEYFERTH, 1999, p. 199).

motivo que notabilizou o romance foi a reação da Embaixada alemã no Brasil ao solicitar a apreensão do livro ao Itamaraty por ser contrária às supostas denúncias feitas pelo romancista sobre a comunidade teuto-brasileira. O livro não foi apreendido, pelo contrário, dado o verdadeiro sucesso e a curiosidade que o enredo despertou, semanas depois teve uma segunda edição (WEBER, 2013, p. 71-72).

Historicamente, apesar da boa cooperação entre Brasil e Alemanha mantida no decorrer da década de 1930, com diversos acordos firmados entre os países (acordos comerciais, policiais, políticos, diplomáticos e militares), nos anos finais da década, indícios de que a relação com o Reich enfrentava dificuldades já podiam ser percebidos. Desde 1936, o Brasil procurava – sem sucesso – driblar o problema do alistamento militar obrigatório germânico por meio de um acordo com a Alemanha, uma vez que os teuto-brasileiros eram, pela legislação alemã, considerados cidadãos alemães, apesar de serem nascidos no Brasil ou naturalizados brasileiros. Na Alemanha, desde 1935, todos os cidadãos alemães eram obrigados a cumprir o serviço militar no país, independentemente da nação de residência. Segundo Seitenfus (2003, p. 29), uma lei alemã de 1913 conhecida como *Reichs und staatsangehörigkeitsgesetz* estipulava a origem (*jus sanguinis*) e não o lugar de nascimento (*jus solis*) como definidor da nacionalidade, logo, independente de onde nascessem ou residissem, os teuto-brasileiros seriam considerados cidadãos alemães. Desse modo, para o Reich, a possibilidade de “abrir mão” de seus “súditos” estava fora de cogitação ou acordo. No mais, a própria formalização de uma identificação étnica teuto-brasileira estava ligada a esses princípios de identidade e pertencimento à nação alemã, mas também ao reconhecimento de que a reivindicação dos direitos para participação na “nova pátria” se tornava proveitoso para o desenvolvimento da colônia e a participação política e ascensão social, conforme apontou Seyferth (1999, p. 203). Ainda segundo essa autora, o uso da identidade com hífen (teuto-brasileira) sugeria a vinculação tanto à Alemanha, a nação-mãe, como ao grupo étnico e nacional portador de uma cultura, uma língua e uma origem étnica diversa da dos brasileiros; mas também, ao Brasil, na condição de cidadão que, contudo, não abdicou de sua etnicidade. Mesmo assim, a maioria dos colonos não se identificava como teuto-brasileiros (*Deutschbrasilianer*) e sim como alemães (*Deutsche*) (SEYFERTH, 1999, p. 203).

Mas a crise na diplomacia entre as nações se intensificou apenas no final de 1937 quando uma série de determinações foram colocadas em prática para contornar “a questão das minorias”. Após o golpe que instaurou o Estado Novo, Vargas também trouxe para o centro das discussões a necessidade da “coesão nacional”, isto é, a criação de uma nação totalmente

integrada (o nacionalismo é, por sinal, um dos princípios ideológicos fundamentais do fascismo europeu, onde o Estado Novo brasileiro foi buscar “inspiração”)⁹⁴. As primeiras medidas colocadas em vigor proibiam os estrangeiros de praticar qualquer atividade de natureza política; de criar ou manter organizações que visassem a propaganda ou a publicidade de ideias ou políticas estrangeiras; de organizar desfiles, passeatas, comícios ou reuniões; de manter jornais, revistas ou conceder qualquer tipo de entrevista ou depoimento à imprensa. A seguir foi decretada uma regulamentação que definia um sistema de cotas para a entrada de estrangeiros no país; e, ainda, a nacionalização do ensino primário visando a assimilação (SEITENFUS, 2003, p. 100-102)⁹⁵.

Até a criação do decreto, cabia exclusivamente aos colonos instalar uma escola, uma vez que a organização das colônias foi feita de forma independente e sem nenhuma ajuda ou assistência governamental para a criação e subsistência de escolas ou hospitais. Dessa forma, as crianças eram educadas por um professor escolhido para ensinar língua e cultura alemã. Com a nacionalização do ensino, conflitos foram criados tanto de forma local, com rejeição da população das colônias à modificação no sistema de ensino, como internacionalmente com uma sequência de queixas apresentadas pelo embaixador alemão, Karl Ritter, ao Itamaraty, em dissenso às práticas empregadas pela campanha nacionalista. Em 1939, quando publicou *Um rio imita o Reno*, Vianna Moog não deixou de representar no enredo esses conflitos, como pode ser verificado na conversa mantida entre Geraldo e Alzirinha, a professora da escola pública, durante o *kerb*. Ao ser questionada pelo rapaz das dificuldades e desafios encontrados para lecionar, a moça explica que, por ser a primeira professora enviada à colônia, o grande empecilho para o sucesso do ensino não era os alunos, mas sim o pastor que, resistente à ideia de que as crianças fossem educadas em língua portuguesa, incentivava os pais a não enviarem seus filhos à escola estadual, e sim à municipal onde seriam ensinados em alemão. O entrave entre ambos, completa, havia se agravado após a recusa de Alzirinha em ceder o horário da manhã para que o pastor ensinasse religião.

Mesmo reconhecendo que o ensino apresentava desafios – uma vez que as crianças eram expostas à língua portuguesa de uma forma que antes não acontecia –, era a relação com o líder protestante que gerava o principal conflito para a profissão de Alzirinha. A resistência do pastor é explicada no romance como uma prática de interesse antinacionalista, isto é, uma

⁹⁴ “O princípio da *coesão nacional* não pode tolerar a existência de núcleos humanos mal integrados. Torna-se, então, evidente que o objetivo de forjar uma nação, uma cultura e uma língua únicas contrapõe-se às liberdades das quais se beneficiam as colônias estrangeiras estabelecidas no sul do Brasil. Degrada-se rapidamente a relação entre o governo e ditos grupos durante os meses de novembro e dezembro de 1937, provocando reações nos respectivos países de origem” (SEITENFUS, 2003, p. 77).

⁹⁵ Respectivamente, Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938; Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938; Decreto-Lei n. 639, de 20 de agosto de 1938; e, Decreto-Lei n. 868, de 18 de novembro de 1938.

atitude premeditada para prejudicar o ensino e a campanha nacionalista que a professora colocava em prática a serviço do governo. O que ficava subentendido na atitude do pastor era que ele utilizaria as aulas de religião para disseminar o nacional-socialismo entre os alunos (“Em verdade, não queria ensinar religião; a religião fora apenas pretexto para suas propagandas antinacionalistas”). O interesse “paralelo” do pastor na insistência pelas aulas de religião representa, inclusive, uma desconfiança histórica que fez a polícia suspeitar de que, devido à influência do protestantismo na comunidade germânica, ocorria a disseminação da ideologia nazista durante as pregações, como apontou Perazzo (1999, p. 54-55) em seu estudo sobre o “perigo alemão”⁹⁶. À mesa, além de Geraldo e Alzirinha encontravam-se Armando, Hans, Ruben Tauben (de apelido Fogareiro) e um homem desconhecido (o narrador se refere a sua figura por seu ofício, é chamado de “o seleiro”)⁹⁷. É ele quem, ouvindo a narrativa da professora, defende o ponto de vista do pastor quanto à preservação das tradições germânicas. Reproduzindo o que sempre ouviu, nos trinta anos em que morava em Tannenwald, afirmou ser “em benefício do próprio Brasil que ele procurava manter as tradições germânicas. Os que perdiam contato com essas tradições enfraqueciam, degeneravam” (MOOG, 1939, p. 156). A ideia de que a assimilação poderia degenerar os grupos considerados superiores era contrária à miscigenação e embasadora das teorias defensoras da existência de raças puras e mais “avançadas”, como a ariana.

Por não compactuar com ideias de preservação cultural ou étnica, Hans (descendente de alemães e noivo de Alzirinha) apresentava opinião contrária à do seleiro. Para o jovem, aqueles que defendiam a perpetuação das tradições germânicas não o faziam para benefício dos colonos, mas sim porque tinham receio de que a colônia se nacionalizasse por completo e, assim, eles perdessem o público sempre influenciado por suas inclinações políticas em prol da Alemanha: “No dia em que a colônia se nacionalizar por completo, eles não poderão mais vender os seus jornais e fazer propaganda política, por conta da Alemanha – volveu Hans

⁹⁶ “A polícia também chegou a articular, sob a ótica da vigilância e da suspeição, a ideia da existência desse perigo. A Polícia de Porto Alegre, em um relatório sobre religião e política nazista, datado de 07 de julho de 1939, expõe a influência da religião protestante entre a comunidade alemã do sul do Brasil, que em suas pregações, disseminava a ideologia nazista, constituindo um veículo dos mais autorizados e eficazes para tal propaganda. Além de a religião unir muito mais os homens em torno de um ideal e ser muito menos efêmera que as plataformas políticas, ela estaria a salvo da ação vigilante da polícia brasileira” (PERAZZO, 1999, p. 54-55).

⁹⁷ Ruben Tauben, ou Fogareiro, é o único dos amigos de Geraldo em Blumental que era descendente de alemães. Sua figura chamava atenção pelo “cabelo de fogo”, “a cara muito vermelha” e as roupas folgadas – “Da porta do Hotel Centenário se encaminha para o quiosque um homem de cabelo de fogo, a cara muito vermelha, a roupa de brim pardo folgada no corpo. Ao avistá-lo, Armando dá um salto da cadeira de ferro e sai-lhe ao encontro, de braços abertos, num impulso espontâneo de comunicação” (MOOG, 1939, p. 42). É na companhia de Fogareiro e Armando que Geraldo frequenta os locais de maioria alemã, como o *kerb* e o clube da cidade. Armando, apesar de brasileiro, frequenta os estabelecimentos alemães e é sempre tratado com amabilidades por causa de seu ofício de fiscal de consumo que lhe concedia certa autoridade local.

Fischer” (MOOG, 1939, p. 157). Como em outras passagens do romance, o texto ganha um tom avesso aos alemães alinhados ao nazismo com o comentário de Hans de que estes prejudicavam os comerciantes brasileiros ao “impedir” que os colonos entrassem em seus estabelecimentos: (“O dono de uma confeitaria abriu falência e acabou se suicidando, porque os nazistas impediam a entrada de gente da colônia alemã em sua casa”); a mesma “sabotagem” acontecia com os jornais de oposição ao nacional-socialismo, continuou Hans, como o *Volksstimme* de Porto Alegre que estava abrindo falência: “Por isso mesmo está lutando com as maiores dificuldades. Tiraram-lhe todos os anúncios por ordem do Reich” (MOOG, 1939, p. 157)⁹⁸. Inflamado com a discussão, Hans representava o pensamento de um grupo que não era maioria em Blumental. Se opondo à opinião de que a miscigenação degenerava os povos supostamente superiores, ele era a favor da assimilação, por isso, defendia o casamento com brasileiros – por uma recordação de Lore descobrimos que quando conheceu Alzirinha, Hans estava quase comprometido com uma moça da colônia, relacionamento que agradava seus pais; contudo, tudo mudou quando ele viu a professora, por quem se apaixonou (MOOG, 1939, p. 111) – e a investida federal pela nacionalização das colônias⁹⁹.

Armando, interessado no andamento da discussão entre Hans e o seleiro, pergunta como o pastor lidava com os casamentos na colônia, ou seja, se obtinha sucesso em convencer os teutos a se casarem apenas entre eles. Foi Fogareiro quem contou que as “coloninhas” gostavam de casar com brasileiros e que encaravam a união como uma ascensão social porque não precisariam mais trabalhar no campo. Desse comentário podemos depreender a diferença na estruturação social das colônias, pois, enquanto as moças residentes da área urbana e pertencentes às famílias burguesas, como Lore, eram interdidas de se casarem com

⁹⁸ Um jornal escrito em alemã intitulado *Volksstimme* (Vozes do Povo, em tradução livre) existiu no Rio Grande do Sul e circulou entre junho de 1930 e abril de 1939. Quanto ao pensamento político de suas páginas, ele tinha inclinação ao catolicismo e oferecia oposição ao Interventor do estado.

⁹⁹ Acerca da existência de grupos nas colônias que apresentavam opiniões díspares quanto ao projeto nacionalista, Seitenfus destacou: “A colônia alemã não se apresenta de forma monolítica. Três grupos distinguem-se em sua composição; o primeiro deles deseja a incorporação imediata à nacionalidade brasileira, pois suas condições de assimilação fazem com que ele já ignore a língua de origem. Um segundo grupo é formado pelos *tradicionalistas* e representa a maioria da colônia, que mantêm vivos a língua, as artes e os hábitos germânicos. São católicos e protestantes que, por motivos de ordem espiritual, não têm atração pelas ideias nacional-socialistas. Enfim, o terceiro grupo – o mais restrito numericamente, no entanto, o mais ativo – mantêm contatos estreitos com as autoridades diplomáticas, políticas e partidárias alemãs no Brasil, aderiu às ideias nacional-socialistas e, segundo Coelho de Souza, pode ser considerado uma 5ª coluna” (SEITENFUS, 2003, p. 102-103). Desse modo, Hans e “as coloninhas” podem ser identificados como pertencentes ao primeiro grupo; os Wolff, a família alemã central do romance, poderia ser considerada do segundo grupo, mas por sua inclinação às ideias do nacional-socialismo, também poderia pertencer ao terceiro. Apesar das insinuações feitas na narrativa de que os Wolff compactuavam com as diretrizes do Partido, não fica claro se algum dos membros exercia qualquer atividade política em benefício do NSDAP. Uma discussão chega a ser abordada pelo dr. Stahl sobre a incongruência da família ser cristã e simpática ao nacional-socialismo está presente no capítulo 12, como veremos adiante.

brasileiros, as que viviam e trabalhavam no campo faziam exatamente o contrário: apesar da constante insistência do pastor em as convencer de que a união fora da comunidade germânica as faria “enfraquecer” ou “degenerar”, elas casavam com intuito de abandonar o trabalho na roça, ao qual estariam “condenadas” caso se casassem com um dos homens da colônia. Já o motivo do escândalo de Geraldo com a pergunta de Armando não fica claro neste trecho – “Como é que o pastor encara os casamentos na colônia? – pergunta Armando, com escândalo de Geraldo” (MOOG, 1939, p. 157) –, apenas páginas a frente, enquanto jantava, podemos subentender que o sentimento do rapaz (de escândalo) era acima de tudo a tomada de consciência da barreira que a família de Lore colocaria entre eles caso insistissem no namoro. Na parede, o engenheiro avista um quadro escrito em alemão que só conseguiu decifrar após tradução de Alzirinha (“Tenha cuidado, inquiete-se, mas não muito. Tudo há de acontecer como Deus quiser”) e, supersticioso, já levanta a possibilidade da “mensagem” não ser mero acaso:

Geraldo sorriu. Aquele conselho do quadro seria uma simples coincidência? A conversa sobre o pastor levantara-lhe a ponta do mistério. Lore não viera porque a família se opusera; não queria namoros com brasileiros não arianos. Era da *elite* da cidade, da igreja protestante evangélica de língua alemã. Pela primeira vez teve a nítida consciência da enormidade de muralhas que ele e Lore teriam de transpor se quisessem seguir até ao fim os impulsos do coração (MOOG, 1939, p. 160).

A família Wolff, como foi contado a Geraldo no início do romance, era dona da fábrica de sandálias e do curtume e, segundo afirmavam seus membros, o velho Wolff, o primeiro a chegar ao Brasil, nunca foi colono tendo emigrado por motivos políticos e desde o princípio sido um industrial¹⁰⁰. Factualmente, o perfil dos primeiros imigrantes realmente era de agricultores – o que satisfazia a intenção governamental de colonizar aquelas regiões pouco habitadas –, mas, a partir de 1848, conforme ressaltou Caroline Luvizotto (2009, p. 19) em seu estudo sobre a cultura gaúcha, os imigrantes já apresentavam um novo perfil, sendo, em grande parte, artesãos, assalariados urbanos e rurais que, por serem também exilados políticos, social-democratas e anarquistas alemães, deixavam a Alemanha.

Mas o que ainda fica subentendido no comentário de Fogareiro era uma reprodução do senso comum de que, ao contrário dos teutos, os brasileiros não realizavam tarefas agrícolas; o processo de chegada e estabelecimento de colonos já contribuía para o estereótipo de que os brasileiros não eram inclinados ao trabalho duro nas plantações. Desse modo, o trabalho no campo era uma atividade considerada “de colono”. Nessa conjuntura, Seyferth (1999) aponta outra característica de como a colonização alemã foi construída como um símbolo étnico que exaltava as virtudes do “trabalho alemão” e do “espírito pioneiro” dos imigrantes, a partir de

¹⁰⁰ O cortume é o estabelecimento onde o couro é trabalhado.

um “discurso etnocêntrico ao qual não faltaram referências raciais, em especial no confronto com o ‘outro’ mais próximo do colono, o brasileiro rural, chamado de caboclo, em sentido pejorativo, denotando suposições de inferioridade étnica” (SEYFERTH, 1999, p. 203-204).

Com a proibição do tráfico de escravizados, em 1850, e com a Abolição, em 1888, os imigrantes se tornaram uma via para contornar o problema da mão de obra, ao mesmo tempo que cumpriam o projeto de no futuro contribuir para o branqueamento completo da população, como mencionado. A própria condição de estrangeiro, aliás, já associava-os diretamente àquele que trabalhava, pois, mesmo o trabalho tendo sido, por séculos, tarefa exclusiva dos escravizados, a figura do mestiço como malandro não inclinado ao trabalho manual, intensificada na década de 1930, persistia como marca do preconceito que os associava à vagabundagem e ao descaso pelo serviço braçal¹⁰¹.

No romance, os colonos realmente são apontados como trabalhadores braçais, interpretação que sobressai a partir do comentário de Fogareiro de que as “coloninhas” gostavam de casar com brasileiros para escapar do trabalho na roça. Apesar do desejo no casamento indicar um fato decorrente da estrutura social na área rural – e um meio de se desvencilhar dele –, revelava também uma inclinação ao processo de assimilação que, na área urbana, só parecia viável dentre as classes menos abastadas. No meio urbano e industrial de Blumental, entre a classe operária, conforme observado por Geraldo durante suas reflexões sobre a composição familiar no bairro operário, o casamento interétnico não era causa de nenhum empecilho social; mas era entre as famílias burguesas. Tanto na família Kreutzer como na Wolff foi a segunda geração imigrada que teve manejo para os negócios e possibilitou a ascensão financeira. Como contaram o secretário e o promotor no dia da chegada de Geraldo, o velho Kreutzer e o velho Wolff não tiveram grandes ideias para ganhar dinheiro e aproveitar a vida, foram seus filhos quem multiplicaram a fortuna da família e construíram o prestígio atual.

Desse modo, havia diferenças incontestáveis entre as famílias e seus posicionamentos sobre o casamento interétnico que eram diretamente motivadas pela estrutura sociocultural familiar. Enquanto no campo a assimilação era vista como uma forma de ascender e abandonar um trabalho pesado, na cidade era impensável para moças como Lore, pertencente à burguesia local e cuja família era dona de vasta fortuna. O *kerb*, apesar de ser uma comemoração tipicamente germânica, conseguia mostrar a harmonia com que teutos e

¹⁰¹ Em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, Lília Schwarcz aponta como o malandro passou à figura síntese do mestiço e como, no decorrer das décadas, a visão negativa precisou ser reformulada, seja por meio das canções que passaram a exaltar o malandro como aquele que já começava a gostar do trabalho e das responsabilidades, ou nos anos 1940, após a criação da personagem do Zé Carioca por Walt Disney (SCHWARCZ, 1998, p. 198-201)

brasileiros poderiam viver. Assim, poderíamos afirmar que de forma geral os moradores de Tannenwald viviam em maior comunhão com os brasileiros do que os de Blumental, estes mais apegados à ideia de preservação dos valores tradicionais germânicos. A assimilação na colônia rural pode ser notada desde a presença de brasileiros na festa, à composição dos pares, à seleção das músicas (além das melodias germânicas, toca uma marchinha brasileira, “O teu cabelo não nega”) e aos pratos servidos (no cardápio há prato um de origem na culinária portuguesa e muito famoso no Brasil: galinha ao molho pardo)¹⁰². Geraldo deixou Tannenwald com uma boa opinião sobre os colonos, impressão que não conseguia ter sobre os concidadãos de Blumental. Para Bueno, essa era justamente a “mensagem” do romance, uma vez que oferecia e propunha não uma ameaça direta aos alemães, mas sim a possibilidade de uma integração baseada na harmonia, como pode ser verificado durante *kerb*. Para o autor de *Uma história do romance de 30*, “no capítulo do *kerb* o que o leitor tem diante de si é a narração de uma possibilidade de integração, sem que ninguém tenha que abrir mão de nada” (BUENO, 2006, p. 484). De fato, o capítulo do *kerb* parece se alinhar à expectativa de uma eminente integração ao aproximar o discurso do romance dos difundidos na década e que consideravam a miscigenação e a aculturação como uma perspectiva do futuro, além de conferir um ponto de vista idealizado à questão racial no país, como notaremos, principalmente, na segunda parte deste capítulo.

Um *kerb* tem duração de três dias, Geraldo e os amigos foram no domingo, primeiro dia, mas prometeram voltar no dia seguinte, ou na terça, para o encerramento. No retorno a Blumental, Geraldo viajava em silêncio refletindo sobre tudo o que aprendeu e percebeu sobre a cultura germânica na festa. Após menção de Armando a Nietzsche, Geraldo pensava tanto nos textos no filósofo como em Lore. Sobre o pensador do século XIX, acreditava ter ele julgado mal os alemães (“Nietzsche foi demasiado rude com os alemães, pensava Geraldo”), pois estava certo de ter aprendido mais sobre os alemães indo ao *kerb* do que ao ler a obra de Nietzsche¹⁰³. É evidente que ao se referir à obra de Nietzsche a afirmação do protagonista se

¹⁰² A marchinha tocada é “O teu cabelo não nega”, composta pelos irmãos pernambucanos João e Raul Valença, em 1929. À época, a marchinha causou polêmica devido ao envio da partitura a uma gravadora no Rio de Janeiro que, após poucas modificações, lançou a canção omitindo o nome dos compositores originais e relegando a autoria a Lamartine Babo. Após um processo judicial, os irmãos Valença conseguiram uma indenização pelos direitos autorais e tiveram seus nomes incluídos como autores da composição.

¹⁰³ A referência no romance é ao livro *Ecce homo* (em alemão: *Ecce homo. Wie man wird, was man ist*) uma obra publicada postumamente, em 1908. É um livro considerado controverso por apresentar além dos comentários do autor sobre obras anteriores, escritos sobre quem ele era e porque escrever era seu destino. Em 1889, Friedrich Nietzsche (1844-1900) sofreu um colapso mental do qual nunca se recuperou; *Ecce homo* foi escrito após o início da enfermidade e, por isso, considerado um relato sob efeito dos “delírios de grandeza” com os quais o autor passou a sofrer. Suas obras foram, por anos, consideradas alinhadas ao nazismo, regime simpatizante de seus escritos. Nas décadas mais recentes, pesquisadores têm procurado mostrar como, ao ter os manuscritos editados e reelaborados pela irmã, simpatizante do regime, Nietzsche teve suas ideias erroneamente interpretadas nas reedições subsequentes a sua morte. Em tempo, “*Ecce*

trata de uma certeza prepotente; assim como fez na ocasião em que “criou” uma padronização para as casas dos operários, Geraldo novamente interpreta a situação tomando a sua percepção como verdade máxima. Para tanto, discordou do “ódio” que, por sua interpretação, Nietzsche supostamente sentia dos alemães¹⁰⁴. Assim, preferiu categorizar o que aprendeu naquele dia em uma lista de “realidades”: a primeira, era de que o povo alemão tinha boa fé e, por estar sempre à procura de um líder (ou um Führer, como ele mesmo coloca), podia ser conduzido tanto para o bem como para o mal. A segunda, era que os alemães eram inteligentes; mas, na terceira “realidade”, lamentava que não utilizassem essa inteligência lógica com senso político (isso lhes faltava completamente). Para provar seu pensamento, pensa em duas figuras da colônia: o seleiro e o pastor. Na conversa à mesa de Alzirinha e Hans ouviu o seleiro falar com segurança e lucidez dos problemas econômicos do país, mas era uma pena que sugerisse a abolição dos automóveis como “solução”; desse modo, o protagonista o considerava um homem que levava suas ideias às últimas consequências, sem perceber o absurdo do que falava e por que não concordavam com ele – a venda de automóveis podia ser vista como prejudicial e um mau negócio para o seleiro, dado seu ofício, mas para os outros não havia motivo manifesto para apoiar o fim dos automóveis, seria um verdadeiro retrocesso (MOOG, 1939, p. 165-166). Já sobre o pastor, apesar de Geraldo não conhecê-lo (sua figura é apenas aludida pelas outras personagens e sua participação não ocorre porque Geraldo, enquanto protagonista, era também o mediador das outras personagens e apenas àquelas com quem ele se relacionava aparecem), reprova o modo como se comportou com a professora, situação que, para Geraldo, poderia ter sido contornada de forma diplomática e política se o pastor tivesse esse “tato” político.

A quarta “realidade”, era uma concordância com Nietzsche e sua crítica ao imperativo categórico kantiano: “Nietzsche neste ponto andava acertado: faltava-lhes a nuance; eram cultores exagerados do imperativo categórico” (MOOG, 1939, p.166) em referência ao que Geraldo reconhecia como uma tendência dos germânicos de serem fiéis aos seus princípios até as últimas consequências. O conceito de “imperativo categórico” foi desenvolvido por Kant, para se referir às máximas consideradas como leis universais; estas, baseadas no senso

homo”, segundo o Evangelho, seriam as palavras ditas, em latim, por Pôncio Pilatos aos judeus ao apresentar Jesus Cristo (“Eis o homem”, em tradução livre).

¹⁰⁴ “Todo o *Ecce Homo*, partindo da cozinha alemã, era afinal um libelo contra os alemães. ‘Quando pretendo imaginar um homem que repugne a todos os meus instintos, surge-me logo à mente um alemão’. ‘Haverá guerras como nunca houve na terra’. O auto atravessava a treva compacta dos eucaliptos. Ele e Lore por entre os eucaliptos, na solidão do campo e da noite... Por que não poderia Nietzsche suportar a sua raça? Frau Marta não suporta os de minha raça. Mas qual é a raça de Nietzsche? ‘Eu não posso suportar esta raça com a qual nos achamos sempre em má companhia, que não possui o tato dos matizes... que não tem qualquer graça nos pés, que não sabe nem sequer caminhar...’. De onde viria esse ódio de Nietzsche?” (MOOG, 1939, p. 164-165).

de moral, nos princípios e no respeito. Independentemente das circunstâncias, o imperativo categórico não poderia ser desobedecido até atingir determinado fim. Essa observação pode sugerir, ainda, uma prolepse de como se portará a família alemã central do romance: até onde iria a determinação dos Wolff (fiéis às suas convicções racistas e à defesa do nazismo) para conseguir afastá-lo de Lore? Geraldo ainda desconhece, mas a ausência da moça no *kerb* era o primeiro passo tomado pela família para impedir o namoro. Frau Marta, ao final do romance, mesmo vendo a enfermidade da filha não hesita à ideia de que fez tudo corretamente (e repetiria, se necessário). Inflexível, vai às últimas consequências para atingir seu fim. N quinta “realidade”, sendo um grande apreciador da música e da literatura alemã, Geraldo faz uma apreciação ao instinto musical e literário daquele povo que admirava e vinha tentando se aproximar (“Só os povos de boa fé podem ter tanta força na música e na poesia”). Terminouseu pensamento retornando à afirmativa da rigidez alemã, sem dúvida, dentre as “realidades” elencadas, a mais presente em *Um rio imita o Reno*: “Geraldo lembrou-se das inscrições da parede e voltou a pensar em Lore. Iria a família conduzir seus prejuízos raciais às últimas consequências?” (MOOG, 1939, p. 166). Antes de nos dedicarmos à análise da família Wolff, na qual a segunda parte deste capítulo se centrará, há um acontecimento em Blumental que merece atenção pelo efeito e os significados causados dentro da narrativa em sua correlação ao projeto de nacionalização das colônias: o comício.

Geraldo encontrou o deputado Eumolpho Peçanha quando estava a caminho do *kerb*. O carro do político atolou na estrada e os rapazes pararam; acompanhado do secretário e do promotor (os mesmos que levaram Geraldo a seu primeiro passeio na chegada à cidade), é descrito como “um homem baixo, trigueiro [com] o cabelo lustroso encharcado de brilhantina” (MOOG, 1939, p. 127) que, ao avistar a chegada de um colono, fez sua melhor pose ao supor ter sido reconhecido: “o deputado inflou o peito, sorriu satisfeito entremostrando as gengivas roxas, contente de haver sido reconhecido, prelibando essa prova de prestígio e notoriedade” (MOOG, 1939, p. 128). Mas, para sua decepção, foi apenas confundido com uns dos parentes “dos Sousas do Rincão”. Assim, naquela noite, Fogareiro, Armando e Geraldo se dirigiram ao comício com a vantagem de já terem dado “uma olhada” no deputado. Na praça de Blumental, o primeiro a discursar do alto da tribuna improvisada foi o promotor, mas, tendo perdido o discurso escrito para a ocasião, não visualizou alternativa para o constrangimento: envergonhado com o alvoroço dos ouvintes (estes já impacientes com a demora, mas também divertidos com o aperto do orador) decidiu improvisar. Perdido sobre que rumo seguir, partiu rapidamente para a bajulação ao listar as “qualidades” do deputado:

Despeja em catadupas uma série interminável de adjetivos sobre a sabedoria, o patriotismo, o civismo, o espírito público do doutor Eumolpo Peçanha. Palmas dispersas. O auditório mantém-se fechado, impenetrável, hostil. O promotor torna-se hiperbólico. Tais qualidades atribui ao incomparável Eumolpo Peçanha que Geraldo começa a perguntar a si mesmo como é que um homem de tão insignes virtudes ainda não fora conclamado a marcar rumos à humanidade. Era simultaneamente o bravo, o santo, o bom, o justo, o poliglota, o sábio, o profeta (MOOG, 1939, p. 170).

Como o bom bajulador que representa, o promotor se derramou em elogios ao político que tentava angariar votos na cidade. Com os nítidos exageros em sua gabação, não conseguiu a simpatia do público que ouvia o discurso sem nenhum entusiasmo (“Palmas dispersas. O auditório mantém-se fechado, impenetrável, hostil. O promotor torna-se hiperbólico”). Apesar de o foco narrativo ser o da seletividade múltipla, quando Geraldo está presente na cena é o seu ponto de vista que sobressai; assim, para o engenheiro, debochado, era impressionante como o deputado, dono de tantos atributos positivos apontados pelo promotor, ainda não fosse reconhecido e aclamado junto à humanidade: possuía todas as características para ser um verdadeiro herói! É uma ironia maliciosa, sim, mas de uma deliciosa malícia uma vez que critica a atitude do orador de exaltar figuras públicas que na verdade não fizeram nada pelo povo (atitude que, por sinal, é um tanto quanto coetânea em nossa sociedade), ignorando, assim, o público claramente não demonstrava qualquer sinal de entusiasmo ou concordância com suas palavras: “Os aplausos é que não correspondiam ao entusiasmo do orador” (MOOG, 1939, p. 170), emenda o narrador.

O nome do promotor é desconhecido, sendo referenciado por sua função social; quanto à sua personalidade, pouco é descrito, apenas depreende-se de sua caracterização a inconstância de suas opiniões e as contradições em que se colocava repetidamente. Contraditório, quando Geraldo conheceu-o, por exemplo, ao mesmo tempo em que contemporizava que “em Blumental é assim”, ou seja, os teuto-brasileiros agiam como os comprazia e cabia aos brasileiros se conformar, também se revoltava afirmando que “um dia ainda racho um deles pelo meio”. Entretanto quando trombou com um dos teutos, o Treptow, que derruba sua bengala e segue andando sem um pedido de desculpas, novamente se contradisse: foi ele quem se desculpou (“O promotor aprumou-se para ver quem era, olhou, recolheu a bengala e desculpou-se”). Por Armando, Geraldo ainda descobriu que, além de tudo, o promotor praticava a profissão sem o grau de bacharel, vivendo sob a proteção do major (MOOG, 1939, p. 41). Não era de se espantar que ao perceber que elencar as qualidades de Eumolpo como bom patriota – e do major como grande líder municipal – não surgia o efeito esperado no público, ele partisse para o caminho mais seguro em Blumental, isto é, para o elogio à colonização germânica:

Nesta altura o promotor revolve o fundo da memória, em busca de trechos do discurso perdido. Como esta recusasse obstinadamente a atendê-lo, mete-se agora por novo atalho. Exalta a raça alemã, o progresso de Blumental. Funde-se instantaneamente o gelo em que se havia enrijado o auditório. Ouvem-se os primeiros aplausos. Só um mocinho loiro, ao pé de Geraldo, permanecia insensível, a julgar pelo tom do comentário dirigido ao ouvido do companheiro:

– Que é que pensa esse *Grüne*?!

O promotor continua a apregoar as qualidades da raça germânica, sua dedicação ao trabalho, seu espírito de ordem, de respeito às autoridades constituídas. Os aplausos vão num crescendo convidativo. Como achasse o momento propício, inteiramente deslembado do objetivo inicial do discurso, cai em transe, para a peroração. Com voz de papo repisa o elogio da imigração alemã, a cujo trabalho o Brasil tudo devia.

Palmas compactas abafaram-lhe as últimas palavras, compensando-o de algum modo das asperezas da jornada. A banda executa um trecho rápido e vibrante. Famílias que passeavam ao redor da praça, aproximam-se curiosas do chafariz e das escadarias. No quiosque as mesas já estão vazias (MOOG, 1939, p. 171).

A mudança na postura dos espectadores foi instantânea, uma vez rompido o gelo, o apoio é crescente e entusiasmado. Fracassando ao bajular o deputado brasileiro, o promotor é feliz ao abandonar o objetivo do discurso em detrimento de agradar ao público. Em Blumental, percebe-se, a população não se entusiasmava em aclamar uma fala exaltando as “graças” de um brasileiro, mas assim que o promotor iniciou os elogios ao povo alemão que com sua suposta superioridade vinha ajudando o Brasil, a situação mudou. Como Geraldo está presente, a cena é descrita por seu olhar, pois o comentário de que o promotor falava com “voz de papo” é uma percepção do protagonista por meio de discurso indireto-livre. Assim, da posição da personagem no meio do público o leitor é informado que pouco a pouco o promotor foi ganhando os aplausos e a atenção das pessoas, o que o fez inflar de importância e continuar o discurso com voz presunçosa pela atenção. Ao lado de Geraldo havia, ainda, um rapaz pouco convencido das intenções do promotor: “Só um mocinho loiro, ao pé de Geraldo, permanecia insensível, a julgar pelo tom do comentário dirigido ao ouvido do companheiro: – Que é que pensa esse *Grüne*?!” (MOOG, 1939, p. 171). Esse rapaz é um dos que parecem desconfiar do promotor, chamando-o de “*grüne*”, palavra em alemão para “verde”. Em consulta a dicionários da língua alemã, não foi encontrado nenhum uso que sugerisse outro sentido para a palavra “*grüne*”, mas, como descrito por Geraldo, o “tom do comentário” era denunciador do desagrado do rapaz, ainda insensível ao discurso. Pelo contexto, o rapaz consideraria o promotor uma pessoa de ideias não amadurecidas, verdes ainda; um tolo. Mas havia uma pessoa na multidão que não apenas se incomodava, como ia expressar sua contrariedade ao rumo do discurso: o velho Cordeiro.

Geraldo avistou o velho Cordeiro pela primeira vez no terceiro capítulo quando estava sentado no quiosque da praça na companhia de Fogareiro e Armando. Era moreno claro, de olhos castanhos e cheio de tiques no rosto, mas o que chamava atenção na sua pessoa era o modo de se vestir: “Tem uma maneira esquisita de trajar. A calça de brim muito justa nas pernas, deixa o fio da ceroula aparecer. [...] está com a cabeça coberta por um chapéu de abas largas. No peito da camisa sem gravata reluzem dois brilhantes. Dá ares de toureiro aposentado” (MOOG, 1939, p. 46-47). Na ocasião, comentam a improvável amizade entre ele e o Kreutzinho, pois o velho detestava os alemães. De acordo com o que Armando contou a Geraldo, a raiva de Cordeiro era perfeitamente justificável, uma vez que, anos antes, chegou a Blumental para tomar posse como notário (tabelião) e encontrou uma cidade entregue aos alemães. Por não ser “trigo limpo”, isto é, uma pessoa de temperamento fácil, implicou com o domínio da Alemanha em território brasileiro, o que desencadeou uma série de conflitos nos anos subsequentes (MOOG, 1939, p. 47). Desse modo, por ser uma figura que dividia opiniões e agradava à parcela da população antigermânica, causou interesse ao pedir a palavra e subir para discusar contra o “excesso” de liberdade dos teutos na colônia, assim como em prol da urgente nacionalização. A atenção que o promotor havia começado a atrair se concentrava estupefata no discurso do velho Cordeiro:

Intempestivamente alguém pede a palavra no meio do povo. Todos se voltam para o lado esquerdo das escadarias. É o velho Cordeiro que quer falar.

– Temos coisa – afirma o Fogareiro. – Esse velho nunca falou na vida dele.

Faz-se um silêncio povoado de ansiedade e sobressaltos. O velho Cordeiro, a pala de seda envolvendo o pescoço, dispensa exórdios e circunlóquios. Debaixo de uma atmosfera de inquieta expectativa, entra de rijo no assunto. Pedira a palavra para chamar a atenção do nobre deputado Eumolpo Peçanha sobre a necessidade urgente de uma campanha de nacionalização da colônia alemã no Rio Grande de Sul. Cerrava os punhos, a face se lhe contraía de rugas nervosas. Era preciso acabar de vez com os incensos a outra raça que não a brasileira. Do contrário, jamais se chegaria a dar início ao combate aos que viviam dentro do Brasil, a celebrar em vez da sua, a pátria dos seus antepassados. E os tempos estavam mais do que maduros para a organização de uma cruzada em prol da unidade nacional.

Um silêncio povoado de interrogações mudas, recolhe as palavras do orador. O major, desamparado, volta-se de um lado para outro.

– Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica – continua o velho Cordeiro – que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremecem de civismo com as epopeias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação.

As famílias sorrateiramente vão se afastando do local do comício. Sente-se já um ambiente carregado de eletricidade. O velho Cordeiro, imperturbável, prossegue, num tom ardente, iluminado.

Para ele cultos cívicos heterogêneos não geravam a unidade, quando não degeneravam em choques inevitáveis. Só dentro de uma educação nacional homogênea, e só por meio dela, seria possível firmar no Brasil, inabalável e duradoira, a paz sem ódios e sem rancores, como patrimônio comum de todos os brasileiros.

O auditório parece estupefato ante tanta audácia; o deputado Eumolpo, o prefeito e o secretário dir-se-iam siderados (MOOG, 1939, p. 171-173).

O velho Cordeiro sobe para discursar de forma segura e imponente, a cena chega a ser teatral. Em “pala de seda”, ou seja, com a vestimenta tradicional utilizada pelos gaúchos para envolver o pescoço (similar ao poncho), dispensou apresentações ao público e, sem rodeios ou meias palavras, foi direto ao assunto que tanto o incomodava e que urgia ser falado à população: a nacionalização de Blumental. Representante da defesa do nacionalismo na colônia, ele discursa em favor da unidade nacional de modo a se opor às práticas heterogêneas não apenas germânicas, mas também lusas, ítalas e polonesas que cultuavam a pátria dos antepassados ao invés daquela em que nasceram: o Brasil. A opinião dessa personagem parece estar alinhada à proposta do Estado Novo de, por meio da nacionalização do ensino público, firmar uma cultura e uma identidade brasileira una, sem margem para a diversidade ou a liberdade cultural. A contrariedade de Cordeiro à germanização da colônia pode ser verificada na linguagem corporal durante a fala: o velho “cerrava os punhos, a face se lhe contraía de rugas nervosas” demonstrando claros sinais de irritação e implacável determinação com o assunto. Apesar de a plateia estar estupefata com as opiniões, Cordeiro prosseguia imperturbável.

Como Fogareiro e Armando haviam contado a Geraldo, o velho “tinha ódio” aos alemães e nos anos vividos na cidade já havia protagonizado uma série de conflitos e afrontas àqueles que, por suas palavras, “viviam dentro do Brasil, a celebrar em vez da sua, a pátria dos seus antepassados”. Segundo Bueno (2006, p. 481), o velho é a personagem representante de um dos polos em que o romance se sustenta. Seu discurso em prol na nacionalização, para o autor, sintetiza a opinião e o inconformismo dos brasileiros que não toleravam aquela “pátria alemã” em território brasileiro e, pior, habitada por “alemães” nascidos no Brasil. À personagem Cordeiro se opõe outra, Frau Marta, grande defensora da superioridade alemã. Desse modo, em sua fala no comício, também chama atenção que o velho descreva a nacionalização como “uma cruzada em prol da unidade nacional” alegando ser o Brasil uma nação estabelecida há tempo suficiente para exigir e colocar em prática a unificação. Ao mencionar “cruzada” Cordeiro se referiria à conquista e integração forçada das Cruzadas na Idade Média? Ou a uma luta iminente que ocorreria entre os nacionais e os estrangeiros

durante o processo? Mas, para infelicidade da personagem, a iminência da luta é descartada quando (o até então atordoado) Eumolpo Peçanha toma a palavra e desmorona todas as suas esperanças de uma união nacional ao começar a falar em alemão:

Antes que outro orador pedisse a palavra, Eumolpo Peçanha, escandindo as sílabas, começa:

– *Meine Herren!*

Surpresa. Ao lado de Geraldo, o mocinho loiro comenta para um caixeiro dos Kreutzer:

– Repara só... esse negro também fala alemão!

Um bombachudo, no auge do orgulho e da admiração, transfere o seu entusiasmo de há pouco pelo velho Cordeiro para o patrício que sabe o alemão:

– Isto é que é homem!

– Vamos embora – convida Geraldo, a quem a surpresa desagradara.

O Fogareiro fica imóvel. A fim de reter os companheiros, procura traduzir o que o homem está dizendo. Mesmo sem a explicação Geraldo já tinha percebido, pela constância dos aplausos e das aclamações, que ele entoava um novo hino ao povo alemão, à disciplina da colônia, à ordem, ao seu espírito cívico. O Rio Grande devia o seu progresso à colonização germânica. Por isso o povo de Blumental fazia jus à gratidão imperecível de todos os brasileiros (MOOG, 1939, p. 173-174).

Para surpresa geral, e ira de Cordeiro, o deputado começou o discurso já em língua alemã se dirigindo diretamente aos teutos: “*Meine Herren!*”, em alemão, significa “meus senhores”. Desmorona, por fim, o pedido inflamado do nacionalista em prol da unidade nacional, ficando claro que, para conquistar aqueles votos, o deputado falaria diretamente a seu público (o que nos faz lembrar o alerta do promotor no dia da chegada de Geraldo: “Ah, filho, aqui é assim. Quem não souber falar alemão come do duro” (MOOG, 1939, p. 20); parece que o promotor também alertou ao deputado e ele seguiu o conselho à risca). Rapidamente o orador conseguiu a atenção e o apoio que o promotor não teve; o rapaz próximo a Geraldo (possivelmente o mesmo que cochichou durante a fala do promotor) comenta surpreso que o “negro” também falava alemão. Até o bombachudo que antes demonstrava apoio a Cordeiro agora mudava de opinião e transferia sua admiração ao “patrício que sabe o alemão”¹⁰⁵. Ao se retirar, Geraldo sai indignado com o que chamou de “indecência” do político disposto a tudo para ser eleito, até destruir o trabalho que Alzirinha vinha desempenhando. Como poderia a moça de trabalhar em prol da nacionalização da colônia se na primeira oportunidade chegava uma figura representativa do poder e defendia justamente o contrário? Para os que concordavam com Geraldo, e também com Cordeiro, Eumolpo afrontava não apenas o público brasileiro, mas todo o país (“– Isto é mesmo uma indecência – diz Geraldo a Armando. – Chega um sujeito desses, com a responsabilidade de um nome ilustre, de uma posição, para desfazer num minuto todo o trabalho da professorinha.

¹⁰⁵ Bombachudo é uma palavra comum no Rio Grande do Sul para se referir a quem é forte e valente.

Assim nunca se há de nacionalizar coisa alguma”). A plateia, contudo, foi da perplexão ao delírio: “Quando o homem termina, é o delírio. As aclamações enchem a praça” (MOOG, 1939, p. 174).

A fala de Eumolpho, mais do que qualquer indecência denunciada pelo protagonista, sugere a terceira possibilidade já demonstrada no *kerb*. Enquanto Cordeiro defendia a nacionalização e os teutos a preservação da cultura germânica, Eumolpho, sendo brasileiro, ao falar alemão trazia a possibilidade de integração. Suas intenções eram corrompidas – ele estava em Blumental em busca de cabo eleitoral e procedería como fosse necessário para conquistá-lo – mas oferecem um caminho para a construção futura de uma comunidade harmônica sem indicar uma luta; a integração viria pacífica e naturalmente. Os definitivamente nada pacíficos eram os métodos empregados pelos Wolffs para sustentar o orgulho nazista da família de pertencer a uma raça supostamente pura, como abordaremos a seguir. Melhor do que conhecer a família pelos olhos de Geraldo é entrar em sua mansão e participar como um crítico expectador dos temores de Lore, da opinião ferrenha e dura de Karl, da passividade acomodada de Herr Wolff ou das aflições e inflexíveis decisões de Frau Marta.

5.3 O núcleo germânico: a família Wolff

Em meio aos rancores e divisões sobre a nacionalização da colônia e a preservação das trações germânicas, o casal central, Geraldo e Lore, viveu um amor interrompido e frustrado. Geraldo se atraiu por Lore antes de vê-la. No primeiro dia em Blumental, caminhando na companhia do secretário e do promotor, dispostos a apresentar-lhe a cidade, o rapaz parou em frente a uma casa enorme e majestosa, com um belo jardim ao redor de onde vinha uma linda música tocada ao piano. O som era tão atraente que o consumiu por inteiro; em imaginação, foi transportado para a floresta amazônica, o lugar mais familiar, o lar: “Geraldo, excitado, sentia os graves do piano. Um calafrio percorreu-lhe a espinha. Viu-se transportado para a selva amazônica, no meio do rio, com a tempestade desencadeada” (MOOG, 1939, p. 23). Se as sereias encantavam pelo canto, Lore encantava ao tocar piano. Quando a conheceu, o interesse só aumentou e, vendo-se correspondido, Geraldo nutriu a esperança de viver esse amor, experiência inédita em sua vida. Com a ausência de Lore no *kerb*, apesar de ter prometido encontrá-lo – e as conversas ouvidas sobre a resistência à assimilação verificada na colônia, assim como a árdua defesa da preservação racial ariana abertamente defendida pelo

pastor, um líder com grande influência nos lares alemães –, Geraldo acertadamente supõe que o não-comparecimento era fruto do preconceito alimentado pela imponente família Wolff.

Assim como Geraldo era um brasileiro diferente (inclinado à apreciação da cultura alemã e deslocado em seu ambiente familiar), Lore era uma descendente de alemães com forte atração pelo que destoava de seu cotidiano. No colégio, ao conhecer as meninas que viviam na fronteira ou na serra, por ela consideradas tão diferentes das amigas de Blumental, vivenciou, pela primeira vez, o encantamento pelo diferente. Com Geraldo a atração se operava da mesma forma: “tudo denunciava nele o forasteiro. E talvez fosse tudo isso que a encantara em Geraldo Torres. Uma atração de certo modo semelhante à que já sentira no colégio pelas meninas da fronteira e da serra, tão diferentes de suas colegas de Blumental” (MOOG, 1939, p. 107). Apesar do reconhecimento do sentimento – que sabia ser recíproco –, a jovem era consciente de que a família, em especial a mãe, Frau Marta, ofereceria grande resistência ao namoro. Naquela manhã seguinte ao baile da Páscoa, em que dançou toda a noite com Geraldo, alimentava em seu íntimo a esperança de lutar por aquele amor, “Ah! Não podia, nem devia fazer-se ilusões: teria que atravessar momentos angustiosos, difíceis. Mas havia de lutar, porque de nada lhe acusava a consciência” (MOOG, 1939, p. 106). Sem compactuar com os preconceitos da família aos brasileiros, de forma esperançosa pensa em esconder tudo da mãe, porém, suspeita que, àquela hora, a matriarca já deveria saber de tudo sobre a noite anterior. Para ficar com Geraldo, Lore teria que lutar contra uma força poderosa na família e contra quem ninguém ousava contrariar: Frau Marta.

O primeiro Wolff a chegar a Blumental foi o velho Wolff, imigração forçada por motivos políticos, como a família repetia em repúdio a qualquer ligação com os colonos. Quando morreu, os colonos quiseram erguer um monumento homenageando-o como patrono da colônia, atitude enfaticamente recusada pela família, em especial, pela nora Frau Marta: o velho Wolff nunca foi colono, insistiam sustentando um preconceito nítido àqueles compatriotas que trabalhavam no campo. Família dona de uma fortuna invejável na região (apenas comparada à dos Kreutzer), diziam na cidade que o velho havia enriquecido graças a uma bacia cheia de ouro encontrada nos fundos do quintal. Essa “fortuna” desenterrada não passava de um boato, pois, como contou o secretário a Geraldo, a riqueza veio mesmo pelas mãos de Paul Wolff, filho do velho. Durante a Primeira Guerra Mundial, Paul empregou tudo o que possuía na compra do ferro das redondezas, na época ainda desvalorizado. Com bom trato para os negócios, com a impossibilidade da importação e a alta do ferro, vendeu todo o estoque por um excelente preço. No mais, o velho Wolff nunca trabalhou na terra e era

impossível ter achado qualquer ouro enterrado, completou o secretário ao debater os boatos que ele mesmo ajudava a espalhar (MOOG, 1939, p. 23-24).

Outro boato da cidade era sobre a ascendência de Frau Marta: diziam que ela tinha “sangue de Mucker”, isto é, descendia dos fundamentalistas religiosos que, nos 1870, protagonizaram episódios de messianismo na região. Foi também o secretário quem mencionou a Geraldo esse boato da relação de Frau Marta com os Muckers (MOOG, 1939, p. 24), mas Armando lhe contou a história em detalhes (MOOG, 1939, p. 36-37). O que o fiscal do consumo narrou a Geraldo sobre os Muckers vai ao encontro dos acontecimentos históricos que envolveram a seita fundamentalista cristã. Nos anos 1870, liderados por Jacobina Maurer, os seguidores foram conduzidos à formação de uma sociedade inspirada na Bíblia, baseada na autossuficiência e no isolamento das demais comunidades. A influência de Jacobina sob os seguidores era tamanha que era considerada uma nova “Messias”. Estabelecidos ao pé do morro do Ferrabrás, nas proximidades de São Leopoldo, em pouco tempo começaram a incomodar os católicos e protestantes da região, sendo, desse modo, acusados de vários crimes e, por fim, derrotados por forças enviadas pelo governo¹⁰⁶.

Para Frau Marta, era imperdoável terem incluído seus antepassados dentre os que pertenceram aos Muckers, por isso, negava veementemente qualquer ligação que “maculasse” sua origem. No romance, é a maior defensora da preservação da cultura germânica e da superioridade ariana. Sua figura rígida e imperativa expressava muito de sua personalidade de mulher implacável e convicta. Frau Marta é descrita, desse modo, como uma mulher fria, sem sentimentalismos e apegada às regras e aos hábitos metódicos e tradicionais (mesmo àqueles do dia a dia, como exigir que Lore sempre acordasse cedo). Era a filha, por sinal, quem mais lamentava a distância e a frieza da mãe, de quem nunca recebeu um abraço carinhoso ou um beijo (MOOG, 1939, p. 107). Por isso, Lore invejava as famílias das meninas brasileiras que conheceu no colégio, criadas em um lar regrado de amor expansivo e caloroso. Como em outras partes da narrativa, aqui pode ser encontrada a reprodução de outra estereotípia reproduzida pelo senso comum: a de que os alemães eram contrários à demonstração de sentimento e, assim, marcados pela rigidez e distância, mesmo que em convívio doméstico.

Mas, apaixonada, Lore acalentava a esperança de encontrar Geraldo no *kerb*, no domingo seguinte à Páscoa. Lá também encontraria a amiga Alzirinha – sua favorita no tempo do colégio interno – que, apesar das dificuldades enfrentadas na vida, precisando sustentar os pais, falidos após as repetidas revoluções no estado, estava vencendo os preconceitos raciais

¹⁰⁶ No século XIX e início do XX outros grupos messiânicos também foram arrasados por forças governamentais, como na Guerra de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro, no final dos anos 1890; e na Guerra do Contestado, liderados por José Maria, nos anos 1910.

e, em breve, se casaria com Hans. O destino de Lore, entretanto, não seria o mesmo de Alzirinha; antes, a jovem precisaria lutar contra quem, por fim, ficaria responsável por malograr sua felicidade: a mãe. Ao se dirigir para o almoço, rapidamente foi indagada pela mãe sobre os pares da noite anterior. Como suspeitado, Frau Marta já sabia que a filha andava “de namoro” com o engenheiro e não hesitava em demonstrar sua proibição. “Mas, por que, mãe?”, perguntou a moça tentando uma aproximação conciliadora e buscando, pelo olhar, o apoio esquivo do pai, Herr Wolff.

– Não suporto a ideia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava – afirmou Frau Marta.

– Quem vê a mãe falar, há de pensar que temos sangue nobre: devíamos assinar Von Wolff... – ensaiou Lore numa tentativa de gracejo.

Não. Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã. A raça nada tinha a ver com o lugar de nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, um negro. Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. Lore devia casar com um filho de alemão, se possível com um alemão (MOOG, 1939, p. 116).

À mesa estavam além dos pais de Lore, Paul e Marta, o irmão, Karl, e a cunhada, Irma. Paulinho, filho de Karl estava brincando na rua. Na família, Frau Marta era a líder cuja vontade nenhum deles contrariava. O marido, Paul, aceitava sua autoridade sem relutar, “para que lutar com Marta, se saía sempre perdendo?” (MOOG, 1939, p. 115), pensou no exato momento em que Lore o olhou suplicando por apoio naquela discussão que se avizinhava com a mãe. No final, refletia Paul em discurso indireto-livre, reconhecia que apesar dos métodos severos, a esposa tinha sempre razão e ele agia corretamente em não contrariar suas atitudes; por isso, nesse e em outros momentos, preferiu se calar. Assim, a mulher é direta ao informar os motivos que a levavam a ser contra o namoro, motivos já conhecidos por Lore: eram os preconceitos de raça e o orgulho dos Wolff de serem arianos. Apesar da ironia com que respondeu à mãe, “Quem vê a mãe falar, há de pensar que temos sangue nobre: devíamos assinar Von Wolff”, Lore não defendeu Geraldo da absurda afirmação de que ele pertencia a uma “raça inferior” por ser mestiço. Quanto ao “von Wolff”, na Alemanha, os sobrenomes da nobreza alemã eram, em maioria, precedidos pela preposição “von” que significa “de” e era considerado um indicativo da aristocracia daquela família¹⁰⁷. A ironia de Lore ao sugerir que assinassem “von Wolff” só cresce nas páginas finais do romance quando, com a chegada do primo Otto a Blumental, a família descobre sua origem judaica, o que desmorona o orgulho

¹⁰⁷ Na Alemanha, com o final do Império Alemão (1871-1918), os privilégios e imunidades antes conferidos às famílias ligadas à nobreza foram abolidos pela República de Weimar (1919-1933). As partículas “von” e “zu” eram utilizadas na Alemanha, na Áustria e em outros países que pertenceram ao Sacro Império Romano-Germânico e à dinastia dos Habsburgos.

nazista que alimentavam. Frau Marta se orgulhava de sua origem, de seu “sangue puro”, de seu marido filho de alemão, por isso, repelia a ideia de Lore casada com um brasileiro; todos os que não fossem “arianos” como ela eram considerados negros, logo, inferiores. Considerava-se, dentre as amigas, quem fez um melhor casamento, assim, desejava que Lore se casasse com um alemão ou, no mínimo, com a primeira geração nascida no Brasil, como ela. Se Geraldo fosse italiano, refletia, talvez até consentisse, afinal a Alemanha e a Itália eram aliadas na Europa, aliança que não a animava, mas procurava se convencer de que era acertado porque Hitler não errava (“Se ela não estivesse convicta de que Hitler nunca errava, seria capaz de dizer que ele agira mal, fazendo essa aliança”). Porém, abominava a simples possibilidade daquela união; achava que todos os brasileiros eram doentes e transmissores da sífilis (palavra que não conseguia nem pronunciar em voz alta, se referia como “*das grosse S*”, ou seja, “o grande mal”; doença que o próprio Hitler teria contraído na juventude, afirmam pesquisadores e relatos médicos) e, por isso, proíbe Lore de voltar a encontrar Geraldo (MOOG, 1939, p. 116-118).

Nota-se que a estereotipagem criada por Frau Marta para se referir a “todos os brasileiros”, junto a seu preconceito nazista, afastam Geraldo e o excluem por ser diferente do grupo ao qual ela se considerava pertencente. O pertencimento ao grupo e à cultura alemã, no caso de Frau Marta, era calcado nas leis em vigor na Alemanha que definiam a nacionalidade não pelo local de nascimento, mas sim pela origem; por isso, ela rejeitava a identidade hifenizada teuto-brasileira. Nesses termos, a configuração identitária da personagem pode ser verificada a partir de dois conceitos descritos por Stuart Hall em *Cultura e representação*. O primeiro diz respeito ao conceito de cultura entendido pelo autor como um conjunto de práticas e sentidos compartilhados por membros de um grupo que podem ser identificados como pertencentes a mesma cultura por produzirem sentidos e significados de forma semelhante; assim, seria nesse processo que sentimentos, emoções e pertencimentos seriam relacionados a conceitos e ideias, contudo, sem desconsiderar a diversidade como que um mesmo grupo poderia interpretar ou se posicionar quanto a algo específico (HALL, 2016, p. 20-21). Seria essa diversidade presente nos grupos, por exemplo, que justificaria outras personagens pertencentes e identificadas à cultura alemã discordarem do posicionamento de Frau Marta quanto ao casamento interétnico, por exemplo. O segundo conceito elencado por Hall, é o de estereótipo e no qual a personagem se escora para afirmar que “todos os brasileiros” eram corrompidos (além, é claro, do preconceito racial, como discutido adiante neste capítulo). Para Hall, o estereótipo colabora para certa manutenção da ordem social e simbólica, ou seja, para a dissociação entre um “nós” que são considerados “normais” e um

“eles”, os diferentes “que estão fora dos limites”, logo, “anormais”, e que precisam ser afastados por serem julgados perigosos (HALL, 2016, p. 192). Dessa forma, as crenças de Frau Marta corroboram com os preconceitos sustentados de forma a “justificar” as práticas de exclusão e afastamento praticadas por ela.

No que dizia respeito à Lore e ao modo como ela se oporia à família e às decisões da mãe, Frau Marta refletia, em discurso indireto-livre, que a filha permaneceria em uma resistência passiva, não discutiria, mas se manteria firme em sua teimosia. Frau Marta supunha que as ideias divergentes de Lore resultariam da transgressão cometida por ela mesma ao enviar a filha para estudar em um colégio católico ou, talvez, por ter permitido que ela fosse à Alemanha no período pós-guerra, quando o país ainda tinha um ar de derrota. Dessa forma, a personagem relega à influência externa do meio em que Lore conviveu (o internato católico com garotas brasileiras e a Alemanha pós-guerra) sua desobediência e teimosia em resistir a opiniões que no lar dos Wolffs eram unanimidades. Frau Marta e Karl são as duas personagens que representam no romance os grandes defensores das ideias nazistas. Ao contrário da irmã, Lore, Karl é quem melhor se alinhava ao pensamento e ao modo de ser da mãe; além de se parecerem na aparência – ao conhecer Karl, Geraldo o descreveu como muito parecido com a mãe: “Geraldo examina de soslaio o irmão de Lore. Nada parecido com ela. É a cara de Frau Marta. A pele muito alva, os olhos azuis, aguçados, os cabelos de palha de milho” (MOOG, 1939, p. 81) –, defendem ardentemente as tradições, a preservação étnica e o nazismo. Ao interferir na conversa entre a mãe e a irmã, Karl concordou com a primeira e debochou de Lore por querer se casar com “um índio selvagem”, um homem de “raça inferior” e, por isso, mais fraco e suscetível a adoecer facilmente: “– Que gosto! – intervém Karl. – Já se viu para o que deu minha irmã?... querer casar com um índio selvagem. Vai ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca...” (MOOG, 1939, p. 119)¹⁰⁸. Para contrariar o irmão, Lore relembra que

¹⁰⁸ A reprodução no romance do discurso de que existiam “raças superiores” (a ariana) e “inferiores” (as miscigenadas, os negros, os asiáticos) está calcada nas máximas racistas extremamente disseminadas naquele início do século XX. A questão étnica no Brasil, por exemplo, era vista como problemática, principalmente, porque o pensamento no período era marcado “pelas noções de superioridade e inferioridade biológica, secularmente reafirmada por filósofos, cientistas e políticas”, como destacou De Luca (1999, p. 133). Com a vinda de influentes viajantes para o país, como Agassiz e o conde de Gobineau, e a publicação de seus relatos condenando a miscigenação como a responsável por “apagar” as melhores qualidades, seja do branco, do negro ou do índio, dominava, nas décadas finais do século XIX, uma interpretação negativa da miscigenação étnica. Desse modo, a composição étnica da população era entendida como um fator decisivo para as chances do país se tornar uma grande nação (DE LUCA, 1999, p. 132). Essas teorias coincidiram com o processo colocado em prática, após a Abolição, de branqueamento da população. Assim, parte da intelectualidade brasileira dos primeiros anos do século XX, nutrida e desenvolvida em meio a teorias deterministas – fossem elas de cunho racial, climático ou cultural – reiterava a impossibilidade de uma nação tropical e mestiça como o Brasil chegar à civilização sem a presença do branco ariano, considerado um elemento de “recomposição étnica” (DE LUCA, 1999, p. 156, 196).

se Geraldo fosse mesmo de uma “raça fraca” não teria ganhado dele na partida de tênis que jogaram dias antes¹⁰⁹. Novamente, não chegou a sair em defesa ao namorado, ou em oposição ao preconceito, o contra-ataque de Lore parecia mais uma tentativa de atingir Karl por suas fraquezas: o orgulho nazista e a vaidade de se considerar um jogador imbatível, com um condicionamento físico superior ao de Geraldo. Para desespero de Lore, a mãe escandalizou-se com o fato de Geraldo jogar tênis: “Até no tênis os pretos já estão entrando?! *Ach!* Blumental está ficando inabitável” (MOOG, 1939, p. 119); na sequência, sugeriu caber a Karl, portanto, a função de impedir que o engenheiro continuasse invadindo locais privilegiadamente para alemães, como o Clube da Ginástica.

A participação em organizações e instituições alemãs, como o Clube da Ginástica, era entendida no contexto das colônias como a marca de pertencimento ao grupo, pois, independentemente de viverem no Brasil, eram membros de uma nação, a Alemanha. De acordo com Helena Bomeny, a identificação e o comportamento dos teuto-brasileiros à cultura germânica eram introduzidos na comunidade tanto por meio da imprensa alemã, das escolas, da sociedade de caça e tiro, das sociedades esportivas e recreativas, das igrejas católica e luterana, como ainda pelo uso cotidiano da língua alemã e a função atribuída à família como instrumento básico do germanismo (BOMENY, 1999, p. 156). Desse modo, como pode ser percebido em *Um rio imita o Reno*, há atividades que são consideradas pela população (germânica e brasileira) como tipicamente alemãs, seja a quermesse da Páscoa organizada pela igreja protestante, e na qual Geraldo apareceu para surpresa de Lore; no Clube, em que Geraldo tentou se tornar sócio; ou no meio familiar alemão, em que até as criadas falavam a língua alemã e, por isso, lamentavam que nas festas brasileiras (como a da Abolição) não tivessem com quem conversar (MOOG, 1939, p. 62)¹¹⁰.

Assim como Frau Marta, Karl também não expressava qualquer opinião ou atitude com sentimentalismo; quando Lore adoeceu, mesmo querendo ser o único herdeiro da fortuna

¹⁰⁹ A questão desportiva era importante para a defesa do arianismo e da performance dos atletas considerados superiores aos miscigenados. Poucos anos antes da publicação do romance, em 1936, os Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão foram realizados na Alemanha, sob intensa influência da propaganda hitlerista que procurou, o quanto pode, influenciar a opinião internacional e mostrar uma postura não-racista. Dentre os competidores, marca a participação e o início da carreira de sucesso do atleta Jesse Owens, um negro norte-americano, e uma série de boatos de que Hitler não o havia cumprimentado pelo fato de ser negro (na verdade, Hitler não cumprimentou nenhum dos atletas da modalidade de Owens). O Brasil participou dos Jogos, mas não ganhou nenhuma medalha; nos Jogos de Inverno a Alemanha conquistou ao todo quinze medalhas e, nos de Verão, oitenta e nove, seguida pelos Estados Unidos, com cinquenta e seis.

¹¹⁰ “No jardim duas negras conversam em alemão. O violinista acha graça. Quer saber o que dizem. – É a nossa cozinheira, – informa Lore, sorridente – a Flora, que está dizendo à outra não ter gostado da festa de 13 de maio, porque lá só havia famílias brasileiras e que por isso não teve com quem conversar” (MOOG, 1939, p. 62).

da família, lamentou a possibilidade de sua morte apesar de jamais ter demonstrado nenhum carinho pela irmã:

Amava Lore, à sua maneira. Sempre fora rude para com ela. De resto, era brusco e rude para com toda a gente – o pai, os empregados, os amigos, a sua própria mulher. Só ele sabia os esforços que já fizera para não ser assim, para tratar os outros com delicadeza. Mas nunca acertara em ser agradável. Era-lhe uma impossibilidade física, congênita, orgânica, mais forte que ele. Via que só conseguia magoar, mesmo quando sua intenção era agradar. Como é que os outros podiam ser naturalmente amáveis? (MOOG, 1939, p. 220).

Por acreditar que seu jeito brusco com todos – até com a esposa, Irma, e o filho, Paulinho – era inerente à sua personalidade, como uma impossibilidade genética em ser gentil, se questionava como era possível a alguém ser naturalmente amável com todos sem fazer muito esforço. Se ele, Karl, mesmo se esforçando era incapaz de uma palavra carinhosa ou delicada, era porque sua natureza era assim: fria, rígida e implacável. O estereótipo na construção desse pensamento está carregado de determinismo, uma vez que, para se explicar, a personagem procura criar uma ligação entre seu temperamento e seu comportamento a partir de características preestabelecidas. Ao associar Frau Marta e Karl, Geraldo não apenas os aproximava na aparência física, mas também no temperamento. Era como se o rapaz houvesse “herdado geneticamente” a frieza da mãe, e também sido moldado pelo meio familiar em que cresceu; Lore, diferentemente dele, não foi influenciada pela mãe, havia nela uma abertura à diversidade intensificada após o contato com meninas do colégio interno – que tanto a faziam sentir falta da afetuosidade familiar (que, sequer, é estendida a todos os lares brasileiros).

Por causa dessas características influenciando na caracterização de Karl, no momento em que ele internamente imaginou a morte da irmã – e o benefício financeiro que teria se tornando o único herdeiro –, o rapaz procurou aliviar sua consciência relegando suas atitudes a um bem maior: a Alemanha. Grande admirador de Hitler, considerava-o um grande homem e o salvador do povo alemão; por isso, tinha-o como exemplo de quem sofreu e também passou por cima de quaisquer sentimentalismos para alcançar algo “maior”:

O Hitler do retrato encarava Karl com um olhar duro, implacável. Parecia dizer-lhe que tudo estava certo, que ele também tivera de blindar o coração para cumprir melhor um dever sagrado. Acima da dor dos indivíduos, do perigo das guerras, estava o Império alemão, a raça alemã! As pessoas, as famílias passavam, mas a raça e a nação eram eternas. Esse pensamento consolou Karl (MOOG, 1939, p. 221).

A defesa do arianismo percorre toda a narrativa, de um lado, os brasileiros se opõem à atitude dos teutos de exaltar a pátria de seus antepassados e considerarem-se alemães (mesmo os nascidos no Brasil); do outro, os alemães e descendentes orgulhavam-se da origem ariana ao reconhecerem-se pertencentes ao grupo, pois, como afirmava Frau Marta, a origem e “a raça

nada tinha a ver com o lugar do nascimento” (MOOG, 1939, p. 116), sua cidadania podia ser brasileira, mas sua nacionalidade era alemã. Por esse comentário de Frau Marta, pode-se destacar como a personagem representava os descendentes que, conforme mencionou Seyferth (1999, p. 203), se reconheciam apenas como “*Deutsche*”, isto é, alemães, e não como “*Deutschbrasilianer*” (teuto-brasileiros); para estes, a origem tinha a ver com identidade cultural e étnica e não com o local de nascimento.

Mesmo lamentando a doença de Lore, Karl achava que a família procedeu bem afastando Geraldo da cidade antes do fim das obras na hidráulica (“Não, Lore não podia, não devia morrer. Seria uma vingança demasiado terrível para um simples amor contrariado” (MOOG, 1939, p. 220). Para defender a raça e a nação eles precisariam sacrificar o que fosse preciso, assim como Hitler, na Alemanha, fazia o mesmo (era o princípio do imperativo categórico novamente levado às últimas consequências). Como Karl, Frau Marta também questiona-se se a Alemanha estava acima da vida de Lore e, pensando no amor sentido pela filha, procurava convencer-se de ter procedido bem: não se arrependia de ter conseguido a expulsão do engenheiro brasileiro que havia ameaçado sua família.

O médico encaminhou-se para o porta-chapéus. Antes de sair disse que voltaria para a conferência assim que o seu colega chegasse. Frau Marta sentou-se na poltrona de couro, aniquilada. E teve a dilacerante impressão de que se sentava no banco dos réus, diante de tremendos juizes invisíveis que a iam julgar. Mas... julgar por que crime? Entrecerrando os olhos, viu-se Frau Marta a dialogar consigo mesma. As duas partes do seu eu mais íntimo discutiam frente a frente. O seu *Doppelgänger*, de feições indefinidas e de voz longínqua, dizia: – A culpada da doença de Lore és tu. A outra parte, que tinha exatamente as suas feições e que estava como ela sentada na poltrona de couro, respondia:

– Culpada, por que?

– Obrigaste o engenheiro a ir embora; fizeste com que os outros o expulsassem. – Mas que tem a ver Geraldo com a doença de Lore? – O *Doppelgänger* investia, inexorável: – Sem a hidráulica, o tifo se alastra. O que Lore sofreu por causa de Geraldo deixou-lhe o organismo enfraquecido, sem defesa. – E pensas que eu não sofro vendo Lore em perigo de vida, ardendo em febre, sofrendo, gemendo, delirando? – Nunca foste carinhosa com ela. – Passo as noites em claro. – Isso não lhe melhorará a sorte (MOOG, 1939, p. 222).

Com a saída do médico, Frau Marta encaminhou-se para a poltrona metaforizando que era hora de ocupar, enfim, o banco dos réus. Chegava o momento do julgamento e ela, sempre presa às próprias regras, não podia expressar seus sentimentos e sua dor para ninguém; assim, por meio de um monólogo interior, ocupa tanto a posição de promotora de acusação como de ré. Enquanto ela e o seu “outro eu” discutem internamente sobre a doença de Lore, a cada investida da *Doppelgänger* para atribuir a responsabilidade à Frau Marta, ela se defendia de forma apática, como se não existisse sentido em replicar o que, para ela, tinha um fundo de

verdade. Ao garantir que sofria com a situação, foi censurada pelo outro-eu pela falta de carinho, por seu jeito seco e rígido que mesmo sofrendo se recusava a demonstrar. Na certeza de que, se convencesse o outro-eu de que não fez nada errado, teria a consciência aliviada e poderia, por fim, sofrer como qualquer outra mãe pela convalescença de um filho, se perguntava ser crime defender a família, seus ideais e a Alemanha.

O modelo do que seria considerado uma boa mãe, nesse momento, é questionado, uma vez que, na sequência, quando pensou “se fosses como as outras mães...”, se referia às mães brasileira que, como a própria Lore havia ressaltado páginas atrás, eram idealizadas como carinhosas e dispostas a renunciar tudo pelos filhos. Mas Frau Marta desprezava-as, pois, com seu orgulho nazista, considerava-as “negras, mestiças! [que] acostumam mal os filhos”, por fazerem mais mal do que bem aos filhos, diferentemente dela que procedia como fosse necessário visando o benefício da filha (e o seu também). É nesse momento que ocorre a “virada” no “julgamento”. Até ali, a *Doppelgänger* levava vantagem nos argumentos e ela reconhecia a culpa das acusações, mas, ao lembrar que não era como as outras mães – Frau Marta não se diferenciava por achar que não pertencia à idealização da mãe sensível e carinhosa, mas sim porque era ariana, ao contrário das outras “negras, mestiças” – vira o jogo a seu favor e, como Karl, também menciona a Alemanha como um bem maior a ser defendido:

– Que vale mais? A minha filha ou a Alemanha?... – Tu sabes que tua filha vale mais que a Alemanha. Não queres reconhecer... – Não me arrependo de tê-la afastado do índio. – tens certeza disso? – Preferia vê-la morta... – Deus tenha piedade de tua alma. Estás certa de que preferes vê-la morta? (MOOG, 1939, p. 222-223).

A *Doppelgänger* discordava de seu ponto de vista e de suas atitudes. Para a esse “outro-eu”, a vida de Lore era mais importante do que o nazismo, a superioridade ariana ou o preconceito e a arrogância dos Wolff; Frau Marta daria a vida em troca da vida de Lore – “Daria de bom grado sua vida para salvar a da filha... De nada lhe serviria viver, se Lore morresse” (MOOG, 1939, p. 223) –, porém, não conseguia ceder à possibilidade de concordar que a felicidade dela estava em um amor com um homem considerado por ela inferior, de outra raça (“Não me arrependo de tê-la afastado do índio”). Na balança entre o ser real e a *Doppelgänger*, o automato é muito mais humanizado do que a mulher perturbada com a doença da filha, mas irredutível quanto a seus preconceitos.

Contra todos os pensamentos preconceituosos encenados por Frau Marta estava o dr. Stahl, o grande incentivador da vivência harmoniosa e da assimilação no romance à medida que se opunha ao racismo e aos ódios alimentados por ambos os lados e acreditava na possibilidade de uma futura integração entre brasileiros e alemães na colônia. O décimo

segundo capítulo do romance é inteiramente dedicado à discussão do assunto, tão alinhado à ordem das discussões no momento da publicação de *Um rio imita o Reno*. No dia do *kerb*, dr. Stahl passou para uma visita aos Wolff que, naquela tarde, haviam acordado mais cedo da sesta. Stahl foi amigo do velho Wolff, ambos haviam chegado ao Brasil com poucos anos de diferença, e mantinha amizade com a família mesmo após o falecimento do velho. Nas suas visitas sempre protagonizava discussões acaloradas com Frau Marta, a quem dirigia uma satisfeita oposição.

De chegada, Stahl falou do excesso de trabalho que tinha com a epidemia de tifo e, esperançoso, confessava acreditar que, com a chegada do inverno e a finalização das obras na hidráulica, o problema seria contornado no próximo ano (na verdade, sua predição não se conclui, pois, mesmo no inverno, houve uma nova epidemia e Lore foi uma das infectadas). Comentou, ainda, estar sobrecarregado por ter que trabalhar em dobro: o outro médico da cidade foi obrigado a revalidar o diploma; para Stahl, um verdadeiro absurdo. Karl e Frau Marta não viam indignação nessa exigência, era até um alívio que estivessem controlando tanto quem poderia “clinar” como a entrada de médicos judeus no país: “Deviam também proibir esses médicos judeus de clinar. Um horror! Estão invadindo tudo” (MOOG, 1939, p. 133). Naturalmente um contrariador, ao discordar, Stahl chega até a defender o exercício livre da profissão, pois, ao reconhecer a existência de tantas formas de curar pacientes, também reconhecia não ter nada estabelecido na medicina, por isso, era oposto a qualquer forma do governo de “impor o selo de sua aprovação a doutrinas e teorias” (MOOG, 1939, p. 140); no mais, era a favor de que cada um escolhesse seu médico ou até mesmo seu curandeiro: o importante era serem assistidos. Suas críticas às decisões tomadas pelo Estado para controlar e impor suas regras às comunidades sem, contudo, tomar providências para as carências urgentes daqueles que tanto necessitavam de assistência prosseguem até Frau Marta o acusar de ser anarquista; o comentário, porém, é recebido calmamente: “Pois seja. Não tenho medo de palavras. Para mim as palavras por si mesmo significam muito pouco” (MOOG, 1939, p. 141).

Para além da defesa à liberdade da prática da medicina, a conversa se desenvolve sobre o tema central do romance, a questão racial. Mais do que o velho Cordeiro ao defender a nacionalização da colônia, é Stahl quem melhor desempenha um discurso em prol da unidade nacional. Diferentemente dos Wolffs, alinhados à política nazista, Stahl tem um ponto de vista díspar em relação aos judeus, aos negros, à miscigenação e à democracia racial. Sobre os primeiros, lamenta terem entregue a Bíblia aos alemães que, “desde que leram o Velho Testamento ficaram malucos. Andam sempre à procura de um Moisés e com essa mania de

superioridade de raça”. Conta que, ao receber sua árvore genealógica assegurando a ascendência ariana, jogou no lixo sem se importar, “que me adianta saber que tenho sangue alemão desde o século XV?” (MOOG, 1939, p. 134). Para escândalo de Frau Marta, prosseguiu afirmando que a inferioridade dos negros em relação aos brancos não era um fator étnico, mas sim social, resultado do regime de escravidão ao qual foram violentamente impostos por séculos. Sobre os Estados Unidos, assegura aos presentes conhecer uma infinidade de negros que eram grandes escritores, músicos e cantores; porém, precisava concordar que o país da América do Norte fazia muito mal em não incentivar a miscigenação, caso que, felizmente, para ele não ocorria no Brasil: “[os Estados Unidos] Fazem muito mal. Estão criando um quisto lá dentro. Deviam ter feito como o Brasil, onde não há problemas de raça” (MOOG, 1939, p. 135).

A personagem defende algo que nunca existiu, mas que a partir do final dos anos 1930 se tornou uma ideia repetidamente propagada como real: a da democracia racial¹¹¹. Esse conceito jamais refletiu a realidade brasileira, uma vez que negros, mestiços e brancos nunca viveram sob as mesmas condições de igualdade, seja jurídica ou social. Com a Abolição, em 1888, os escravizados não foram incluídos na sociedade, muito pelo contrário, continuaram a ser tratados como pertencentes a camadas inferiores e como um problema nacional – esse “problema”, aliás, como acreditavam, seria contornado com a política de branqueamento da população colocada em prática com a vinda em massa de europeus brancos. Mas no romance, o médico era grande defensor da integração étnica e favorável às uniões desde que baseadas no amor. Assim, Stahl condenava a miscigenação em situações em que não havia amor entre os progenitores, ou seja, para ele, uma criança nascida de uma relação de violência sexual ou de promiscuidade seria moralmente híbrida, logo, poderia ser morta se assim a mãe decidisse; já as crianças por ele chamadas de “filhos do amor”, seriam naturalmente “perfeitas” como os filhos de qualquer união entre brancos:

¹¹¹ Apesar da expressão “democracia racial” ter sido atribuída a Gilberto Freyre, seu principal ideólogo, ao que tudo indica, foi Cassiano Ricardo quem a utilizou publicamente pela primeira vez, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 28 de dezembro de 1937. Naqueles últimos meses, o escritor e jornalista havia fundado com outros nomes influentes do período, como Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho, Paulo Prado e Mário de Andrade, um movimento político-social chamado Movimento Bandeira que tinha por intuito a defesa de um nacionalismo avesso a qualquer influência estrangeira, seja o fascismo, o comunismo ou o liberalismo econômico (Mário de Andrade, no entanto, parece ter assinado o manifesto apenas para se livrar das importunações de Cassiano Ricardo e, meses depois, anunciou seu desligamento por não concordar com os ideais do Movimento). Dentre os alicerces do Movimento Bandeira estava a democracia social brasileira, como foi defendido em *O Brasil no Original*, de 1937. O livro *Marcha para Oeste*, publicado por Cassiano Ricardo, em 1940, é marcado pelo pensamento de uma democracia brasileira pela qual a harmonia racial seria fundamental; para tanto, o autor procurou estender o movimento bandeirante associado a São Paulo para todo o Brasil. Não foi encontrado nenhum dado que possa ligar Vianna Moog ao Movimento Bandeira, mas, devido ao destaque nacional que os líderes do movimento tinham, se pode imaginar que o escritor gaúcho tenha se inteirado das discussões centrais, concordando ou não com as pautas; no mais, Moog foi grande amigo e admirador de Gilberto Freyre e de seus escritos.

- Se forem moralmente híbridos a mãe tem o direito de matá-los.
- Qual a diferença?
- O híbrido é o resultado das uniões sem amor, das uniões de baixa sensualidade.
- Como é que o doutor explica que os mestiços sejam fracos, tarados, revoltosos, inadaptáveis, criminosos? – perguntou Karl.
- Porque não são filhos do amor. Do senhor que possui a escrava com repugnância e a despreza; da escrava que se abandona com medo do azorrague, não pode sair nada bom.
- Suponhamos uma união normal...
- Seria difícil pela própria condição social de cada um. Mas se isso acontecesse, então ter-se-iam filhos perfeitos. De um momento verdadeiro de amor, seguido duma gravidez sem sobressaltos, não saem híbridos. Que gente pode resultar de um preto que possui uma branca a força; de um branco que preá uma índia no mato, arrastando-a consigo como escrava?
- Quer dizer que para o doutor todos podem casar à vontade? – escarnece Frau Marta.
- Tudo depende do amor. Casamentos sem amor, casamentos por interesse não produzem nada de bom. Vejam as famílias reais. Quantos tarados? Procure a causa: uniões sem amor. Na natureza como nas raças, deve-se praticar o enxerto em larga escala (MOOG, 1939, p. 135-136)

A opinião de Stahl quando se trata de miscigenação é ambígua, ao diferenciar entre mestiços frutos de relação “com amor” daqueles nascidos por meio da violência, os quais o médico considerava híbridos. Seu comentário criticava a violência e reconhecia nas agressões dessas relações sexuais forçadas o surgimento de indivíduos degenerados e prejudiciais à composição étnica brasileira. Nesse contexto, se opõe à idealização presente em *Casa Grande & Senzala*, lançado em 1933 por Gilberto Freyre, que apontava tanto para uma “convivência” romantizada e pacífica entre as “três raças” como para um modelo que sugeria uma visão positiva da sociedade multirracial brasileira. Mesmo os relatos de violência presentes na obra de Freyre foram minimizados uma vez que colocados sob um ponto de vista idealizado da existência de uma cultura homogênea e harmoniosa, apesar de ter resultado da participação de grupos étnico diversos. Apesar de não falar diretamente ao mito da “democracia racial” em 1933, Freyre abriu caminho para sua formulação ocorrida nos anos seguintes e, na década de 1940, já era um dos principais difusores da ideia. Ao mesmo tempo em que procurou diferenciar a imagem da escravidão no Brasil da que ocorreu nos Estados Unidos (marcada por leis segregadoras e por uma mercantilização de escravizados), também tentou “construir” uma imagem da escravidão brasileira como um “mal necessário”, conforme pontuou Schwarcz (1998, p. 195-196); é nesse ponto que toca Stahl ao afirmar que o país norte-americano fez muito mal em não integrar os negros, como, supostamente, o Brasil teria feito. Essa “integração” entre senhores rígidos e paternais e os criados, por exemplo, está demonstrada no romance na conversa entre ouvida por Geraldo (e traduzida por Lore a ele e ao violinista que os acompanhava) das criadas da casa Wolff reclamando que nas comemorações

do 13 de maio (aniversário da Abolição) não tiveram com quem conversar, pois só falavam alemão e a festa estava enfeitada de brasileiros. Quem disse isso foi Flora, a cozinheira negra da família e que, de tão “integrada” ao lar Wolff não se considerava brasileira, afinal sua identificação com a cultura alemã sobressaía e estava marcada na língua que utilizava para se comunicar (MOOG, 1939, p. 62).

Na realidade, antes mesmo da publicação de *Casa Grande & Senzala*, já havia uma simultaneidade do pensamento da miscigenação como degeneração e também uma opinião positiva de que poderia gerar evolução, como foi verificado por Tania De Luca em seu estudo sobre a *Revista do Brasil*, periódico em que as teorias e ideias sobre mestiçagem, eugenia e “superioridade” étnica foram amplamente discutidas em seus anos de publicação (a autora, nesse estudo, só se dedicou à análise do período concernente à primeira fase da revista, de 1916 a 1925). Conforme apontou a autora, o Brasil (e toda a América) era visto como inferior à Europa por ter sido povoado há poucos séculos, enquanto o continente europeu já havia passado por um longo processo de purificação e de seleção, logo, havia possibilitado o surgimento de uma população dotada de características físicas, culturais e sociais estáveis e superiores ao que se podia encontrar no Novo Mundo (DE LUCA, 1999, p. 158)¹¹². Desse modo, esse pensamento apoiava-se na certeza de que o futuro corrigiria esse “problema” e que, em algumas gerações, o Brasil conseguiria definir seu tipo étnico. Nos textos destacados da *Revista do Brasil* pela pesquisadora, podem ser encontradas, ainda, opiniões que creditavam à influência lusitana certa herança de vícios e defeitos que só se acentuaram com a presença de índios e negros. Assim, vinculavam o avanço do país à urgência no branqueamento da população, inferiorizando negros e índios e questionando de forma pessimista se realmente existiriam chances efetivas destes “abandonarem um estágio mental inferior e assim participar do esforço de construção nacional” (DE LUCA, 1999, p. 165). É a esse pensamento de inferioridade creditada às “raças inferiores” que Karl e Frau Marta parecem estar alinhados em *Um rio imita o Reno*. Essas personagens emitem um discurso racista sempre considerando a miscigenação por uma visão pessimista ao mesmo tempo em que se enquadravam em um grupo superior devido à ascendência ariana. Já Stahl, é uma personagem com opiniões mais complexas pois, por um lado, creditava ao passado

¹¹² Acerca disso, a autora salientou que nas páginas da revista não poderiam ser encontrados opiniões unânimes, apesar do pensamento positivo sobre a miscigenação aparecer com maior frequência: “Ainda que essa intelectualidade fosse, em maior ou menor grau, tributária de teorias construídas a partir das categorias de raça e meio, tal filiação esteve longe de resultar em uma representação única a respeito das formas de superar ou enfrentar os entraves que impediam a afirmação definitiva da nação. O material presente na *Revista do Brasil* adverte contra as tentativas simplificadoras que insistem ora num pessimismo absoluto, ora numa confiança exagerada quanto ao futuro. De fato a elite intelectual oscilava entre esses dois polos” (DE LUCA, 1999, p. 175).

escravocrata à inferioridade a qual os negros eram vistos na sociedade; e, por outro, reconhecia a existência de “mestiços moralmente híbridos” frutos “das uniões sem amor”, como se sugerisse a reprodução selecionada entre pessoas de grupos étnicos diferentes¹¹³. Assim, quando Karl questionou a existência de mestiços “fracos, tarados, revoltosos, inadaptáveis, criminosos” o médico sustentou sua teoria creditando à falta de amor qualquer “desvio” físico, mental ou moral nas crianças, sejam mestiças ou não. Nesse contexto, afirmou que mesmo os filhos de brancos poderiam ser degenerados, utilizando as famílias reais como exemplo.

Assim, as palavras de Karl compactam com o discurso de que a miscigenação degeneraria e anularia as boas qualidades tanto dos brancos como dos negros e vai de encontro ao que Stahl defendia: miscigenação era evolução desde que fosse baseada no amor, caso contrário seria hibridização. Apesar de seu discurso em prol da integração, o médico confessou, após pressão de Karl, ser racista, mas não porque o preconceito era inerente a sua superioridade como ariano, mas sim porque foi criado com ele. Logo, reafirmava que o preconceito era uma marca social e não biológica como defendia o rapaz:

- O senhor casaria com uma preta? – pergunta Karl.
- Não, não gosto de negros. Mesmo que o quisesse, por um ato de vontade, não podia. Fui educado já com preconceitos raciais. Nesse tempo a Alemanha andava maluca com as teorias de Chamberlain e Gobineau. Infelizmente, não há purgativos espirituais para lavar a gente por dentro.
- Não, essa repulsa é inata no branco.
- Absolutamente. Agora mesmo encontrei aí na calçada o Paulinho brincando com os mulatinhos do Cardoso... Estava alegre e não me parecia repugnado. Pelo contrário: nunca o vi tão contente. Imaginem que nem quis vir comigo.
- Vá buscar o Paulchen, já, já – ordenou Karl à mulher, que até aí não tenha dado uma palavra.
- Desta maneira, quando ele tiver quinze ou vinte anos, dirá, como vocês, que nunca pode suportar negro – observou Stahl.

No romance, Stahl mencionou dois dos autores mais racistas da história da ciência para garantir que, se tivesse crescido em outro contexto, não teria o racismo impregnado em si

¹¹³ A eugenia, proposta na segunda metade do século XIX por Francis Galton – primo de Darwin que também se dedicou ao estudo e à análise da hereditariedade –, tinha como meta organizar, facilitar e acelerar os efeitos da seleção natural no âmbito da espécie humana, tendo como caminho para o “progresso humano” o incentivo à reprodução apenas dos “melhores dotados” o que geraria a formação de uma “aristocracia de eugênicos” e, em algumas gerações, levaria a uma libertação da bagagem degenerada que produzira os indivíduos “socialmente inadaptados” daquele período. Em contrapartida, a eugenia propunha a proibição da reprodução de indivíduos inadaptados, sejam eles portadores de doenças venéreas, mentais ou deficiências físicas, ou ainda criminosos, alcoólatras, prostitutas etc. (DE LUCA, 1999, p. 152). Os simpatizantes da eugenia, como destacou De Luca, frequentemente exaltavam os bons resultados dos cruzamentos selecionados realizados em plantas e animais, lamentando que o mesmo não fosse praticado entre humanos (DE LUCA, 1999, p. 223). Apesar de parecer tender para a defesa da miscigenação, o discurso de Stahl é realmente dúbio, principalmente, quando menciona expressões como “filhos do amor” ou “praticar enxerto”.

(“Infelizmente, não há purgativos espirituais para lavar a gente por dentro”)¹¹⁴. Para provar a Karl de que não havia nenhuma repugnância inata, fere seu orgulho comentando ter avistado Paulinho, seu filho, há pouco, brincando com “os mulatinhos do Cardoso” e, de tão feliz que estava na brincadeira, nem quis ir para casa com ele. Para Karl, era inadmissível que o filho brincasse com crianças que não fossem arianas como ele. Em Paulinho, porém, residia a esperança de uma nova geração que, criada sem preconceitos, respeitaria as diferenças e, assim, se integraria naturalmente. O que a personagem de Stahl conseguiu despertar foi o otimismo de que, mesmo se para ele não existisse mais esperança de vencer o racismo com o qual fora criado – para Karl e Frau Marta, menos ainda –, para Paulinho existia: o garoto poderia não ser racista se a família permitisse. É essa esperança que reaparece ao final de *Um rio imita o Reno* quando Paulinho não é mais impedido pela avó de brincar com as outras crianças na rua:

– *Ach! Mein Gott*. O Paulinho fugiu de novo, está lá na rua todo molhado, brincando com os moleques. Com os moleques... Que é que vou fazer?

Frau Marta parecia imersa num sono letárgico.

Lore olhou para a rua. No meio das cabeças negras e morenas havia agora uma loira. Reconheceu o sobrinho. Paulinho pulava e ria no meio dos moleques, dos mulatinhos do Cardoso e dos pequenos da vizinhança.

– Que é que eu vou fazer? – repetiu Ema.

Frau Marta ergueu os olhos. A princípio ficou com o ar abstrato de quem não compreendesse. Mas depois falou com a voz apertada, surda, num retesamento de energias:

– Deixe o menino brincar... Deixe o menino fazer o que quiser. – Era como se cada palavra pronunciada correspondesse a um dilaceramento interior. – Deixa que ele se crie de acordo com os seus instintos... com a sua natureza.

Rompera-se a grande represa. Frau Marta chorava. Com os olhos também inundados de lágrimas, Lore olhou para a mãe e mais uma vez teve uma ideia da enormidade do seu sofrimento e da profundidade do drama em que ela se debatia. Ema abalou, convencida de que naquela casa todos tinham ficado doidos (MOOG, 1939, p. 268).

Nas páginas finais do romance, após a chegada do primo Otto e a confissão de que ele havia deixado a Alemanha após descobrirem um judeu na família – descoberta que tornou a convivência no país insuportável para ele. A família, envergonhada com a notícia e sentindo-se humilhada em seu orgulho nazista, convenceu Otto a manter a ascendência em segredo. Na cena final, quando Frau Marta desabou em lágrimas, o choro carregava toda a dor que ela não havia conseguido demonstrar nem durante a doença de Lore. A dor que incidiu em seu

¹¹⁴ O conde de Gobineau (1816-1882) publicou nos anos 1850 o seu estudo *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade da raça humana) proclamando a superioridade dos arianos e, ainda, que a decadência desses indivíduos superiores estava incontestavelmente ligada às constantes hibridizações “com elementos impuros e inferiores que lhe conspurcaram o sangue de forma lenta, porém continuada” (DE LUCA, 1999, p. 144). Já Chamberlain (1855-1927), foi um grande defensor de ideias antissemíticas na Alemanha, assim como da eliminação das “raças inferiores” que, segundo defendia, degeneravam as “superiores”. Sua obra teve grande impacto entre os nacionais-socialistas, fama que lhe rendeu até uma visita de Hitler.

orgulho nazista confirmava, afinal, quem valia mais para ela: a Alemanha. No decorrer de todo o romance, sempre que o neto, Paulinho, ia para a rua brincar com os “moleques” ou “os mulatinhos do Cardoso”, ele era repreendido física e emocionalmente tanto por ela como por Karl; entretanto, ao descobrir que dentre os Wolff havia um parente judeu, a atitude de Frau Marta mudou: ela permitiu ao neto brincar com os colegas.

Para Bueno, a mudança de Frau Marta foi antes uma certeza de que o garoto poderia conviver com os de “raça inferior” porque ele não era, afinal, “ariano” do que uma atitude de redenção pelos preconceitos alimentados durante a vida. Frau Marta chorava porque se sentia humilhada pelo próprio orgulho nazista que se voltou contra ela. No desespero dela residia também a esperança de que o neto, Paulinho, seguisse um caminho diferente e, sem se considerar superior aos outros, se tornasse um adulto livre de preconceitos; não havia motivos para tê-los, os Wolffs não eram arianos como ela pensou toda a vida.

Um rio imita o Reno oferece uma narrativa que dialogava diretamente com importantes acontecimentos do final da década de 1930. À ficcionalidade do enredo se juntava o ensaísmo do autor ao relatar um meio sociocultural que conhecia bem, sendo ele o fruto do casamento de um teuto-brasileiro com uma brasileira descendente de açorianos. Vianna Moog ofereceu em 1939 a oportunidade do Brasil – cujas investidas federais defendiam uma “coesão nacional” – conhecer Blumental, uma colônia alemã, desenvolvida praticamente apartada do restante do país, onde os brasileiros eram minoria e a etnicidade alemã predominava. De um lado, Geraldo mudou-se para uma cidade tão diferente daquelas que conhecia e encontrou não apenas o outro ao qual não conseguiu se aproximar, mas também o amor. À Lore, o engenheiro dedicou profundo encantamento, contudo, sentindo as amarras do preconceito e das diferenças que os afastavam, abandonou Blumental sem alimentar esperanças de retornar ou de levar o relacionamento a diante. Ao final, tanto Geraldo como Lore desistem de lutar e abandonam a relação ao fracasso das circunstâncias. Juntamente aos outros brasileiros residentes na colônia, o protagonista representava o núcleo nacionalista que, apesar de todas as investidas para uma aproximação, eram repetidas vezes rejeitados e afastados pelo núcleo germânico.

Do outro lado, Frau Marta, apesar de ser uma personagem secundária, é a mais expressiva representante do grupo germânico. Por se reconhecer alemã mesmo tendo nascido no Brasil, reafirmava seu pertencimento e identificação à cultura e à etnia. Simpática ao nazismo e a Hitler, porém, chegou ao fim do romance amargando a pior derrota que poderia ter: apesar de ter vencido a luta empreendida contra o namoro de Lore e ter afastado Geraldo da cidade, não saiu vitoriosa, pois o pior fracasso de sua vida foi descobrir que os Wolffs

tinham um parente judeu. Todo o orgulho e o preconceito reforçados durante a narrativa voltam contra ela e, de orgulhosa personagem passou a frustrada e envergonhada. Antes ela tivesse morrido a descobrir que os Wolff eram judeus, se pode refletir ao vê-la chorando amargamente na cena final. No mais, o grande fracasso expresso no romance não é o amor interrompido do casal central, mas sim o de Frau Marta cuja luta em defesa dos preconceitos persistiu toda a narrativa e, ao fim, desmoronou e perdeu qualquer sentido. Do tifo, Lore poderia se recuperar, assim como Geraldo do coração partido, mas a dor e o fracasso da imponente Marta Wolff eram incontornáveis.

Desse modo, mais do que uma denúncia das atividades nazistas na colônia ou da inassimilabilidade dos imigrantes, como chegou a ser considerado na crítica coetânea, *Um rio imita o Reno* expressa uma narrativa que, de um lado, mostrava a influência da fortificação do nazifascismo na Europa e, de outro, o alinhamento às políticas coercivas empregadas pelo Estado Novo em prol de uma “coesão nacional”. Se o Romance de 30 já vinha oferecendo o conhecimento das regiões afastadas dos grandes centros, até poucos anos ainda desconhecida no cenário nacional, como a região nordeste, os sertões, a zona canavieira (BUENO, 2006, p. 78), o romance de Vianna Moog apresenta ao país conflitos e cenários que o romancista estreante conhecia e ainda suscitavam total incompreensão da população brasileira. Destacam-se, ainda, a construção de personagens interessantes e com forte expressão de opiniões e pensamentos, como Frau Marta e Stahl, e outras caricaturais, como o promotor e o secretário, que poderiam ser encontrados em qualquer cidadezinha pequena controlada por um “major” caudilhistas. Para o restante do Brasil, só nos resta imaginar quantos ao ler o romance também se sentiram como Geraldo: com saudades do Brasil; e quantos perceberam o absurdo de um país plural e heterogêneo como o nosso procurar impor a homogeneidade quando (e onde) só cabia (e cabe) diversidade.

6. QUINTO CAPÍTULO – AS TRÊS MARIAS

6.1 Palavras iniciais sobre o romance e a autora

Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza a 17 de novembro de 1910. Em 1917, se mudou com a família para o Rio de Janeiro em decorrência da seca de 1915; pouco tempo depois, partiram para Belém-PA. Dois anos depois, regressaram a Fortaleza e, em 1921, aos onze anos, Rachel foi matriculada no Colégio da Imaculada Conceição, dirigido por irmãs de caridade, onde permaneceu até 1925; foi desse período de sua vida no colégio a inspiração para a escrita de *As três Marias*. Sua carreira jornalística começou em 1927 com colaborações para o jornal *O Ceará*; e sua estreia literária ocorreu alguns anos depois, em 1930, com a publicação de *O Quinze*, obra que a projetou em cenário nacional¹¹⁵.

Em 1939, lançou seu quarto romance, *As três Marias*, pela editora José Olympio. Muito diferente da primeira edição de *O Quinze*, de mil exemplares e paga às expensas da autora, seu quarto romance foi recebido pela crítica como a obra de uma romancista já conceituada. O livro composto por capítulos curtos e não numerados narra a trajetória de Maria Augusta, ou Guta, como prefere a personagem, desde sua entrada no colégio interno católico até os primeiros anos de sua fase adulta. Aos 12 anos, já órfã de mãe, Guta foi deixada pelo pai e pela madrasta (uma boa mulher que, como a personagem afirma repetidas vezes, sacrificava a educação dos filhos pela da enteada) no colégio aos cuidados das freiras. Lá, conheceu duas meninas, Maria José e Maria da Glória, que se tornam suas melhores amigas. O confinamento, a religiosidade e a curiosidade pelo mundo fora do internato percorrem toda a vida daquelas meninas que, tão cedo, saíram do convívio familiar e passaram a infância e a adolescência enclausuradas com raras oportunidades de saída. Desse modo, em todas as chances tidas para imaginar o “mundo lá fora”, aproveitavam satisfeitas; o primeiro namorado de Glória, conhecido nos ensaios do concerto era como se também namorasse as outras duas; os finais de semana na casa de Maria José, a única que tinha família perto (pois Maria da Glória era órfã), era considerada uma chance de respirar além dos muros do internato.

No colégio, assim como Guta, Rachel de Queiroz também conheceu duas garotas que se tornaram suas amigas por toda a vida. A impressão de que o livro apresentasse traços

¹¹⁵ A produção da romancista é extensa, contendo, dentre outros títulos, *O quinze* (1930), *João Miguel* (1932), *Caminho de pedras* (1937), *A donzela e a moura torta* (1948), *O galo de outro* (1950), *Dora, Doralina* (1975), *Memorial de Maria Moura* (1992).

autobiográficos foi apontada por Mário de Andrade em texto publicado em sua coluna do *Diário de Notícias*, em 17 de setembro de 1939. Para o crítico, a feição autobiográfica era perceptível, mas não roubava toda a atenção do romance, cujos conflitos femininos, a delicadeza e o trabalho psicológico da personagem-narradora sobressaíam e davam grande valor à obra (ANDRADE, 1972, p. 116). Mas a própria Rachel de Queiroz confirmaria que o livro era o mais autobiográfico de sua produção, apesar de conter muita ficção. Maria José foi inspirada na amiga Alba Frota, cuja vida familiar e pessoal foi representada no livro (a romancista diz repetido à profissão e às traições do pai de Alba), com exceção dos detalhes, esses trabalhados ficcionalmente. Já Maria da Glória, era Odorina Castelo Branco Sampaio, órfã, mãe de 13 filhos, cuja vida, para a amiga, era tão rica e importante que quase a inspirou completamente. Além das duas, também reconheceu que as outras colegas do colégio existiram e tiveram suas histórias recontadas na obra, apenas os nomes foram modificados para preservar suas identidades. Na vida de Guta, porém, inseriu uma história e uma trajetória ficcional, apesar de reconhecê-la como a personagem que a representava: “Eu não ia me confessar assim. Quando Guta vem para o Rio, eu soltei a imaginação. O Isaac nunca existiu, o filho, o aborto, eu só tinha ido ao Cariri uma vez na minha vida” (MENDES, 1988, p. 32, apud SOARES, 2018, p. 33-34).

Em tom memorialístico, o romance percorre diversos momentos da vida de Guta, como a entrada no colégio; a formatura e o retorno à casa da família, onde a protagonista não conseguiu se adaptar à rotina e à família e, na primeira oportunidade, convenceu o pai a permitir que se empregasse como datilógrafa em Fortaleza; os anos morando com Maria José e sua família; a viagem de férias ao Rio de Janeiro; e, por fim, a decisão derradeira de residir definitivamente com a família nas páginas finais. Nesse ínterim, ainda fornece informações sobre as amigas: Maria José trabalhava como professora na periferia da cidade e mantinha cada dia mais firme sua dedicação à religiosidade; Maria da Glória partiu para o interior de férias após a formatura e, de lá, informou as amigas de seu noivado. Cada uma das Marias representam, dessa forma, um papel feminino naquela sociedade: Glória ao se encaminhar para o matrimônio e a maternidade; Maria José, para a religião e o magistério; e Guta, ansiosa por liberdade e independência, ao não ambicionar aqueles caminhos, na verdade, contestava-os esperançosa de construir ela mesma um caminho e um destino. Como destacou Otávio Dias Leite, em texto coetâneo ao romance, Guta era consumida por uma necessidade de viver, de amar e de ser feliz que a tornava uma personagem muito humana e sincera, mas também suscetível à decepção porque criava expectativas a partir de sua imaginação alimentada pela literatura (LEITE, 1939, p. 4).

Estabelecida em Fortaleza, aos 18 anos, Guta temia não conhecer o mundo. Após a infelicidade com o suicídio de Aluísio – o amigo cuja culpa da morte relegaram a ela – e o desastroso envolvimento com o pintor Raul, partiu para férias no Rio de Janeiro. Pela primeira vez na vida, Guta considerava-se completamente livre, sensação que, de início, era desesperadora – a moça se sentia sozinha e inútil em meio àqueles desconhecidos. Em oito dias, porém, já estava habituada à cidade e às pessoas. Da amizade com Isaac, um médico rumaico que estudava para revalidar o diploma e poder se estabelecer definitivamente no Brasil, surgiu um namoro frustrado pelo retorno de Guta ao Ceará. Sua partida, contudo, estava marcada pelo medo de uma gravidez fora do casamento – tabu social que a condenaria por toda a vida. Após um aborto espontâneo, Guta teve notícias do retorno de Isaac à Europa, seguida de sua mudança para o sertão. A Guta que retornava à casa paterna, contudo, não era a mesma de anos antes. A protagonista retornava resignada com uma culpa que, supostamente, acreditava precisar carregar, assim como uma sensação de frustração de, apesar das tentativas de romper com suas barreiras morais, só ter intensificado sua vida social como inadaptada.

Desse modo, este capítulo é dividido em duas partes, na primeira, “Entre o pertencimento e os papéis femininos: as três Marias”, a análise é centrada nas representações dos papéis sociais femininos predominantes no romance à medida que contribuem para a análise específica do tema geral desta pesquisa: a representação do estrangeiro. Em *As três Marias*, podem ser destacados três papéis femininos delineados a partir do ponto de vista da protagonista: da mulher que optou ser esposa e mãe (caracterizado por Maria da Glória), da que optou pelo magistério e pela religiosidade (Maria José) e da que, contestando a tradição patriarcal, preferiu o caminho da insubmissão aos padrões instituídos (Maria Augusta). A segunda parte, “O deslocamento de Guta e as personagens estrangeiras: xeque e Isaac” centra-se na relação de Guta com as duas personagens estrangeiras do romance, xeque e Isaac, assim como no desdobramento de sua personificação como deslocada. A participação de ambos os rapazes é pequena na narrativa, cujo destaque centra-se nas impressões da narradora-protagonista sobre a própria vida e as pessoas que passaram por ela. Apesar de ter se envolvido emocionalmente com xeque, Guta não o conheceu pessoalmente, sendo uma personagem que existia com intensidade em suas imaginações. Já Isaac, ela conheceu quando viajou de férias ao Rio de Janeiro e, em sua companhia, viveu um romance que contestava tanto sua criação religiosa como os valores morais daquela sociedade patriarcal, proibitivos e cerceadores da emancipação feminina. Apesar de ser uma personagem secundária dentro da narrativa, Isaac desponta como o único que, ao estabelecer contato com Guta, conseguiu proporcionar a ela momentos de felicidade que só foram alcançados antes da morte da mãe

dela. A felicidade, para Guta, era um retorno à infância, ao tempo em que se sentia amada. Mas, tendo que regressar ao Ceará, pouco depois recebeu a notícia de que o rapaz também precisaria partir. Judeu, Isaac buscava uma permissão definitiva para permanecer no Brasil e, para tanto, estudava incansavelmente para revalidar seu diploma de medicina e poder exercer a profissão, único meio de evitar a deportação. Sua situação, apesar da descrição discreta dentro da narrativa, parece representar as práticas históricas restritivas à entrada e/ou permanência de pessoas de origem judaica no país; essas medidas foram empregadas, principalmente, após a instauração do Estado Novo.

6.2 Entre o pertencimento e os papéis femininos: as três Marias

A narrativa de *As três Marias* inicia com Guta, aos doze anos, sendo deixada pelo pai e pela madrasta (a Madrinha, como a garota a chama) no internato católico. Lá, conheceu, em meio às outras meninas, duas amigas que levará por toda a vida escolar e adulta: Maria de Glória e Maria José. Uma vez reunidas, as “três Marias” protagonizam anos de confidências e companheirismo; e, sozinhas, encontram na companhia das amigas um alento para os anos enclausurantes de colégio. É Maria Augusta – ou Guta, como prefere ser chamada – quem conduz o fio da narrativa em primeira pessoa. O narrador em primeira pessoa é limitado, pois, encerrado em suas próprias experiências e opiniões sobre a história narrada, não tem acesso às percepções, pensamentos e sentimentos das demais personagens e, sendo ele próprio uma personagem do romance, narra de um centro fixo, pessoal (FRIEDMAN, 2002, p. 176-177). A escolha de Rachel de Queiroz por um narrador-personagem ocorreu posteriormente ao início da escrita do romance, como destacou a pesquisadora Marlene Mendes que, após comparar originais do romance, revelou ser o narrador de *As três Marias*, a princípio, onisciente, mas, a partir da vigésima terceira página, passou a ser narrador-personagem, fazendo a autora voltar ao início para substituir as marcas linguísticas referentes ao uso da terceira pessoa (MENDES, 2010, p. 14-15). Na sequência, Mendes ressaltou que a romancista teria optado pela escolha do foco narrativo em decorrência do texto conter muitos dados autobiográficos¹¹⁶.

O uso do narrador em primeira pessoa, conforme ressaltou Luís Bueno, antes estigmatizado pelo realismo do século XIX, foi muitas vezes empregado pelos romancistas

¹¹⁶ “Das rasuras com a borracha, poucas nos permitem ver/ler o que foi apagado. Mas ainda assim, conseguimos saber que a história tem, inicialmente, um narrador onisciente, mas passa, a partir da página 23, a um narrador personagem. Quando se decide pela emenda, volta ao início e vem apagando e substituindo as marcas linguísticas referentes à terceira pessoa. Ao ser perguntada sobre o porquê desta substituição, disseram a autora que, pelo fato de o romance ter muito de autobiográfico, sentiu-se mais à vontade contando sua história na primeira pessoa” (MENDES, 2010, p. 14-15).

dos anos 30 por atingir dois efeitos desejados: o de conferir veracidade maior ao texto, fazendo-o soar como um depoimento de quem realmente viveu aqueles fatos; e, o de sublinhar, no caso das personagens fracassadas, o caráter definitivo das derrotas narradas, já que, dada a limitação da narrativa em primeira pessoa, não lhes era aventada a possibilidade de uma perspectiva ampla e afastada dos problemas, intensificando o impasse da falta de caminhos (BUENO, 2006, p. 78-79). O caráter do fracasso, em Guta, não é propriamente àquele descrito por Andrade (1940) e Bueno (2006), detalhado nos capítulos anteriores; na personagem, como poderá ser percebido no decorrer do capítulo, há muita força para se opor às imposições sociais, contudo, em determinado momento da vida, sentindo-se sozinha e impossibilitada de manter-se contrária às normais e padrões daquele contexto, Guta se viu obrigada a aceitar, resignada, a vida junto à família.

As tensões dessa personagem deslocada são narradas – como pode-se perceber desde a abertura do romance – em tom memorialístico a partir de suas recordações dos fatos ocorridos e dos sentimentos e experiências vivenciadas. À exceção do último capítulo, com todos os verbos no presente, nos demais capítulos o tempo verbal predominante é o pretérito. Acerca disso, Cássia dos Santos (2020) ressaltou como, sob o disfarce memorialista, o romance encerrava em suas páginas as memórias da narradora-protagonista, com diversas passagens em que o presente interferia nas recordações e sobressaía com apontamentos tidos *a posteriori* por Guta sobre aquelas recordações¹¹⁷. Diante dos conflitos e do sofrimento sentidos por não conseguir mais resistir às forças contrárias às suas vontades, Guta parece intentar a fuga do seu estado atual na infância e na única sensação de pertencimento de sua vida: o trio das três Marias composto com as amigas Maria José e Maria da Glória; eis, assim, uma narrativa cheia de memórias que reflete sobre um tempo passado na tentativa de identificar (a partir de uma reflexão crítica e já amadurecida sobre os acontecimentos) “o quê” a havia levado à situação atual.

Desse modo, na abertura do romance, o medo da vida desconhecida no colégio, repleta de estranhos, era o que desesperava Guta no dia de sua chegada. Seus olhos percorriam tudo ao redor na vã esperança de uma familiarização ou reconhecimento; de familiar, só tinha a mala e, ao pedir para ficar junto de seus objetos pessoais, foi repreendida pela freira que a acompanhava. Ao processar o vazio a seu redor, Guta notou a imagem da Virgem Maria na

¹¹⁷ Em “O autobiográfico, o ficcional e o literário em um romance de Rachel de Queiroz” a autora chamou atenção para as passagens em que o presente “reclama seu espaço” no romance, com a voz da personagem-narradora se insinuando em uma reinterpretação dos fatos narrados; dos 46 capítulos de *As três Marias*, 25 são narrados exclusivamente no pretérito, ao passo que, nos demais podem ser notados os comentários de Guta no momento da narração e não mais no da narrativa. Como exemplo, Santos (2020, p. 9) destacou os capítulos em que a personagem confessou o desejo que tinha de suicidar-se desde a adolescência, e os trechos em que, ao relembrar os dias passados juntos, refletia o quê teria significado para Isaac.

parede, reconhecendo-a como o que lhe parecia de mais vivo por ali, mais vivo até do que a freira a seu lado: “e, sendo de louça, tinha mais ar de vida e humanidade que aquelas outras mulheres de carne, junto a mim” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 13). Só ao longe percebia um ruído que vinha pelos corredores e insinuava a existência de mais meninas brincando em algum lugar. Para a garota, as freiras avistadas pareciam figuras e bonecas de cera, só a santa parecia viva por ali, o que reforça como a sua primeira impressão forte no colégio era a da religiosidade. Mesmo com o passar dos anos, Guta nunca se identificou com as freiras – sentia até certo incômodo ao perceber que as amigas tinham algumas como amigas ou confidentes à medida que ela as tinha como intimidadoras: “as irmãs eram porém tão distantes, tão diferentes! Ser-me-ia impossível descobrir entre mim e elas pontos de identificação, como o faziam Maria José e Glória” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 29) –; desde o dia da chegada sentia por elas intimidação e tinha uma tendência a desumanizá-las, ao passo que em relação à Virgem Maria, representada na imagem de uma moça jovem como ela, sentia maior proximidade. A santa com a qual as Marias do romance compartilham o primeiro nome, Maria, simboliza o dogma católico da castidade, da santidade feminina e de exemplo de pureza – princípios que vão ser contestados por Guta na narrativa. Assim, a santa mais famosa do catolicismo, e uma das com maior número de devotos no mundo, era também a padroeira do colégio. Apesar de a referência ao colégio não revelar seu nome, a descrição das instalações, a menção às meninas órfãs apartadas das pensionistas e a tradicionalidade da instituição em Fortaleza parecem indicar que se tratava de uma representação do mesmo colégio em que estudou Rachel de Queiroz, o Colégio da Imaculada Conceição.

Até os dezoito anos, Guta permaneceu no colégio, saindo de lá apenas nas férias ou nas ocasionais oportunidades de passar o domingo na casa da amiga Maria José. Foi justamente a amizade mantida com Maria José e Maria da Glória que transformou a experiência escolar e possibilitou à jovem suportar os anos de clausura e repreensão. A alusão ao colégio como um local em que a protagonista se sentia aprisionada persegue todos os capítulos de sua formação (é recorrente a referência da narradora-protagonista aos muros altos e a impressão de claustro e prisão). Ao chegar, Guta conheceu Maria José, uma menina “moreninha” e magra que, penalizada com o atordoamento da protagonista ao ser alvo da curiosidade das outras meninas – alvoroçadas com a chegada de uma “novata” –, ficou ao seu lado e a apresentou a uma grande amiga: Maria da Glória.

Juntas, as “três Marias” compartilham sonhos, amores, curiosidades e incertezas tanto do mundo fora dos “muros” do colégio como da vida adulta. Pode-se perceber que até o décimo quinto capítulo há ambiguidade quanto a identificação de Guta como protagonista –

esta pode ser verificada, por exemplo, no título do romance se referindo às três garotas –, contudo, após deixarem o colégio, Guta se estabeleceu dentro da narrativa como a única protagonista do romance¹¹⁸. O apelido “três Marias” surgiu após uma repreensão da irmã Germana às meninas que viviam sempre juntas e aos cochichos, apartadas das outras colegas. Na ocasião, a religiosa comentou: “São as três Marias! Se ao menos vivessem juntas, como as três do Evangelho, pelo amor de Nosso Senhor! Mas sou capaz de jurar que perdem o tempo em dissipação...” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 35). As três Marias do Evangelho são Maria Madalena, Maria Salomé e Maria (mãe de Tiago, o menor) e, juntas, foram as três mulheres que acompanharam Jesus Cristo da Galileia a Jerusalém e, no domingo de Páscoa, compareceram ao seu sepulcro onde receberam, por intermédio de um anjo, a notícia de sua ressurreição¹¹⁹. Há um segundo sentido atribuído a “três Marias” que não é sagrado como o primeiro, mas sim profano, pois se refere ao cinturão da constelação de Orion, estrelas facilmente identificáveis a olho nu tanto pelo brilho quanto por estarem alinhadas. Desse modo, as personagens, uma vez identificadas como um trio inseparável, aceitam e reforçam a comparação às “três Marias”, não às bíblicas, como provavelmente preferiria a irmã Germana, mas às estrelas. O comentário da irmã sobre as Marias bíblicas parece ser afastado do pensamento delas à medida que começaram a desenhar as estrelas alinhadas nos livros e cadernos, assim como a escolher cada uma aquela com que se identificasse.

Glória escolheu a primeira estrela, a mais próxima, de brilho rutilante, isto é, ofuscante. Já Maria José escolheu a estrela da outra ponta, trêmula e pequenina. A escolha das estrelas de lados opostos, para Daniela Soares (2018), corresponderia à realização social das três garotas. Segundo essa autora, Glória já tinha o sucesso encerrado em seu nome, por isso, seria aquela com maior reputação e glória social – uma vez que escolheu o caminho do casamento e da maternidade enquanto Maria José optou por um caminho mais modesto no magistério e na devoção à religião, sem cogitar pelo casamento (SOARES, 2018, p. 41)¹²⁰. Como Glória, também Guta tinha o sucesso incluído no nome, pois os significados do nome Augusta se referem à elevação, à consagração e ao sublime (AZEVEDO, 1993, p. 82-83). Assim, quando a protagonista escolheu a estrela do meio, indicava a não escolha por nenhum

¹¹⁸ Os capítulos não são numerados ou nomeados (à exceção do capítulo da transcrição da carta de Isaac que recebeu o título de “Carta de Isaac”), entretanto, há divisão entre os capítulos com quebra de página. Desse modo, o capítulo décimo quinto pode ser localizado como a décima quinta quebra de página.

¹¹⁹ As três Marias são mencionadas nos Evangelhos, tendo os nomes mencionados no Evangelho segundo Marcos 16:1-20.

¹²⁰ Em sua dissertação, Daniela Rezende Soares (2018) discorreu sobre as personagens femininas em *As três Marias*, de Rachel de Queiroz e em *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles, chamando atenção para como os trios, em ambas as obras, colaboram para a discussão dos papéis femininos nos três caminhos oferecidos às personagens.

dos rumos tomados pelas amigas, mas que tinha grandes chances de obter êxito em construir seu próprio caminho. Guta, diferentemente das amigas, procurava a felicidade em lugares distantes e desconhecidos, atitude que revela o quão inadaptada poderia ser naquela sociedade em que à mulher só eram oferecidas poucas opções. A emancipação desejada por Guta contestava a subserviência e as noções estabelecidas pelo patriarcado à medida que ela opta pela subversão ao se permitir a dedicação ao estudo, ao trabalho fora do ambiente doméstico e à experimentação sexual anterior ao casamento. A separação dos caminhos e escolhas das “três Marias” se deu apenas na idade adulta, pois, quando crianças, a proximidade e a sensação de pertencimento ao trio prevalecia, verificada pelas inúmeras vezes em que, juntas, pararam a olhar as estrelas e sonhar com o mundo fora do colégio.

Do trio, Maria José era a única das três com família na cidade e, por isso, algumas vezes, conseguia que a madre superiora permitisse à Guta e à Glória passar com ela os finais de semana, programa sem “muitos encantos”, mas que disputavam animadas apenas pela possibilidade de saírem do colégio. O pai da garota abandonou a casa quando a mãe descobriu as traições e era ela, justamente, quem cuidava sozinha dos quatro filhos e, por isso, vivia sempre “aperreada”, como conta Guta. Sobre o pai de Maria José, pouco é informado no romance: teve uma relação com uma mulher solteira, madrinha do filho mais novo e, uma vez descoberta a traição, foi morar com ela. Já dona Júlia era o alicerce familiar e representava a mulher que, sem uma figura masculina, trabalhava incansavelmente para criar os filhos. No romance, ao contar das visitas à casa da amiga Guta explicou também que Maria José preferia quando a mãe não podia ir buscá-las; era melhor quando enviava a criada, até porque “em criada ninguém repara” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 40). Para prover a criação dos filhos, dona Júlia se privava da vaidade para se vestir ou se pentear, chegava ao colégio “muito simples, o cabelo escorrido num coque liso, com um velho vestido de seda-palha já reformado, bordado de vermelho na gola” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 40). Nesse trecho, ao contar um incidente na vida de Maria José, Guta deixa explícito que, apesar das ideias emancipadoras do papel social feminino, estas não eram estendidas a todas. Quando explicou que Maria José preferia a ida da empregada, aquela que por sua função já deveria passar despercebida, invisível, revelou o quão preconceituosa poderia ser sua sensação de superioridade em relação às mulheres de classe social inferior a dela. Certa vez, uma das meninas comentou que “a mãe da Maria José tem cara de parteira”, o que constrangeu a menina e a fez se sentir “humilhada”. Guta chega a comentar que não havia problema em ser filha de parteira, e que o ofício não mudava a cara das pessoas para parteira ter uma, mas quanto à “preferência” pela criada vir buscar Maria José, não fez nenhum comentário

possivelmente porque concordava com aquela opinião (mesmo anos depois ao recordar aquelas memórias). Além de maldoso, o comentário da colega de interno revelava uma expectativa social para a mulher: era esperado que estivesse sempre impecavelmente vestida e penteada, o que fugia completamente da realidade de dona Júlia, uma mulher dividida entre o trabalho doméstico, o trabalho para fora (vendia leite e, anos depois, passou a vender marmitas) e o zelo à família. O papel feminino desempenhado por ela é justamente um dos problematizados pelo romance: teriam que ser todas como Júlia, condenadas ao trabalho estafante e ao amor incondicional aos filhos, estes, esperanças de suas vidas para uma recompensa ao amor e ao sofrimento em suas criações? Diferentemente da mãe, Maria José não caminhou para o casamento e a maternidade; após formada, tornou-se professora e se dividia entre o ensino e as orações. Das três moças, foi a que continuou mais religiosa quando adulta. Ocupando, portanto, um dos papéis legados às mulheres naquela sociedade: àquelas que não se casassem poderiam lecionar e se dedicar à religião.

A mudança que se opera em Maria José é notável. Na infância, assim como Guta, também optava pela subversão. Na ocasião em que o trio fez a tatuagem das três Marias, foi por ideia de Maria José – “Foi Maria José quem lembrou nos tatuarmos. Teve que ser na coxa, para que as irmãs não vissem” –, mas também foi a primeira a perder a coragem, só terminando a tatuagem com a ajuda de Glória e com uma convicção parecida com a de quem cumpria uma penitência: “Tinha que chegar ao fim, como quem cumpre um dever” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 36). Para além da ideia da tatuagem, a amizade com Hosana, uma das órfãs mantidas pela instituição, se revelou a grande atividade de resistência da personagem. No terceiro capítulo, Guta explicou como no colégio, rodeadas por muros altos, pensionistas e órfãs eram mantidas apartadas e a convivência comum era restrita às idas à capela. A narradora contou que, às órfãs, eram impostas ainda mais regras do que às demais, observação que revelava a forma dura como a estruturação social era imposta às jovens de classe social inferior. Estas, deveriam ser modestas, humildes e silenciosas, sempre prontas a trabalhar de forma estafante para prover o enxoval que as meninas (similares às encontradas do outro lado, as pensionistas) um dia lhes encomendariam para seus casamentos e para o nascimento dos filhos¹²¹. Tendo a mão de obra explorada pelas freiras, mantenedoras do colégio, eram proibidas de manter relações ou conviver com as pensionistas e, quando o

¹²¹ “Ao centro, era o ‘lado das irmãs’, grandes salas claras e mudas onde não entrávamos nunca. E além, rodeando outros pátios, abrigando outras vidas antípodas, lá estavam as casas do orfanato, onde meninas silenciosas, vestidas de xadrez humilde, aprendiam a trabalhar, a coser, a tecer as rendas dos enxovais de noiva que nós vestiríamos mais tarde, a bordar as camisinhas dos filhos que nós teríamos, porque elas eram as pobres do mundo e aprendiam justamente a viver e a pensar como pobres” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 25).

contato era descoberto, eram punidas duramente. Foi o que aconteceu com Maria José e a amiga Hosana. As meninas, alimentadas pela animação oferecida pelo proibido, encontravam-se escondidas e trocavam presentes religiosos e “ricos bordados” feitos por Hosana. Essa amizade, contudo, é narrada com certa ambiguidade pois Guta compara as meninas a “amantes criminosos” e, ainda, que a descoberta pelas freiras foi o final esperado para todo romance proibido: “E, naturalmente, aquele excesso de amor romanesco, as florinhas, os santos, acabou chegando tudo aos ouvidos da irmã Germana – e era sempre esse o fim das amizades com órfã” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 27). Novamente a questão social envolveu as decisões sobre as alunas: Hosana foi enviada para longe a fim de bordar o enxoval de uma moça rica; tempos depois, casou e morreu de parto. Maria José, por sua vez, recebeu apenas uma punição verbal da madre e, após algumas cartas enviadas pela amiga, com o tempo a foi esquecendo. Guta comenta criticamente a exploração e as duras regras impostas às órfãs, contudo, como ocorreu no episódio da criada, mais uma vez pode-se notar como não estende suas ideias libertárias e emancipadoras às mulheres de classe social inferior. Assim, orgulhava-se por Maria José não ter traído a amizade de Hosana, mas normalizava o fato de que a outra tenha sido punida pelas freiras de forma mais cruel, “era sempre esse o fim das amizades com órfã”.

Adulta, porém, Maria José agarrou-se à religião para conter qualquer desejo por insurreição e liberdade, “Nem sei o que seria de mim se não fosse a religião me contendo. Parece que me perdia, que me atirava para o pecado, como uma louca. Tenho desejo e medo de tudo” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 186), confessa à Guta. Tendo abandonado a fé desde que saiu do colégio, Guta se perguntava como a amiga parecia se comover tanto à imagem de Jesus crucificado e tão pouco à presença de um pobre ou um doente; e, como podia julgar tanto a todos se nem ela conseguia diferenciar o certo do errado? O que Guta questionava, principalmente, era a hipocrisia cristã da amiga que passava horas a fio a se punir por desejar o prazer, mas não conseguia se revoltar contra as injustiças do mundo e as desigualdades; assim, lamentava que ambas, apesar de criadas juntas, cujos sonhos e desejos compartilharam por anos, tenham, ao final, se tornado duas estranhas que mal conseguiam se compreender (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 187-188).

Também Maria da Glória era muito diferente de Maria José. Uma de suas características principais, como destacou Guta no desenrolar da narrativa, era a facilidade e o pendor para representar papéis sociais. Quando criança, foi a órfã; adulta, rapidamente se acostumou ao papel de esposa e mãe. A menina foi criada até os doze anos pelo pai, pois a mãe de Glória morreu no parto (a mortalidade no parto é uma causa recorrente de mulheres no

romance, além da mãe de Glória, Hosana também morre no parto e, outras, morrem pouco tempo de depois de dar à luz, como Marília, amiga dos tempos de colégio e Amélia, cujo túmulo Guta e Aluísio notam enquanto passeiam pelo cemitério). Muito diferente do pai de Maria José (desaparecido da casa familiar), o de Glória fez tudo para recompensá-la da ausência da mãe, deixando-a, até, chamá-lo de “mamãe”. Em crítica coetânea ao romance, Mário de Andrade chamou atenção para o apagamento das personagens masculinas em contraposição à nitidez das personagens femininas. Para o autor de *Macunaíma*, em *As três Marias*, a romancista chegou a engrandecer o pai de Glória perante os outros, para depois o “amansar” fazendo a menina chamá-lo de “mãe”, em uma espécie de vingança ao “eterno masculino” (ANDRADE, 1972, p. 117). Na realidade, esse pai fez o mesmo que dona Júlia e outras mães solas: cuidava da filha sozinho e, em oposição a ele – um pai que era “mãe” –, os outros viúvos do livro rapidamente se casavam para dar as filhas madrastas que as tratariam tão bem, ou melhor, do que as próprias mães (a exemplo temos o pai de Guta e o esposo de Marília, mencionado nas páginas finais da obra), o que reforçava a importância da maternidade no romance. Essa impressão em valor da maternidade, porém, não deixa de ser uma crítica a quem defendia ser a criação dos filhos incumbência feminina, como se apresentava nas narrativas em que predominava o acordo ao patriarcado.

Outro aspecto interessante sobre a obra reforçado por Mário de Andrade nesta mesma crítica foi a tendência ao “matricídio” no romance. Para o crítico, Rachel de Queiroz matou muitas mulheres da mesma forma (de parto), o que poderia denunciar certa “maternidade frustrada”. Para compreender as entrelinhas do que ele escreveu, é preciso saber que Rachel de Queiroz teve apenas uma filha, Clotilde, morta aos dezoito meses de vida, vítima de septicemia. Talvez por elegância e amizade à Rachel, o modernista tenha preferido não expor diretamente informações sobre a vida íntima dela. Assim, o crítico acabou se limitando a insinuar, mas sem afirmar diretamente que a frustração materna fosse da própria romancista (e que ela passou, anos antes, pela perda de uma filha); prefere, assim, se ater às informações dispostas no livro e à inferência dos fatos relacionados: “O parto parece estar para a escritora em íntima convivência com a morte. Aliás, para Maria Augusta, que é quem conta a história, essa ligação do parto com a morte é impressionantemente legítima, pois que ela perde o filhinho nascituro” (ANDRADE, 1972, p. 116). Mário de Andrade arremata sua assertiva supondo ter aceitado na análise da obra e, na verdade, todas aquelas mortes eram como uma “transferência” para alívio de uma mãe que perdeu um filho e não tinha, no romance, coragem de matar as crianças; preferia matar as mães. Por fim, conclui: “É possível que essas mortes tenham existido mesmo, pois que o livro é de feição autobiográfica. Não importa. É

incontestável que Maria Augusta comete vários matricídios, em que ela mesma se morre pra salvar o filho que morreu” (ANDRADE,1972, p. 116-117)¹²².

Uma das mortas foi a mãe de Glória que, mesmo órfã ao nascer, teve todas as necessidades supridas pelo pai, como relatou Guta. A mãe morta “sem ter tido vagar para conhecer as alegrias do mundo”, e o pai, triste e melancólico, fazendo versos para a menina ler “com a mãozinha mostrando o céu, ‘onde a mamãezinha a esperava’”, colaboravam para a romantização da orfandade de Glória. Quando pequena, ela e o pai sempre tiravam foto ao lado do retrato da falecida ou junto ao túmulo “ele encostado à cruz, com o rosto sombrio e sem consolo, a guria toda tristonha, vestida de branco, sentada num dos degraus de mármore” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 20). Guta descreve a orfandade de Glória com um idealismo romântico, cuja “interpretação” a tornava sempre triste e pronta para romper em lágrimas:

Glória, contavam, entrou no colégio toda vestida de preto, o cabelo escorrido batendo nos ombros, o grande medalhão brilhando ao peito, no meio da negrura do luto, a caixa do violino debaixo do braço. Porque ela tinha até um violino para completar o quadro, era realmente a órfã, pálida, magrinha, encostada à ombreira de entrada do parlatório, como se tivesse saído de uma gravura daqueles romances que nós líamos em voz alta nos recreios da noite — romances cujos começos são tão tristes, mas que acabam sempre pelo casamento da orfãzinha com o moço orgulhoso, de olhos azul de aço, motejadores e escarninhos, filho do dono do castelo onde ela é professora. E, desde esse dia de chegada, Glória nunca mais deixou de ser, para o colégio inteiro, a órfã, irremediavelmente infeliz e inconsolável. Ninguém se admirava de a ver chorando, quando todas estavam alegres. Era natural, não tinha pai nem mãe. Talvez mesmo sentíssemos falta se ela não chorasse, e a própria Glória se envergonharia se as lágrimas de vez em vez não lhe viessem (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 21).

Glória contestava o idealismo de Guta pois, apesar de sincera na sua tristeza e saudades do pai, ao ser comparada às órfãs dos romances que elas liam, de triste e resignada, Glória tinha só a aparência. As outras órfãs eram moças infelizes e indefesas que seriam arrebatadas por um moço equiparado a um herói e, após todas as adversidades e desconsoles, seriam, por fim, felizes. Em Glória, tudo em sua figura revelava a “orfandade”: o medalhão no peito com a foto dos pais, os trajés negros, o violino a tiracolo e o porte triste e resignado de órfã sempre “infeliz e inconsolável” que todos esperavam dela. Glória chorava facilmente porque a saudade do pai era verdadeira, mas ela não era humilde e meiga, na verdade, “era imperiosa e autoritária”, cujas vontades e ordens Guta rapidamente aprendeu a obedecer, ao perceber que o temperamento da amiga contestava suas ilusões românticas. Mas, apesar da

¹²² A suposição do crítico de que as mortes poderiam ser reais, uma vez considerado o caráter autobiográfico do romance, é acertada no caso da mãe de Maria da Glória. Conforme supracitado, a personagem representa uma das amigas que Rachel de Queiroz conheceu no colégio: Odorina Castello Branco Sampaio. Odorina era filha do poeta Odorico de Carvalho Castello Branco e de Arina Pinheiro, morta precocemente aos 16 anos, no parto. Odorina foi criada pelo pai até os 13 anos, quando ele também faleceu e ela foi encaminhada ao Colégio Imaculada Conceição.

personalidade forte, Glória tinha para com Guta (que assim como ela era órfã de mãe) um instinto e um cuidado, como se pode perceber, até maternal: era ela quem penteava os cabelos da protagonista e quem, quando percebia o descuido com os materiais escolares, ralhava com Guta e a obrigava a ser mais cuidadosa¹²³; é Glória, ainda, quem afasta com veemência a possibilidade de pintar as tatuagens das “três Marias”, com medo de infecção, pensamento que não havia surgido às amigas, mas que também não as espantava, como se essas pequenas atitudes de Glória corroborassem, na verdade, o fato de que seu comportamento sempre tivesse revelado seu pendor materno. Outra característica adicionada à personalidade de Glória era que prazerosamente dividia suas felicidades com as amigas, reforçando sua ligação ao trio, como pode ser verificado na ocasião em que arrumou um namorado, o xeque (personagem estrangeira, xeque terá sua participação no romance melhor explorada na segunda parte deste capítulo). Guta, mesmo adulta ainda sentia como se compartilhasse os amores da amiga; quando Glória escreveu-lhe contando que estava noiva de um bacharel do interior, Guta sentiu a notícia como se também compartilhasse do noivado da outra; para ela, era o hábito de “viver os namoros das outras como um romance comum a todas” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 89). O noivo, Afonso, não interessava-a propriamente como pessoa, completaria Guta mais adiante; seus ciúmes – e certa inveja – era da oportunidade de amar (e ser amada) desfrutada por Glória. A amiga, das três, foi a única a se casar e quando o fez parecia assumir seu novo papel com a mesma magnificência com que antes interpretava a órfã; na verdade, para Guta e Maria José, Glória parece se sair ainda melhor no novo papel¹²⁴.

Glória reinava magnificamente, sempre no primeiro papel, agora que era feliz, como nos tempos escuros da tragédia. Vivía a sua hora de amor com o mesmo fervor apaixonado e incansável com que vivera o drama; e parecia que o noivo lhe tomara todo o lugar ocupado antes pela sepultura do pai (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 89).

¹²³ Na simbologia dos cabelos, pentear os cabelos de uma pessoa é sinal de atenção e boa acolhida, comparado a embalar ou adormecer alguém (semelhante aos que as mães fazem com os bebês) e, se deixar pentear, revela amor, confiança e intimidade com a pessoa que a penteia (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2002, p. 155), valores nos quais a amizade entre Guta e Glória se baseava.

¹²⁴ Em um texto publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 11 de junho de 1961, comemorativo do Dia dos Namorados que se aproximava, um dos casais homenageados e que forneceu seus depoimentos ao jornal foi Odorina Castello Branco e o marido, o médico e deputado, Leão Sampaio. A nota dá mais destaque à vida de Odorina, citando os pais, casal que foi separado pela morte precoce de Arina, e que levou o jovem poeta a criar a filha em meio a sua poética saudade (o nome dela já expressava a saudade e o amor que uniu o casal, sendo Odorina uma combinação dos nomes Odorico e Arina). Assim como a personagem Glória, Odorina também tocava violino e havia conhecido o marido em uma viagem ao interior. Ao final, de longe a parte mais interessante do texto, há um depoimento de Odorina falando da plenitude do casamento e de sua vida conjugal: “A finalidade da mulher sempre foi o casamento, e é para ele que ela deve preparar seu coração, sua mente, seu espírito de luta. No casamento a mulher se realiza completamente, mas dela depende também o êxito de uma vida a dois. Compreensão, dedicação real, tolerância, são pontos básicos da estabilidade conjugal” (DIA DOS NAMORADOS..., 1961, p. 2). Sua visão do casamento e da completude sentida pela dedicação à família acaba alinhada à caracterização que a personagem inspirada nela demonstrava no romance, assim como a fonte de inspiração, Glória também encontrou a plenitude e a glória extrema no casamento e na maternidade.

Era como se todas ocupassem seus lugares na peça e, à Glória, fossem sempre reservadas as personagens que ela conseguiria interpretar bem. Quando órfã, nunca deixou a desejar ou sofreu menos do que esperavam dela, mas também, nunca foi como “as mocinhas dos romances”, tinha personalidade, era forte e implacável para conseguir o que desejava. Noiva – e depois esposa – era como se tivesse nascido assim, uma perpetuação de seu papel social feminino representado no romance. No dia de seu casamento, impressionada com a “desenvoltura” e o desembaraço da amiga, Maria José comenta que “parece que ela nunca fez outra coisa...”, ao que Guta concorda, em parte. Para ela, o que ocorreu com Glória foi que, contente com o novo papel, apenas procurava “se sair bem” e, sem abandonar o amor dedicado ao pai, deixava para trás a órfã e o sofrimento que já não cabia mais em sua vida: “Até então fora a órfã, sozinha no meio do mundo, com o seu violino apenas para companheiro. Hoje porém era a esposa, rainha e amante, toda submissão e amor. Para que mexer no passado? A órfã não cabia mais [...]” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 129). Quando estava no Rio de Janeiro, Guta recebeu a notícia do nascimento do filho de Glória (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 165-166) e, assim que regressou a Fortaleza, os visitou. Ao segurar o filho da amiga, notou que ela não tirava os olhos deles, o que a faz pensar, a princípio, que talvez Glória sentisse ciúmes da sensação de felicidade causada pela criança nela; mas, conhecendo tão bem a amiga, e seu espontâneo contentamento em “dividir” seus momentos felizes, concluiu que talvez Glória só desejasse novamente “repartir” com ela o “peso excessivo da ternura que a abafava” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 192). A construção de Glória como uma personagem “perfeita” para o casamento evoca um dos caminhos para as mulheres naquela sociedade – diferente de Maria José que encontrou no magistério e na religião seu papel feminino –, Glória se encaminhou para o matrimônio e a maternidade com uma “vocação” que não era inata, mas sim socialmente construída. Houve, quando adolescente, o sonho de ser uma solista famosa, de ir ao Conservatório e dedicar o futuro à música, assim como uma violinista russa que ela admirava (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 56); porém, assim como ocorreu com Maria José, Glória também seguiu por um caminho diferente ao qual desejava nos tempos de colégio. Das três, talvez só Guta não mudou seu caminho, pois a ânsia por liberdade e fuga a seguiu na vida adulta; foi o sentimento de fuga (do sofrimento, da dor e da solidão), aliás, que a impulsionou, ao final de *As três Marias*, de volta para o sertão natal.

Uma vez que a história é contada por Guta – que não pode acessar, por definição, completamente a complexidade das outras personagens –, temos pouco contato com a complexidade feminina das amigas, pois elas são descritas pelo olhar da narradora, uma

mulher diferente e com outras expectativas. Não se pode negar, aliás, certa inveja de Guta à vida de Glória, a seus olhos, bem-sucedida; a cena em que foi visitar o recém-nascido, quando ela própria temia a possibilidade de estar grávida, pode exemplificar esse sentimento. Em relação à Maria José, Guta não sentia inveja alguma, quase como se também concordasse que o êxito seria maior no papel desempenhado como mãe e esposa de Glória. Guta era uma mulher que, contestando o estereótipo de submissão feminina e de dominação do patriarcado, buscava liberdade e independência ao decidir pelo rompimento dos padrões de comportamento que, em parte, sua mãe também já havia rompido. A mãe morreu quando ela tinha sete anos e o pai, cinco meses depois, casou-se com uma prima distante e antiga namorada, contou a personagem-narradora ao escrever sobre a família. Sobre eles, explica que moravam no sertão e, por isso, quase não se lembrava deles como uma família, pois só ia lá nas férias e, nessas ocasiões, não sentia a emoção de estar em um lar: “Não tenho mãe e quem não tem mãe não tem família” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 47), sentencia. Sobre a madrasta, ela pediu que a chamasse de “madrinha”, não de mãe (“Não, lugar de mãe ninguém toma”, dissera ao pai de Guta quando o pai sugeriu); no mais, reconhecia ser a Madrinha boa e correta, sempre lhe dando bons vestidos e sapatos, nunca brigando com ela e, na verdade, até privando a educação dos próprios filhos para a manter no colégio. Mesmo assim, era uma estranha para Guta, uma mulher que, em tudo oposta à sua mãe, viera colocar ordem naquela casa bagunçada.

O papel e a importância materna para Guta estão dispostas desde a abertura do romance com a figura da Virgem Maria, modelo de esposa e mãe, e percorrem todo o enredo, pois, junto à santa, Guta tem também a imagem de sua mãe, borrada com o tempo e fantasiada pela imaginação infantil como um modelo materno e feminino subversivo, insubmisso aos padrões. Dando importância e ênfase à maternidade, Guta dividia as lembranças da infância em dois momentos: “o tempo de mamãe” e “depois”. Da mãe lembrava ser uma moça aérea, esquecida, e que vivia de forma leve e espontânea. Suas lembranças desse tempo são fragmentadas e, em muitas das vezes, carregadas de fantasia, chega a confessar, mas aquele foi o tempo em que se sentiu tão feliz quanto amada (o que só se repetiu ao conhecer Isaac). Assim, a protagonista considerava a mãe uma “alma de passarinho”, sempre risonha e infantil que, mesmo quando a repreendia, era em igualdade: “Discutia comigo como uma igual. Sua alma terna e infantil estava tão perto da minha!” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 50). Mas quando a madrasta chegou, tudo mudou: Guta passou a andar limpa e vestida (no tempo da mãe, às vezes, esta não se lembrava de alimentá-la ou banhá-la), a frequentar a escola e a casa a apresentar uma clara imagem de limpeza e organização. Apesar de comparar

incessantemente a mãe e a madrasta, Guta não procedia de modo a criticar as atitudes da mãe, pelo contrário, nutria profunda admiração pelo modo leve e displicente da figura materna, tão fora dos padrões. A madrasta, diferente da leve e magrinha mãe, era “aquela senhora gorda, sempre grávida ou sempre amamentando” que criava os filhos “gordos e caladinhos”, como deveria; era uma mulher tão formal e sólida que levava tudo a sério, se solidificando como uma imagem e uma pessoa tediosa para a menina: “Bate ovos para um bolo com o mesmo ar concentrado e austero de quem cumpre um dever, de quem vai para a guerra, por exemplo” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 52).

A maior mudança dos tempos “depois de mamãe”, entretanto, não era na arrumação da casa ou nos cuidados com sua limpeza pessoal, ela se apresentava no comportamento do pai, destacou a jovem. Antes, relembra como ele era diferente, por isso, espanta-se pelo modo como ele parecia acostumado à nova vida, impressão que a levava a desenvolver uma ternura piedosa por ele: imaginava como o pai deveria ter sofrido para se adaptar aos novos hábitos, logo ele que amou com tanta paixão a primeira esposa e depois precisou concordar com as mudanças da outra: “que coisas não terá carecido matar em si para se dobrar à nova vida, metrificada, regular, imutável!” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 53). Tendo as recordações do “tempo de mamãe” alimentadas por histórias contadas por terceiros, e pela doce fantasia infantil, lamentava que o pai tenha perdido o amor e a apreciação aos livros e à poesia, “agora tudo isso é história perdida, esquecida. Papai é severo, é outro, trabalha muito, está gordo, gordo como a família toda. Onde estão os seus livros? Ele agora só lê jornal” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 53). Como os outros pais do romance, esse pai também era uma personagem apática e apagada, uma vez contrastada com as demais figuras femininas; era a mesma apatia comentada pelo crítico e escritor Mário de Andrade, como destacado anteriormente: “O penumbroso Isaac, o tímido suicida, o próprio pintor, e ainda o pai incompetente que aparece em meio à ternura de magnífica intensidade com que Maria Augusta evoca a infância e a mãe, são bem figuras incompletas e bastante sem dor” (ANDRADE, 1972, p. 117). De fato, a descrição feita por Guta do pai incidia em concordar que, enquanto a primeira esposa era toda a sua vida (a quem adorava e mimava), a segunda colocou tudo no eixo e, ao conduzir e estabelecer sua rotina, o deixou confortavelmente na passividade para a tomada de decisões ou construção de opiniões. Mas a pena que Guta afirmava sentir é irônica e carregada de crítica a forma como o pai vivia: era, para ela, como um doente em estado terminal cujo comportamento era de quem nada mais importava: “Faz nascer em mim uma espécie de ternura dolorosa, uma dessas ternuras compadecidas que a gente tem por um doente incurável que se deita e levanta todo o dia ameaçado de morte” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 52). Para

Guta, era um pai mais morto do que a mãe falecida tão jovem, um homem que fugiu a todas as suas responsabilidades e abandonou desejos e opiniões por comodismo e conveniência; se a segunda esposa assumia todas as decisões, em uma expectativa que estava analogicamente relacionada ao papel feminino daquele tempo, ele poderia ler o jornal de forma sossegada, cômoda. E assim se encerrava o trio paterno das três Marias, um que abandonou o lar e os filhos, um que abdicou de sua identidade como pai, sendo chamado de “mamãe” e um que, viúvo, relegou as decisões sobre a filha e a vida familiar à segunda esposa. São três pais diferentes, mas que prolongam seus apagamentos perante as personagens femininas, esposas ou filhas.

Depois de anos sentindo-se presa e obrigada a cumprir as regras restritas e repressoras no colégio, Guta foi morar com a família no sertão e, nesse retorno ao lar parental, após tantos anos, seu não-pertencimento foi novamente ressaltado. Mesmo nascida e criada ali até os doze anos, Guta reconhecia uma impossibilidade de nutrir afeição pela casa ou pelos parentes. Jovem, naquela época, ainda abominava a existência das crianças, os irmãos perturbavam-na e também não eram afeiçoados a ela; pouco carinho nutria pelo pai e a madrasta era uma desconhecida para ela. Personagem de complexidade notável – quando colocada lado a lado com outras do romance, como o pai e a madrasta –, Guta rapidamente convenceu-se do quão distante se sentia da família e o quanto desejava se afastar e sair pelo mundo, sem nenhuma necessidade de lar ou pertencimento. A construção de Guta dentro da narrativa, como mulher que ocupa um lugar de fala privilegiado – ela é, na sociedade patriarcal representada, a narradora e a edificadora de opiniões sobre conflitos, pessoas e normas sociais preestabelecidas –, cujo deslocamento era real, como se, após o longo tempo no colégio, a paisagem familiar se tornasse um cenário desconhecido.

Essa sensação da personagem-narradora de não-pertencimento, pode ser alinhada ao que Flora Süssekind, em *O Brasil não é longe daqui*, descreveu como a “sensação de não estar de todo”, isto é, como se após longas viagens, o viajante retornasse de terras desconhecidas e não se reconhecesse mais dentro da paisagem familiar (SÜSSEKIND, 1990, p. 13). Na verdade, Guta não é uma viajante, mas descreveu a saída do colégio de tal forma que soava como se fosse arrancada do único lugar em que, afinal, havia encontrado um pertencimento: “Menina-e-moça me tiraram do ninho quente e limitado do colégio — e eu afinal conheci o mundo” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 79, grifos meus)¹²⁵. Aos doze anos, o

¹²⁵ Cássia dos Santos, em seu artigo sobre o romance, ressaltou a referência do início desse capítulo ao livro *Menina e moça* (também nomeado *Saudades*), de Bernardim Ribeiro, publicado em 1554. Mencionando a forma como a relação amorosa no romance de Bernardim Ribeiro se afasta de um final feliz, a pesquisadora também notou como a narradora, já adulta, era crítica ao recordar suas memórias de quando ainda era “uma jovem ingênua e fantasiosa”: “Vista desse ângulo, portanto, a alusão à *Menina e moça* torna patente que, se o

pai e a madrasta levaram-na ao internato, de onde desesperadamente pensou em fugir (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 14). O colégio sempre foi como um presídio, mas também ofereceu-lhe o único pertencimento de sua vida, às três Marias. O despaisamento de Guta é tanto interno como externo a ela, interno porque seu deslocamento era íntimo e a perseguiria por toda a vida, afinal, buscava liberdade e não um lar ou uma categoria para se sentir pertencente; externo porque, sendo uma estranha no “álbum de família”, para empregar as palavras de Süssekind (1990, p. 13), sentia-se erroneamente posicionada na casa paterna, como uma intrusa naquele cenário cujas pessoas já estavam mais do que acostumadas a tê-la longe e ao qual, contra sua vontade, a colocaram. O que Guta ansiava após deixar o colégio era seguir um caminho escolhido por ela, pois, cansada da monotonia e do tédio da vida cheia de regras e deveres a serem seguidos, não se conformava de lhe terem “arrancado” de um ambiente opressor para “obrigarem-na” a seguir a mesma vida a qual já havia dado tantos indicativos de abominar:

E em casa a monotonia era tão opressora, tão constante, que chegava a doer como um calo de sangue. Chegava a ter equimoses de tédio.

Logo no dia seguinte ao da minha chegada, houve uma sessão solene, onde, depois de breve prólogo, Madrinha explicou meus novos deveres de filha e irmã mais velha, falou na colaboração que a família esperava de mim. E como me horrorizavam, minha Nossa Senhora, as camas por fazer, as meias por cerzir, as mesas a pôr e a tirar, as famosas semanas de cozinha que eu deveria revezar com minha madrasta! O fim apologético daquilo tudo era preparar em mim a futura mãe de família, a boa esposa chocadeira e criadeira. Eu, no entanto, sentia apenas que queria aproveitar minha presença em casa, tirar serviços de mim, e os mais desinteressantes e inglórios.

E ninguém me entendia, admiravam-se que, depois de tantos anos de reclusão e disciplina, eu só quisesse, só aspirasse à liberdade e aos prazeres proibidos. Como se a prisão acostumassem o prisioneiro, e ele, depois de solto, não desejasse mais nada senão voltar à farda de preso e à ronda noturna no pátio! (QUEIROZ [1939] 1973, p. 80).

O tédio e a monotonia feriam-na profundamente, por isso, Guta metaforizava-os como dores e feridas físicas. Até ser colocada novamente no ambiente doméstico ao lado da família, a personagem ainda não expusera totalmente o quanto a perturbava as expectativas que criaram para ela como mulher. Guta não pretendia ser como a madrasta, sempre grávida, amamentando e cuidando dos filhos e da casa com zelo e prazer, por isso, revoltava-se com a falta de compreensão aos seus desejos de seguir um caminho seu, livre dos padrões. Ao sair do colégio, não deixou para trás apenas as regras e a rotina metódica, mas também a religião; assumiu, ao retornar a Fortaleza e ir morar com Maria José, que, aos poucos, perdeu a fé

romance queiroziano exhibe as leituras da personagem Maria Augusta, ele também dá a conhecer as leituras da narradora Maria Augusta, e esta não é mais uma jovem ingênua e fantasiosa. Pelo contrário, a Guta que recorda sua passagem pelo colégio sabe muito bem o quanto se deixou tocar pelos romancinhos de amor escritos especialmente para moças e pela poesia na sua forma mais superficial” (SANTOS, 2020, p. 7-8).

fragilmente construída nos anos anteriores – “Porque é preciso dizer que já há muito tempo eu me desprendera da religião trazida do colégio. [...] A verdade é que nunca acreditei direito em nada” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 87). Tendo deixado a prisão do internato, foi “colocada em liberdade” e quis vivê-la sem restrições, para tanto, abandona o padrão de comportamento aprendido e a religião, afastando-se a partir de então do único pertencimento experimentado em sua vida: o trio das três Marias (a imagem feminina da Virgem Maria, forjada nos tempos de colégio foi abandonada na fase adulta; não há um “abandono”, porém, da figura materna, pois a mãe de Guta foi subversiva aos padrões e permaneceu sendo admirada pela filha). Enquanto Maria da Glória rapidamente encaminhou-se para o casamento e a maternidade; Maria José manteve a fé fervorosa e, beirando à beatitude, prendeu-se às orações para conter os impulsos e desejos que julgava errados. E em Maria Augusta se encontravam representadas as moças que, sem se identificar com as normais estabelecidas pela sociedade patriarcal e pela vida religiosa e confinadora, na década de 1930 buscavam romper com a tradição ao optar pela emancipação e pela oportunidade de serem reconhecidas como tão aptas e desimpedidas quanto os homens para se permitirem ao estudo, ao trabalho fora do ambiente doméstico, às viagens e também à experimentação sexual¹²⁶.

Guta não foi a única protagonista da obra de Rachel de Queiroz a desejar a libertação e a escolha de outros caminhos e destinos, conforme apontou Laile Abreu em seu estudo de doutoramento sobre as representações das mulheres da romancista. Segundo destacou a pesquisadora, a emancipação feminina fazia parte da caracterização das protagonistas de todos os romances da autora e representavam as mulheres que, mesmo sabendo que faziam escolhas acertadas em favor da independência pessoal, toda a vida se angustiaram por serem solitárias e por viverem o “não”, isto é, por não viverem o amor, por não encontrarem um lugar na sociedade, por não pertencerem. Ainda segundo Abreu, apesar da solidão, foram mulheres que não trocaram suas independências pelo destino de mulher do século XIX que lhes era imposto (ABREU, 2016, p. 187). Em *As três Marias*, quando Guta conseguiu deixar a casa paterna e se estabelecer em Fortaleza, percebeu não ter alcançado a felicidade, pois ainda vivia os horrores da rotina e do medo de, aos 18 anos, perder o “mundo” trancada na repartição. É essa impulsão a busca pelo desconhecido que movem Guta a ansiar liberdade e idealizar a identificação do seu desejo em figuras masculinas:

¹²⁶ Em outros romances de Rachel de Queiroz, pode-se perceber como as personagens femininas agem de forma a romper com os paradigmas sociais, seja na opção por não se casar, na recusa à maternidade ou na intensa busca por liberdade. Em *O Quinze* (1930), Conceição declinou do casamento, da maternidade e da “proteção” oferecida pela figura masculina. Em *Caminho de pedras* (1937), Noemi também era uma personagem feminina independente, militante e politizada (mais do que o marido) que, ao se envolver amorosamente com um companheiro do partido, decidiu abandonar o marido, o que a levou a ser duramente marcada pelo preconceito daquela sociedade.

O mundo: — grande era a minha sede. Não de prazeres, ou melhor, não só de prazeres. Minha alma era como a daquele soldado da história de Pedro Malasartes que abandona tudo, sai de mochila às costas, sofre fome, perseguições, anda cheio de poeira e cansaço por cidades estranhas, governadas de reis cruéis e astuciosos, tramando todos a sua perda. Ele, porém, escravo do desejo de “ver”, de “conhecer”, afronta tudo, continua eternamente atrás da surpresa impossível, do nunca visto, caminhando sempre para a frente, sob o sol e por entre perigos.

Eu me sentia igual a ele, éramos irmãos nós dois, o soldado e eu, sendo eu a irmã que ficara, que o não pudera acompanhar, e lhe estendia os braços e chorava (QUEIROZ [1939] 1973, p. 83).

Guta refere-se a um conto em que a personagem do soldado sai pelo mundo e, apesar de sofrer, continua sua trajetória em busca de conhecer e desbravar o que ainda lhe era desconhecido¹²⁷. Assim, para explicar em que se sustentava a sua vontade de liberdade e conhecimento, Guta se comparava ao soldado, o sentindo próximo como um irmão, tamanha a semelhança e o sentimento de identidade em relação a ele. Sendo mulher, ela foi a irmã que ficou à espera dele e da narração de suas aventuras, completava, em tênue, porém firme crítica social às restrições sofridas por mulheres ao passo que permitidas aos homens. É autocensurador o comentário feito pela personagem-narradora ao tentar explicar que não buscava só prazeres na liberdade, “grande era a minha sede. Não de prazeres, ou melhor, não só de prazeres”, uma vez que reiterava sua própria oscilação quanto ao assunto e ao estigma social da mulher ser proibida de buscar ou desejar o prazer.

Ao se mudar para Fortaleza, a protagonista rapidamente percebeu que não havia alcançado a liberdade esperada, por isso, lamentava a necessidade de seguir uma rotina enfadonha e metódica quando, na realidade, desejava romper tradições e viajar. Assim como o soldado Guta também era escrava do desejo de “ver” e de “conhecer”. Ao viajar de férias ao Rio de Janeiro, vivenciou não apenas a libertação desejada, mas também a identificação àquele que, em absoluto, era oposto a tudo o que ela conhecia: Isaac. Mesmo diferente, foi a única personagem que causou à jovem narradora uma prazerosa sensação de familiaridade e felicidade: ao seu lado foi feliz como só havia sido quando criança, o único período da vida em que teve certeza de que foi, real e profundamente amada, como poderá ser notado na segunda parte deste capítulo.

6.3 O deslocamento de Guta e as personagens estrangeiras: xeque e Isaac

¹²⁷ Pedro Malasartes (ou Malazartes) é uma personagem tradicional de contos populares da Península Ibérica e do Brasil. As histórias de Pedro Malasartes narram as aventuras dessa personagem que apostava na própria inteligência para contornar as adversidades que se apresentavam, assim como para enganar outras pessoas em benefício pessoal.

Guta era uma leitora ávida de “romances de mocinhas” e, alimentada por suas (ingênuas) idealizações literárias, considerava o amor algo muito importante. Suas experiências reais foram poucas, porém, significativas. No colégio, só teve uma “paixão”: Xeque, o primeiro namorado de Glória. Adulta, conheceu Raul em um concerto em Fortaleza e, na viagem ao Rio de Janeiro, Isaac.

Violinista de talento reconhecido no colégio, Glória foi convidada a participar de uma apresentação e, ao comparecer aos ensaios, conheceu um rapaz que também participaria do concerto nas comemorações de final de ano. Para as três meninas, reprimidas e trancadas no internato a maior parte do ano, era quase um sonho poder sair, assim, quando Glória recebeu o convite, esperaram entusiasmadas pela autorização da madre superiora. Após a anuência, Glória passou a ir todas as tardes, e para as amigas era como se trouxesse também um pouco do mundo: “o dia inteiro, o levávamos esperando, vigiando incansavelmente a entrada, como se a nós também nos esperasse a aventura” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 56). Por isso, quando ela retornava e contava-lhes efusivamente tudo o que viu, em especial, os rapazes, às duas amigas compartilhavam como se também tivessem saído. Um desses jovens foi o objeto do primeiro amor das três. O “xeque”, como as meninas passaram a chamá-lo, era um rapaz estrangeiro, sírio, que falava francês por ter sido criado na França ou no Líbano (essa informação era incerta para Guta), de resto, a narradora sabia apenas que tinha belos olhos verdes, cabelos crespos, era moreno e de cara triste.

Para os árabes, xeque é um título de honra que significa “chefe, líder” e, no romance, é usado como forma de reiterar a idealização que as adolescentes têm desse homem árabe, misterioso e de aparência triste. Foi Glória quem comentou, para desestabilizar o alerta preconceituoso de Maria José, que “na terra dele” o rapaz “podia até ser um chefe!”, logo, não havia necessidade para ter “cuidados” só porque era de outro país e etnia. Assim, envolvidas pela fantasia de imaginar o Xeque como um cavalheiro vestido “de albornoz branco e flutuante” que galopava pelo deserto a roubar donzelas como elas, Guta, que já se sentia prisioneira dentro do colégio, passou a sonhar como seria bom ser cativa do Xeque. O primeiro namorado de Glória foi, então, descrito como um amor compartilhado entre as três (mesmo Guta e Maria José não conhecendo-o). É ingênuo a forma como a narradora-protagonista explica como Glória compartilhava com as amigas cada palavra trocada, cada toque ou olhar desse namorado, e como, mesmo sem nunca tê-lo encontrado, acreditava, pelas descrições da amiga, poder imaginá-lo perfeitamente, como se também o conhecesse. O compartilhamento das emoções e dos sentimentos por Xeque são tão profundos na memória de Guta que, ao narrar as recordações guardadas do dia em que ele apareceu no muro do

colégio para tocar para a namorada, o uso do plural é predominante. Apenas na última parte do trecho destacado, a observação pessoal no tempo da narração é feita no singular:

Era ele, era o nosso xeque! A música querida escalava o muro, subia até nós, num trinado de flauta, aguda, misteriosa, embaladora. Cumpria o combinado, o xeque, vinha saudar a namorada com a música que tocaram juntos. Não pudemos responder nem nos lembramos disso. Ficamos encostadas ao muro, ouvindo, ouvindo: cada compasso era como uma palavra comovente e inesquecível, era como a própria voz do amor nos chamando e nos enlevando, carregando-nos para os grandes ares do mundo, onde as paixões vivem — mundo de felicidade irreal que entremostrava a nós, pobres crianças reclusas, um pouco de sua mágica claridade.

Meu coração batia, batia de amor por aquele homem, que eu nunca vira, que nunca vi depois, como talvez jamais tenha batido tão forte por nenhum outro. Minha emoção era tão grande que tive medo do ciúme de Glória. Ela, porém, não cuidava nisso, era feliz em sentir seu amor partilhado por nós, talvez tivesse necessidade de dividir conosco esse peso tão grande e tão doce que enchia seu coração (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 58-59).

Profundamente comovida por aquele namorado secreto, sentadas na única parte do internato que dava acesso à rua, a música causava um ardor misterioso e envolvente às meninas. No final, Xeque não foi roubá-las, mas com sua música transportava-as para o mundo fora daqueles muros, um mundo onde as paixões eram reais, não platônicas. Ao mesmo tempo em que se mostrava consciente da ilusão daquele amor (por alguém que não conhecia), a Guta narradora completa a narrativa das memórias com a afirmação de que seu coração, no futuro, não voltou a bater tão forte por um homem como naquele dia. Dessa forma, oscilava entre a crítica à inocência juvenil e à condescendência por ainda acreditar na força daquele amor idealizado. Pode-se notar, aliás, o quanto Guta amou o pouco que conheceu de Xeque e por, justamente, residir nesse mistério – como seria seu rosto, sua voz ou seus olhos se fossem vistos por ela e não contados detalhadamente por Glória? – a intensidade do que ela crê ser amor. Tempos depois, quando se aproximou de Raul, quase se tornando sua amante, fez também ao perceber o mistério e a melancolia revelada por sua figura. Seu amor residia no misterioso, no homem idealizado que, romântica, supunha existir no pintor; e, quando ele se mostrou interessado apenas na relação física, afastou-se chocada e com as fantasias postas à prova. Com o “xeque” não foi diferente; seu coração jamais voltaria a bater tão forte por outro homem, porque foi esse o único que não contestou sua idealização amorosa, uma vez que permaneceu, para toda a vida, uma ficção e o momento maior de compartilhamento com as amigas.

Para acalantar os sonhos adolescentes de Guta, Xeque foi caracterizado de forma idealizada como um jovem árabe criado em um país de língua francesa, leitor de romances como os de Pierre Loti (romancista e marinheiro que em vários de seus livros utilizou as próprias viagens e aventuras marítimas como inspiração para suas histórias) e um violinista

cheio de promessas apaixonadas para um futuro comum dedicado à música. Como estrangeiro, propriamente, xeque poderia ser qualquer rapaz de origem árabe, sua caracterização é feita a partir de estereótipos que pouco contribuem para sua distinção (era o árabe comerciante, de aparência triste e misterioso, provavelmente, em seu país seria um líder, um xeque, raptor de moças indefesas e viajante dos desertos de albornoz branco). O Xeque poderia ser qualquer rapaz que Guta encontrasse no bonde, anos depois; ela jamais o reconheceria e não havia problema porque seu papel foi integrar as fantasias dela.

A segunda paixão de Guta foi Raul, um homem que ela conheceu quando foi na companhia de Glória e do noivo, Afonso, à ópera. Romântica, Guta se deixou embalar com a comoção e a solidão causada pela música, imputando para a interpretação impecável dos artistas o motivo pelo qual, de longe, deitou os olhos sobre aquele homem:

Foi então que notei o homem de cabelos grisalhos, sentado numa das poltronas da imprensa. Magro, sem cor no rosto, a feição miúda e fina, a cabeça enorme, toda alinhavada de branco, tufando em redor das fontes pálidas. Era feio, débil, pequeno, mas tinha um ar de romance, talvez um ar de grandeza interior que ele procurava pôr toda nos olhos, enormes, fundos, escuros. Olhou-me longamente, fixamente. Eu também o olhei, de começo sem me sentir — o homem era tão velho! —, depois meio perturbada, ainda sob a influência das doces melodias e do sex-appeal do tenor, sentindo inconscientemente naquele homem um ar falso e teatral que o situava bem ali, que o fazia parecer integrado em toda aquela ficção de papel pintado e caras postiças de que os nossos olhos estavam cheios, na plateia (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 93-94).

No teatro, foram assistir à *Carmen* e, em clima de traições, romance proibido e crime passionai, Guta avistou Raul¹²⁸. Achou-o velho, feio e frágil, mas, da mesma forma como anos antes julgou serem as muitas leituras o motivo de ela ter se apaixonado por Xeque, no primeiro instante, atribuiu estar emocionada demais com a peça e pelo “sex-appeal” do tenor para ignorar a atração sentida por aquele homem que, percebendo seu olhar, retribuiu sedutoramente. A princípio, Guta não se recordava de onde o conhecia, só no dia seguinte, ao reencontrá-lo, lembrou se tratar de um pintor famoso na cidade pelas “farras medonhas” e pela “vida desregrada”. Até antes de se envolver com Raul, é preciso ressaltar, Guta nunca havia vivenciado uma relação real, antes, todas as suas paixões foram trocas de olhares no bonde ou na rua, mãos se tocando de forma romântica, mas, principalmente, fantasias alimentadas pelas ávidas leituras de romances feitas desde os tempos de colégio. Das “três Marias”, era quem buscava mais avidamente na literatura a realização amorosa; por isso, em

¹²⁸ *Carmen* é uma ópera em quatro atos do compositor francês Georges Bizet (1875), inspirada no romance homônimo de Prosper Mérimée (1845). Em *Carmen*, a personagem que dá nome à ópera é uma cigana (e também uma mulher subversiva) que conhece um oficial espanhol, Don José, a quem jura amor caso ele a libertasse da prisão. Após se tornarem amantes, Carmen rejeitou-o e, despeitado, Don José assassinou-a ao final da peça.

Raul visualizou a possibilidade de um amor como os das mocinhas dos livros e, por isso, se espantou profundamente ao perceber que ele a queria apenas como amante. Ainda agarrada às fantasias dos livros e às da própria imaginação, Guta, mesmo ligeiramente inconsciente, apaixonou-se por um homem cuja “imagem” ela criou em sua cabeça e, a constatação de que “esse Raul” não existia foi dolorosa (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 131-141). Desiludida em suas idealizações românticas, Guta passou a andar triste e deprimida; o término com Raul foi o primeiro motivo que a levou, por fim, a partir para o Rio de Janeiro. O segundo, foi o suicídio de Aluísio.

Aluísio era um amigo de Guta e Maria José e, ao cometer suicídio, deixou uma carta ao tio em que relegava a medida desesperada ao amor não-correspondido de Guta. A situação era confusa, afinal, Aluísio jamais havia confessado nenhum amor à moça. Deprimida nos dias que se seguiram ao enterro e às acusações de todos por sua frieza em relação ao morto – Guta foi repetidamente julgada por não ter chorado ou se culpado pela morte de Aluísio; na verdade, ela se revoltava que ele tivesse decidido por fim a própria vida e, covardemente, colocado a culpa nela pela decisão dele: “Na verdade, eu é que era realmente a vítima dele, vítima do suicida, que agora dormia descansado, sem pensar mais no que fez” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 152). Assim, por sugestão de Maria José, conseguiu dinheiro do pai para a viagem, assim como uma dispensa de três meses no trabalho.

De chegada ao Rio de Janeiro, a liberdade, a princípio, foi desesperadora. O primeiro vislumbre de libertação se deu na viagem: Guta foi sozinha, sem a companhia de nenhum conhecido. Ao chegar a cidade, ficou sob os cuidados de uma irmã de dona Júlia, que morava na mesma pensão onde se hospedou. Até ali, a personagem acreditava que o tédio predominante em seus dias era resultado da vida considerada monótona e sem grandes acontecimentos, no entanto, essa sensação não havia ficado no Ceará, pois, sendo como uma dor profunda em sua vida, o tédio parecia ter se intensificado com a mudança de ambiente: “Os primeiros dias no Rio foram de cansaço, de rumor e tédio. Um tédio característico, uma espécie de tédio movimentado, implacavelmente monótono, como um rumor inalterável de máquina” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 159). O tédio vinha da movimentação confusa e desordenada da capital federal, da multidão de desconhecidos que a cercavam e a quem ela não se ligava. A solidão sentida em meio à multidão era, afinal, semelhante àquela vivenciada toda a vida em meio aos conhecidos, rapidamente percebeu Guta; assim, passados alguns dias, ela se habituou à cidade, especialmente, após travar relações com outro morador da pensão: Isaac, sua terceira paixão.

Essa personagem era um médico “rumaico” que estava no Brasil há um ano com um visto de turista e, para conseguir o visto permanente, estudava incessantemente para revalidar o diploma de medicina e poder ficar no país¹²⁹. Para entender a gravidade da situação de Isaac no Brasil é preciso destacar que ele era de origem judaica e, com o clima antissemítico na Europa, buscava no estabelecimento definitivo a fuga do preconceito encontrado no continente. Mas a situação no Brasil, histórica e ficcionalmente, também se figurava complicada após a instauração do Estado Novo. Um dos estudos pioneiros sobre o assunto é o da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, resultado de sua tese de doutoramento e publicado em 1988. Em *O anti-semitismo na Era Vargas*, a autora demonstra como, sob a máscara do nacionalismo e da defesa da “coesão nacional”, o governo brasileiro colocou em prática medidas que impediram tanto a entrada como o permanecimento de pessoas de origem judaica no país (um dos casos mais famosos, e ainda anterior ao Estado Novo, foi o da alemã Erna Krüger, conhecida como Olga Benário, militante comunista e companheira de Luís Carlos Prestes. Olga Benário foi deportada grávida em agosto de 1936 e entregue a Gestapo, onde foi presa e perdeu a vida em um campo de concentração). Enquanto os judeus eram tachados de inassimiláveis e nocivos à unidade nacional – decorrência do pensamento racista e elitista em ascensão desde as décadas anteriores à 1930, e da influência do nazifascismo – uma série de circulares secretas foram criadas para impedir que eles entrassem ou residissem no Brasil. Segundo destaca Carneiro, as leis e os decretos promulgados se sustentavam também nos preconceitos seculares contra “o sentido da palavra judeu” e na reprodução de uma série de estereótipos negativos culpando-os de serem anti-higiênicos, sem escrúpulos, comunistas e intolerantes religiosos (CARNEIRO, 1988, p. 157). Com a situação internacional se tornando a cada dia mais acirrada, pessoas de origem judaica viam, diariamente, as condições de sobrevivência em seus países de origem se tornar mais escassas, sendo, em grande número, profissionais industriais e liberais, como médicos, advogados, engenheiros, dentistas e comerciantes (CARNEIRO, 1988, p. 159-160). Com o regime de cotas estabelecido pela Constituição de julho de 1934, a entrada de imigrantes em território nacional passou a sofrer restrições, a fim de garantir a “integridade étnica e capacidade física e civil do imigrante” (BRASIL, 1934), o que colaborou para restringir a entrada de todos os

¹²⁹ O país de origem de Isaac é informado de maneira incerta na narrativa. A princípio, pode-se pensar que ele era da Rumênia (ou Romênia, na grafia atual), por isso, “rumaico” (romeno); mas também, o uso de “rumaico”, no romance, pode se referir a um indicativo de que ele era estrangeiro, uma vez que “romaico” é um termo empregado em referência aos gregos modernos (*rhomaikós*). Em textos publicados em jornais do período, “rumaico” era a grafia utilizada para se referir aos romenos e, pelo que é comentado no romance, Isaac era um rapaz proveniente de um país pequeno e pastoril na região dos balcãs. Cf. FOI DISSOLVIDO o parlamento rumaico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1933. p. 1.; AS AVENTURAS do rei Carol em Londres. *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 set. 1940.

considerados “inassimiláveis” e “inaceitáveis”, como os japoneses, os judeus e os negros. Assim, após o endurecimento das leis de imigração, havia duas maneiras principais de entrar no país: portando uma “carta de chamada” ou transferindo capital para o Brasil. As “cartas de chamada” deveriam ser requeridas por um parente ou empregador residente no país que garantisse contratação e emprego ao imigrante; enquanto a transferência do capital se tornava cada dia mais dificultosa dada as restrições financeiras sofridas pela maioria dos judeus nos países europeus (CARNEIRO, 1988, p. 159-161). Muitos, visando fugir da perseguição do nazismo, aportavam no Brasil na condição de “turista”, esta, prevista na legislação em vigor, e tentavam caminhos para a autorização definitiva (CARNEIRO, 1988, p. 167).

Nesse contexto histórico-social, a personagem de Isaac aparece em situação similar ao apresentado pela historiadora. Uma das primeiras informações descritas sobre ele, por Guta, foi que tentava revalidar o diploma de medicina para poder trabalhar no país e para conseguir o visto definitivo de imigrante; o de turista, utilizado na entrada, já havia vencido e ele vinha tentando prolongar a estadia a todo custo. Depois do retorno de Guta a Fortaleza, ela recebeu uma carta de Isaac, transcrita em um dos capítulos finais, em que, no *post scriptum*, ele comunica que os “negócios” com a Inspetoria de Imigração iam mal (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 184). Desse modo, de forma tênue, porém, consistente, Rachel de Queiroz representa na figura de Isaac um problema vivenciado por um número relevante de pessoas que procuravam no Brasil um refúgio às medidas desenfreadas do nazifascismo europeu, mas, em diversas situações, tiveram seus pedidos negados em decorrência de políticas xenofóbicas, racistas e intolerantes defendidas e praticadas por líderes e órgãos federais, dentre eles, o Itamaraty, à época, sob comando do ministro Osvaldo Aranha¹³⁰.

A relação entre Guta e Isaac, em *As três Marias*, assim como nas duas paixões anteriores da protagonista, também se desenvolveu após a proximidade com a música. Na pensão, à noite, depois que os outros hóspedes se recolhiam, Isaac trazia para a sala discos cujas músicas o faziam lembrar de sua terra. Naquelas conversas, envolvida na melodia e nas recordações do companheiro, Guta aos poucos se sentiu seduzida pela música (cujas letras sobre amantes separados e mortes trágicas, Isaac traduzia, sempre sorrindo), pelo mundo de Isaac e também por ele: “E eu ouvia, seduzida, ia me apossando daquele remoto mundo de Isaac, via as doces paisagens da sua terra, que ele me evocara” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 161). Assim como ele narrava “seu mundo”, ela também contava sobre a paisagem do sertão

¹³⁰ Em *O anti-semitismo na Era Vargas*, Carneiro elenca uma série de casos em que o ministro Osvaldo Aranha proibiu direta e indiretamente, com uma série de restrições, a entrada de pessoas de origem judaica no país. Dentre os casos, há um em que o próprio Albert Einstein, em 1941, vivendo nos Estados Unidos, pediu diretamente ao ministro auxílio para abrigo de um familiar que estava em um campo de concentração e teve seu pedido negado (CARNEIRO, 1988, p. 280-281).

natal, para ele, tratava-se de uma terra tão exótica como os balcãs eram para ela. Em sua companhia, Guta começou a explorar melhor a cidade, indo além dos pontos turísticos, o que reconheceu como uma centralização de suas preferências nas de Isaac:

Ensinou-me a gostar dos pequenos cafés, especialmente um cafezinho de esquina, com portas de vidro, escondido pelo vulto enorme dum arranha-céu de defronte. Ficávamos lá conversando tardes inteiras, cada um contando as suas coisas, discutindo, falando em livros, em medicina, em nós e nos outros. [...]

Em breve, eu que me dispersava infatigavelmente pelos passeios clássicos – Quinta, Pão de Açúcar, Tijuca, Corcovado — fui centralizando minhas preferências em torno de Isaac, e ele acabou resumindo para mim todo o interesse da cidade, da manhã que começava, do meio-dia luminoso, das noites em que vagávamos a sós, desconhecidos e felizes, por entre ruas, praças e árvores que para nós não tinham nomes (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 162-163).

O sentimento de tédio dos primeiros dias foi rapidamente deixado para trás quando a narradora-protagonista começou a se envolver emocionalmente com Isaac; nessa proximidade se fundamentou a “aclimação” à cidade. Na pessoa do médico estrangeiro, tão diferente de tudo e de todos que ela conhecia, Guta direcionou todo o interesse pela cidade; Isaac, o cosmopolita, ela, a garota saída do sertão e ansiosa por conhecer o mundo. Com o jovem, a leitora e imaginativa Guta compartilhou identificações ainda desconhecidas, pois, com ele, podia perder horas a falar de temas dos quais gostava, como literatura; antes, só houve tanta identificação na infância e na adolescência com as amigas, Glória e Maria José – adultas, caminhavam as três para um distanciamento intensificado a cada dia –, mas com Isaac, como ela mesma percebeu ao retornar a Fortaleza, o entendimento era real, extrapolando qualquer barreira de nacionalidade ou de linguagem que pudesse se impor entre eles.

Em um dos passeios noturnos à praia, como os mencionados no trecho destacado acima, Guta teve sua primeira experiência sexual. A princípio, descreveu o sexo como o auge da felicidade que sempre buscou e nunca supôs chegar a encontrar: “Afinal eu atingia aquela impressão de felicidade e sossego que sempre julgara impossível, inalcançável” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 163). Entretanto, no capítulo seguinte, ao rememorar aquela noite, seus pensamentos estão divididos em um misto de decepção e medo. Decepção pois, o gozo “arrancado” dela, por Isaac, a fez se sentir diminuída e humilhada, não porque o sexo não foi consentido, mas porque, após o gozo, se sentiu sozinha e abandonada, como se sua função de “fêmea” se encerrasse ao oferecer prazer ao parceiro:

Mais que a dor física, ficou-me dessa primeira entrega uma sensação de medo e secreta humilhação; aquele gozo, que ele tirava de mim, era tão-só dele, tão separado de mim, diminuía-me tanto! Eu não ressentia nada do misterioso prazer cuja aproximação o fizera arquejar como se sofresse, e

depois o deixara sonolento e quieto, atirado na areia, numa espécie de inconsciência feliz, com o rosto encostado ao meu colo.

Eu estava lúcida, lúcida e magoada, e extraordinariamente triste e medrosa. Queria que ele me consolasse, me abraçasse, me compensasse de tudo. Porém Isaac, na sua sonolência, deixava-me estar sozinha, e parecia que minha função terminara ali – pelo menos até que o seu desejo renascesse (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 170).

O que Guta idealizava do amor era fruto das constantes leituras de romances que fazia desde a pré-adolescência, fantasias românticas que nada tinham a ver com o sexo. Por isso, ao ter sua primeira experiência, espantou-se por desconhecer o prazer percebido no parceiro, mas que ela não compreendia (“Eu não ressentia nada do misterioso prazer cuja aproximação o fizera arquejar como se sofresse”). Seu desnorteamento pode ser verificado com o uso dos adjetivos na cena destacada, em que Guta expressa sua decepção ao narrar que estava “lúcida e magoada”, “triste e medrosa”; como Mário de Andrade mencionou em sua crítica sobre *As três Marias*, Rachel de Queiroz faz uso repetida e continuamente de palavras geminadas no romance, principalmente, no caso dos qualificativos. Para o crítico, o uso não chegou a ser um defeito do livro, não se tratava de uma “penúria expressional” da romancista, na verdade, era uma facilidade descoberta que “persegue” o leitor e desperdiçava a “inocência com que se deve ler” o romance. Pensando assim, por ser Guta a protagonista e narradora, o ponto fixo e limitado do qual narra já é, de alguma forma, uma técnica para direcionar a interpretação do seu leitor, o que nos possibilita considerar também que não apenas no emprego dos qualificativos o romance é condutor de uma leitura, isso já poderia ser verificado na escolha do foco narrativo em primeira pessoa e encerrado na figura de um narrador também protagonista que conta a história a partir de um resgate de suas memórias.

Assim, Guta recordava que se sentiu abandonada quando, lúcida, porém, confusa, se viu deixada de lado enquanto Isaac permanecia sonolento e calado. O pavor que antes o contato físico lhe causava – como quando discutiu com Maria José sobre a tranquilidade com que Maria da Glória partia para a lua de mel, como se não temesse ficar a sós com um homem; mas também notado no passeio de carro feito com Raul – se modifica e dá lugar ao desamparo. Mesmo na felicidade de se sentir querida e desejada, Guta sentia-se sozinha, distante demais de Isaac para compartilhar do mesmo prazer que oferecia a ele. No instante seguinte ao “despertar” do rapaz, seu abandono deu lugar ao medo de engravidar sem estar casada. A displicência e a pouca importância que ele deu às suas apreensões já antecede que, em breve, a separação ocorreria e apenas à Guta seriam impostas as restrições sociais pela gravidez; Isaac estaria isento dos julgamentos morais e sociais. Mas, antes da separação física ocorrer, Isaac já era, para Guta, uma incógnita, pois, mesmo nos momentos de maior

identificação, ela sentia que ele ainda lhe permanecia inaccessível: seus pensamentos e sentimentos eram impenetráveis e, insegura e confusa, Guta se calava em seus temores. Como unicamente os pensamentos e os sentimentos de Guta são acessados, ao pensar em Isaac, a narradora-protagonista está ciente de que não sabia – e jamais chegaria a saber – tudo sobre ele; por isso, se questionava do significado que teve na vida dele, desconfiando, porém, que era muito menor do que ele significou para ela:

Nunca o soube ao certo. Nem nesse dia, nem em outros, nunca entendi o coração dele. Não sei se fui para Isaac apenas uma pequena a mais, que ele tomou com uma certa piedade enternecida, ou se me considerou realmente uma mulher, naquele instante a única, a amada, a escolhida.

Será que tive, na sua vida, a mesma significação reveladora e inapagável que teve ele na minha?

Nunca o soube.

Aliás, ainda hoje, que sei eu do amor? Como será a atitude de um homem diante de cada mulher que possui? Qual a diferença que pode ele estabelecer entre uma posse e outra posse? (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 171).

Uma vez que todo o romance se opera em um processo de rememoração de fatos ocorridos, nesse trecho destacado, assim como em outras cenas, o processo narrativo se aproxima do fluxo de consciência, isto é, à medida que a personagem estabelece um diálogo em seus próprios pensamentos, entremeia à recordação dos fatos também suas impressões pessoais sobre aquelas memórias; e são impressões posteriores, colocadas no momento da narração. Assim, às recordações de Isaac, Guta incluía também sua ressignificação dos momentos passados juntos. Como assinala, era inexperiente e pouco conhecia do amor e da sensação de ser amada para entender se precisava estar convicta do amor de Isaac para o amar em retribuição. A única via de acesso ao que Isaac pensava ou sentia em relação a ela pode ser acessada na transcrição da carta presente no capítulo nomeado “Carta de Isaac”. Isaac inicia o texto com palavras em sua língua materna (“*Guta man taire, man ketsele, man tizigale*”) e lamenta que, para se fazer entendido por Guta, precise escrever em uma língua que não era a sua; essa necessidade, o fazia sentir como se tirasse a sinceridade e a espontaneidade de seu sentimento: “Parece que lhe estou mentindo quando digo coisas que preciso traduzir primeiro; elas não saem nuas do coração, como eu quereria, nuas e espontâneas como nasceram, deformam-se e envelhecem ao passar pela gramática e pelo dicionário” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 183). Sempre marcada pela impressão de perda ou falta, a tradução é necessária para contornar a dificuldade de comunicação entre ambos, uma vez que Guta, desconhecendo os códigos da “língua do coração” de Isaac, ou seja, sua língua materna, estava impossibilitada de “acessar” seus sentimentos mais íntimos e sinceros. Assim, Isaac usava a língua e a tradução para justificar que não conseguia se expressar tão bem para transmitir o que sentia por ela, pois as palavras eram limitadas e saiam meio artificiais: “Até esses doces nomes que

eu lhe digo em princípio, que são palavras de amor na minha gente, talvez lhe parecessem ridículos se eu os traduzisse aqui: ‘minha querida, minha gatinha, minha ovelhinha’” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 183), completou.

Em algumas linhas, Isaac narra as saudades sentidas e o despontar de um arrependimento por não ter impedido que Guta partisse (“Por que você foi embora? Eu nunca o consenti e a verdade é que você nunca me pediu. Quem lhe deu o direito de me abandonar?”); é como se, após o namoro sem promessas de um futuro comum aos dois, Isaac assumisse que, por fim, foi omissos em não dizer enquanto Guta estava perto o quanto a queria (no dia em que se despediram, foi dela a promessa, e também uma ilusão, de que retornaria no ano seguinte e o reencontraria, ou, ainda, de que ele lhe fosse buscar; Isaac, em contrapartida, nada prometeu para o futuro dos dois). A carta, na verdade, é a correspondência apaixonada pela qual a protagonista sempre sonhou. Anos antes, quando a amiga Jandira falou das cartas enviadas pelo namorado, Guta se mostrou profundamente desejosa de, um dia, também receber uma; prova de que alguém a amou naquela vida solitária – a carta, por sinal, continha palavras carregadas de saudade e um arrependimento romântico e triste.

Desse modo, é romântica e trágica a forma como Isaac, mais adiante na carta, descreveu a si próprio como “um pobre judeu infeliz, de capa surrada, cigarro apagado à mão”, sofrendo e pensando em Guta, uma moça que chegou de férias, roubou seu coração e depois partiu pelo mesmo caminho de chegada: o mar. Mas, agora, ele mal podia resistir às saudades, se concentrar em seus propósitos ou estudos; com a partida de Guta, tudo fazia-o recordá-la e, essas lembranças, cheias de saudade, eram dolorosas. É como se o capítulo expressasse o triste destino do casal apartado e impedido de viver seu amor, já que, enquanto Guta sofria no Ceará, triste e preocupada com a possibilidade de gravidez, no Rio, Isaac percorria os lugares que frequentaram juntos e também sofria com o “vazio” deixado pela amada. No final da carta, o correspondente adiciona um segundo *post scriptum* (o primeiro se referia aos problemas com a Inspetoria de Imigração, mencionados anteriormente) em que respondia diretamente às inquietações de Guta sobre o que teria significado para ele: “Onde estão, para onde foram as mulheres deste mundo? Já não enxergo mais nenhuma” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 184). Suas linhas colaboram para a idealização da relação de ambos: era o homem enamorado que não tinha olhos para mais ninguém, só para sua amada. Guta, afinal, parece desfrutar do amor idealizado e carregado da graça imaginativa ao qual sempre desejou; o final do casal era trágico como nos romances, cujas personagens, apesar de separadas, continuavam apaixonadas e, por isso, escreviam para reforçar as promessas de amor, lamentar a distância e o tempo perdido. A literatura, para ambos, era importante tanto

na idealização amorosa como nas conversas mantidas (tanto pessoalmente como nas correspondências trocadas). Na carta, Isaac comunicava o envio um livro de um poeta que apreciava bastante: tratava-se do francês André Spire. Pela recomendação de um poema, pode-se supor tratar-se de um volume de *Et vous riez!*, livro publicado em 1908 por Spire, poeta com o qual Isaac afirma se identificar, pois, assim como ele, era um judeu, pequeno, solitário e cheio de secretas tristezas. A despedida é o pedido para que ela fizesse a leitura de um poema cujo um dos versos dizia: “*Il y a trop de baisers, pas donnés, entre nous*”, em tradução livre, “há muito beijos não dados entre nós”. Novamente, despede-se sem promessas de um futuro, predomina o lamento de não ter aproveitado melhor os momentos passados juntos.

Ao partir para o sertão, no último capítulo, Guta refletia a distância que a separava de Isaac e lhe fazia recordar do tempo em que, estando juntos no Rio de Janeiro, a possibilidade de serem parte um do outro parecia possível. As cartas escritas por ele (totalizam quatro) estavam guardadas na bolsa, mas, antes tão preciosas, agora pareciam inexpressivas e vazias à personagem, palavras mortas que não equivaliam a ter Isaac, seus beijos ou as palavras ditas por ele pessoalmente – “De que servem palavras escritas? Valem menos do que qualquer das palavras ditas, do que todas as queridas palavras que o vento do mar carregou. Que me adianta guardar cartas antigas? Não posso prender os beijos que ele me deu” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 197-198). Assim, eram linhas que pouco valeriam à Guta e ao alívio da sua solidão naquele momento. Agora, estando Isaac e ela apartados, enquanto ela partia para residir junto aos parentes e à paisagem que lhe era familiar, sabia também que Isaac estaria em algum país distante, cuja imaginação não conseguia alcançar – de tão diferente daquelas conhecidas por ela. Guta descreve o retorno de ambos à região natal como a reintegração a um certo tipo de pertencimento. Juntos, pertenceram um ao outro; separados, só conseguiriam pertencer à terra, última esperança a qual a protagonista se agarrava: “Agora, cada um voltou ao seu meio, cada um se reintegra na sua paisagem, e se perde do outro mais completamente. E houve momentos em que ele estava tão próximo, tão próximo, o seu rosto tão junto do meu que eu nem o enxergava mais, como se ele já fizesse parte de mim mesma” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 198). Talvez o ponto máximo de integração entre eles tenha se rompido, por fim, no aborto; o bebê que ela imaginava com os olhos de Isaac nem chegou a ter olhos; o ser que ela, em um misto de horror e deslumbramento, imaginou jamais lhe abandonar ou se desligar dela (como fazia Isaac em seus momentos de íntimo silêncio), já não existia. Apesar da tristeza que encerra o livro, há a certeza de que Guta continuaria sua vida (agora sem planos ou expectativas); sua estrela, ali identificada ao centro das estrelas de Maria José e

Maria da Glória, ainda brilharia, embora com solidão e dor: “E eu, ai de mim, brilho também, hei de brilhar ainda por muito tempo — e parece que a minha luz tem um fulgor molhado e ardente de olhos chorando” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 199).

Por ser um romance em que a escolha do foco narrativo favorecia exclusivamente o ponto de vista de Guta, para tratar as personagens estrangeiras foi necessário seguir a construção do raciocínio da narradora. Desse modo, alguns aspectos sobre xeque e Isaac podem ser ressaltados: ambos são figuras que cumprem com um papel na vida amorosa de Guta, xeque foi o primeiro amor, na realidade, seria mais sensato pensar nele como quem ela fez com que ocupasse esse lugar ao recordar suas memórias; a afirmação de que nunca se sentiu tão comovida por outro homem, mesmo anos depois, é colocada pela narradora, já adulta e relembrando a paixão adolescente por quem nunca conheceu, mas era alguém que estava muito vivo em sua imaginação. Toda a sua caracterização é feita a partir de estereótipos alcançados a partir dos livros que ela havia lido. Por sua vez, Isaac também é descrito com estereótipos redutores e sua caracterização como estrangeiro também é generalizada; Isaac poderia ser qualquer rapaz, o poeta André Spire (também judeu e cheio de tristezas como ele, como escreve na correspondência) ou um carioca qualquer conhecido durante a visita ao Rio, não há traço característico, não há personalidade própria, apenas o reflexo do que Guta desejava, imaginava: um namorado saudoso que a amava profundamente e lhe diria palavras apaixonadas, alguém com quem pudesse falar de literatura, que lhe escrevesse cartas bonitas. A identidade de xeque e Isaac não é revelada, pois Guta só tem acesso aos seus sentimentos, às suas experiências, não há onisciência em suas suposições e é inseguro criar hipóteses a partir de sua imaginação.

Considerando toda a construção da narrativa, algumas ideias sobre o romance também podem ser levantadas. Em primeiro lugar, Guta parece narrar de sua posição de narradora-protagonista durante a viagem que encerra o romance. Para supor tal afirmação, podemos considerar para além do tempo verbal em que o último capítulo é escrito (o presente, diferente dos demais em que há o predomínio do pretérito) que, utilizando as técnicas narrativas próprias do texto literário, pela voz da personagem, o tempo transcorre de forma subjetiva e não cronológica. Guta, assim, parece refletir sua vida enquanto viajava de regresso à casa parental¹³¹. O tempo do romance é, portanto, interior e decorre marcado pelas experiências

¹³¹ Em seu texto sobre *As três Marias*, Cássia dos Santos (2020, p. 8) destacou como Guta, ao mencionar como foi difícil a permanência na casa do pai após sair do colégio, revelou que estava escrevendo um livro: “É difícil exprimir em algumas linhas tudo o que foi para mim esse tempo decisivo, que exigiria talvez um livro, só ele, para dizer as minhas rebeldias, minhas lágrimas à noite” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 81). Para a pesquisadora, o trecho indica pelo comentário da narradora como dentro daqueles relatos memorialísticos, se formava a escrita de um livro: “É que, sob a capa aparente de um romance de formação e sob o disfarce de um relato memorialístico, o romance de Rachel de Queiroz comporta um outro livro dentro de si: as

individuais e memorialísticas de Guta; não há linearidade, mas sim a subjetividade da memória pessoal. Para tanto, pode-se perceber que o texto não é narrado a partir de um recuo no tempo de muitas décadas, sua história começa com a entrada no colégio e, em dois capítulos, ela resume a infância anterior à iniciação escolar; depois, segue pelo intervalo de anos até a decisão derradeira de retorno e reintegração às origens, o que reforça a hipótese anteriormente levantada de que, se sentindo desamparada no sofrimento atual, a personagem realizou a fuga para as memórias da infância e para os momentos em que sentiu pertencimento a um lugar ou a alguém. Nesse contexto, mesmo descrevendo o colégio interno como um local enclausurador e do qual sonhava fugir, Guta, ao se formar e ir morar na casa paterna, sente como se “arrancada” do internato, dessa forma, tirada do único lugar ao qual se sentia pertencente; esse pertencimento, viria, ainda, do trio das três Marias. Apesar de ter destacado o não-pertencimento à família e o deslocamento naquele espaço (o sertão), Guta reconhecia a felicidade sentida nos “tempos de mamãe” e, ainda que assuma relegar ao período uma carga imaginativa e fantasiosa, podemos verificar na “fuga” à infância a esperança íntima e não pronunciada de um recomeço, como notado na primeira linha do capítulo final: “Vou para o sertão, para casa” (QUEIROZ, [1939, p. 197]), isto é, na ressignificação das suas memórias, e após reviver uma felicidade como a dessa época ao lado de Isaac, a casa parental é processada novamente como um lar, assim como era “nos tempos de mamãe”.

Por fim, como verificado no decorrer do capítulo, Guta tem sua identidade construída na insubmissão aos modelos pré-definidos para as mulheres, mas também na admiração por mulheres que também foram subversivas. Mesmo reconhecendo a Virgem Maria como modelo feminino que a guiava no início da narrativa, Guta procura conduzir seu caminho a partir de seu desejo por emancipação. Por isso, admira a mãe – quem havia rompido com a tradição de esposa e mãe modelo – por ser tão diferente da Madrinha, uma das representantes do padrão de “mãe” que tudo fazia pela criação dos outros filhos e pelo bem-estar doméstico. Para a protagonista, parecia impossível ser como a madrasta, de modo que, preferia sonhar e adorar o jeito alegre, feliz e distraído com o qual a mãe viveu. Com as amigas, sua admiração se operava de maneira similar: Guta respeitava e chega a invejar a vida de Glória, mas respeitava ainda mais Jandira, a amiga casada que só encontrou a felicidade no adultério. O mesmo êxtase sentia por Teresa, a menina que fugiu do colégio com o namorado proibido pela família; ou por Violeta, a amiga que “estava perdida” (QUEIROZ, [1939] 1973, p. 109-113).

memórias da protagonista”. Desse modo, a partir dessa hipótese de leitura, Guta não estaria exatamente relembrando aqueles fatos durante a viagem, e sim, concluindo o livro, o que tornaria plausível compreender o último capítulo como um relato que aproximava o tempo da narrativa do tempo da narração.

Guta respeita àquelas que não optaram pelo rompimento da tradição, mas não quer ser como elas; apenas às transgressoras dirige sua admiração, compreensão e o íntimo desejo de também encontrar um caminho que lhe pudesse levar por um destino só seu. A relação com Isaac, mesmo momentânea, despontava como uma possibilidade abandonada; não pela desistência de Guta, mas por uma resignação por, triste e desiludida, não conseguir mais opor resistência àquela estrutura social cruel e machista. Na partida reside também a esperança de uma vez “em casa”, por fim, se encontrar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconhecer a pluralidade da produção do ano de 1939, nos cinco capítulos que compõem esta dissertação os romances foram estudados sem sobrepor um texto ao outro, uma vez que se procurou mostrar como cada narrativa lidava com os anseios e os conflitos das personagens estrangeiras, e como a questão da alteridade – na ordem do dia no contexto dos discursos literários, políticos e culturais – era abordada. Assim, estas considerações finais, a princípio, refletem as relações entre o romance de 30 e as diretrizes do Estado Novo quanto à modernização e à identidade nacional, por exemplo, para, em seguida, apresentar intersecções entre os romances e as personagens estudadas a partir de tópicos que discorrem sobre a representação da resistência defensiva dos grupos tradicionais em relação aos grupos de forasteiros nas obras, assim como os desdobramentos desses processos de recusa ao estrangeiro; sobre as personagens protagonistas (brasileiras e estrangeiras) e as secundárias (estrangeiras) em sua ligação com o deslocamento e o fracasso; e sobre as referências à água nos romances.

Em 1930, ao assumir o comando do país após o golpe que o levou ao poder, Getúlio Vargas defendia um aparato estatal modernizante e industrial para o Brasil; as suas decisões políticas, sociais e econômicas eram tomadas a partir de um projeto de cunho autoritário em oposição ao regime liberal-oligárquico que o antecedeu. Mas havia desigualdades e problemas sociais tanto nos grandes centros nacionais como nas áreas mais afastadas que a modernização não conseguia mascarar e, em contrapartida à política totalitária e reducionista do governo, a literatura produzida naquela década, mesmo nos textos em que os autores optaram por um cuidado maior à exposição das preocupações mais íntimas de suas personagens, não deixou de mergulhar suas narrativas nos problemas e conflitos locais e sociais do tempo e do espaço representado. No conhecimento dessas realidades locais, o público leitor soube do drama da seca no nordeste do país, da vida das pessoas nos engenhos, nas zonas de cacau ou nas colônias de imigrantes (BUENO, 2006, p. 66-79).

Assim como ocorria nos regimes totalitários europeus, onde o Estado Novo (1937-1945) foi buscar inspiração, percebia-se nessa corrente antiliberal e antidemocrática extrema preocupação com a questão social, especialmente no que dizia respeito ao controle das massas e ao refreamento de uma revolução de cunho socialista (essa era uma preocupação anterior ao Estado Novo, pois, desde 1930, já se viabilizava a necessidade de uma aliança entre os setores sociais emergentes, a classe média, a trabalhadora e os empresários, com intuito de impedir

uma revolução socialista; a criação do Ministério de Trabalho, por exemplo, foi uma das primeiras medidas tomadas após a posse). E era na figura de um líder carismático e forte que se procurava conduzir as massas em um caminho de ordem e estrito controle. Uma outra característica também foi emprestada dos regimes europeus: o nacionalismo. Ao refundar um nacionalismo brasileiro buscava-se construir uma imagem da nação que fosse uma e homogênea, sem margem para a diferença (SEITENFUS, 2003, p. 64-77).

Em completo desprezo à formação histórica e étnica brasileira, composta por povos de diferentes nações, procurava-se definir uma identidade nacional a partir da eliminação (ou integração forçada) da diferença. As décadas anteriores, de intensa propaganda do Brasil como um país paradisíaco e cheio de oportunidades para estrangeiros, pareciam ter-se encerrado; se não foi possível obter resultados rápidos com a assimilação aos povos brancos europeus, a intelectualidade nacional, antes nutrida e desenvolvida por teorias racistas, no final dos anos 1930, enxergava na miscigenação e no mito da democracia racial a possibilidade de visualizar um futuro integracionista para o país. Foi nesse contexto que surgiram as políticas nacionalistas opostas aos estrangeiros que passaram de símbolos de progresso e de branqueamento a indivíduos inassimiláveis à população ou propagadores de teorias consideradas perigosas à segurança nacional (CARNEIRO, 2003).

Desde o período pós-independência pode-se rastrear as tentativas de aproximação do aparelho estatal com os intelectuais em prol do delineamento de um perfil para a nação e a identidade brasileira. Assim, no decorrer deste trabalho, continuamente se pensou no que de fato seria a identidade, em especial, a identidade nacional. Pode-se conjecturar que, em um estudo sobre representação, como este, a identidade não pode ser considerada uma característica com a qual o indivíduo nasce, pelo contrário, ela é formada e transformada no interior da representação; a ideia de nação seria, desse modo, composta por um conjunto de significados cujos sentidos são produzidos dentro de um sistema de representação cultural (HALL, 2015, p. 30). Nesses termos, as sociedades que se fecham a estrangeiros, intrusos, estranhos e outros creem que, para manter suas culturas estáveis, precisem restaurar a ordem e, para tanto, combater a diferença. Hall chamou atenção, em seu livro *Cultura e Representação*, tanto para a necessidade da diferença como para o perigo de combatê-la, uma vez que, ao ser combatida para fortalecer a cultura e a identidade, e para expulsar todos os que não sejam “puros” ou “normais”, o que se faz é empoderar a diferença, tornando-a mais atraente e poderosa (HALL, 2016, p. 157).

Esse combate à diferença torna a alteridade um objeto de representação fascinante e, em vez de ser mantida à margem das “narrativas sobre a nação”, a diferença passa a integrar

também o centro das discussões. Como frisou Bueno (2006, p. 68), na terceira década do século XX, romancistas escreveram sobre um presente em que o subdesenvolvimento do país era notável e sua percepção, urgente. A modernização almejada pelo governo federal, bem como as medidas nacionalizadoras iam de encontro ao que era, em maioria, mostrado pela literatura de 1930; tratava-se de um Brasil ainda atrasado, cheio de problemas sociais, econômicos e sanitários, em que a exclusão e a desigualdade podiam ser visualizadas nas grandes cidades ou nas pequenas culturas locais dos confins do país. Apesar de seguirem caminhos diferentes, o projeto do Estado Novo e o dos intelectuais de esquerda, por exemplo, parecem se aproximar à medida que, na representação literária do impasse daquele presente ainda preso ao passado, era denunciado tanto o fato do projeto de modernização não ter chegado para todos como a necessidade de contornar esse atraso nacional. A consciência do atraso do país, desse modo, canalizava todas as forças; desse modo, os autores do romance de 30 se dedicaram tanto a representação de um aspecto injusto da realidade nacional como de uma mentalidade equivocada que contribuía para a figuração desse atraso (BUENO, 2006, p. 78). Se, por um lado, o romance de 30 contribuiu para o conhecimento da diversidade do país, por outro, pode mostrar que realidades, antes desconhecidas, por serem tão distintas e apresentarem a pluralidade que compunha o Brasil, também evidenciavam a dificuldade de construir um país uno, em desprezo à heterogeneidade que o definia.

As intersecções entre os textos literários analisados podem ser levantadas a partir de alguns tópicos, como mencionado. Assim, o primeiro é o que se refere à reação defensiva dos grupos tradicionais em relação aos grupos de forasteiros nas obras, assim como os desdobramentos desses processos de recusa ao estrangeiro no que diz respeito ao subdesenvolvimento em que as comunidades locais representadas se encontravam e à xenofobia que endureceu as leis e a prática de medicina no país nos anos finais da década de 1930.

No ano em que o recorte desta pesquisa se centrou, 1939, havia um clima marcado por incertezas, identidades acirradas e nacionalismos exacerbados visível tanto no cenário literário como no político e no cultural. Durante toda a década podia-se perceber os movimentos daquelas sociedades que, antes hegemônicas (como a aristocracia paulista, para citar um dos exemplos especificados neste estudo), temiam o fim de “uma Era” e se agarravam às últimas esperanças de prolongar um passado de tradições que parecia eminentemente afetado. A modernidade incerta despontada no final da década parecia querer engoli-los. Era nessa atmosfera de indefinição e de dúvidas que o fortalecimento de identidades e culturas fechadas se intensificava como uma forma de resistência e também como uma defesa contra o quê não

engendrava, propriamente, a destruição do passado, mas a urgência de se desprender dele. Desse modo, nos romances, foi possível reconhecer a presença do que Hall (2015, p. 50-53) identificou como um movimento de franco fortalecimento de identidades e culturas locais. Enquanto palco dessas tensões, nos textos são figurados uma reação defensiva de grupos dominantes que, se sentindo ameaçados com a presença de outras culturas, agem a fim de reconstruir um ideal de “identidades purificadas”, ou, ainda, prolongar um passado de tradições.

Em *Planalto*, o grupo dos “paulistas de quatrocentos anos” opunha-se aos demais grupos, seja o de “paulistas de poucos anos”, seja o de brasileiros de outros estados. O primeiro grupo dominante era o das famílias que, descendentes dos fundadores da Vila de São Paulo de Piratininga, tentava resistir às mudanças ocorridas na sociedade paulistana no início do século XX. Fechados em clãs aristocráticos e defendendo uma nobreza (em decadência), os “quatrocentões” consideravam mesmo os descendentes de imigrantes nascidos em São Paulo, e estando na terra há algumas gerações, não completamente ligados a ela o suficiente para compreender sua “alma” (uma das cenas mais emblemáticas desse pensamento é aquela em que, movido por divagações sobre a alma do bar aristocrático no qual se encontrava, Edgard pensava no caráter imutável do seu clã e no suposto segredo que a terra de seus antepassados ainda não teria revelado aos imigrantes). A exclusão ao terceiro grupo, o dos brasileiros de outros estados, estava calcada no prolongamento do mito de que São Paulo havia se desenvolvido mais, porque, tendo uma localização privilegiada no planalto paulistano foi mantido, por anos, protegido do contato com os elementos estrangeiros; dessa forma, construindo um povo forte e inabalável, sem interferências externas e corruptíveis.

A defesa da hegemonia do primeiro grupo perpassa todo o romance e, dessa forma, pode-se notar como o apagamento do estrangeiro em relação a esse tipo figurado de paulista se dá de forma próxima à oposição entre quatrocentões e brasileiros de estados ou grupos diferentes. Havia uma forma de integrar o primeiro grupo: pelo casamento; entretanto, para os quatrocentões, o casamento com membros externos ao grupo era uma queda, ao passo que, para os imigrantes ou descendentes, era uma ascensão, a única forma de perder o estigma e, por fim, se sentir aceito (por mais frágil ou ilusória que essa aceitação possa ser). No romance, com o casamento de Rodolpho e Carmella se pode perceber a resistência ao grupo majoritário a essa integração (o contraste se mostra na cena em que a mãe de Rodolpho sofria com a vergonha sentida com a união à medida que Carmella e as “italianinhas” presentes na festa exultavam com o casamento, a única forma visualizadas por elas para perderem o estigma de “carcamanas”). Com Chicão, descartada a possibilidade de integração pelo

casamento (ele tem a certeza de que a família da moça por quem nutria uma paixão secreta, a irmã de Fernando, jamais o aceitaria, pois, além de descendente de imigrantes, ele não pertencia a uma classe social abastada como o marido dela), ele vislumbra em sua tentativa de se tornar um bandeirante do século XX o caminho para se sentir ilustre como os amigos. Apesar de se saber estimado pelos amigos, tanto o narrador como Lauro são duros quando se referem a Chicão e ao fato de ele ser um inadaptado no grupo, em uma nítida divisão entre os aceitos “por camaradagem” e os rapazes das famílias tradicionais. Na “fuga” para o sertão, a personagem imaginava voltar enrijecido pelas dificuldades e poder, quem sabe, se orgulhar: se não tinha como antepassados os fundadores da cidade, ressignificados como heróis pelo mito bandeirante, poderia ele mesmo se encarregar de construir um futuro de glórias, sendo ele um “bandeirante”. No mais, também alimentava a fantasia de que a viagem seria uma forma tanto de enriquecer como de curar a ferida do amor não-correspondido. Anos depois, quando retornou, Chicão não estava rico e não foi recebido como herói; sua aparência era a de alguém que havia emagrecido muito, um pouco doentia, mas, na primeira chance de expressar uma opinião – quando Edgard questionou sua posição política – Chicão não se acanhou em falar, como acontecia antes, era quase como se as experiências dos anos anteriores tivessem, por fim, lhe dado coragem para não se acanhar frente aos amigos “bem-nascidos”. Romântico, foi buscar uma nobreza dentre quem nada tinha de nobre,

E com Arch o processo de exclusão também se opera; pois, sendo o único estrangeiro do grupo não chegou nem a ter uma construção psicológica dentro da narrativa. Suas participações, restritas à contação de piadas e anedotas, reiteram a opinião disposta no romance de que ele levava uma vida “à toa” como todos os que não tinha nenhuma impressão ou ideia a transmitir: bebia um aperitivo com Hércules todas as tardes, jogava com frequência e, quando necessário, fazia algumas corretagens. Como Chicão, Arch havia desenvolvido uma camaradagem com o grupo, mas estava longe de ser visto como um deles.

Em *Enquanto as águas correm* também há uma organização local fechada à diferença, mesmo São João Batista se tratando de uma cidade na fronteira, um território fortemente hibridizado (onde os moradores cruzavam para o território do país vizinho com facilidade e vice-versa, com muitos uruguaios vivendo na cidade etc.). A primeira dificuldade enfrentada por Izidro foi porque viajava a pé e, de chegada à venda de Pacheco e Aurora, já ser visto com desconfiança pela mulher que estranhou um viajante incógnito, sem cavalo e falando uma língua estrangeira. Apesar das “precauções” percebidas pela personagem durante a viagem, ao se aproximar de São João Batista estava agradecido pelas boas pessoas encontradas na estrada. Mesmo após vários anos Izidro ainda causava estranhamento, sendo considerado um

homem excêntrico, um “bruxo”. Ocasionalmente, era procurado para auxiliar na resolução dos pequenos problemas da comunidade, contudo, na maior parte do tempo era mantido à distância, visto com desconfiança.

Mais do que o protagonista, Ladislau parece vivenciar mais a resistência local. O rapaz havia deixado a Europa em busca de ascensão financeira e, recém-chegado ao Brasil, já havia procurado meios de se aculturar – sua primeira atitude foi a compra de um livro para aprender a língua e contornar a dificuldade da comunicação – e até se casado com uma brasileira. Entretanto, a breve cena em que o capitão Floriano e dona Dora comentam os boatos espalhados sobre ele na cidade, revela como para além de qualquer intenção do imigrante de se assimilar havia uma desconfiança quanto aos seus planos íntimos de enriquecer, logo, demonstradores do seu oportunismo. É mordaz o comentário de Floriano em desmerecimento à fama de “bom médico”: os outros poderiam enganar-se e gostar das consultas com ele, mas aquele “bom patriota”, digamos, não faria o mesmo, jamais se entregaria nas mãos daquele “gringo” a quem considerava um interesseiro. Há, ainda, certo ressentimento (e arrogância) dessa personagem quanto ao fato de Ladislau fazer sucesso entre as mulheres por ser bom profissional e, de bônus, excelente dançarino.

Em defesa das tradições e do “Riacho Doce antigo”, em *Riacho Doce* também pode ser percebida uma forte resistência à chegada de forasteiros e às mudanças com o fortalecimento daquela pequena comunidade de praieiros. Aquele mundo inalterado “há cem anos” afastava qualquer possibilidade ou opinião quanto à modernidade ou a melhorias que pudessem alterar o dia a dia das pessoas por ali; todos os que chegassem de fora e a velha Aninha considerasse uma ameaça, seriam combatidos. Dos cinco romances analisados, o fortalecimento e a resistência notada em *Riacho Doce* é a mais forte e combativa; pois, os moradores do povoado se apegavam às orações e à força de Aninha para “combater” os intrusos, cientes de que poderiam perder o acesso livre ao mar e o território de faixa de areia em que moravam caso algum dos empreendimentos modernizantes desse certo.

Antes da chegada de Edna, duas tentativas de modernização ocorreram por lá, a transformação do povoado em destino turístico após as idas do governador e a construção de uma fábrica de tecidos nas imediações. Como todas as manifestações contrárias à vontade de Aninha, essas duas também fracassaram: passado algum tempo, o governador deixou o cargo e o novo não gostava de tomar banhos de mar, e a fábrica faliu, entregue às contaminações da falta de saneamento e à ferrugem. As circunstâncias, contudo, creditavam os fracassos das tentativas sempre aos poderes da velha Aninha e às vontades divinas. Prestes a ruir, a pequena comunidade resistia ao desconhecimento engendrado pela modernidade ao mesmo tempo em

que se prendia às “certezas” do passado, acalentadas pela fé e pela esperança de que o “Riacho Doce antigo”, mesmo à beira do fim, se manteria de pé, lutando contra as mudanças.

No caso de *Um rio imita o Reno*, dois grupos se contrapõem ao se fecharem para combater a diferença. De um lado, os brasileiros compõem um grupo em oposição aos estrangeiros residentes na cidade; do outro, os teutos são um grupo majoritário também opostos aos brasileiros. Enquanto os primeiros visualizavam a nacionalização da colônia como a única forma de integração e coesão nacional, estes, se dividiam entre os favoráveis à preservação cultural da pátria de seus antepassados e os que defendiam a assimilação natural e a eliminação de preconceitos na colônia. Nesses termos, as discussões de pertencimento cultural e identitário, que percorreram este trabalho, são ainda mais complexas neste romance, uma vez que, diferentemente do ocorrido nas outras narrativas, o grupo brasileiro no livro de Vianna Moog é minoria e, sem visualizar a possibilidade de uma integração natural, se apegava à defesa da nacionalização da colônia (e, se necessário, com o uso da força). O enredo do romance problematiza uma situação histórica marcada pelo início das campanhas de nacionalização das colônias em combate à não-assimilação dos estrangeiros.

Diferentemente do notado em *Planalto*, em que mesmo o casamento inviabilizava a aceitação de indivíduos externos ao grupo majoritário, em *Um rio imita o Reno* há disparidade quando o assunto é assimilação. As jovens da área rural, Tannenwald, por exemplo, consideravam o casamento com brasileiros uma ascensão social, pois casadas com eles não precisariam trabalhar na roça; as moças da cidade, pertencentes às classes menos abastadas, também se uniam em relacionamentos interétnicos. Em oposição a elas estava Lore. O insucesso amoroso do relacionamento da jovem com Geraldo está menos ligado à vontade de cada um e mais à impossibilidade imposta pelo contexto em que viviam: a família Wolff era oposta a todas as formas de assimilação aos brasileiros. Assim, há esperança na convivência pacífica entre brasileiros e estrangeiros demonstrada durante as comemorações do *kerb* (em que ambas as culturas convivem sem nenhuma delas precisar ser anulada) e, ao final, com a nova geração que Paulinho representava (com a anuência familiar, o garoto poderia escolher um caminho para si sem a influência direta dos preconceitos da família e sem as proibições sofridas). O romance, dessa forma, inclui tanto as personagens alinhadas às medidas governamentais e à urgência da “coesão nacional” (um exemplo delas é o velho Cordeiro) como às pertencentes ao grupo alemão, resistentes tanto à assimilação como à aculturação e ao esquecimento das tradições germânicas (como Frau Marta).

Um outro ponto pode ser levantado em relação a essas comunidades resistentes à diferença e à mudança: a falta de modernização. Nesses romances, percebeu-se como, presas

à defesa da tradição, as comunidades estavam ligadas a um passado que desmoronava ao mesmo tempo em que o presente mostrava de forma acentuada o subdesenvolvimento em que as populações viviam. Em Riacho Doce, São João Batista e Blumental os romancistas mostram pequenas localidades em que a assistência e o saneamento básico, por exemplo, ainda não tinha chegado a toda população.

O povoado de Riacho Doce era contaminado pelas águas do rio e o problema se agravava quando as pessoas, apegadas à superstição, consideravam comum que o rio matasse quem se servisse daquelas águas, pois, como tudo por ali, era uma vontade de Deus e se Ele quis assim (que a água doce desse febre), os homens não deveriam se intrometer em nenhuma desobstrução. Presos ao medo da modernidade, julgavam as medidas de saneamento com descrédito; a fábrica da Saúde, em oposição ao nome onde as instalações foram construídas, só trouxe mais contaminações, por isso, em Riacho Doce, preferiam continuar esquecidos e sem nenhuma ajuda de forasteiros, mesmo se fosse para melhorar suas vidas. Em São João Batista, a população socialmente menos favorecida também sofria com as águas, mas de forma diferente do mostrado no povoado recriado por José Lins do Rego: margeada pelo rio Quaraí, no período de chuvas em que o rio enchia, as populações ribeirinhas tentavam se salvar da enchente e ajudar uns aos outros, haja vista o agravamento da situação com a demora no socorro. Se para uns era a destruição, para quem não afetado pela cheia, a quantidade de água era atração, reunindo famílias que iam às imediações do rio para “se divertir” por estarem “ilhados”. A debilidade também se mostrava na impossibilidade enfrentada por Izidro de ser bem-sucedido por meio da agricultura, a personagem sofre com o ataque dos gafanhotos e perde todo o trabalho conquistado em anos de esforço e seu fim trágico, acometido por um mal-estar durante a luta com os insetos lembra Policarpo Quaresma, arrasado pelas formigas e, ainda, o dístico do herói Macunaíma, “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são”. Em *Um rio imita o Reno*, a falta de saneamento básico em Blumental contaminava um grande número de pessoas com a febre tifoide; no bairro operário, o problema se agravava, mas também havia casos nos bairros mais ricos. Desse modo, a solução tentada para diminuir as contaminações era a finalização da hidráulica para tratamento da água e abastecimento das moradias. Entretanto, Geraldo partiu e a construção foi interrompida, e o problema se agravou quando uma nova epidemia acometeu a população. A partida do engenheiro atendia aos interesses das classes altas (os Wolffs visavam a separação dele e de Lore), e o major buscava o apoio eleitoral da família (a hidráulica era uma proposta de campanha do major e a sua não-conclusão gerou revolta entre os menos favorecidos que retiraram o apoio à reeleição do prefeito). O contágio de Lore revelaria como

acima dos interesses de uma minoria no poder estava a saúde e, eles, mesmo em melhores condições sanitárias e vivendo em seus casarões imponentes, não estavam imunes às doenças.

Em relação à recusa do estrangeiro podem ser observadas também como essa perduração no subdesenvolvimento indicava práticas xenofóbicas nos romances. Como bem ressaltou a personagem Stahl, estavam rodeados de um povo não-assistido sofrendo de males que já deveriam estar erradicados. Quando tocou no assunto do número insuficiente de profissionais para tratar os doentes, o médico de *Um rio imita o Reno* expôs outra situação que também se agravava naqueles tempos: com o fortalecimento das medidas nacionalistas, nos anos finais da década, e a oposição aos médicos estrangeiros, muitos deles foram submetidos à necessidade de revalidar seus diplomas; o que, na maioria dos casos, ocasionava a impossibilidade de praticar a medicina e, assim, a população continuava sofrendo com a falta de profissionais. Em *Enquanto as águas correm*, romance cujo tempo da enunciação parece anterior às medidas, Ladislau chegou ao Brasil e normalizou seu estabelecimento junto às autoridades municipais, não há nenhuma referência a ter revalidado o diploma. Já Isaac, em *As três Marias*, vivenciou as circunstâncias comentadas por Stahl: médico e judeu, a personagem corria contra o tempo para conseguir revalidar o diploma e não precisar deixar o país.

Dessa forma, nota-se como, mesmo com a precariedade e a ineficiência da saúde pública, o preconceito étnico e cultural suplantava as urgências da população e, os médicos que poderiam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros tinham suas autorizações dificultadas para a prática da medicina, e, para utilizar o caso de Isaac, eram obrigados a deixar o Brasil. É notória a grande ajuda que Ladislau, no romance de Cyro Martins, servia à população, sendo, apesar dos prejulgamentos, considerado bom médico e excelente nas cirurgias. Passados oitenta anos, uma situação recente envolvendo os médicos cubanos no Brasil demonstra como o preconceito e a intolerância ainda recorrem a práticas ultranacionalistas para prolongar a exclusão e o medo entre a população que, na ausência de suporte em número suficiente e de qualidade, ainda convive com a debilidade da saúde brasileira.

O segundo tópico, direcionado às considerações e às análises sobre as personagens que compuseram o estudo, parte das reflexões de Mário de Andrade e Luís Bueno sobre a representação do fracasso no romance de 30, investigando em que medida essa personagem pôde ser notada nos romances. Para tanto, esse tópico considera, a princípio, os protagonistas homens brasileiros (Lauro e Geraldo), as mulheres protagonistas (Edna e Guta) e os protagonistas estrangeiros (Izidro e Edna), para, em seguida, discorrer sobre as personagens

estrangeiras coadjuvantes (Arch, xeque, Isaac, Helena, Paul, Marta, Karl, Lore, Stahl, Ladislau e Carlos).

Nas obras estudadas, de diversas formas, foram retratados dramas pessoais de indivíduos que chegavam a um momento de impasse – tanto no cenário íntimo como no exterior – e, desenraizados e inadaptados, viviam em um ininterrupto desejo de fuga que os impulsionava tanto ao não-pertencimento como à sensação de fracasso. Eram indivíduos presos a um passado de tradições em ruínas ou que já não existia mais e, por viverem em um presente em que tinham dificuldade de se encontrar, vagavam toda a vida na incerteza. Dos cinco romances estudados, três, *Planalto*, *Um rio imita o Reno* e *As três Marias*, tem como figuras centrais personagens brasileiras em forte crise identitária e, presos entre o presente e o passado, mostravam uma estrutura social que, desastrosa, já era insustentável e atrasada. Lauro, Geraldo e Guta vivem um drama pessoal em que têm dificuldade para se posicionar ou encontrar um lugar para pertencer naquele contexto sociocultural.

Em *Planalto*, o não-pertencimento de Lauro é persistente, pois, mesmo integrando por nascimento o restrito grupo dos quatrocentões, constantemente discutiu o quão incoerente a noção de superioridade parecia para ele, afinal, reconhecia a importância dada por seu círculo social ao sobrenome e a origem, mas lamentava não ter conseguido compreender os segredos daquela terra. Para a personagem, mais do que o parentesco, o que definiria sua “paulistanidade” seria o sucesso – e o sucesso, no romance, era análogo à fundação da cidade e à ressignificação do mito do bandeirante como um herói colonizador. Tanto o quatrocentão, como o bacharel, no contexto da modernização, representam tradições insustentáveis e que começam a revelar sua inadaptação àquele mundo no qual era necessário mais do que um sobrenome para vencer na vida: precisava ter traquejo nos negócios, força para enfrentar novos desafios. O grande dilema de Lauro é, ainda, a comparação consciente entre sua vida e a do pai, cuja figura ele tentava se desvencilhar, mas a qual permanecia ligada à imagem construída de si. Com sérios problemas financeiros e dificuldade para manter a vida de luxos com a qual estava acostumado, Lauro começava a visualizar na escolha do pai de interromper a própria vida uma saída digna e muito mais atraente do que uma rotina modesta. O insucesso profissional, a dificuldade para diminuir gastos e, principalmente, a decepção por não ter conseguido garantir uma velhice confortável para a mãe somam-se a um clima deprimente em que o protagonista se encontrava rodeado por amizades superficiais. A atmosfera de fracasso aumenta quando, justo no momento em que ele se decidiu, a vida o golpeou com duas ironias: o bilhete premiado e a prima decidida, finalmente, a dar um passo em direção a ele. Assim, a desistência e a falta de fibra para impor-se contra o ambiente e o determinismo – também uma

forma atrasada de olhar a vida – levaram Lauro a perder as duas oportunidades que, enfim, a vida lhe dava.

Em *Um rio imita o Reno*, Geraldo também era um deslocado, mas seu não-pertencimento era ainda anterior à chegada a Blumental. Natural do Amazonas, foi enviado pelos pais para o Rio de Janeiro para que estudasse; formado, retornou ao ambiente familiar onde já não conseguiu se adaptar. Assim como Lauro, ele também tentou romper com a identificação familiar, mas de forma diversa: enquanto o protagonista de *Planalto* se via seguindo os passos paternos, Geraldo se via na contramão, era muito diferente do pai a quem, apesar de não compreender, admirava pela coragem e resistência demonstrada na luta empreendida naquele mundo em ruínas. O pai de Geraldo havia deixado o Ceará e se instalado no Amazonas, onde ostentou uma fase de altos lucros com a borracha, mas, com a desvalorização, amargava o fim dos bons tempos sem abandonar a esperança de uma alta milagrosa que o levaria novamente ao auge. Sem se identificar com o mundo em decadência dos seringais, Geraldo partiu em busca de construir um futuro moderno (não apenas na colônia, mas também em seu estado: ao final do romance, alimentava a esperança de, um dia, retornar ao Amazonas e empreender uma grande obra que, por fim, livraria sua gente do subdesenvolvimento). Em Blumental, mesmo com sua apreciação à cultura germânica e a aproximação desejada após o início do namoro com Lore, não conseguiu se fazer aceito e, sem enxergar nenhum caminho, aceitou partir sem nenhuma oposição. O insucesso amoroso e a não-conclusão das obras que poderia impulsionar uma ascensão em sua carreira são tipos de fracassos, porém, seria radical considerar Geraldo um “ser sem força nenhuma, desfibrado ou incompetente para viver”, para relembrar as palavras de Mário de Andrade. Há, sim, força e capacidade no engenheiro, pois, a despeito de ter partido e desistido do namoro, não agiu por falta de força, e sim, motivado por forças maiores que, naquele contexto, o impediam de conquistar o desejado (o preconceito racial da família Wolff). Nas páginas finais, quando comunicou a Armando que deixaria o Rio de Janeiro e construiria uma hidráulica no Goiás (e, no futuro, planejava ir ao Amazonas com o mesmo objetivo), não se tratava de um homem sem fibra e fracassado e, sim, de uma pessoa que, se vendo obrigada a desistir, fazia planos de recomeçar.

O que fracassa, em *Um rio imita o Reno*, é a ideia de homogeneidade, ligada tanto à defesa da preservação étnica e cultural quanto à nacionalização da colônia. Por serem mentalidades equivocadas, só perduravam o atraso na cidade e colocavam as personagens em uma posição em que pouco poderiam fazer para contornar a situação. E é essa força atrasada do ambiente, digamos, que diferencia o protagonista desse romance da personagem principal

de *Planalto*: em Lauro há desistência, falta de força para mudar ou levar a vida adiante; em Geraldo há força para recomeçar, há planos.

No que diz respeito às protagonistas dos romances *Riacho Doce* e *As três Marias*, são mulheres que almejam uma emancipação feminina inviável para aquela sociedade patriarcal e machista em que viviam; é, justamente, essa estrutura social opressora o que lhes impede de conquistar a libertação desejada. Em *As três Marias*, sem se identificar com os papéis femininos impostos e, principalmente, tentando se afastar do modelo de mulher-mãe e mulher-esposa problematizados na obra, Guta agia procurando romper com as instituições sociais que a impediam de viver experiências naquele contexto permitidas apenas aos homens, como o trabalho fora do ambiente doméstico, viagens desacompanhadas de uma figura familiar masculina ou a experimentação sexual anterior ao casamento. A atividade subversiva de Guta se sustentava no desejo de liberdade da personagem, assim como no deslocamento sentido naquele ambiente opressor onde parecia não haver lugar para ela. Quando conseguiu se desvencilhar da casa paterna com a nomeação como datilógrafa, Guta foi viver em Fortaleza, agora não mais a menina deixada no colégio católico para ser educada. Mas ali também não se sentiu livre, temendo não poder experimentar a vida como sonhava. Leitora ávida de romances, a personagem frustrou-se profundamente ao idealizar situações que, contrariadamente às histórias lidas, não se resolviam de forma romântica. Assim, quando retornou ao lar paterno, no final do romance, local de onde fez tudo para escapar e também não considerava um lar desde a morte da mãe, podemos visualizar um fracasso, contudo, não especificamente àquele mencionado por Mário de Andrade. O fracasso enfrentado por Guta é outro, é mais complexo do que o do indivíduo sem forças para lutar ou desfibrado e incompetente; há muita força nela, pois é uma mulher cheia de planos e ambições, entretanto, foi continuamente interdita pelas instituições sociais e, não podendo mais resistir à solidão, partiu com resignação por já não ter condições de se impor naquela sociedade cruel e proibitiva com as mulheres, um elemento mais poderoso do que ela.

A protagonista de *Riacho Doce*, nos moldes do procurado por Guta, em *As três Marias*, também buscava a liberdade, o que a levou à inquietante constatação de que só havia encontrado solidão e dor. Edna e Guta são mulheres muito parecidas, ambas subvertem padrões semelhantes e têm como objetivo se afastar do modelo feminino presente em seus lares (no caso de Guta, não era especificamente do modelo da própria mãe e sim o representado pela madrasta; a mãe de Guta, conforme compareceu nas recordações, já rompia com o padrão, motivo pelo qual a jovem nutria por ela profunda admiração, afinal, havia vivido feliz, feito as pessoas felizes e não seguido nem criado regras). Em ambos os

romances, as protagonistas se opõem aos arquétipos femininos construídos e perdurados pela sociedade na qual viviam. Ainda que sejam contextos comandados por mulheres fortes, independentes, estas são mantenedoras da ordem e da tradição, assim como reprodutoras dos mesmos discursos e machismos propagados nos ambientes patriarcais. Nas famílias de cada uma das Marias, em *As três Marias*, os homens são quase completamente apagados ao passo que são as mulheres quem regem o lar. Era dona Júlia, mãe de Maria José quem sustentava e cuidava sozinha dos filhos, trabalhando de maneira estafante, enquanto o ex-marido era uma figura esquiva e praticamente desconhecida no ambiente doméstico. Oposto ao pai de Maria José, o de Glória manteve a mãe da garota, morta no parto, presente em toda a infância e momentos importantes da filha (para que a menina não sentisse falta de uma mãe, concordou, até, ser chamado de “mamãe”). O pai de Guta é outro apagado, com pouca vivacidade quando contrastado à segunda esposa, madrasta da protagonista. No primeiro casamento, viveu para fazer a esposa feliz; viúvo, quando se casou novamente, entregou todas as decisões à nova esposa, mulher a quem Guta considerava sólida e resistente como uma rocha, séria e organizada. Privada da convivência com a mãe pela morte precoce, a personagem cresceu e não se enxergava seguindo a vida da madrasta e foi a esse modelo que Guta pretendeu fugir.

Em *Riacho Doce*, na Suécia, a família era governada pela velha Elba, avó de Edna, cujo filho era um homem de pulso fraco, a nora uma figura apagada e submissa às vontades da sogra e os netos viviam sob sua autoridade. Só Edna contestou a avó, pois, quando casou-se com Carlos, um católico, foi por ela rejeitada completamente; Elba, inconformada pela desobediência e ingratidão, preferia que a neta tivesse morrido com o tiro para assim evitar tanto desgosto. Já no Brasil, a estrutura familiar na casa de Aninha em muito se parecia com a de Elba; a velha líder do povoado também vivia com um filho, Juca Nunes, a quem comandava, uma nora que a temia e era por ela subjugada, e o neto, Nô, cuja vida Aninha controlava como se a pertencesse. O poder da velha Aninha sobre Nô é maior do que o de Elba sobre Edna, não tanto pelo domínio exercido, mas sim porque a protagonista era uma figura com muita força para conquistar o que desejava e só não conseguiu a realização amorosa ao lado de Nô por causa da falta de fibra e coragem do rapaz para enfrentar a avó, cujos poderes estranhos ele temia mais do que qualquer outra coisa no mundo. O insucesso de Edna, como o de Guta, não foi consequência de falta de pulso ou de coragem para lutar, não foi entrega, e sim resignação porque foram combatidas por forças superiores, pela mesma estrutura que as cerceava da autonomia e liberdade desejada por serem mulheres, não fracassadas.

Um último ponto aproxima essas personagens femininas: embora representantes de uma luta por emancipação, as personagens à medida que lançavam discursos favoráveis à emancipação feminina e sensíveis às desigualdades dos meios em que viviam, também mantiveram atitudes conservadoras e, muitas vezes, cruéis ao se referirem às mulheres de classe social inferior a delas. Edna percebia a vida difícil e cheia de privações das moças de Riacho Doce, penalizava-se ao vê-las, ainda jovens, parecerem velhas, sempre dedicadas a um trabalho estafante; quando as via, era da própria mãe que lembrava, a quem dedicava um misto de repulsa e pena. Não só com a mãe ela era cruel, ao se referir à cozinheira que trabalhava em sua casa, Sinhá Benta, enquanto ouvia um disco de Chopin em sua companhia, refletia se a “alma bronca” da mulher, a quem considerava uma mestiça estúpida, conseguiria compreender a sedução da música que a fazia lembrar Ester. Chega, assim, a conclusão de que a genialidade de Chopin poderia ser apreendida mesmo por ela. É constante, mesmo após desenvolver um carinho por sinhá Benta, a única que permaneceu a seu lado, as referências de Edna a ela, direta e indiretamente, como “mestiça”. Do mesmo modo, subtendia que a fidelidade servil de sinhá Benta era tal qual uma prova de sua subalternidade perante a patroa branca e de posição social distinta. Também Guta, ao explicar o porquê Maria José não gostava quando a mãe, Dona Júlia, a buscava no colégio, adicionou um comentário depreciativo à criada da família. É uma cena em que a personagem-narradora tentou forjar uma onisciência, como se na realidade àquelas fossem palavras e opiniões de Maria José (mas que não deixaram de ser reproduzidas por ela): a amiga, envergonhada com a aparência da mãe, preferia quando ela não ia ao colégio e mandava a criada, porque em criada ninguém reparava. Mesmo se posicionando criticamente ao comentário e ao absurdo do constrangimento da amiga, Guta se solidarizou mais com Maria José: em mãe se repara, mas tudo bem as criadas passarem despercebidas, ser invisível era função delas. O preconceito e a diferença social resistem mesmo à criticidade da narradora ao comentar como Maria José era cristã (sempre às voltas com os santinhos e as orações) e hipócrita.

Desse modo, foi possível notar que tanto os protagonistas brasileiros como os estrangeiros têm em comum uma situação semelhante de deslocamento e não-pertencimento, assim como suas trajetórias (ou até mesmo o próprio enredo do romance) revelavam algum tipo de fracasso. São personagens fruto de um tempo de incertezas, presas a um mundo atrasado e a tradições com as quais não se identificavam; personalidades deslocadas que buscavam um pertencimento ou identificações naquele presente onde permaneciam em constante estranhamento. Edna e Guta, apesar de uma ser estrangeira e a outra brasileira, são figuras femininas em que o desejo de independência e emancipação é parecido, ambas

defendem uma subversão aos padrões ao questionarem imposições machistas e restritivas às mulheres, mas também reproduzem opiniões e atitudes que interdita tanto suas próprias vontades (Edna, por exemplo, não considera a possibilidade de se divorciar, mesmo tendo um amante por quem era apaixonada e reconhecendo não amar o marido) como os direitos de outras mulheres em níveis sociais inferiores aos delas.

Assim como Guta, Izidro, também tem muito em comum com Edna, mas de forma diversa. Apenas os protagonistas de *Enquanto as águas correm* e *Riacho Doce* são estrangeiros e juntos compartilham a característica de terem iniciado suas trajetórias, digamos, na “estrangeiridade”, antes mesmo de partirem do país natal. De forma análoga ao comentado sobre Lauro, Geraldo e Guta, Izidro e Edna também são deslocados, indivíduos que desde a tenra infância ansiaram partir e construir um futuro e uma vida diferente da levada pelos pais. Como muito se tratou nos capítulos dedicados a esses romances, a qualidade de estrangeiro de ambos foi aproximada de estudos como o de Kristeva (1994), largamente utilizado na dissertação para discorrer sobre essa “estrangeiridade” interna que os “coabitava”. Esse conceito de estrangeiro trabalhado nos dois capítulos reconhecia as duas personagens como indivíduos que buscavam uma felicidade no desenraizamento, na procura incessante por um paraíso com o qual sempre sonharam e onde supunham, por fim, poder pertencer. Esse tipo de estrangeiro é um estranho à própria família, cujos membros poucos interessam e são constantemente menosprezados por eles. Tanto Izidro como Edna idealizam esse lugar paradisíaco onde seriam felizes. Izidro, quando chegou a São João Batista, imaginou que aquela seria sua “terra prometida”, sua “Canaã do silêncio”, mas em poucos anos já cresceu dentro dele a insatisfação e a vontade de partir, mesmo se essa nova fuga significasse um retorno ao passado que ele havia decidido abandonar (e esquecer). Edna, por sua vez, criou desde a infância a imagem de um país quente e tropical, em tudo oposto ao país onde ela nasceu, e ligou essa tropicalidade à alegria da qual sentia falta na Suécia. Todo o romance, ela estabeleceu uma correspondência entre seus momentos de regozijo com o clima; era triste na Suécia gelada, feliz nos dias ensolarados de Riacho Doce e novamente triste nos dias de chuva. Em relação às famílias, também têm comportamento similar: Izidro partiu da Espanha e viajou vários países e só muito tempo depois “lembrou” ter um pai, ao qual escreveu repetidas vezes até cair em si e perceber seu falecimento. A constatação da morte paterna gerou remorsos, mas também libertação; enfim poderia ser completamente livre, sem nenhuma amarra humana, nenhum laço. Edna, por sua vez, ainda na pré-adolescência nutria profundo desprezo pelos pais, se horrorizando com a possibilidade de crescer e ser como a mãe, uma mulher cuja beleza considerava sem graça, de quem sentia pena pelos dias longos e

cansativos de trabalho, e revolta pela vida submissa. Ao deixar o burgo, rompeu com a família, oposta ao casamento com um homem de outra religião, mas, quando partiu para o Brasil e seus familiares foram se despedir dela, Edna, já antecipando a separação final, reconheceu que provavelmente jamais retornaria a vê-los. Em Riacho Doce, escreveu à irmã, em tom de saudade e confissão e, ocasionalmente, se recordava da família quando estava no auge na felicidade: amar para Edna era uma sensação de estar em casa, inédito em sua vida de deslocada. Para Izidro, esse entendimento era mais cruel, vivendo sozinho e livre de qualquer laço, não gozou da experiência e do prazer de amar profundamente e ser amado em retorno – por mais breve e frustrada que seja a relação entre Nô e Edna, ela alcançou seu objetivo maior no amor.

Para além da idealização romântica da origem, são indivíduos que excluem à medida que também são excluídos, conforme definição de Kristeva (1994, p. 31). No povoado de Riacho Doce, Edna incessantemente tentou ser aceita, sendo, por um tempo, bem-vista e admirada pelos moradores. A outra estrangeira das redondezas, Helena, fez de tudo para travar uma amizade, ser simpática com ela, entretanto, Edna se esquivou constantemente dessa relação. Helena não tem muita descrição psicológica no romance, sendo considerada por Edna como uma pessoa que a enchia de agrados e mesmo assim, para ela, parecia desagradável (chega a ser comparada com a professora antecessora de Ester, Clotilde, de quem Edna, quando menina, tinha pavor); a protagonista considerava Helena de seu sangue, estrangeira como ela, contudo, mais distante de seu coração do que a cozinheira. Na ocasião em que Helena contou sua infelicidade por viver em Riacho Doce, Edna amoleceu seus julgamentos sobre ela, passando a ver nela também uma infeliz, uma mulher que precisou se conformar a uma vida triste, resignada com a obsessão do marido, dr. Silva, em descobrir petróleo a despeito da consternação da esposa e dos filhos. Mas esse momento de solidária identificação, ao se reconhecerem ambas infelizes, não as aproximou; quando Edna se tornou amante de Nô e o caso conhecido por todos, Helena foi proibida pelo marido de estar em sua companhia (como ele mesmo alertou a Carlos, censurando-o pela falta de brio em limpar sua honra masculina). Ciente de que a interrupção na amizade era por tal motivo, uma interdição masculina, Edna pouco se importou, preferindo o afastamento, acostumada em ser só.

Em *Enquanto as águas correm*, sendo um incompreendido (até por ele mesmo), Izidro alimentava a fantasia de que era sozinho porque assim havia decidido; ao mesmo tempo em que admirava as pessoas ao seu redor, também as desprezava, certo de sua superioridade. Era visto com estranhamento, chamado de “bruxo”, mas, arrogante, preferia viver apartado, apenas ocasionalmente lembrado e convocado para ajudar nos problemas da cidade. A cena

em que durante a melancolia da chuva anseia por “braço humano agindo”, por exemplo, demonstra o quão incômoda era sua vida solitária. Doente, foi abrigado por uma mulher estrangeira, Negrita, a quem contou sua história, mas também se sentia superior a ela e, repetidamente, se lembrava da frustração de falar de sua vida a uma mulher, pior, a uma meretriz. Conservador, fez dela sua ouvinte de forma contrariada, afinal, não conseguiu conversar com Ladislau, seu ouvinte ideal. A impossibilidade em conversar com Ladislau é absurda, pois existiram chances para essas conversas nos meses em que o protagonista permaneceu no hospital, contudo, orgulhoso e preso ao próprio mutismo ao qual havia se trancado, Izidro não tomou a iniciativa e, justamente por seu temperamento retraído, o médico preferiu não parecer evasivo e o *tête-à-tête* jamais ocorreu.

Ao final, Edna e Izidro são duas personagens tristes e vivendo a incerteza e a dor do não-pertencimento. Morreram sozinhos, como passaram grande parte de suas vidas; são carcereiros da própria ansiedade e melancolia, do mesmo desejo de sair de si mesmos, da mesma dificuldade de se desvencilhar das próprias amarras. A liberdade foi, na medida do possível, alcançada, mas valia pouco quando, já inútil, não tinha mais sentido.

Desse modo, algumas considerações podem ser feitas acerca das personagens principais dos cinco romances. As protagonistas mulheres, Edna e Guta, são personagens cheias de força e vontade para viver, mas são submetidas às interdições sociais machistas e patriarcais das sociedades representadas. Ambas chegam aos finais dos romances resignadas e conscientes de que os anos de busca por emancipação apenas evidenciaram as dores e a solidão em suas vidas. Em *Riacho Doce*, Edna entrou no mar e nadou em direção ao sol que nascia; em *As três Marias*, Guta partiu para casa a procura de um lar onde pertencesse e, quem sabe, um lugar no qual pudesse recomeçar. No que diz respeito às personagens masculinas, em *Planalto*, Lauro era um deslocado e seu fracasso evidenciava o atraso daquela sociedade de modo que também a injustiça sofrida pela personagem: ganhou na loteria justamente no dia do suicídio, um preço pago pela desistência de continuar lutando. Em *Um rio imita o Reno*, há fracasso no amor frustrado entre Geraldo e Lore, mas o protagonista não pode ser considerado um fracassado nos termos indicados por Mário de Andrade (1940, [1941] 1974), na verdade, sua figura não saiu vitoriosa ao efetuar a mudança porque, no cenário representado, Blumental, há uma força resistente e mais poderosa do que ele, colaborando, assim, para que o atraso e as ideias equivocadas perdurassem. Ao final, quando o protagonista fez planos à medida que afastava a ideia de retornar à colônia foi evidenciada a impossibilidade de vencer naquele momento; a esperança é, então, colocada no futuro, tempo em que os preconceitos seriam deixados de lado (e, possivelmente, outras barreiras

apareceriam para opor outros tipos de resistência). Por sua vez, o único homem estrangeiro é Izidro, um ex-militante cujo fracasso nos movimentos e reivindicações sociais levaram-no a desistir da revolução e, por anos, a não falar ou pensar no assunto. Distante dos romances proletários, em auge no romance de 30 anos antes, *Enquanto as águas correm* revelava a frustração e o insucesso do intelectual que desistiu da luta social, ou até mesmo, do escritor fracassado que não conseguiu, com a literatura, despertar para a revolução (Izidro nem ao menos conseguiu narrar suas histórias ao ouvinte escolhido por ele, relatando a alguém que, em sua arrogância, considerava inferior ou incapaz de compreender suas aflições).

Em suma, para a análise desses romances não foi possível concordar plenamente com a definição de fracassado como destacado nas considerações de Mário de Andrade e, considerando os dois pontos indicados por Bueno (2006, p. 76-80) como fundamentais à compreensão da recorrência dessa personagem no romance de 30 – a natureza do fracasso e sua articulação com a ideia de identidade nacional –, pode-se notar o quanto esses romancistas mergulharam, em suas obras, nos problemas daquele período e representaram o atraso, a realidade e as injustiças de um presente ainda subdesenvolvido e onde a modernização tardava a chegar. São romances que incorporaram uma visão de nacionalidade assim como incluíram uma figura que, à época, era tratada como marginal pelo contexto político-social, o estrangeiro – essa personagem, além de compartilhar o deslocamento com as personagens autóctones, por vezes, também incorria ao fracasso.

As outras personagens estrangeiras presentes nas obras são coadjuvantes e, mesmo àquelas tratadas com alguma profundidade psicológica, são estrangeiras porque se deslocaram, deixaram seu país natal; a estrangeiridade, tal qual destacada em Edna e Izidro, não era anterior e interna. De um lado, podem ser consideradas as personagens sem descrição psicológica e configuradas quase como arquétipos, como Arch, Xequê e Isaac – são personagens construídas ao redor de uma única ideia ou qualidade, sem profundidade e definidas em poucas palavras pelo narrador. Passam pelo enredo sem nenhuma evolução ou surpresa em suas ações (FORSTER, 2005, p. 58-63). De outro, àquelas com descrição psicológica e sobre quem são fornecidas mais informações, o que configura suas participações como personalidades mais complexas, como Frau Marta, Karl, Stahl, Lore, Ladislau e Carlos. As primeiras são personalidades que não fogem à obviedade (reforçando a crítica feita por Mário de Andrade, em “O traço característico” (1940), sobre a falta de trabalho à individualidade conferida às personagens estrangeiras nos livros publicados no período). Como inglês, em *Planalto*, Arch passa pouco interesse ao leitor; foi repetido que era um esquisitão em várias de suas aparições (que não são muitas), não tem profundidade intelectual

e só duas resoluções suas foram expressadas: quando se alistou na “Revolução de 1932”, para ocupar uma função quixotesca e inútil, e quando declarou preferir o Brasil como colônia; de resto achava tudo muito bom e muito engraçado. Assim, continuou sua trajetória de distraído contando piadas e anedotas, jogando e indo gastar o prêmio na farra com os amigos, sempre com seu humor e trejeitos esquisitos.

Em *As três Marias*, Xequê pode ser qualquer árabe, nem chegou a ser nomeado como forma de reconhecimento. Sua participação na narrativa apenas povoa a imaginação de Guta que, influenciada pelos romances lidos, idealizou um rapaz vindo do Oriente Médio – montado em seu camelo, vestindo seu albornoz branco e tocando seu violino – para a raptar do colégio e fazer dela sua prisioneira. Esse Xequê podia ser qualquer um desde que cumprisse seu papel na fantasia na jovem. É tão inventiva a relação criada por ela com o Xequê que chegou a reiterar não ter, apesar de passados vários anos, sentido por outro homem o que sentiu por ele, isso, sem nem tê-lo conhecido. Também Isaac era o estereótipo do judeu destroçado, triste e sem-terra, homem enigmático e cujos sentimentos Guta tinha dificuldade de acessar (o que o tornava ainda mais atraente a seus olhos ansiosos por novidade). Assim como Xequê, ele também cumpriu um papel por suprir suas fantasias românticas, sendo um homem sensível à literatura e escritor de cartas apaixonadas (e tudo o que ela sempre desejou, adolescente, foi receber essas cartas, de palavras tocantes escritas pelo namorado saudoso com a distância). O fato de ser médico e tentar se estabelecer no país, mas sofrendo com o impedimento e com o preconceito à sua religião, contribuem para o insucesso no relacionamento deles. Todavia, quando Guta partiu, impedida pelas circunstâncias de permanecer no Rio de Janeiro, e receosa de não ter significado mais do que uma aventura, Isaac tanto poderia ser rumaico, alemão ou carioca, sua condição de estrangeiro se sobressaiu de maneira muito tênue para a protagonista. Por trás do sentimento de coração partido, da impossibilidade de levar o relacionamento adiante, se revelava o cenário sociopolítico daquele período, de antissemitismo, que dificultou e impossibilitou a permanência no Brasil de profissionais liberais cuja falta à população era perceptível.

Em *Riacho Doce*, a cena em que Helena transmitiu suas inquietações à Edna, descritas a partir da onisciência do foco narrativo, nos presenteia com um acesso a seus sentimentos, à sua personalidade, como mencionado acima. O mesmo aconteceu com Herr Wolff, em *Um rio imita o Reno*, em um rápido lapso em que sua consciência imergiu para explicar o porquê não contestava a esposa em favor da filha, preferindo permanecer passivo na tomada de decisões. Dessa forma, são personagens que apesar da pouca descrição psicológica, podem ser consideradas seres dotados de vontade, opinião e expressão intelectual, mas, dentro do

ambiente matrimonial em que viviam, constantemente cederam aos parceiros, lhes empoderando com mais uma capacidade: a de falar e decidir por eles. Helena foi impedida pelo marido de manter proximidade com Edna, considerada subversiva por ter um amante, logo, péssima influência para as senhoras casadas. Paul Wolff isentava-se de tomar partido contrário ao da esposa, Frau Marta, cuja vontade ele atendia por ser acomodado: era muito mais fácil não se meter e deixar Marta decidir, chegou a pensar a personagem em determinado momento. Para ele, era conveniente deixá-la assumir as rédeas da situação e “assessorá-la” quando solicitado, como fez na separação de Lore e Geraldo: ao assumir um acordo com o major, em troca do afastamento de engenheiro, ele apenas prosseguiu com a ideia da esposa, resignado às suas vontades. Nas punições constantes de Karl e Frau Marta a Paulinho, ele também permanecia inerte, apenas incomodava-se com o choro da criança punida repetidamente por brincar com as outras crianças da rua.

Desse modo, Frau Marta e Karl são personagens com maior complexidade psicológica, mas que não deixam de ter uma caracterização estereotipada. São os arquétipos do indivíduo nazista e racista sempre defendendo a superioridade ariana e as ideias propagadas pelos hitleristas. Ambos são descritos como pessoas muito loiras e de olhos claros, em uma oposição curiosa à Lore que, comparada a eles, era considerada “morena” em Blumental (definitivamente o “morena” de Lore não era o mesmo “moreno” de Geraldo, é apenas uma afirmativa de que ao contrário da mãe e do irmão, Lore tinha olhos e cabelos mais escuros, apesar de não deixar de ser loira). Não apenas na aparência eram parecidos, uma vez que Karl reproduzia as opiniões da mãe e, talvez, de forma ainda mais radical. A cena em que Karl refletia os prós e contras da morte da irmã, por exemplo, revela várias facetas de seu caráter. Considerava-se um homem com dificuldade para expressar sentimentos e ser agradável aos outros e, mesmo sabendo que herdaria toda a fortuna familiar caso Lore morresse, se autocensurou assim que a ideia se acentuou, a reputando como indigna dele, um cristão e, no mais, alguém que amava a irmã. Em cena anterior, sua hipocrisia também sobressaiu quando, indagado por Stahl, afirmou ser nazista e cristão, mesmo que o alinhamento à teoria anulasse os princípios básicos do cristianismo. Ao final, mais do que a mãe, se revoltou com a descoberta da ascendência judaica dos Wolffs, se tornando uma pessoa mais agressiva e irritada, sempre punindo a esposa e o filho pelas frustrações do orgulho ferido. Enquanto Frau Marta sofria profundamente, mas em silêncio, resignada e amargurada com a rasteira, o filho avolumava o preconceito.

Das personagens de *Um rio imita o Reno*, a mais interessante, sem dúvida é Frau Marta. Tratava-se de uma mulher forte, manipuladora e, como o filho, avessa a

sentimentalismos. Mesmo nascida no Brasil, era quem melhor representava a ligação entre os descendentes de alemães com a pátria dos antepassados; considerava-se alemã e defendia a preservação cultural de sua nação ao passo que se opunha à assimilação com os brasileiros. Mas essa defensora da tradição era também uma mulher insubmissa, uma mulher cujas ordens e opiniões todos seguiam. Há dois dados lembrados por ela que colaboram para provar sua contravenção: Frau Marta enviou a filha a um colégio interno católico, onde Lore foi educada em meio às meninas brasileiras e em uma instituição de outra religião (os Wolffs eram protestantes) e depois permitiu a ida de Lore à Alemanha (uma Alemanha recém-saída da I Guerra Mundial, muito diferente da Alemanha hitlerista). Cheia de regras em sua rotina (a família tinha horário para acordar, para a sesta, o cardápio era rigorosamente seguido de acordo com o dia da semana ou com as datas comemorativas, por exemplo) censurava-se por ter aberto caminho, com a sua transgressão, para as ideias de liberdade tidas por Lore que a levaram a ter a ousadia de sair de carro sozinha ou namorar um rapaz contra a vontade dos pais. Todas as opiniões expressadas por essa personagem reforçavam seu estereótipo de extremista, de preconceituosa avessa a sentimentos de empatia ou carinho, mesmo a um dos filhos. Quando Lore adoeceu, assim como Karl, ela viveu um conflito interno, presa entre a certeza de que fez o “certo” e os remorsos pelo contágio ter ocorrido após sua interferência egoísta – quantas pessoas, como Lore, também adoeceram naquela epidemia? E quantas morreram sem ter assistência médica diária como o dinheiro dos Wolffs poderia pagar? São questões que ficam no ar e não chegam à consciência dessa personagem, já bastante perturbada com as preocupações próximas à bolha em que vivia. A cena em que conversou com o *Doppelgänger* é exemplar do seu temperamento implacável, sempre a levar tudo às últimas circunstâncias, até a assumir que preferia a filha morta a ir contra a Alemanha, o nazismo e Hitler. Na humanização da sócia é nítida a desumanização de Frau Marta. Nem ao final do romance, quando chorou desconsoladamente, parecia reconhecer o erro. Na atitude de deixar Paulinho brincar com os “mulatinhos” não há condescendência porque ela agiu de forma errada, há dor por reconhecer que nada impedia o neto de viver entre os de “raça inferior”, porque *ele* era de raça inferior. É uma personagem cruel e que reforçava a impossibilidade daquela geração (criada sob preceitos racistas) se integrar, a esperança estava no sol entrando pela janela, aquecendo e iluminando a todos, e em Paulinho correndo feliz em direção a avó, contente e livre para escolher um caminho.

Assim como a velha Aninha, em *Riacho Doce*, Marta é a responsável pelo insucesso amoroso do casal central, interferindo na vida da filha como se esta a pertencesse. Mas também como Aninha, não saiu vitoriosa: ambas logram no afastamento, mas, mesmo assim,

precisam lidar com o fim de suas comunidades. Riacho Doce dava os últimos passos, a década terminava e logo a modernização se estabeleceria definitivamente; por quanto tempo a velha ainda lutaria? E Blumental continuaria, nos anos seguintes, recebendo imposições governamentais, rigorosas e nacionalizantes. De resto, pouco importava à Marta tudo isso, ciente da ascendência judaica, já não conseguia portar-se com o mesmo orgulho de antes, a arrogância ferida pelo próprio preconceito foi um golpe forte demais.

Dr. Stahl, no mesmo livro, era uma personagem cujas opiniões divergiam completamente das proferidas por Frau Marta. Sua atitude de contestador era consciente, chegou a refletir gostar das conversas na casa dos Wolffs porque a oposição no ponto de vista o incentivava a pensar, a ser mais crítico. Defendia a aculturação natural, sem imposições obrigatórias; fazia críticas diretas ao poder centralizador do governo mais preocupado em impor determinações do que com o povo, carente e mal assistido. Na cidade tinha fama de intrometido por entrar nas casas para cuidar dos doentes – mesmo quando não o chamavam. Mas era também um homem contraditório, reproduzidor do mito da democratização racial que punha o Brasil entre os países “não-racistas” (em oposição aos EUA que, nas palavras da personagem, faziam muito mal em incentivar a separação). De forma displicente, cheio de “boas intenções”, defendia o casamento interétnico no mesmo ímpeto em que admitia a existência de híbridos nascidos de relacionamentos sem amor, ao passo que os “filhos do amor” seriam perfeitamente “normais”, como os filhos dos casais brancos (uma visão tão romântica que fazia Guta suspirar). Todo o discorrido durante esta pesquisa desmente esse discurso de Stahl; o Brasil, após mais de três séculos de escravidão, não “abraçou” os afro-brasileiros incluindo-os em suas sociedades e reconhecendo-os com os mesmos direitos dos brancos. Eles foram excluídos, marginalizados; os governantes e a intelectualidade, durante o século XIX e início do XX, tentaram apagá-los definitivamente escorados em teorias racistas que tinham por perspectiva o branqueamento completo da população em até um século (os mais radicais diminuíam a estimativa para algumas décadas). O brasileiro foi considerado inferior por não ter um tipo étnico definido, por ser miscigenado e ter herdado “o pior de cada raça”. E a “solução” encontrada foi o incentivo em grande escala de imigrantes brancos europeus, na expectativa de que a assimilação ocorresse e, a cada geração, o brasileiro se tornasse “mais branco”. Vivendo a impossibilidade dessa assimilação, a geração dos anos 1930 idealizou no homem miscigenado não mais o “problema nacional”, deturpando anos de discriminação e preconceito e, de forma idealizada, propagando uma democracia racial que estava longe de democrática.

Uma última personagem de *Um rio imita o Reno*, sem dúvida o romance que fornece mais tipos (opostos uns aos outros e conflitantes), chama atenção pela forma como é interdita por uma força superior em um contexto opressor: a mãe. Lore era uma jovem que pouco se identificava com as certezas e opiniões da família, mas também era desprovida de forças para resistir e se rebelar. Desde os tempos de colégio havia percebido o quanto a atraía estar cercada de pessoas destoantes do fenótipo comum em Blumental; sentindo-se pouco amada, invejava as amigas brasileiras que, para ela, a partir de uma opinião romântica e estereotipada, viviam em lares regrados de carinho e afeto. Quando iniciou o namoro com Geraldo estava consciente de que a mãe ofereceria resistência, do mesmo modo que antecipava a necessidade de enfrentamento da oposição caso levasse a relação adiante. Entretanto, essa “consciência” não foi suficiente para encorajar Lore; em uma rápida comparação à Guta e Edna, por exemplo, duas figuras femininas jovens e que buscaram um rompimento com um padrão social autoritário, pode ser percebida a ausência de força e de brio na defesa dos desejos da jovem Wolff. Nem mesmo quando a amiga Alzirinha incentivou-a a procurar Geraldo, Lore se deslocou de seu lugar de conforto; resignada, ofereceu pouca objeção à mãe, aceitando tudo calada e obediente. Como personagem, Lore tem pouca vivacidade e, submetida aos preconceitos domésticos, nem chegou a defender Geraldo dos ataques racistas do irmão. Suas atitudes, automatizadas, expressam um conformismo que perpassava outras figuras do romance, “em Blumental é assim”, por que lutar? Possivelmente uma figura feminina mais sensata do que Edna e Guta, contudo, mais limitada no que dizia respeito à complexidade que as configurava como seres dotados de muita energia.

Restam-nos dois estrangeiros: Ladislau, de *Enquanto as águas correm*, e Carlos, de *Riacho Doce*. Personagens secundárias em seus romances, oferecem um perfil de indivíduo que, com poucas perspectivas de ascensão financeira em seu país, e impulsionado pelas circunstâncias, enxergavam na imigração uma oportunidade. Ladislau deixou a Hungria afetada pela I Guerra Mundial. Em São João Batista não escondia seus objetivos: emigrou para enriquecer, ostentar confortos. A ascensão rápida, contudo, não ocorreu; era uma trajetória difícil, conquistada a duras penas e só aos poucos se tornou um médico conceituado (mas não imune às fofocas de que seria um oportunista por ter se casado com uma “moça do pé verde”, rica). Carlos também pensava em louros e glórias quando aceitou o cargo como engenheiro na prospecção de Riacho Doce. Uma vez encontrado o petróleo, pensava esperançoso, poderia voltar rico à Suécia, encher a família de orgulho; desse modo, permanecer no país natal era considerada uma forma de se limitar a mesma “vida miúda” dos

antepassados. A mudança era, ainda, uma possibilidade de melhorar a relação com a esposa, Edna, satisfazendo um sonho antigo dela de viver em um país tropical. No final, a decisão tornou-se desastrosa, tudo saiu mal para ele: os trabalhos na sonda eram precários, havia pouco equipamento e pessoal para auxiliá-lo; a pressão dos investidores era grande e, com a intensificação nos problemas com Edna, sem conseguir lidar com a certeza de sua aversão, do amor não-correspondido, sucumbiu ao alcoolismo e passou a cometer abusos que o mortificavam quando estava sóbrio.

Diferentemente de Edna, ansiosa por integrar, por “ser daquele lugar”, Ladislau e Carlos são duas personagens estrangeiras que não cogitam o abandono das antigas identidades no contato com as novas. No novo continente esforçavam-se para não arrancar as “raízes” no antigo eu, a quem pretendiam permanecer ligados: Ladislau trazia junto a si o violino, lembrança do país e da vida burguesa; Carlos sintonizava seu rádio nas estações internacionais, isolado na sua necessidade de ouvir uma voz que o fizesse lembrar o Carlos de antes, o rapaz entusiasmado com a vida e cheio de esperanças que, apenas dois anos antes, embarcou para o Brasil. Se Carlos é acometido pelos desvios do destino, Ladislau caminhava para o sucesso, sua passagem no romance é cheia de boas perspectivas – era um bom cirurgião, admirado pelos colegas e, mesmo se no futuro posterior ao encerramento do romance precisasse revalidar o diploma, não há nenhuma indicação de que tivesse origem judaica, fato que poderia concorrer para uma negação na prática de medicina.

Por fim, um último tópico promove inter-relações entres os romances: a água. Em mais de um romance pode-se destacar a importância da água no desenrolar do enredo. Em três obras ela está presente no título – *Enquanto as águas correm*, *Um rio imita o Reno* e *Riacho Doce* –, uma água que, sem tratamento, causava problemas à população subdesenvolvida que se servia dela. As águas que correm no romance de Cyro Martins são as do rio Quaraí, águas tornadas um infortúnio no período de cheias com as constantes enchentes, sempre minimizadas pelo poder local. O tempo do enredo é anterior à construção da ponte sob o rio, que atualmente serve para ligar os dois países; assim, depois de dias de chuva, os moradores de São João Batista ficavam ilhados e vulneráveis, tendo que se ajudar mutuamente para salvar suas vidas, pois os poucos bens materiais possuídos eram levados pela água. O rio que imitava o Reno, no romance de Vianna Moog, é o rio dos Sinos, que margeava Blumental (e, factualmente, margeia São Leopoldo). Como mencionado, a água da cidade não era tratada e, tanto quem se abastecia das águas do rio como quem tinha poços em suas residências corria o risco de consumir água contaminada. As fossas para escoamento de esgoto eram precárias e contaminavam o solo e a água potável (essa precariedade sanitária ocorria em diversas partes

do país, não apenas o Rio Grande do Sul; infelizmente, o acesso à água potável e saneamento básico ainda não chega a todos os brasileiros nos dias atuais, milhões ainda vivem em condições de exposição ao risco e ao contágio de uma série de doenças). A construção da hidráulica minimizaria o contágio, mas não chegou a ser concluída. Em *Riacho Doce*, o rio de água doce causava medo aos praiheiros. Por mais limpa e tranquila na aparência, a água continha doenças que, em pouco tempo, causaria a morte dos que se banhassem nelas. Em oposição à água doce, havia o mar. Para os moradores do povoado, o mar era fonte de vida e de subsistência, tiravam tudo de lá, as cavalas, as histórias, até as namoradas sereias. Para Edna, o mar era uma conexão completa com a natureza, cujas águas tinham o poder de trazer felicidades imensas e de purificá-la. No *Dicionário de símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 15), a água é descrita como a representação de uma “infinidade dos possíveis”, contendo tanto ameaças de reabsorção como promessas de desenvolvimento; no mergulho nas águas, pode-se sair delas sem se dissolver totalmente, em uma morte simbólica, assim como retornar às origens, recarregar-se e beber de uma força nova, restauradora. Izidro mergulhava em imaginação nas águas do rio, em uma dessas ocasiões, imergiu decidido a recomeçar a vida no mesmo contexto que, anos antes, ele havia abandonado. Quando chegou em São João Batista, ao se lavar nas águas do rio, tem-se a morte simbólica do homem do mundo, do revolucionário. Geraldo banhava-se em uma parte não contaminada do rio, lembrando dos tempos em que era menino e fazia o mesmo no Amazonas; também uma tentativa de se ligar novamente às origens de menino de beira de rio. Edna viveu por anos entregue ao mar e em uma identificação total; no final, foi o mar quem a recebeu quando entrou nas águas e nadou de encontro ao sol que nascia, ao recomeço, à morte.

Em *Planalto* são protagonizadas várias visitas do grupo de amigos ao litoral paulista, assim como a referência ao cordão sanitário formado pela Serra do Mar e responsável pela suposta superioridade do planalto defendida pelas personagens, relegando à localização longe do litoral o motivo de São Paulo ser uma terra de fortes e vencedores. No final, as personagens partem para a baixada para comemorar o prêmio de Arch enquanto, em São Paulo, Lauro se suicidava (Quantos fortes São Paulo ainda teria? Quantos vencedores?). Em *As três Marias* foi o mar quem levou Guta ao Rio de Janeiro, após uma viagem que causou uma série de náuseas nela; mas foi também o mar quem a levou de volta, para longe de Isaac. Chovia no bonde quando Guta e Isaac voltavam para a pensão após a primeira experiência sexual dela; e essa chuva a fez recordar os dias felizes dos “tempos de mamãe” em que ambas brincavam e dançavam na chuva. A ideia do fluxo e movimento dessas águas, por fim, poderia metaforizar o movimento dinâmico no qual o estrangeiro participava; se essas águas se

encontrassem, mesmo não se misturando no princípio, poderiam vir a se misturar? Assim, a água, enquanto elemento purificador, não deixou de banhar as personagens nos romances, choveu constantemente quando estavam tristes ou felizes, lavando as dores, fazendo-os recordar os dias felizes na infância e, mesmo quando eles não mergulhavam de corpo, entregavam suas almas e pensamentos à profundidade desses rios e mares. Se tanta água não amolecesse esses corações, como supõe Izidro, em *Enquanto as águas correm*, na certa poderia limpá-los de tanto preconceito que os rodeava e, em alguns, residia internamente.

Ao reconhecer a pluralidade que a produção do ano de 1939 poderia oferecer uma leitura mais cuidada sobre os questionamentos em relação às abordagens sobre a personagem estrangeira, os romances *As três Marias*, *Enquanto as águas correm*, *Planalto*, *Riacho Doce* e *Um rio imita o Reno* foram estudados de maneira individual e sem sobreposições. Nesta dissertação, as obras foram apresentadas na sequência em que foram analisadas, mas pela autonomia conquistada pelos capítulos, a leitura dos textos poderia ser realizada em outras ordens sem alterar, em absoluto, as intersecções realizadas nessas “considerações finais”, por exemplo. Desde o exame de qualificação, em que foi apresentado o capítulo sobre *Planalto*, tanto esse como os demais textos foram continuamente reescritos na tentativa de encontrar um caminho fundamentado de análise e de, respeitando as singularidades de cada texto, aperfeiçoar os escritos sobre os romances. Desse modo, a aplicação de apenas uma teoria pareceu inviável para abranger e explicar a complexidade das narrativas. Para recorrer ao estudo desses romances, a poética cultural, como aparece nesta pesquisa, não foi tomada como um método a ser aplicado e, sim, como uma ideia geral que norteou o conceito de pesquisa e possibilitou uma reflexão crítica acerca do corpus delimitado. Em três dos capítulos, o primeiro, o quarto e o quinto, respectivamente sobre *Planalto*, *Um rio imita o Reno* e *As três Marias*, junto à análise sobre as personagens estrangeiras, também se considerou os protagonistas brasileiros à medida que ofereciam uma visão de como a alteridade poderia ser percebida e explicitada. Um outro motivo que incidiu no estudo dessas personagens principais autóctones, principalmente no primeiro e quinto capítulo, foi a secundariedade ocupada pelas personagens estrangeiras, configuradas, ainda, como figuras de pouca profundidade psicológica e quase nenhuma dinamicidade.

A fim de contribuir para os estudos das representações do estrangeiro na literatura brasileira em um contexto de identidades acirradas e de nacionalismos exacerbados, reconhece-se, para lembrar as palavras de Homi Bhabha (1998, p. 20-21), que a (re)encenação do passado possibilita a introdução de temporalidades culturais incomensuráveis na invenção das tradições, uma vez que a representação da diferença não deve ser entendida, sob esse

ponto de vista, como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos pela tradição. Desta forma, o romance deste período parece indicar tensões que tomam palco nas porosidades de sua própria estrutura e que não parecem, ainda, totalmente exploradas, podendo indicar o caminho de pesquisas futuras.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A HORA dos fortes. **Diário Nacional**, São Paulo, n. 01582, 28 set. 1932. p. 1
- ABREU, L. R. **Representações da mulher na obra de Rachel de Queiroz**. 276f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.
- ALENCAR, J. de. **Iracema**. São Paulo: Ática, 24. ed., 1991.
- ALVAREZ, M. Enquanto as águas correm. In: MARTINS, C. **Enquanto as águas correm**. Porto Alegre: Movimento, 1981. p. 11-18.
- AMADO, J. **O país do carnaval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Suor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Mar Morto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, M. de. A elegia de abril. In: _____. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974. p. 185-195.
- _____. As três Marias. In: _____. **O empalhador de passarinho**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 3. ed., 1972. p. 115-119.
- _____. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. Org. Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- _____. O traço característico. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ed. 5369, 28 abr. 1940. p. 13.
- _____. Os definitivos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 5259, 17 dez. 1939. p. 8.
- _____. Os gaúchos. In: _____. **Vida literária**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993. p. 116-119.
- _____. Riacho Doce. In: _____. **O empalhador de passarinho**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 3. ed., 1972. p. 137-141.
- ANDRADE, O. de. **Memórias Sentimentais de João Miramar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- AQUINO, I. C. **A representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense: A Divina Pastora, Frida Meyer, Um rio imita o Reno, O Tempo e o Vento e A ferro e fogo**. 300f. Tese (Doutorado em Literaturas Brasileiras, Portuguesa e Luso-Africanas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2007.
- ARANHA, G. **Canaã**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- AS AVENTURAS do rei Carol em Londres. **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 set. 1940.
- AZEVEDO, A. de. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

- AZEVEDO, S. L. de. **Dicionário de nomes de pessoas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.
- BARRETO, L. A nova Califórnia. In: **A nova Califórnia e outros contos**. São Paulo: Ed. Unesp: Prefeitura do Município de São Paulo, 2012.
- _____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 1998.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada** – Nova Bíblia Pastoral. Trad. Antonio Carlos Frizzo et. al. São Paulo: Paulus Editora, 2014.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.), **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 137-168.
- BRASIL. **Constituição** (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 16 jul. 1934, art. 121, parágrafos 6 e 7.
- BUENO, L. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CABRAL, A. C. **Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto**. 389f. Dissertação (Mestrado em Letras. Área de concentração: Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2009. p. 16-20.
- CAMARGO, A. K. Onomástica Ficcional: status quo no Brasil. In: **Revista GTLex**, vol. 3, n. 1, jul./dez. 2017, 2020.
- CAMPOS, F. de. **Planalto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- CAMPOS, G. de. Um rio imita o Reno. **Dom Casmurro**, n. 140, 9 mar. 1940. p. 11.
- CANDIDO, A. Um romancista da decadência. In: COUTINHO, E. F.; CASTRO, A. B. De (orgs.). **José Lins do Rego**: Coleção Fortuna crítica 7. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira / João Pessoa: Edições Funesc, 1991. p. 392-397.
- CARNEIRO, C. **Memórias de cinco**. Rio de Janeiro: Vecchi, 1939.
- CARNEIRO, M. L. T. A imagem do imigrante indesejável. In: **Seminários** – Imigração, repressão e segurança nacional. São Paulo: Arquivo Público do Estado / Universidade de São Paulo, n. 3, 2003. p. 21-42.

_____. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 10. ed., 1998.

CAVALCANTI, P. Enquanto as águas correm a mediocridade aumenta. **Dom Casmurro**, Rio de Janeiro, n. 132, 6 jan. 1940. p. 6.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Trad. Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro, José Olympio, 17. ed., 2002.

CHIARADIA, K. Literatura, política e escândalos: *O escândalo do petróleo*. In: LAJOLO, M. (org.) **Monteiro Lobato, livro a livro: Obra adulta**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHIARELLI, S. Que Brasil existe? Estrangeiros na literatura brasileira. In: **Intelligere, Revista de História Intelectual**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2016.

CHIARELLI, S.; NETO, G. de O. (orgs.) **Falando com estranhos: o estrangeiro e a literatura brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

COELHO, E. D. O novo e a tradição em Riacho Doce: entre o pertencimento e a ruína. In: **Línguas & Letras**, vol. 18, n. 45, 2019. p. 120-135.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 6. ed. 1999.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**. Trad. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DIA DOS NAMORADOS: Odorina e Leão. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ed. 20924, 11 jun. 1961. p. 1-2.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2. ed., 1995.

FILHA do sofrimento: em seu leito de dor, a esposa mártir defende o marido e algoz. **A Noite**, Rio de Janeiro, n. 06596, 28 mar. 1930. p. 4.

FOI DISSOLVIDO o parlamento rumaico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 nov. 1933. p. 1.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Org. Oliver Stallybrass. Trad. Sérgio Alcides. São Paulo: Globo, 4. ed., 2005.

- FREUD, S. O Estranho. In: FREUD, S., **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, volume XVII (1917-1919), 1996. p. 235-269.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 34. ed., 1998.
- FRIEDMAN, N. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Trad. Fábio Fonseca de Melo. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 53, mar./maio 2002. p. 166-182.
- GREENBLATT, S. Towards a Poetics of Culture. In: VEESER, H. A. (Org.). *The New Historicism*. London: Routledge, 1989. p. 1-14.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 12. ed., 2015.
- _____. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HENDRICKSON, R. **The Facts On File Encyclopedia of Word and Phrase Origins**. New York: Facts On File, 4. ed., 2008. p. 371.
- HOLANDA, A. B. de. José Lins do Rego fala sobre seu novo romance. In: COUTINHO, E. F.; CASTRO, A. B. De (orgs.). **José Lins do Rego**: Coleção Fortuna crítica 7. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira / João Pessoa: Edições Funesc, 1991. p. 357-360.
- HOLLANDA, B. B. B. de. **ABC de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LARA, R. E. A desideologização do gaúcho na obra de Cyro Martins. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, set. 1988. p. 17-25.
- LEITE, O. D. “As três Marias” e a necessidade de viver. **Dom Casmurro**, Rio de Janeiro, ed. 121, 7 out. 1939. p. 4.
- LOBATO, M. De São Paulo a Cuiabá. In: _____. **Fragmentos, opiniões e miscelânea**. São Paulo: Globo, 2010. p. 218-243.
- LOBATO, M. **O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo**. São Paulo: Globo, 2011.
- _____. Planalto: um romance que prenuncia outro. In: _____. **Fragmentos, opiniões e miscelânea**. São Paulo: Globo, 2010. p. 211-217.
- LOUSADA, W. de A. Um rio imita o Reno. **Dom casmurro**, Rio de Janeiro, n. 137, 17 fev. 1940. p. 6.
- _____. Enquanto as águas correm. **Dom Casmurro**, Rio de Janeiro, n. 144, 6 abr. 1940. p. 6.
- LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. trad. Adalberto Marson. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

- LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- MACHADO, A. de A. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2014.
- MANGUEIRA, J. V. **Representações do sujeito feminino em *O despertar e Riacho Doce*: um estudo comparativo**. 2012. 230 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPB, João Pessoa, 2012.
- MARQUES JR, M.; MARINHEIRO, E. **O ser e o fazer na obra ficcional de Lins do Rego: dicionário dos personagens**. João Pessoa: FUNESC, 1990.
- MARTINS, C. **Enquanto as águas correm**. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- _____. **Estrada nova**. Porto Alegre: Movimento, 2. ed., 1975.
- _____. **Porteira fechada**. Porto Alegre: Movimento, 10. ed., 1993.
- _____. **Sem Rumo**. Rio de Janeiro: Ariel, 1937.
- _____. **Visão Crítica do Regionalismo**. Celso: Centro de estudos de literatura e psicanálise Cyro Martins, 1944.
- MARTINS, M. T. A. **À esquerda de seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)**. 340f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2012.
- MENDES, M. G. As três Marias e Memorial de Maria Moura: dois manuscritos de Rachel de Queiroz. In: **Revista Verbo de Minas**. Juiz de Fora, v. 10, n. 18. 2010. p. 13-20.
- MOOG, C. V. **Um rio imita o Reno**. Porto Alegre: Globo, 2. ed. 1939.
- MORAES, R. G.; VIEIRA, V. S. Tensões identitárias e culturais: o estrangeiro e o brasileiro em *RiachoDoce* (1939), de José Lins do Rego. In: **RevLet: Revista Virtual de Letras**, v. 09, n.01, jan./jul. 2017. p.423-439.
- NASCENTES, Z. C. **Magia, religião e ciência em *corpo de baile*: sua unidade e sua relação com os romances de Jorge Amado e José Lins do Rego**. 2013, 580 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2013.
- NEWMAN, S. Pós-anarquismo: entre política e antipolítica. Trad. Florian Grote. In: **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, UFPB, n. 36, abr. 2012. p. 103-115.
- O POVO paulista oferece ao governo as suas joias, para o bem de S. Paulo. **Correio de S. Paulo**, São Paulo, n. 52, 15 ago. 1932. p. 4.
- OLIVEIRA, R. O romance de um ensaísta. **Dom Casmurro**, n. 131, 30 dez. 1939. p.6.
- PAULINO, A. G. L. Lugar e poder simbólico em *Riacho Doce*. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 1, jan/jun, 2011, p. 110-128.

- PERAZZO, P. F. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- PESAVENTO, S. **A representação ficcional do Rio Grande do Sul na obra de Cyro Martins**. Celpcyro: Centro de estudos de literatura e psicanálise Cyro Martins, 2000.
- PINTO, L. M. S. **Dicionário da língua brasileira**: Cabra. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. p. 171.
- PRADO, P. **Província & Nação**: Paulística, Retrato do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- QUEIROZ, M. I. P. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. In: **Revista USP**, n. 13, p. 78-87, 1992.
- QUEIROZ, R. de. **As três Marias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 7. ed. 1973.
- _____. **Caminho de pedras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- _____. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 88. ed., 2010.
- RAIMUNDO, S. L. Bandeirantismo e Identidade Nacional: Representações Geográficas no Museu Paulista. In: **TERRA BRASILIS**, Rio de Janeiro, v. 6, 2004. p. 1-18.
- REGO, J. L. do. **Fogo Morto**. São Paulo: O Estado de S. Paulo/Klick Editora, 1997.
- _____. O praieiro Floriano Peixoto. In: REGO, J. L. do. **O cravo de Mozart é eterno**; seleção, organização e apresentação de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 244-247.
- _____. **Riacho Doce**. Rio de Janeiro: José Olympio, 3. ed., 1956.
- _____. **Usina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 21. ed., 2010.
- REY, L. D. Escrituras anárquicas: prácticas textuales del anarquismo literario en el Río de la Plata. In: **Culturales**, n. 2, vol. 3, jul./dez. 2015. p. 47-76.
- RIBEIRO, R. Flagrantes paulistanos em quatro livros raros. In: **Jornal da UBE**, n. 200, out. 2002. p.20.
- RIZZATO, E. P. **Cyro Martins e o Gaúcho**: Mito, Ideologia e Regionalismo. Celpcyro: Centro de estudos de literatura e psicanálise Cyro Martins, s/d.
- RUCKERT, F. Q.; SCHWARTSMANN, L. B. A febre tifoide no Rio Grande do Sul da Primeira República: uma doença com história. In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018. p. 57-75. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/download/26913/17773>>. Acesso em 10 abr. 2020.
- SALLA, T. M. **Graciliano Ramos e a cultura política**: mediação editorial e construção do sentido. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016.

SANTOS, C. dos. O autobiográfico, o ficcional e o literário em um romance de Rachel de Queiroz. In: **Todas as Letras** – Revista de Língua e Literatura, São Paulo, v. 22, n. 1, jan./abr. 2020. p. 1-15.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____. (orgs.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4., 1998. p. 174-244.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEITENFUS, R. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri, SP: Manole, 3. ed., 2003.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.), **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

SOARES, A. M; **Literatura e história: narrativas de opressão e silêncio em Cyro Martins**. 124f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, 2009.

SOARES, D. R. **Das três estrelas à pirâmide: um estudo das personagens femininas em *As três Marias* de Rachel de Queiroz e *As meninas* de Lygia Fagundes Telles**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, I. New Historicism. In: **Cult**, ed. 17, dez. 1998. p. 32-35.

TIN, E. Um romance da inadaptação: Planalto (1939), de Flávio de Campos. In: **II Congresso da História do Livro e da Leitura do Brasil (COHILILE)**, 2003.

VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993. p. 89-112.

VIEIRA, J. G. **A mulher que fugiu de sodomia**. São Paulo: Editora Descaminhos, 2015.

_____. **Território humano**. São Paulo: Editora Descaminhos, 2014.

WEBER, P. C. **Representações da integração cultural das comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul do Estado Novo: um estudo das obras *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno***. 140f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, RS, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2013.